

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.12 • n.1 • JUNHO - 2002

ISSN 0103 8117

ECONOMIA SOLIDÁRIA



FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública





Governo do Estado da Bahia
Otto Alencar

**Secretaria do Planejamento
Ciência e Tecnologia**
José Francisco de Carvalho Neto

**Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia**
Cesar Vaz de Carvalho Júnior



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Conselho Editorial

Cesar Vaz de Carvalho Júnior
Paulo Hermida Gonzalez
Edmundo Figueroa
Ângela Franco
Carlota Gottschall
Conceição Cunha
Renata Proserpio

Coordenação Editorial

Mercejane Wanderley Santana
Cristina Maria Teixeira Campello
Ecosol-Bahia
Djalma B. N. Ferreira

Normalização

Gerência de Documentação
e Biblioteca - GEBI

Fotos

Ana Rosa Marques e Débora Nunes

Revisão de Linguagem

Regina da Matta

Coordenação Gráfica

Dadá Marques

Capa

Humberto Farias

Editoração

Designers Associados

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

Trimestral
ISSN 0103 8117

CDD 338.91
CDU 338.984

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares
Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador - Bahia
Fone: (0** 71) 370-4823/370-4704
Fax: (0** 71) 371-1853
<http://www.sei.ba.gov.br>
e-mail: sei.info@bahia.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação

SOCIOECONOMIA E SOLIDARIEDADE: ASPECTOS CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS

Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais	9
<i>Genauto Carvalho de França Filho</i>	
O combate à pobreza e suas vítimas	21
<i>Paul Singer</i>	
Fato associativo e Economia Solidária	25
<i>Jean-Louis Laville</i>	
Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária	35
<i>Entrevista: José Luis Corragio</i>	
A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade	47
<i>Entrevista: Marcos Arruda</i>	

AS PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador	59
<i>Débora Nunes</i>	
Desafios da gestão de empreendimentos solidários	77
<i>Maria Suzana Moura e Ludmila Meira</i>	
A produção de mercadorias por não-mercadoria	85
<i>Gabriel Kraychete</i>	
Florescendo solidariedade	93
<i>Laumar Neves de Souza, Joseanie Mendonça e Roberta Lourenço</i>	
A economia popular ganha vida no sudoeste baiano	103
<i>Entrevista: Dora Sugimoto</i>	
De mão em mão a família vira Estado	107
<i>Murilo Guimarães</i>	
APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente	111
<i>APAEB</i>	
Redes de trocas e cadeias produtivas - limites e alternativas	121
<i>Euclides André Mance</i>	
Credibahia: o programa de microcrédito do estado da Bahia	127
<i>Caio Márcio Ferreira Greve</i>	
Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias	131
<i>Nilton Vasconcelos</i>	
Relembrando nossa história... ..	141
<i>João Joaquim</i>	
Microcrédito não é crédito pequeno – vamos fortalecer a solidariedade?	149
<i>Zélia Maria de Abreu Paim</i>	
El pacto territorial de empleo como herramienta del desarrollo local: una aproximación entre Europa y Latinoamérica	153
<i>Benito Muiños Junca</i>	



APRESENTAÇÃO

Em diferentes partes do mundo, nos últimos anos, assiste-se à proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, visando à produção de atividades econômicas com características distintas daquelas que se pratica no mercado. Essas iniciativas se distinguem pelo fato de incorporarem a solidariedade no centro mesmo da elaboração das atividades econômicas e por considerá-las como um meio para a realização de outros objetivos, de natureza social, política ou cultural. Tal característica faz lembrar um traço histórico da organização dos grupos sociais em diferentes culturas, no passado e mesmo na atualidade, quando a esfera econômica encontra-se sempre articulada com as demais dimensões da prática (como o social, o político, o cultural ou o estético etc.). Vale lembrar que é apenas no capitalismo que a esfera econômica se autonomiza em relação às demais dimensões da vida em sociedade, com o advento da economia de mercado. Mas se é perceptível, aqui, alguma semelhança com certas tendências históricas de organização dos grupos sociais em diferentes culturas no passado, o que vem então a marcar a emergência desse fenômeno na contemporaneidade? Segundo alguns autores que se dedicam ao tema, como França e Laville, como apresentado nesta publicação, o que hoje distingue a solidariedade na economia é o fato de que esta se afirma como uma ação voluntária das pessoas e se projeta sobre o espaço público. Ou seja, não se trata de uma solidariedade que se elabora de modo abstrato — estatal — nem tampouco de modo tradicional, como nos chamados grupos primários.

A essa tendência chamamos de Economia Solidária. Para alguns ela reflete formas estratégicas de organização dos grupos populares, como meio de garantia da sua sobrevivência em sociedades marcadas por processos de exclusão social crescentes. Para outros, ela representa modos inéditos de ação pública, participando de uma tendência atual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade. Neste plano de um diagnóstico sobre as razões do surgimento e desenvolvimento do fenômeno, os argumentos mais comuns situam-no em relação ao contexto de crise econômica mais geral, que afeta as diferentes economias do planeta. Tal crise vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades, marcado pela sinergia entre Estado e mercado. Para muitos, é justamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a diminuir sua capacidade de satisfazer necessidades, que essas formas atuais de organização começam a se desenvolver. Por outro lado, é importante salientar que se o aspecto econômico possui um grande peso na explicação deste fenômeno, ele não é, entretanto, o único fator. Na maioria dos casos, a razão

para o surgimento de empreendimentos solidários encontra-se numa relação entre necessidade econômica e ação voluntária permeada por valores humanistas e, desse modo, uma compreensão adequada desse fenômeno passaria por um real entendimento das suas condições intrínsecas de existência. A Economia Solidária, portanto, deve ser compreendida na sua singularidade, como fenômeno, em lugar de ser objeto de explicações baseadas em determinações gerais. Tal perspectiva exige sobretudo um esforço qualitativo de interpretação, capaz, por exemplo, de apreender a dinâmica das experiências baseadas nessa forma de economia, a partir de suas lógicas específicas em interação. Realizar este esforço foi um dos objetivos que nortearam a elaboração de alguns dos artigos desta publicação.

Aqui se encontram coligidas contribuições de estudiosos os mais destacados sobre o assunto e de atores de campo que constroem a prática cotidiana desse fenômeno nas suas mais variadas organizações. Alguns trabalhos abordam o tema de mais de um ponto de vista conceitual. Trata-se de resultados de pesquisas científicas importantes sobre o fenômeno da economia solidária, entendido como um objeto de estudos relevante no âmbito das ciências sociais em geral. Tais textos fazem avançar o estado da arte do debate sobre o tema e permitem situar com clareza os diferentes enfoques de interpretação do fenômeno, situando as diferentes tendências desse estudo nos distintos contextos societários. Merece destaque, o debate da relação entre as noções de economia solidária e economia popular. Outros artigos, de caráter descritivo, etnográfico por vezes, aproximam-se de estudos de caso ao relatar experiências representativas do fenômeno, evidenciando a prática concreta dessas experiências e produzindo, assim, conhecimentos indispensáveis à elaboração teórica.

Enfim, é com grande satisfação que apresentamos ao leitor este número da *Bahia Análise e Dados*, esperando que a ampla perspectiva da abordagem aqui realizada, reunindo uma produção teórica e o relato de bem-sucedidas experiências de novas formas de economia, contribua efetivamente para intensificar e aprofundar o debate da questão em pauta.

Aos autores dos artigos ora apresentados e, mais precisamente, aos integrantes do Ecosol-BA, que tornaram possível esta edição sobre a temática da Economia Solidária, o nosso agradecimento.

Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais

Genauto Carvalho de França Filho*

Resumo

Este texto propõe uma apreciação conceitual dos termos terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular, tendo como objetivo estabelecer a fronteira, em termos de significado particular, entre essas várias noções. Parte-se do pressuposto de que a compreensão precisa de cada termo implica reconhecer o discurso específico elaborado em torno deles. Dessa forma, a discussão proposta considera como relevante o conhecimento do próprio contexto ou lugar socio-histórico onde foram formulados cada um desses conceitos.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Popular, Economia Social.

Abstract

This text proposes a conceptual appreciation of the terms third sector, social economy, solidary economy and popular economy, with the objective of establishing a borderline in terms of the particular meaning of those several notions. We take from the understanding that a precise comprehension of each term implies the recognition of the specific discourse which is built around them. Thus, the proposed discussion considers as relevant the recognition of the context itself or the social-historical place in which each of these concepts have been formulated.

Key-words: Third Sector, Solidary Economy, Popular Economy and Social Economy.

Se levantássemos uma indagação acerca do que existe em comum entre as expressões terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular (e poderíamos acrescentar ainda aquela de economia informal), talvez a resposta mais evidente fosse sua referência a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado. Esses vários termos fariam assim alusão a um espaço de sociedade recentemente percebido também como lugar de produção e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda. Entretanto, quando nos perguntamos sobre a distinção entre essas noções, dificilmente

alguma certeza aparece possível como resposta.

De fato, as confusões terminológicas em torno desses termos parecem abundantes nos modos comuns pelos quais são percebidos, seja no debate acadêmico (que ainda se encontra incipiente, pela ausência de um número maior de pesquisas mais exaustivas sobre esse assunto), ou mesmo, e principalmente, fora dele. Em meio a tal confusão, o termo terceiro setor tem aparecido com mais destaque publicamente, dada sua vulgarização tanto na mídia quanto nos mais diversos fóruns institucionais, não só no plano nacional como também internacionalmente.¹ Não sem razão, ao designar um vasto con-

* Genauto Carvalho de França Filho é doutor em Sociologia (Univ. Paris VII), mestre e graduado em Administração. Professor da Escola de Administração da UFBA e do seu Programa de Pós-Graduação (NPGA) e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL). genauto@ufba.br

¹ No plano internacional, vale ressaltar que essa expressão, mais recentemente, é adotada também pela Comissão Européia, com o emprego do termo *troisième secteur*, que se inspira em trabalhos italianos, particularmente os de C. Borzaga, *Il terzo sistema: una nuova dimensione della complessità economica e sociale*. Padova: Padova Fondazione Zancan, 1991; conforme nos lembram Eme e Laville (2000a).

junto de organizações que não dizem respeito nem ao setor privado mercantil nem ao setor público estatal a expressão terceiro setor adquire um alcance tão amplo que tendemos a rebater sobre seu significado o sentido de alguns termos aparentemente correlatos, tais como economia solidária ou economia social. Um tal modo de percepção representa sem dúvida um equívoco, pois não permite a apreensão precisa do significado específico que comporta cada uma dessas noções.

Com efeito, diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e ainda àquela de economia informal), ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas à construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade. Importa, assim, entender em que lugar socio-histórico se constróem essas categorias e qual o significado particular que acompanha a origem dessas formulações/conceitos/noções. Essa é, a nosso ver, uma condição indispensável, para o entendimento das diferenças entre esses termos. Examinemos portanto, a seguir, cada uma dessas noções, buscando sublinhar o tipo de formulação discursiva sugerida, que se encontra associado a contextos específicos de sociedade: respectivamente, aqueles da América do Norte, da Europa e da América Latina.

O TERCEIRO SETOR – UMA NOÇÃO CARA AO CONTEXTO NORTE-AMERICANO

O termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organiza-

ções sem fins lucrativos (*non-profit organizations*). No formato jurídico, o *non-profit sector*, também conhecido como *voluntary sector*, é particularmente ligado ao contexto norte-americano, no qual a relação com uma tradição de Estado social não aparece como primordial na sua história. Com o uso deste termo, a ênfase fundamental é posta em certas características organizacionais específicas, observadas sob um ângulo de visão funcionalista. Tal como consideram

Salomon e Anheier (1992), no interior desse campo (*non-profit sector*) as organizações apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária.

Ao acrescentarmos a esses cinco traços dois outros – as organizações não devem ser políticas (no sentido restrito do termo, isto é, excluem-se os partidos políticos) e

nem confessionais (ou seja, exclui-se qualquer gênero de organização religiosa) – obtemos a nomenclatura comum de classificação do terceiro setor conhecida pela sigla *International Classification of Non-Profit Organizations* (ICNPO). Foi justamente essa nomenclatura que serviu de base à pesquisa internacional sobre o terceiro setor dirigida pela Fundação John Hopkins, no início dos anos 90, que compreendeu 13 países, entre os quais o Brasil. O trabalho de Fernandes (1994) constitui a parte brasileira dessa pesquisa. Esse autor revela os limites de uma tal definição para pensar a realidade de um terceiro setor latino-americano, que aparece extremamente heterogêneo na sua configuração.² Sua crítica reside, de modo específico, na desconsideração do critério da informalidade (isto é, da não-institucionalização das iniciativas). Com essa noção de terceiro setor, perde-se de vista um largo campo de iniciativas que desempenham um papel fundamental para amplas fatias da população de países como o nosso. O termo terceiro

O termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos.

² Tanto é assim que pensar um terceiro setor latino-americano implica ultrapassar a nomenclatura *ICNPO*. Pensando no caso brasileiro, Fernandes (1994) sugere quatro segmentos principais constitutivos do terceiro setor no nosso país, reunindo organizações as mais diversas. São eles: as formas tradicionais de ajuda mútua; os movimentos sociais e associações civis; as ONGs; e a filantropia empresarial.

setor, portanto, nessa filiação anglo-saxônica, refletiria apenas a ponta do *iceberg* que representa este «mar» de iniciativas não-governamentais e não-mercantis na América Latina.

Portanto, a interpretação do terceiro setor via literatura anglo-saxônica, que é dominante, funda uma verdadeira abordagem específica desse termo, em que sua existência é explicada principalmente “pelos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas minoritárias” (LAVILLE, 2000).³ Vale ressaltar ainda que essa argumentação é desenvolvida sobretudo por economistas de inspiração neoclássica,⁴ cujos pressupostos representam o suporte fundamental de uma visão liberal em economia. Nessa perspectiva, o terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, *vis-à-vis* do Estado e do mercado. Ele é portanto considerado como um setor à parte, que viria se ajustar funcionalmente às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado. É, portanto, nessa perspectiva de interpretação que o termo terceiro setor aparece, em alguns casos, como justificativa ideológica do desengajamento do Estado em termos de ação pública.

O CONTEXTO EUROPEU – A ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS A ECONOMIA SOCIAL: UM PASSADO COMUM E UM PRESENTE DISTINTO

Já as noções de economia solidária e economia social, inscrevem-se num contexto europeu mais

³ Estas são sobretudo as explicações de Hansmann, *Economic theories of nonprofit organizations*, In: *The nonprofit sector. A research handbook*, w.w.Powell (éd.), New Haven, Yale University Press, 1987, e de Weisbrod, *The nonprofit economy*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1988, resumidas por Emé e Laville (2000, op. cit., p.166), que se fundamentaram nos trabalhos de Lewis, *Le secteur associatif dans l'économie mixte de la protection sociale*. In: *Produire les solidarités. La part des associations*, Actes du séminaire organisé par la MIRE-Rencontres et Recherches – avec la collaboration de la Fondation de France –, Paris, MIRE, 1997, e de Nyssens, *Comment les théories économiques expliquent les raisons d'être des associations: une synthèse*, Séminaire de formation pour les dirigeants associatifs, Institut d'Etudes Politiques de Paris, 1998. Emé e Laville insistem na necessidade de ultrapassar a abordagem funcionalista do terceiro setor, discutindo outras abordagens que atribuem ênfase ao “caráter fundamentalmente aberto, pluralista e intermediário do terceiro setor”. Essa preocupação com a fundação de uma nova abordagem do terceiro setor é retomada pelos mesmos autores em Emé e Laville (2000b).

⁴ Ver a este respeito, Nyssens, Marthe, *Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique*, In: *Sociologie du Travail*, n.4, vol.42, oct./ déc. 2000.

geral, e francês, em particular. Em contraste, no que se refere à noção de terceiro setor (tipicamente norte-americana), a relação com o Estado social, na Europa, é constitutiva das experiências associativistas, conforme nos lembra Laville.⁵ Esta é a razão segundo a qual, pondera esse autor, pensar a idéia de um terceiro setor na Europa implica ultrapassar sua compreensão como “compartimento suplementar da economia”, para enxergá-lo como “um elemento que está em interação histórica constante com os poderes públicos”. Reside aí o papel importante que podem desempenhar essas iniciativas solidárias: na sua capacidade para contribuir com a geração de novos modos de regulação da sociedade, pois elas são capazes de gerar formas inéditas de ação pública, tal como no passado.

Sobre esse aspecto, parece sempre oportuno lembrar o fato de que foram exatamente as experiências associativistas da primeira metade do século XIX, na Europa – em particular, as chamadas sociedades de socorro mútuo – que primeiro conceberam a idéia de uma proteção social. Ou seja, o embrião, em termos de idéia, da concepção moderna de solidariedade via a função redistributiva do Estado, conforme exprime o sistema previdenciário estatal, encontra-se exatamente em algumas práticas de economia social iniciadas na primeira metade do século XIX na Europa, que foram, entretanto, mais tarde, apropriadas pelo Estado.

Um pouco de história...

De fato, contrastando com a noção de terceiro setor, as noções de economia social e economia solidária são herdeiras de uma tradição histórica comum fundamental. Esta relaciona-se com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação. Isso, precisamente em razão do fato de que a afirmação da utopia de um mercado auto-regulado

⁵ Rencontre débat avec J.-L.Laville - autour de l'économie solidaire et sociologie de l'association. *Revue du GERFA* (Groupe d'études et recherche sur le fait associatif), n.1, Paris, printemps, 2000, p.113.

nesse momento histórico gerou um debate político sobre a economia ou as condições do agir econômico. Um debate que fora particularmente incitado por essas iniciativas associativistas, que, ao recusarem a autonomia do aspecto econômico nas suas práticas, em face dos demais aspectos – social, político, cultural, etc. – ficaram mais conhecidas sob a rubrica de economia social. Do mesmo modo, ao simbolizarem, na sua prática, um ideal de transformação social que não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado – mas pela possibilidade de multiplicação das experiências, com isso colocando o horizonte de construção de uma hegemonia no próprio modo como se operava a economia, isto é, no modo como se reproduziam as condições de produção – tornaram-se também conhecidas sob a expressão de socialismo utópico. Vale lembrar que essa expressão se vulgariza no discurso marxista para fazer oposição a uma outra:

socialismo científico. Ambas as expressões refletem assim dois modos distintos de conceber a transformação do sistema capitalista.

Importa precisar que a dimensão política (ou esse aspecto da luta política), própria das experiências de economia social na sua origem, diz respeito à questão do direito ao trabalho. Isso porque as iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente. As condições de pauperização que marcavam a vida de amplas parcelas da população na Europa nesse momento se deviam à superexploração do trabalho, no contexto de nascimento do capitalismo, bem como ao desemprego que grassava.⁶

Compreendidas, portanto, como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando, ao mesmo

tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política, essas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam de fisionomia ao longo da história. Isso, precisamente em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestada, que se funda sobre lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou que se tomam emprestadas à esfera

mercantil. As ações empreendidas nessa dinâmica associativista ganharam progressivamente o reconhecimento dos poderes públicos, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que tanto conferiram existência legal às iniciativas como contribuíram para separar o que o movimento associacionista original queria reunir (LAVILLE, 2000). É nessa dinâmica que aparecem os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. Essa fragmentação da economia social em es-

tatutos jurídicos específicos consolida-se aos poucos, durante a segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX, refletindo, nesse movimento, a tendência dessas organizações a se isolarem em função dos seus respectivos estatutos jurídicos e, ao mesmo tempo, a se integrarem ao sistema econômico dominante. As cooperativas inserem-se assim amplamente na economia mercantil, ocupando principalmente aqueles “setores de atividade nos quais a intensidade capitalística permanecia fraca” (LAVILLE, 2000:532), e as organizações mutualistas são quase que integralmente incorporadas à economia não-mercantil praticada pelo Estado. Essa dinâmica organizacional reflete, portanto, do ponto de vista interno, a própria mudança no perfil dos quadros que a constituem: os militantes políticos, embalados pelos ideais de um vigoroso movimento operário, pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemônica nessas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sobre seu projeto político.

As iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente.

⁶ Sobre essa temática da superexploração do trabalho e das condições de vida da classe operária nos primórdios do capitalismo, existe uma ampla historiografia sociológica disponível, sobretudo de autores marxistas.

A perspectiva de uma economia solidária desapparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se ao desenvolvimento, no seu lugar, de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje, na França, por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública.

Economia solidária e economia social remetem hoje, portanto, como ilustra o caso francês, a dois universos distintos de experiências. O termo economia social serve, inclusive, para designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte. É justamente em relação às características atuais assumidas pela economia social que vem se demarcar a noção de economia solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação. O que nos leva a defini-las como experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania. Para Laville (1999), isso implica um processo de “democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos”. A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social.

A especificidade da idéia de economia solidária

Assim, com a noção de economia solidária, a questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade. Se certas características organizacionais particulares (notadamente no que se refere ao aspecto democrático da organização do trabalho) são sublinhadas na apreensão desse termo, trata-se aqui, entretanto, sobretudo da inscrição sociopolítica das experiências que fundam essa noção. Esta é a razão pela qual enten-

demos que, para além de um conceito servindo para a identificação de um certo número de experiências com um estatuto diferente daquele da empresa capitalista, a noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Isso, em função precisamente da dimensão histórica desse fenômeno e das suas características fundamentais. Portanto, admitir a possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade através da idéia de economia solidária, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado.

Esse aspecto merece um maior esclarecimento aqui.⁷ Defendemos a tese de que se elabora uma outra forma de regulação da sociedade através desse fenômeno (mesmo que ainda de forma modesta hoje), pois ele articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos. Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). Essas experiências lidam portanto com uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade, via uma lógica de dívida⁸ (FRANÇA, DZIMIRA, 1999) Mas além desse aspecto da hibridação de economias, um outro forte traço característico vem marcar as iniciativas de economia solidária, contribuindo também com a afirmação de um outro modo de regulação da vida de grupos sociais em sociedade, que consideramos inerente a esse fenômeno. Trata-se do que

⁷ Conforme já tratamos em outros trabalhos. Ver França (2001a) e (2001b).

⁸ Tratamos da temática da dívida a partir do seu conceito antropológico, tal como originalmente desenvolvido por Marcel Mauss, em outros trabalhos. Ver França e Dzimira, 1999 e 2000.

chamamos de construção conjunta da oferta e da demanda. Ou seja, diferentemente do que ocorre na lógica da economia de mercado, que funciona na base de uma separação abstrata entre oferta e demanda (que supostamente viriam a se harmonizar por obra e graça divina, da tão sonhada mão invisível smithiana, o que, entretanto, nem sempre acontece na realidade), no caso da economia solidária a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas exprimidas pelos grupos locais. A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais.

Na prática, pois, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade.⁹ O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno

Na prática, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas.

de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Essa expressão, “economia solidária”, vem assim, num primeiro momento, indicar a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. E, ainda, sugerir, com essas experiências, a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Busca-se, portanto, neste texto, com base nessa noção de economia solidária, uma tentativa de problematização dessas novas práticas organizativas, a partir de um quadro de referências bem preciso: o de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente dos trabalhos de Karl Polanyi (1983).¹⁰ Com essa noção, abre-se uma perspectiva descritiva e compreensiva de pesquisa, que remete à análise de realizações que, em diferentes partes do mundo, representam hoje milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários implicados (EME, LAVILLE, 1996).

⁹ Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois essas experiências não parecem se orientar segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou, ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece se identificar com o registro de um comunitarismo herdado (como consideram A.Caillé e J.-L.Laville) : “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (prefácio a *Don et économie solidaire*, França e Dzimir, 2000). Além disso, o caráter inédito dessas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade em que as relações se caracterizam primeiro por uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou pela *Gesellschaft* (sociedade), pelo princípio societário (Tönnies), ou, ainda, pela socialidade societária (Weber). Dito de outro modo, se tais experiências se abrem sobre o espaço público ao elabora-

rem-se atividades econômicas que visam afrontar problemas públicos, mesmo comportando uma dinâmica comunitária, dificilmente tais iniciativas podem, portanto, serem associadas a formas tradicionais de organização. Não estariam elas, assim, constituindo uma espécie de “espaço público de proximidade”? Vale ressaltar ainda, e em todo caso, que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências no domínio das novas formas de solidariedade.

¹⁰ Em especial, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 1983. Nessa obra notável, do início da década de 50, Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reimbricação da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” introduzida pela modernidade, nos parece residir muito mais no processo de autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Essa ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais ou, ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da economia solidária visa justamente tornar mais humanas.

Contexto e delineamento de um fenômeno

Como fenômeno, a emergência de uma economia solidária está intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente – que se define cada vez mais como questão urbana –, num contexto atual, mas que remonta aos anos 1980, de crise do Estado-providência.¹¹ A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade. Esses foram fundados, historicamente, em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais – o Estado e o mercado – encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação salarial, sua estruturação fundamental. Poderíamos assim propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico de Castel (1995). Mas poderíamos ainda diagnosticar essa situação em termos de crise do equilíbrio fordista – se quisermos empregar uma expressão mais conhecida dos economistas. O fenômeno da economia solidária se apresenta, portanto, a nosso ver, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade.

Retornando à definição para afiná-la, diríamos, em resumo, que a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se, na Europa, por uma florescência de práticas socioeconômicas visando propor (a partir de iniciativas locais) serviços de um tipo novo, designado sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”. Para alguns, esse termo alude a um conjunto de serviços (outrora unicamente produzidos no seio da esfera doméstica) como ajuda em domicílio, jardinagem, consertos domésticos (bricolage), etc. e, para outros, a atividades recém-inventadas, como é o caso dos serviços que giram em torno

da questão da “mediação social” nos bairros, geralmente vinculados à idéia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local (LAVILLE, 1992). Foi justamente nos trabalhos em que descreveram essas práticas/experiências, articulando um modo de compreendê-las e apreender a singularidade desse fenômeno, que Laville e Eme forjaram a noção de economia solidária no início dos anos 1990.

Assistimos assim (do ponto de vista das implicações organizacionais) ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo, relativo, ao mesmo tempo, a seu modo de funcionamento e sua finalidade. Pois, essas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego, reforço da coesão social e geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social. As formas assumidas pelas experiências de economia solidária na Europa são bastante diversas: de creches parentais, passando por empresas sociais, sociedades de crédito, até os chamados clubes de troca ou organizações de autoprodução coletivas.¹²

Em síntese, portanto, se o termo economia solidária surge apenas recentemente, sua característica fundamental – a articulação entre as dimensões econômica, social e política – já se encontrava presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecida, conforme tratamos anteriormente. Isso nos leva a concluir que o projeto atual de uma economia solidária parece refletir uma espécie de reatualização do ideário original da economia social. Ela é, talvez, uma nova economia social.

A IDÉIA DE ECONOMIA POPULAR ENTRE FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA E MODOS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVO-DEMOCRÁTICOS – UMA REFERÊNCIA LATINO-AMERICANA

Própria do contexto latino-americano, que não possui a mesma configuração de Estado social típi-

¹¹ A problemática da economia solidária aparece amplamente articulada à realidade da chamada nova questão social nos principais países europeus, como é o caso da França em especial. A esse respeito ver, entre outros, os trabalhos de Jacques Donzelot (1991 e 1994) e Pierre Rosanvallon (1995). Propomos ainda uma síntese desse debate nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho de tese (ver FRANÇA, 2001a).

¹² Dada a heterogeneidade de iniciativas nesse universo da economia solidária na Europa e na França em particular, propusemos, em trabalhos anteriores, uma tipologia das formas de manifestação desse fenômeno, considerando quatro campos principais de iniciativas: o comércio justo, as finanças solidárias, as empresas sociais e a economia sem dinheiro (FRANÇA, 2001b).

ca da tradição européia, a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela “aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina” (RAZETO, 1991). Os biscates ou ocupações autônomas, as microempresas familiares, as empresas associativas ou, ainda, as organizações econômicas populares (OEP), constituem alguns dos exemplos de iniciativas desse universo.

Em se tratando de economia popular, e essa é uma característica fundamental que, a nosso ver, merece ser destacada, o registro da solidariedade permanece a base fundamental sobre a qual se erguem ou, melhor, se desenvolvem as atividades econômicas. Essas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários). Parece residir precisamente neste aspecto o traço maior característico dessa economia popular. Ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades.

Dito de outro modo, com o conceito de economia popular trata-se, segundo nosso entendimento, da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. Tal dimensão comunitária na ação comunitária, ou essa economia popular, articula-se em alguns casos com o plano institucional. Isso acontece, particularmente, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, muitas vezes acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares. A tradição do recurso ao *mutirão* nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum na nossa realidade, pode

ser considerada como caso ilustrativo dessa articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O *mutirão* é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos.

O *mutirão* é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos.

Economia popular e economia informal como expressões distintas

Se a referência ao tecido social local e a suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas é o que marca ou define a própria idéia de economia popular, reside precisamente neste aspecto a possibilidade de sua distinção em relação à noção de economia informal.¹³

De fato, essa distinção deve ser sublinhada.¹⁴ A economia informal assume, na maioria dos casos, a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais e não apresentando, desse modo, uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral. Entretanto, uma tal distinção aparece, na maioria das vezes, de modo bastante sutil à primeira impressão, sendo a economia informal e a economia popular comumente percebidas como expressões sinônimas e, isso, em razão do caráter de movimento multiforme próprio à idéia de economia popular. Esta última compreende um amplo leque de iniciativas socioeconômicas, mais ou menos autocentradas ou heterocentradas (voltada para fora dela própria como organização). Isto é, oscilando de simples formas de sobrevivência dos mais pobres (marcados por um alto grau de

¹³ Para uma apreciação mais detida acerca dessa noção ver Lautier (1994) e Kraychete (2000).

¹⁴ Do mesmo modo que aquela entre economia popular e economia subterrânea ou oculta. Esta funciona na maioria dos casos sob o registro da violência: trata-se em geral de formas de organização despóticas repousando sob modos específicos de solidariedade. Esse esforço de distinção conceitual é particularmente importante de desenvolver, pois alguns poderiam enxergar na organização do tráfico de drogas em certas favelas cariocas, por exemplo, os sinais de manifestação de uma economia popular.

precariedade institucional) até a idéia de modos de organização democráticos, ou seja, abertos sobre o espaço público – este é, particularmente, o caso de um certo número de experiências de associação e de “cooperativização” encontradas hoje.

Os desafios em torno desse universo da economia popular tornam-se mais claros no debate em que se contrapõem, de um lado, uma visão que o associa, ou melhor, o reduz à idéia de uma estratégia de sobrevivência – o que significa interpretá-la como amortecedor dos efeitos da crise – e, do outro lado, sua compreensão como motor do desenvolvimento.

Neste sentido, é o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento que está em questão. A capacidade que terá essa economia popular para se constituir como um setor ao mesmo tempo autônomo e interdependente relativamente às esferas dominantes (Estado e mercado) está intimamente ligada, a nosso ver, à formulação de uma visão de desenvolvimento que possa se assentar sobre uma concepção plural da economia.¹⁵ Porém, não nos encontramos exatamente nesse quadro. As concepções dominantes do desenvolvimento, em que a ênfase é posta na centralidade do mercado, privilegiando-se a idéia de crescimento econômico, atribuem a essa economia popular um lugar bastante subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral: sua representação é comumente associada à idéia de uma espécie de “economia dos centavos” ou de uma “economia dos pobres”, destituída, portanto, de um alcance transformador maior.

A esse respeito torna-se instrutivo observarmos como certos discursos se reelaboram, sobretudo no seu sentido mais retórico, na busca de novos padrões de legitimidade em face das transformações em curso. Esse é particularmente o caso da visão dos economistas mais convencionais, em geral de inspiração neoclássica, que sempre desconheciam essa distinção entre economia informal e economia popular, desprovidos, como habitualmente o são, de uma visão sociopolítica dos fenô-

menos produtivos. Pensando economia informal e economia popular do mesmo modo, mas privilegiando a primeira rubrica, a perspectiva liberal tem elaborado novas estratégias em relação a essa questão, tal como aparece recentemente no discurso de certas instituições internacionais. A esse respeito, a observação lançada por Lautier (1995) parece particularmente esclarecedora do jogo político subjacente a essa discussão. Para esse autor, depois que as grandes instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, se deram conta dos limites do mercado na sua capacidade de satisfazer necessidades, a imagem de uma economia informal, “que estava carregada de todos os vícios” (fraca produtividade, baixos níveis de rendimento, evasão fiscal, condições de trabalho penosas, ausência de proteção social, etc.), subitamente ampara-se de todas as virtudes (motor de geração de emprego e de renda, substituto de um Estado à bancarrota, lugar de desenvolvimento da solidariedade, etc.). “Ela está, para o Banco Mundial, no centro da luta contra a pobreza” (LAUTIER, 1995:32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, portanto, que as diferenças entre esses termos estão relacionadas ao próprio contexto ou lugar socio-histórico onde foram elaborados. A banalização do termo terceiro setor deve-se, desse modo, à própria influência política e cultural do contexto norte-americano, que hoje se impõe ao resto do mundo.

Parece-nos instrutivo notar, assim, que cada termo sugere uma abordagem específica sobre o papel dessas organizações que não são nem públicas nem privadas (ou são as duas coisas ao mesmo tempo). O que então nos parece problemático no conceito de terceiro setor, muito largamente empregado? Em primeiro lugar, conforme visto, a perspectiva anglo-saxônica pensa a solidariedade sobretudo nos termos da filantropia, que representa apenas uma forma específica de manifestação solidária, o que elimina qualquer possibilidade de compreensão das mais diversas formas de auto-ajuda, de reciprocidade, assim como da própria lógica da dádiva, que são muito presentes na manifestação

¹⁵ Nossa discussão sobre a economia plural se coloca em termos de revisão dos pressupostos habituais de explicação do caráter e natureza da atividade econômica, particularmente daquele que a reduz à idéia de (ou ao princípio do) mercado auto-regulado. Nós nos posicionamos aqui numa perspectiva de antropologia econômica, especialmente inspirada nos trabalhos de Polanyi. Sobre esse ponto, ver França (2001a e 2001b).

dos fenômenos de solidariedade em contextos os mais diversos.¹⁶

Em segundo lugar, o que nos parece também problemático na definição habitual de terceiro setor é a ênfase atribuída ao suposto caráter funcional que deve ocupar esse espaço de atividades e iniciativas. Daí o fato mesmo de sua qualificação como “setor”. Um “setor” à parte, terceiro portanto, que viria representar uma forma de ajuste do sistema capitalista mais geral, que seria, nessa visão, constituído fundamentalmente pelo Estado e pelo mercado. Isso significa esquecer-se do que se elabora fora dessas instâncias, ou seja, na própria esfera da sociedade. Neste modo de visão funcionalista, o papel do terceiro setor aparece subordinado às duas outras esferas. Seu sentido é o de preenchimento das lacunas abertas deixadas pelo Estado e mercado na sua capacidade de satisfazer necessidades, e seu papel é suplementar na economia – existiria a reboque dessas duas instâncias principais.

Trata-se assim de um ângulo de visão que privilegia largamente um enfoque econômico de análise do terceiro setor, refletindo apenas uma realidade parcial desse âmbito de experiências. Isso implica dizer que, se a expressão terceiro setor não deve ser abolida, sua compreensão pode ser complexificada. O termo terceiro setor convida, segundo nosso entendimento, à sua desconstrução, à elaboração de novos modos de interpretá-lo. Dito de outro modo, para além de uma abordagem funcionalista ou economicista do terceiro setor, parece-nos bastante instrutiva a adoção de uma perspectiva ou de um enfoque sociopolítico. Neste caso, devemos considerar esse espaço que não é nem mercantil nem estatal como um componente do espaço público, o que sugere uma idéia bastante inovadora: as atividades econômicas devem ser pensadas também como um problema da sociedade, como um problema de espaço público. Desse modo, pretende-se revisitar o sentido origi-

nal da própria idéia de economia. Ou seja, se a economia pode ser entendida como uma forma de produção e distribuição de riqueza, esta não se esgota na lógica mercantil. Ao contrário, o mercado auto-regulado aparece como apenas uma forma possível de alocação de recursos ou de produção e distribuição de riqueza, isto é, apenas um princípio econômico possível, ao lado de outros como a redistribuição estatista e a própria reciprocidade. Assim,

Devemos considerar esse espaço que não é nem mercantil nem estatal como um componente do espaço público, o que sugere uma idéia bastante inovadora: as atividades econômicas devem ser pensadas também como um problema da sociedade, como um problema de espaço público.

ao invés de reduzirmos o conceito de economia à idéia de mercado, parece-nos mais adequado defini-la em termos de economia plural. Ou seja, uma definição de economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico. Desse modo, torna-se possível reconhecer, avaliar e compreender de modo mais adequado, sobretudo em sociedades como a nossa, o que se produz fora do circuito do Estado e do mercado, muitas vezes de maneira não-monetarizada

e que, por isso mesmo, em geral é avaliado de modo depreciativo. Essa é particularmente uma das formas de colocar a questão da economia solidária e as novas tendências de desenvolvimento da economia popular, ou seja, as formas de organização do trabalho que tentam articular diferentes registros da ação econômica ou três formas de economia: mercantil, não-mercantil e não-monetária. Nossa argumentação aqui pretende, desse modo, ultrapassar a idéia de economia de mercado como fonte única de riqueza, mas também condenar a redução das demais dimensões econômicas à condição de formas parasitárias desta última. Esta visão mais larga da economia implica, pois, enxergar estes três pólos na sua complementaridade, como, ao mesmo tempo, criadores e consumidores de riqueza. Nesta maneira de olhar a economia, sua redução à idéia exclusiva de mercado tornando-se insustentável, é o mito do progresso, a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que são questionados.

Nesse novo enfoque, não se trata de considerar, portanto, o terceiro setor como um setor inde-

¹⁶ Para uma discussão específica sobre a lógica da dívida articulada à noção de economia solidária, ver França e Dzimira, 1999 e 2000.

pendente, à parte, com uma função apenas de ajuste social dentro do sistema, mas “um espaço intermediário na interseção do Estado, do mercado e do setor informal. Religando esses diferentes espaços, combinando diversos recursos e racionalidades sociais, ele se caracteriza pela diversidade dos modos de hibridação implantados pelas associações que o constituem” (EVERS, 2000:567). Nesta outra perspectiva de compreensão do terceiro setor, tenta-se sublinhar a vocação de muitas dessas iniciativas a interagir com as esferas do Estado e do mercado (em lugar de constituírem um setor independente, mais um), mas numa perspectiva de subordinação da lógica mercantil ou burocrática ao projeto associativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHAMBAULT, E. *Le secteur sans but lucratif en France*. Paris: Economica, 1996.
- BORZAGA, C. *Il terzo sistema: una nuova dimensione della complessità economica e sociale*. Padova: Padova Fondazione Zancan, 1991.
- CASTEL, R. *Les metamorphoses de la question social*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- CAILLE, A. *Anthropologie du don, le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. (Col. Sociologie économique).
- DONZELOT, J. (Org.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Esprit, 1991.
- EVERS, A. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur – Les contributions européennes sur la protection sociale et l'économies plurielles. *Revue Sociologie du Travail*, Paris, n.4, v.42, oct./dec. 2000.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém público – o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. *Don et économie solidaire*. Paris: CRIDA/MAUSS, 2000 (Collection La Petite Bibliothèque du MAUSS).
- _____. *Economia solidária e dádiva*. *Organizações e Sociedade*, Salvador: EAUFBA, v.6, n.14, jan./abr. 1999.
- FRANÇA, G. (a). *Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité: le phénomène de l'économie solidaire en question – l'expérience des régies de quartier au carrefour de logiques diverses*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université Paris VII, 2001.
- FRANÇA, G. (b). *Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos)*. *Organizações e Sociedade*, Salvador: EAUFBA, v.8, n.20, jan./abril 2001.
- _____. *L'économie solidaire au Brésil*. *Revue du GERFA*. Paris: Groupe d'études et recherche sur le fait associatif, n. 2, premier sem. 2001.
- LAVILLE, J. L.; EME, B. *Pour une approche pluraliste du tiers secteur*. *Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier: France/Brésil - Politiques de la question sociale), p.166, premier sem. 2000.
- _____. *Qu'est-ce que le tiers secteur?*. *La Revue du MAUSS*, Paris: La Découverte, semestrielle n.16 (L'autre socialisme - entre utilitarisme et totalitarisme), second sem. 2000.
- _____. *Economie plurielle, économie solidaire: précisions et compléments*. *La Revue du MAUSS*, Paris: La Découverte, n.7, 1996. (Vers un revenu minimum inconditionnel).
- _____. *Les services de proximité en Europe*. Paris: Syros, 1992.
- _____. *Economie et solidarité: esquisse d'une problématique*. In: _____. (Org.). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. (Col. Sociologie économique).
- _____. *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. (Col. Sociologie économique).
- _____. *Le tiers secteur, un objet d'étude pour la sociologie économique*. *Revue Sociologie du Travail*, Paris, n.4, v.42, oct./dec. 2000.
- LAUTIER, B. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1994. (Collection Repères).
- _____. *L'économie informelle: ultime chance du développement?* *Cahiers Marxistes*, Bruxelles, n. 199, p.17, juil./août, 1995.
- MAUSS, Marcel. *L'essai sur le don*. In: _____. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- _____. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- NYSENS, M. *Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique*. *Sociologie du Travail*, n.4, v.42, oct./déc. 2000.
- POLANYI, K. *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983.
- RAZETO, L. *La veine populaire dans l'économie latino-américaine*. *La Revue Nouvelle*, n.2, tome 93, fév. 1991.
- ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale – Repenser l'Etat-providence*. Paris: Seuil, 1995.
- SALOMON, L.; ANHEIER, H. *In search of nonprofit sector: the quest for definition's*. *Voluntas*, v.3, n.2, p.267-311, 1992.

O combate à pobreza e suas vítimas¹

Paul Singer*

Resumo

Neste artigo, aborda-se a responsabilidade pela pobreza, aqui atribuída não às suas vítimas, mas à estrutura das sociedades capitalistas, cujo sistema de incentivos torna cumulativos os efeitos tanto dos êxitos como dos fracassos individuais, e destaca-se o consenso que tal idéia vem alcançando. Menciona a ajuda mútua como uma arma poderosa que irá possibilitar às vítimas da pobreza a conquista da autoconfiança e a consciência de seu próprio valor, e ressalta e que a reinserção social sob diversas formas de produção associadas, exige um sistema de incentivos diferente do que prevalece no capitalismo e produz a exclusão. Considera também a necessidade de proporcionar à economia solidária ora em construção, condições objetivas para o seu financiamento e a criação de mercados para sua produção.

Palavras-chave: pobreza, produção associada, cooperação, ajuda mútua, economia solidária.

Abstract

This article covers the fact that the responsibility for poverty is not of its victims, but of the social structure of capitalist societies, whose system of incentive turns cumulative the effects both of individual successes and failures, and stresses the consensus that such idea has reached. It mentions mutual help as a powerful weapon which will allow poverty victims self-confidence and the awareness of their own value, as well as the fact that social insertion under several forms of associated production requires a system of incentives which is different from the one which prevails in the capitalist system and generates exclusion. It also considers the need to give solidarity economy, now under construction, objective conditions for its financing and development of markets for its production.

Key-words: poverty, associated production, cooperation, mutual help, solidarity economy.

Está se tornando consensual que a responsabilidade pela pobreza não é de suas vítimas (a não ser em grau muito secundário), mas da estrutura das sociedades capitalistas, cujo peculiar sistema de incentivos torna cumulativos os efeitos tanto dos êxitos como dos fracassos individuais. Os perdedores, pelo desemprego, pelo avanço técnico, por infortúnio pessoal ou familiar e inúmeras outras causas têm chances cada vez maiores de se tornarem perdedores de novo, porque contam com menos recursos materiais e psicológicos, porque seus fracassos fazem com que percam a confiança dos outros e principalmente a própria. E os ganhadores têm chances crescentes de voltar a vencer nos mercados porque acumularam recursos, têm a confiança dos outros, etc. etc.

Se o Estado nada fizesse, a sociedade em pouco tempo estaria dividida em ganhadores perpétuos e perdedores perpétuos, o que seria intolerável do ponto de vista político tanto quanto do ético. O combate à pobreza, portanto, está na ordem do dia pública. Ele pode ser travado de duas formas: macroeconômica e microeconômica. A primeira consiste em acelerar o crescimento da economia, o que reduz o desemprego e aumenta o poder de barganha dos sindicatos, que tendem a usá-lo para conquistar a elevação dos salários mais baixos. O combate macroeconômico à pobreza melhora a renda de todo mundo e, na ausência de políticas redistributivas fortes, beneficia mais os que já ganhavam mais, por causa do sistema peculiar de incentivos descrito acima.

* Paul Singer é economista, ex-secretário municipal do Planejamento de São Paulo, professor titular na Universidade de São Paulo (USP), Coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

¹ Este artigo apareceu originalmente em *Valor Econômico* de 19/03/01 e 02/04/01, que gentilmente o cedeu à *Análise e Dados* para republicação.

O crescimento econômico em geral reduz a pobreza, mas não chega a beneficiar os muito pobres, as vítimas da pobreza crônica, que se transmite de pais a filhos e resulta em exclusão social. Por isso, o combate microeconômico à pobreza é imprescindível. Os que têm escolaridade nenhuma ou baixa, moram em bolsões de pobreza e sequer têm roupa 'apresentável' e dinheiro para condução, não têm como procurar emprego e são registrados nas estatísticas como 'ocupados' (quando fazem biscates) ou, mais freqüentemente, como 'fora da força de trabalho'. Quando a economia cresce, o desemprego cai mas eles continuam tão pobres quanto antes.

O combate microeconômico consiste na ajuda direta às vítimas da pobreza. Mas uma parte desse combate é inócuo, não elimina a pobreza, na melhor das hipóteses atenua seus efeitos. Distribuir pequenas quantias de dinheiro, alimentos, agasalhos, brinquedos, remédios etc. ajuda os pobres, mas não muda sua condição. Quando a distribuição cessa (e quase sempre cessa) a sua pobreza é ainda mais cruel. Também promover cursos profissionalizantes em massa, de curta duração, não resolve porque não aumenta a demanda por trabalho. Se alguns dos que passam por tais cursos por acaso conseguem emprego, em geral é porque tomam o lugar de outros, que ganhavam mais. Treinamento em massa aumenta a oferta de trabalho mais qualificado, o que favorece basicamente os empregadores.

A qualificação profissional só é efetiva no combate à pobreza se ela habilitar os alunos a gerar seu próprio trabalho e renda. O que exige muito mais do que ensinar algumas técnicas rudimentares, que serão esquecidas se não houver prática contínua em trabalho regular. É necessário ressocializar as vítimas crônicas da pobreza, o que implica, em primeiro lugar, lhes dar atenção *individual*, porque cada pessoa é única em suas circunstâncias. Alguns dos que são pobres por gerações são desnutridos, outros são analfabetos funcionais, outros sofrem de dependência de intoxicantes, outros têm problemas de saúde física, outros de saúde mental, etc.

Mas seus potenciais também são variados: alguns são inteligentes e vivos, outros têm talento para com-

putação ou música, outros têm o dom da expressão, etc.. Combater a pobreza é habilitar cada uma de suas vítimas a entrar em algum mercado por conta própria, produzindo e vendendo e, com o ganho, acumulando recursos materiais e psicológicos para se tornar ganhador. O que não é fácil de lograr isoladamente. Inúmeras experiências mostram que vítimas crônicas da pobreza conseguem se capacitar ao se unir a outros, num esforço coletivo de

criar novas empresas. A ajuda mútua é uma arma poderosa que lhes permite conquistar autoconfiança, consciência do seu próprio valor, além de ser muito funcional para dividir o trabalho e promover o aumento da produtividade.

A reinserção social das vítimas da pobreza sob diversas formas

de produção associada exige um sistema de incentivos diferente do que prevalece no capitalismo e que produz a exclusão.

É necessário ressocializar as vítimas crônicas da pobreza, o que implica, em primeiro lugar, lhes dar atenção individual, porque cada pessoa é única em suas circunstâncias.

O COMBATE À POBREZA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Do ponto de vista do combate à pobreza é preciso distinguir dois tipos de pobres: os integrados à economia de mercado, ainda que de forma precária (trabalhadores subcontratados, empregados de prédios, taxistas de frota, vendedores de porta a porta) e os que se encontram à margem dela. Entre os primeiros é preciso incluir os desempregados, pois quem se pode dedicar à procura de trabalho tem seu sustento garantido por algum familiar integrado à economia de mercado.

Para retirar da pobreza os que estão integrados é preciso elevar o nível de ocupação na economia, tornar mais efetivo o cumprimento da legislação do trabalho e aumentar o salário mínimo. O que implica acelerar o crescimento da economia brasileira mediante a redistribuição da renda, a baixa dos juros e ampliação da disponibilidade de crédito e a expansão do gasto social pela União, estados e municípios.

Mas a aceleração do crescimento da economia não atingirá os pobres marginalizados a não ser em décadas, o que é eticamente intolerável. A for-

ma clássica de marginalização é a agricultura de subsistência nas regiões mais atrasadas, o que leva a crer que o grosso de suas vítimas viva nos bolsões rurais de pobreza. Mas isso não é verdade. Parte substancial dos pobres mora nas cidades (76%), inclusive nas metrópoles (46%).² São pessoas que ganham a vida vendendo bens ou serviços com ganhos insuficientes para que possam satisfazer suas necessidades básicas. Sua sobrevivência depende de encontrar quem lhes compre seu trabalho ou algo que produziram, dia a dia, quando não várias vezes ao dia. Nessas condições, pensar o futuro é impossível, o que torna a pobreza estrutural.

Para arrancar os marginalizados dessa situação não basta lhes transferir renda, embora programas de renda mínima e bolsa-escola dêem – pelo menos aos mais jovens – chance de quebrar esse círculo vicioso. É preciso lhes proporcionar meios de produção e os recursos culturais para poder empregá-los bem. No campo isso significa distribuir terra, capital em dinheiro para adquirir ferramentas, sementes etc., crédito e extensão agrícola. E a consciência de que a cooperação e ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente. É preciso mobilizar as comunidades marginalizadas, capacitá-las a se organizar, cooperar e interagir solidariamente. E lhes dar recursos materiais e intelectuais (tecnologia de produção, marketing, financeira, etc.) para poder competir nos mercados.

O combate à marginalização já está sendo feito por uma grande variedade de Organizações Não-

Governamentais, entre as quais se destacam a Cáritas, o Movimento da Cidadania Contra a Miséria pela Vida, MST, Anteag, Agência de Desenvolvimento Solidário (CUT), Incubadoras Universitárias de Cooperativas, Fase, Napes, etc. Elas já ajudaram a criar centenas de empreendimentos solidários em poucos anos e algumas estão começando a receber ajuda mediante convênios com governos estaduais e municipais. Como se trata dum processo de mudança de mentalidades e relacionamentos sociais, ele não

so de mudança de mentalidades e relacionamentos sociais, ele não pode ser acelerado de fora para dentro. Mas a carência de recursos impede que ele possa crescer aproveitando plenamente sua potencialidade. Nessa medida, um apoio da União, sobretudo a ações de resgate das populações em bolsões de pobreza nas regiões atrasadas, é oportuno e necessário.

É preciso proporcionar à economia solidária em construção

condições objetivas de se financiar e criar mercados para sua produção. Para tanto, o Banco Central tem de retirar as proibições e restrições à criação e desenvolvimento de cooperativas de crédito e bancos do povo, que no mundo inteiro se tornaram reconhecidamente as bases de reprodução da pequena produção de mercadorias e da economia solidária. O Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve ajudar ativamente a construção duma rede de crédito solidário, que empreste aos pobres tanto para ajudá-los em seus apertos como para lhes permitir trabalhar e ganhar a vida decentemente.

O Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve ajudar ativamente a construção duma rede de crédito solidário, que empreste aos pobres tanto para ajudá-los em seus apertos como para lhes permitir trabalhar e ganhar a vida decentemente.

² Dados da PNAD de 1995, trabalhados por ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização*. Rio de Janeiro: IPEA/Dipes, 1997

Fato associativo e Economia Solidária¹

Jean-Louis Laville*

Resumo

Aborda-se, inicialmente, o paradoxo que seria a existência de uma crise do trabalho voluntário, motivada pela predominância do individualismo e dos interesses hedonistas, e, por outro lado, o crescimento e a boa imagem das associações. A questão é aprofundada contrapondo-se às explicações da economia neoclássica para o fato associativo às análises histórico-compreensivas. Nestas, empreendidas pela sociologia e ciências políticas, recusa-se o prisma utilitarista, referindo-se, entre outros elementos, um laço societário que manifesta uma racionalidade em valor e não em finalidade, e atribui-se a originalidade da associação moderna à sua relação com o espaço público, no qual se encontram cidadãos de uma mesma democracia. Enfatiza-se a referência às relações de cooperação e solidariedade no fato associativo e, finalmente, conclui-se que a proposta atual não é a substituição do Estado pela sociedade civil nem a dissolução desta no mercado, mas o reforço mútuo entre democratização da sociedade civil e democratização das instituições públicas.

Palavras-chave: associação, trabalho voluntário, mercado, sociedade civil, práticas cooperativas.

Ao dizer, desde o século XIX, que numa democracia a ciência da associação é a ciência-mãe, Tocqueville mencionava a importância, na vida moderna, da associação como liame social voluntário. Esse autor considerava ainda que a explicitação dos fatores que impulsionam a propensão a se associar é uma das tarefas mais importantes das ciências sociais. Ao iniciar-se o século XXI, quando se comemora na França o centenário da lei que reconheceu o direito de associação, a paisagem parece, pelo menos, apresentar contrastes.

Alguns observadores e atores associativos inquietam-se com a crise do trabalho voluntário. Segun-

Abstract

We address initially the paradox of what would be the existence of a volunteer work crisis motivated mainly by individualism and hedonist interests. On the other hand, we address the increasing good image of the associations. The issue is deepened as a counterpoint to the explanations of the neo-classical economy for the associative fact of comprehensive-historical analysis. In those ones, carried out by sociology and political sciences, the utilitarian prism is refused and we refer, among other elements, a society tie which expresses a rationality in value and not in aims, and attributes originality of the modern association to its relationship with public space in which citizens of a same democracy are found. We emphasize the reference to the relations of cooperation and solidarity in the associative fact and finally we conclude that the present proposal is not either a substitute to the State by society or the dissolution of it in the market, but the mutual reinforcement between democratization of society and democratization of public institutions.

Key-words: association, volunteer work, market, society, cooperative practices.

do eles, trata-se do «fim dos militantes»² e não se acharia mais quem tivesse a disponibilidade necessária para participar das numerosas reuniões que pontuam a vida associativa. Os associados infatigáveis, devotados de corpo e alma à causa, estariam sendo substituídos por membros egoístas e consumistas que privilegiariam as associações de esportes e lazer. O individualismo teria invadido um setor associativo, de agora em diante destinado à satisfação de interesses hedonistas. Mas essas observações, feitas com base na evolução de associações antigas e confirmadas pelas estatísticas sobre

* Jean-Louis Laville é sociólogo do CRIDA-LSCI, CNRS, Paris, coordenou a publicação *Association, démocratie et société civile*, Paris: La Découverte, 2001, e é autor, com Renaud Sainsaulieu, de *Sociologie de l'association*, Paris: Desclée de Brouwer, 1997.

¹ Uma versão sintética deste artigo, sob o título "L'association comme lien social", foi publicada pela revista *Sciences humaines*, juin-juillet, 2001 (hors série n° 33). Tradução Regina Martins da Matta.

² Retomando o título de um livro de Ion, J. *La fin des militants*. Paris: Éditions de l'Atelier, 1997.

a estagnação da participação nessas entidades, não são suficientes para abarcar o conjunto das práticas associativas. Se elas são globalmente estáveis, ainda assim despertam o interesse de 40% dos franceses adultos, um homem em dois e uma mulher em três, com um desvio entre os sexos que tende a diminuir. O número de associações cresceu de modo acelerado desde os meados dos anos 1970: de 20.000 em 1975, passou a 60.000 por ano na década de 1990. Oito franceses em dez interessam-se pela vida associativa e têm uma boa imagem das associações, centrada no trabalho voluntário e na solidariedade. Para 80% dos franceses a associação é uma idéia do futuro.³

Paradoxo: a asfixia convive com um impulso sem precedente. Essa velha senhora associativa, que muitos pensam esgotada, exhibe, para os seus cem anos, uma vitalidade inédita. Como abordar esse paradoxo? Talvez começando por retomar a questão de Tocqueville – «por que se associar?» – e examinando o que as ciências sociais, ao tentar respondê-la, propõem como hipóteses explicativas. A esse respeito, tanto em economia quanto em sociologia e em ciências políticas não faltam reflexões sobre as razões para a existência das associações.

AS ANÁLISES DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA

A corrente dominante na análise das associações, no âmbito internacional, vincula-se à economia neoclássica⁴ e as apreende pelo viés dos fracassos do mercado, relativamente ao fornecimento de serviços individuais, e do Estado, no que se refere ao fornecimento de serviços coletivos.

O teorema fundamental da economia neoclássica demonstra a eficácia da alocação dos recursos pelo mercado composto de consumidores que maximizam a utilidade e de empresas que maximizam o lucro. A eficácia é definida de acordo com Pareto, ou seja: encontra-se otimizada a alocação de recur-

sos se é impossível modificar essa alocação de maneira a aumentar o bem-estar de alguns indivíduos sem deteriorar a vida de ao menos um outro. Mas esse resultado é válido se um conjunto de condições é atendido: homogeneidade dos produtos, atômica das ofertas e das demandas, transparência do mercado, informação perfeita, liberdade e mobilidade perfeita dos compradores e dos vendedores. É suficiente que uma dessas condições, tão rigorosas, não seja cumprida para que a alocação dos recursos pelo mercado não seja ótima e, assim, leve à busca de outros mecanismos. No essencial, talvez o argumento possa ser assim resumido: em alguns casos de troca, existe, dada a natureza do bem ou das características das pessoas implicadas, obstáculos que emperram a transação. Formas organizacionais, entre as quais as associações, podem então ser mobilizadas para corrigir as imperfeições do mercado.

A causa principal da precariedade do mercado é a existência de assimetrias de informação, ou seja, o usuário não tem acesso às informações de que o prestador do serviço dispõe. É o caso, por exemplo, de serviços como os de cuidar de pessoas idosas em domicílio ou de cuidar de crianças: o usuário encontra-se fragilizado pela urgência da necessidade e não pode avaliar adequadamente a qualidade do que lhe é oferecido. A demanda excedendo a oferta, a escolha é limitada e, uma vez obtido o serviço, a troca é custosa em tempo e dinheiro. Essa vulnerabilidade dos usuários abre a porta para comportamentos oportunistas por parte de quem oferece o serviço. Problemas de assimetria de informações podem também ocorrer se o consumidor não está presente durante a prestação do serviço, caso, por exemplo, de um pai que deixa seu filho numa creche.

Para solucionar esse fracasso do mercado, a teoria neoclássica preconiza o recurso a organizações que podem suscitar a confiança dos usuários por apresentar características capazes de tranquilizá-los. É nesse ponto que as associações se beneficiam de uma vantagem específica, a ausência de fins lucrativos. O estatuto jurídico da associação, com sua exigência de não-redistribuição do lucro, pode constituir um signo para a confiança, uma vez que o serviço não será superfaturado para aumen-

³ Segundo a pesquisa do Centro de Pesquisa para o Estudo e a Observação das Condições de Vida (Credec) realizada em 1999 para as *Assises nationales de la vie associative*.

⁴ A apresentação mais sintética, em francês, dessas teorias, principalmente anglo-saxônicas, é a de Marthe Nyssens: *Les approches économiques du tiers secteur: apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique*. In: Lallement, M. et Lavielle, J.L. (Coord.). *Qu'est-ce que le tiers secteur? Associations, économie solidaire, économie sociale*. *Sociologie du travail*, n° 4, 2000.

tar a remuneração dos acionários. Esse argumento é central no seio da literatura anglo-saxônica sobre as associações, na qual, bem logicamente, essas são definidas como organizações não-lucrativas (*non profit organizations*), encontrando-se o setor associativo identificado ao setor sem fins lucrativos. A não-lucratividade é definida como o modo de organização suscetível de suscitar a confiança das partes interessadas e de diminuir a ocorrência de comportamentos oportunistas. As associações, como estruturas sem fins lucrativos, propõem aos consumidores uma solução diferente daquela própria das empresas com fins lucrativos.

Os problemas de assimetria de informação, que engendram riscos de oportunismo, concernem aos bens divisíveis, ou seja, àqueles que são consumidos individualmente. Mas existem outros bens que são coletivos, ditos indivisíveis. Essa é a razão pela qual justifica-se que os serviços coletivos sejam financiados pelos impostos. Um tal processo de alocação de recursos não garante de forma nenhuma a eficácia do resultado. A solução escolhida pode privilegiar a satisfação das demandas do eleitor médio, deixando outras, específicas, sem respostas. Verifica-se, nesse caso, o fracasso do Estado, uma vez que algumas demandas continuam insatisfeitas. É dessa forma que Weisbrod⁵ explica a presença de organizações sem fins lucrativos que respondem a essa demanda insatisfeita, o que é ainda mais importante considerando-se que a sociedade é relativamente heterogênea de um ponto de vista social, cultural, religioso ou lingüístico. De fato, os agentes econômicos que não se encontram satisfeitos com o nível e as formas de produção públicas financiam, por meio de doações, a produção de outros bens e serviços. Eles confiam suas doações a associações, levando em conta seu capital de confiança.

James acrescenta que se pode explicar a oferta de associações pela existência de grupos de inspiração ideológica concorrentes.⁶ Efetivamente, não

⁵ Weisbrod, B. *The voluntary nonprofit sector*. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.

⁶ James, E. Comment. In: *The economics of nonprofit institutions: studies in structure and policy*, S. Rose-Ackerman (Ed.), New-York: Oxford University Press, 1986, p. 21-30.

se trata de empreendedores individuais, mas de grupos impulsionados por motivações de ordem religiosa ou ideológica que buscam maximizar lucros não-financeiros, tal como o número de participantes, ou que procuram ampliar seu poder de influência. Essas associações tenderão a oferecer bens e serviços nas esferas em que nem o mercado nem o Estado se fazem presentes.

AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA E DAS CIÊNCIAS POLÍTICAS

O estatuto jurídico da associação, com sua exigência de não-redistribuição do lucro, pode constituir um signo para a confiança, uma vez que o serviço não será superfaturado para aumentar a remuneração dos acionários.

Contrastando com as abordagens hipotético-dedutivas que foram apresentadas, um número significativo de pesquisas adota metodologias mais históricas e compreensivas. Elas enfatizam as dimensões sociopolíticas da associação, criticando a explicação do

interesse como único elemento mobilizador. Segundo essas abordagens, o foco no interesse individual, próprio da teoria econômica neoclássica, cria um problema singular ao explicar a associação. Supõe-se que a ausência de interesse material entre os promotores de associações, manifestada na não-lucratividade, engendre a satisfação do interesse material dos usuários. Essa constatação paradoxal remete a um interesse não-material por parte dos criadores, mas a noção de interesse torna-se então de tal modo polissêmica que dá lugar a que nos perguntemos sobre sua pertinência heurística.

O que economistas como Etzioni⁷ contestam na análise neoclássica é a pretensão a explicar o conjunto dos comportamentos humanos por escolhas racionais da esfera dos comportamentos instrumentais, ou seja, por escolhas voltadas para o resultado da ação. Os indivíduos são considerados apenas como consumidores e suas decisões tendem a maximizar suas vantagens. Dessa forma, o papel das organizações só é percebido através da sua função de produção de bens e serviços, ficando na sombra outras dimensões. Integração social ou participação democrática são instâncias ignoradas. As aborda-

⁷ Etzioni, A. *The moral dimension: toward a New Economics*. New-York: The Free Press, Mac Millan, 1988.

gens sociológicas e das ciências políticas buscam explicar o laço associativo de modo diferente daquele visualizado pelo prisma utilitarista.

Na linha de Weber, as associações estariam no âmbito do laço societário, manifestando uma racionalidade em valor e não em finalidade. A associação não reúne apenas indivíduos ligados por interesses comuns, mas pode basear-se em convicções. A adesão voluntária pode igualmente implicar um horizonte de inteligibilidade e de significação que é de ordem intersubjetiva, evocando a noção de agir comunicacional de Habermas.

Com esse autor, o que se identifica é a relação entre associação e acesso ao espaço público, ou seja, a instauração, na associação, de um diálogo orientado para a intercompreensão, graças ao exercício de uma liberdade «positiva», que repousa no engajamento livremente consentido nas práticas cooperativas.

O que torna original a moderna associação é sua relação com o espaço público, esse espaço de confrontação possível entre os cidadãos de uma mesma democracia, regido pelos princípios de liberdade e igualdade, condição de um mundo comum e, ao mesmo tempo, prova da sua existência. O compartilhar, que é próprio da associação, remete à comunidade política, ou seja, a «uma comunidade que nenhuma origem comum justifica ou fundamenta enquanto ela recusa, por princípio, qualquer comunhão final».⁸ Em termos durkheimianos, a modernidade da associação liga-se ao fato de que ela faz parte «de uma sociedade que nada transcende, mas que transcende todos os seus membros».⁹

Ademais, essa inscrição no espaço público se realiza a partir de redes interpessoais. A associação delimita um espaço que opera a passagem da esfera privada para a pública por um encontro interpessoal. Podendo pertencer, ao mesmo tempo, ao princípio societário e ao princípio comunitário, o fato associativo se desdobra, segundo os termos de

Caillé,¹⁰ na interface da “primaridade”, na qual a personalidade importa mais que as funções, «e da secundaridade», na qual as funções importam mais que a personalidade, e abre o que se poderia chamar «de espaços públicos primários baseados no interconhecimento».

As gradações dessa «intermediaridade» entre as esferas privada e pública podem ser variáveis. A lógica da organização voltada para o outro ou da ajuda

social corresponde à iniciativa na qual os promotores geram uma ação que supõem necessária ou desejável para um grupo de beneficiários do qual não fazem parte. A lógica da auto-organização ou da ajuda mútua corresponde à iniciativa na qual os promotores implementam uma ação para o grupo do qual eles acham que fazem parte.

Existem também tendências que «primarizam» o espaço associativo, concebendo-o como a reprodução de um espaço privado já constituído – nesse caso, opera-se com lógicas domésticas. Existem, no outro extremo, opções que consistem em «secundarizar» o espaço associativo, considerando-o como um movimento social em que as relações personalizadas contam menos que a capacidade coletiva de pressionar o sistema institucional para forçá-lo à mudança – nesse caso, a lógica da ação é a do registro cívico. Não esqueçamos, além disso, que se as associações se inscrevem no espaço público a partir de um encontro interpessoal, também estão ligadas a relações de poder porque, como diz Barthelémy, elas «mediatizam os conflitos ideológicos da sociedade global, contribuem para a formação das elites e para a estruturação do poder local e participam da definição das políticas públicas, legitimando a esfera político-administrativa». As associações relacionam-se a duas dimensões do político: de uma parte, à dimensão política não-institucional, cujo eixo localiza-se no potencial de ação dos cidadãos e que supõe que esses, praticamente, usam a liberdade positiva da qual dispõem formalmente e, de outra parte, à dimensão institucional, centrada no exercício do poder.

⁸ Tassin, E. Espace commun ou espace public? *Hermès*, n°10, 1992, p. 54.

⁹ Lazar, M. La République à l'épreuve du social. In : SADOW, M. (Dir.). *La démocratie en France*. Paris: Gallimard, 2000, p. 406.

¹⁰ Caillé, A. Don et association. Une seule solution, l'association? *Revue du MAUSS*, n° 11, 1^{er} semestre, 1998, p. 79.

A dimensão política da associação não poderia, contudo, fazer esquecer sua dimensão econômica de produção de bens e serviços e a de contribuição para o laço social. A associação não dissocia os campos do econômico, social e político, o que, por outro lado, engendra dificuldades de análise, uma vez que muitos estudos se concentram sobre um desses campos, segmentando-os segundo sua construção ou procedendo a abordagens monodisciplinares. Ao mesmo tempo que a associação é intermediária entre os espaços privado e público, é também intermediária entre político e econômico: essas duas dimensões coexistem no fato associativo, mesmo se as associações concretas podem ponderá-las de maneira diversa e privilegiar uma ou outra. As lógicas de ação doméstica evidenciam a socialização e a reprodução das relações hierarquizadas entre seus membros por meio de uma atividade econômica que deve contribuir para sua estabilidade, enquanto as lógicas de ação cívica dão prioridade à ação política; nesse caso, as atividades econômicas e as relações sociais são apenas um suporte para o plano político. Quanto às lógicas de ação social e de ajuda mútua, uma importância primordial é concedida aos bens e serviços fornecidos.

Essa imbricação de instâncias econômicas, sociais e políticas sugere que a iniciativa não tem a ver somente com uma racionalidade formal ou instrumental, mas inclui a referência a valores ou crenças como uma vontade de intercompreensão. As pessoas envolvidas são mais atores de mudança ou empreendedores, no sentido de Weber e Schumpeter, que indivíduos apenas racionais. Elas possuem a capacidade de pensar a novidade, de ir além das críticas suscitadas pela novidade, misturando assim elementos racionais e emocionais. Mais fundamentalmente, os indivíduos não se comportam como atores unicamente econômicos, trata-se de membros de famílias ou de comunidades (local, étnica, profissional...). Trata-se igualmente de cidadãos na esfera política. E é precisamente a sobreposição, ao mesmo tempo aberta e indefinida, dessas dimensões da identidade no seio do espaço público de

A dimensão política da associação não poderia, contudo, fazer esquecer sua dimensão econômica de produção de bens e serviços e a de contribuição para o laço social.

nossas sociedades que constitui o espaço associativo na esfera intermediária. Mistos complexos de desinteresse e interesse, as motivações e as razões de agir que aí se encontram são, ademais, um testemunho de que a associação é particularmente permeável às condições sociais nas quais ela se modela, sobretudo permeável aos contornos do sistema institucional. Daí uma conceitualização que insiste na dimensão intermediária do fenômeno associativo,

ênfatizando seu caráter fundamentalmente aberto e pluralista.

Essa concepção pode ser traduzida, de modo particular, com o uso de uma representação triangular para a análise do fato associativo, a qual integra «a grande variedade de fatores» que o constitui e o influencia. Esse quadro analítico serve de referência a duas

problemáticas próximas: uma, enfatiza os elementos constitutivos da proteção social e do *welfare*; a outra, insiste nos componentes de uma economia abordada como plural.

O triângulo proposto por Evers situa a associação entre famílias, mercado e Estado para dar conta da diversidade dos recursos que concorrem para a proteção social. Ele evidencia «um elemento importante, mas ignorado pelas diversas correntes da escola americana, a saber, o papel das comunidades informais e semi-informais, sobretudo da família, que é o coração dessas, como campo constitutivo de uma economia mista da proteção social».¹¹

Próxima e complementar é a abordagem da economia plural. Essa corrente insiste na pluralidade dos princípios econômicos, que pode ser inferida das contribuições convergentes de autores como Boulding, Mauss, Perroux, Polanyi ou Razeto Migliaro, os quais propõem uma definição extensiva da economia, distinguindo três princípios. Ao lado do mercado e da redistribuição pública, a ênfase é posta sobre a reciprocidade, que corresponde à relação estabelecida entre grupos ou pessoas graças à prestação de serviços que só ganham sentido pela vontade das partes interessadas de estabelecer um laço

¹¹ Evers, A. Le tiers secteur au regard d'une conception pluraliste de la protection sociale. In: *Produire les solidarités. La part des associations*. Paris: Mire/ Fondation de France, 1997.

social. O ciclo da reciprocidade se opõe à troca mercantil, porque ele é indissociável das relações humanas que põem em jogo desejos de reconhecimento e de poder, e distingue-se da troca redistributiva na medida em que não é imposto por um poder central.

Essas duas abordagens levam a relacionar ação associativa e ação pública, uma vez que as duas têm origem na resistência à utopia de uma sociedade de mercado – promovida pela corrente liberal desde o século XIX – e se encontram profundamente imbricadas.

Enquanto as diferentes graduações da teoria neoclássica viam as associações como organizações que intervinham em caso de falhas do mercado ou do Estado, a realidade histórica nega essa perspectiva. Na realidade, o desatrelamento¹² do mercado desencadeou reações da sociedade, entre as quais a constituição de associações e, depois, a construção de um Estado social protetor.

AS RAZÕES DA ATUALIDADE DAS ASSOCIAÇÕES

Aclarando a história, as concepções sociopolíticas também permitem apreender melhor os fatores explicativos, ao mesmo tempo políticos e socioeconômicos, para o fato de as associações voltarem a ser atuais.

Fatores políticos

O primeiro fator não deve ser negligenciado. Existe hoje um apelo às associações para que solucionem as disfunções institucionais. Nem todas as associações que se pode qualificar de pára-administrativas são “testas-de-ferro” da administração destinadas a escapar ao controle orçamentário público. Associações como as missões locais para o

¹² Polanyi, K. *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983. No Brasil, *A grande transformação*, lançado em 1980 (Editora Campus, São Paulo), teve a sua segunda edição em 2000. NT.

emprego de jovens ou outras iniciativas no âmbito das novas políticas sociais «transversais» buscam facilitar a cooperação em determinado lugar para resolver problemas que nenhuma instituição isolada chega a solucionar. A multiplicação das compartimentações no mundo administrativo, como a distância que separa as instâncias públicas das privadas, tem engendrado uma tendência a utilizar a forma associativa para impulsionar novas formas

A multiplicação das compartimentações no mundo administrativo, como a distância que separa as instâncias públicas das privadas, tem engendrado uma tendência a utilizar a forma associativa para impulsionar novas formas de governança que reúnem políticos, organizações privadas e públicas, parceiros sociais.

de governança que reúnem políticos, organizações privadas e públicas, parceiros sociais. Essas coordenações interinstitucionais são destinadas a promover abordagens mais integradas, partindo de um diagnóstico ao menos parcialmente partilhado, elaborado com base nas percepções dos diferentes participantes. Se essas parcerias, inegavelmente, mudam os comportamentos institucionais, não apresentam menos o risco de confinar a tomada das decisões às redes de especialistas, os quais elaboram, entre quatro paredes, uma engenharia social,

sem que daí resulte um progresso da participação cidadã.

É esse o motivo pelo qual, apesar da novidade de as instituições estimularem o associativismo, encontrar-se em outro lugar a principal razão para a dinâmica associacionista. Como os dados empíricos indicam, as razões para isso residem antes no crescimento acelerado do número de associações esportivas, culturais ou de lazer.¹³ A diminuição do tempo consagrado ao trabalho sustenta esse movimento e assiste-se na França, depois de noutros países, como na Itália, a emergência de uma reflexão sobre a articulação dos diferentes tempos sociais.¹⁴ Descobre-se, nesse momento, que o tempo dito «livre» não é necessariamente um tempo de desenvolvimento pessoal e de relações gratificantes, uma vez que é condicionado pelas desigual-

¹³ Juan, S. *L'utilité sociale de l'activité associative face à la professionnalisation et à la "marchandisation"*. *Sociologie du travail*, n° 2, vol. 41, avril-juin 1999, p. 195-207.

¹⁴ Conferir, por exemplo, o número especial da *Revue de la CFDT*, Sur les temps sociaux, n° 32, juin, 2000.

dades sexuais¹⁵ e sociais.¹⁶

Ao lado dessas razões, uma outra fonte contemporânea para a dinâmica associativa é a politização da vida cotidiana. Por muito tempo algumas facetas da sociedade não puderam ser interrogadas porque eram do âmbito do espaço privado ou porque repousavam sobre representações sociais que não podiam ser contestadas. Desde os anos 1960, as transformações verificadas nos modos de vida vêm introduzindo «no campo discursivo aspectos da conduta social que, antes, eram intangíveis ou estabelecidos por práticas tradicionais».¹⁷ Essa capacidade auto-reflexiva é ilustrada por movimentos como o feminismo ou a ecologia. Esses novos movimentos sociais emergem a partir dos anos 1960, exigindo uma melhor «qualidade» de vida. Trata-se de «substituir uma política do modo de vida por uma política do nível de vida»,¹⁸ de levar em conta as dimensões de participação nas diferentes esferas da vida social, de preservar o meio ambiente, de mudar as relações entre os sexos e as idades. Vozes se elevam para pôr em dúvida a capacidade da intervenção pública de suprir as insuficiências do mercado. Usuários denunciam lógicas burocráticas e centralizadoras de instituições redistributivas: segundo eles, a falta de aptidão para a inovação gera a inércia, o controle social e o clientelismo. E mais grave ainda: a inadequação diante de situações de vida diferenciadas explica a sobrevivência de fortes desigualdades por trás de uma aparente uniformização igualitária.

Essas formas de expressão assinalam uma modificação tendencial das formas de engajamento no espaço público. Ligado a um projeto de sociedade que implica uma ação por determinado período e amplas delegações de poder no âmbito de estruturas federativas, o militantismo generalista fragiliza-se, como mostram-nos certos engajamentos sindicais

As associações têm um lugar marcado pela ambivalência, impulsionando, ao mesmo tempo, modos de ação inovadores, mas o fazendo em um contexto em que deixam o flanco aberto para a acusação de acompanhar o desengajamento do Estado.

e ideológicos. Por outro lado, essa crise do trabalho voluntário, constatada entre as associações mais institucionalizadas, é acompanhada de uma efervescência associativa com engajamentos concretos, de duração limitada, centrados em atividades ou problemas particulares e operando em rede para fornecer respostas rápidas aos sujeitos envolvidos. Um dos indicadores dessa mudança é o crescimento do número de associações de «militantismo moral», que defendem causas como o anti-racismo ou como as que dizem respeito a pessoas privadas de direitos, a exemplo dos “sem-documento”¹⁹ ou dos sem-teto.²⁰

Fatores socioeconômicos

A revitalização do associacionismo está também ligada a evoluções sociodemográficas: envelhecimento da população, diversificação do perfil das famílias, progressão da atividade feminina.

Novas demandas de serviços exprimem-se em um período em que os governos se esforçam por conter as despesas dos Estados-Providência. As associações têm assim um lugar marcado pela ambivalência, impulsionando, ao mesmo tempo, modos de ação inovadores, mas o fazendo em um contexto em que deixam o flanco aberto para a acusação de acompanhar o desengajamento do Estado.

Em todo caso, seu impulso pode ser bem compreendido pela escalada, no conjunto da economia, dos serviços relacionais em que a atividade é baseada na interação direta e complexa entre prestador de serviço e destinatário.

Se as associações estavam ausentes da indústria, é lógico que elas “entrem em economia” quando 70% da população ativa trabalha nos serviços. Na encruzilhada da evolução sociodemográfica e econômica,

¹⁵ Méda, D. *Le temps des femmes*. Paris: Flammarion, 2001.

¹⁶ Mothé, D. *L'utopie du temps libre*. Paris: Esprit-Seuil, 1996.

¹⁷ Giddens, A. *Beyond left and right*. The future of radical politics. Cambridge: Polity Press, 1994, p. 120.

¹⁸ Perret, B.; Roustang, G. *L'Economie contre la société* (affronter la crise de l'intégration sociale et culturelle), Paris: Collection Esprit/Seuil, 1993.

¹⁹ *Sans-papier*: estrangeiros que querem permanecer num país, mas não dispõem da documentação legal para isso. NT.

²⁰ Cf. Filleule, O. *Sociologie de la protestation*. Les formes de l'action collective dans la France contemporaine. Paris, L'Harmattan, 1993; Mayer, N. (Dir.). Les collectifs anti-Front National. *Les Cahiers du CEVIPOF*, 13, septembre 1995; ver também o lugar que Alain Caillé confere a essas associações: Caillé, A. La société mondiale qui vient. In: Laville, J.L. et al. *Association, démocratie et société civile*. Recherches-La Découverte, 2001, p. 182-207.

quatro quintos das atividades associativas se dividem entre educação e pesquisa, saúde e serviços sociais, cultura, esportes e lazer e elas representaram 13% dos empregos criados entre 1980 e 1990.²¹

Esse aumento da importância das atividades econômicas associativas em um período de desestabilização das relações com os poderes públicos engendrou o aparecimento da temática da empresa social no seio dos países da União Européia nos últimos 15 anos do século XX.²² A associação tornar-se-ia o vetor de uma terceira figura da empresa social, que não é nem pública nem privada com fins lucrativos. O reconhecimento da empresa social é hoje atestado pelas leis adotadas na Itália, em Portugal ou na Europa nos anos 1990. Mas, além do fato de se criarem tais estatutos nesses países, o funcionamento de numerosas associações em toda a Europa é que realmente provou sua capacidade de resistir à mercantilização da vida social e de inventar outros modelos de ação em campos de atividade em que, ademais, investem grandes grupos privados.

A experiência evidencia que o caráter não-lucrativo das associações é menos determinante que sua capacidade de criar a confiança mediante o envolvimento de diferentes partes interessadas no serviço (usuários, profissionais, voluntários, financiadores). Como mostra-o o exemplo das *régies de quartier*,²³ que reúnem moradores, coletividades locais e representantes dos órgãos que gerenciam e financi-

am habitações populares, são os “espaços públicos de proximidade” que tornam possível uma construção conjunta da oferta e da demanda de serviços; eles integram a tomada da palavra coletiva dos moradores, que não são mais considerados como beneficiários, porém como atores de serviços. Essa estratégia de “*voice*”, no sentido de Hirschman, favorece a concepção de atividades que não poderiam ter sido imaginadas no seio de outros serviços

públicos e privados. Essa realidade merece ser objeto de reflexão no momento em que se fala de democracia da proximidade.

Essas experiências, fundadas sobre a mobilização de recursos voluntários, são também levadas a pesquisar um equilíbrio, drenando igualmente recursos mercantis e não-mercantis. A autonomia que buscam as incita a não voltar a uma relação de dependência dos poderes públicos, mas sua preocupação com a igualdade de acesso aos

serviços e com os benefícios coletivos de que são portadoras leva-as a necessitarem de financiamento público. Elas querem promover serviços mistos, em uma conjuntura na qual o financiamento dos serviços sociais pelo poder público é fragilizado pela diminuição dos meios de que dispõe o Estado-Providência.

Desenvolvidas por atores de diferentes origens socioprofissionais, essas iniciativas, quaisquer que sejam suas particularidades, deslocam as fronteiras instituídas entre o econômico e o social, nunca se encontrando de todo na esfera da economia ou da solidariedade estatal. As ações realizadas contribuem para a criação de atividades econômicas e de empregos, ao mesmo tempo que reforçam a coesão social por meio de novas relações sociais de solidariedade. Elas tiram sua força do sentido de que se revestem para seus promotores. Pouco importa que repousem sobre a consideração de necessidades específicas de uma população, sobre a vontade de conseguir ocupação para pessoas sem emprego ou sobre o desejo de trabalhar na preservação do meio ambiente, sua pertinência continua ligada à manutenção de espaços públicos de proxi-

Desenvolvidas por atores de diferentes origens socioprofissionais, essas iniciativas, quaisquer que sejam suas particularidades, deslocam as fronteiras instituídas entre o econômico e o social, nunca se encontrando de todo na esfera da economia ou da solidariedade estatal.

²¹ Archambault, E. Le secteur sans but lucratif ; associations et fondations en France. Paris: Economica, 1996.

²² Borzaga, C. Defourny, J. (Dir.) *Social enterprises in Europe*. Londres: Routledge, 2001.

²³ Espécie de associação de moradores ou de empreendedores sociais: “Entre o econômico e o social, a *régie de quartier*, é uma estrutura que reúne os moradores de um determinado território, geralmente de baixa renda, em torno de diversas atividades assalariadas: fazer a limpeza, cuidar de crianças, etc. A *régie de quartier* requalifica tarefas até agora desqualificadas e lhes confere uma dimensão de utilidade social, podendo concorrer para a requalificação do patrimônio e para que os moradores de determinado local se apropriem melhor do seu bairro”. (*La régie de quartier – la régie de service*, Disponível em: www.ecosolidaire.org/NIL/accueil/plan. Acesso em: 17/07/2002). As *régies de quartier* foram estudadas por Genauto França, em sua tese de doutorado em sociologia, Universidade de Paris VII, 2001: *Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité: le phénomène de l'économie solidaire en question – l'expérience des régies de quartier au carrefour de logiques diverses*. NT.

midade, quer dizer, de lugares que permitem às pessoas tomar a palavra, decidir, elaborar e executar projetos econômicos adaptados aos contextos econômicos nos quais emergem. Sua especificidade não reside somente na sua dimensão de espaço público, mas também no seu modo de funcionamento econômico. Os recursos mobilizados combinam trabalho voluntário, recursos públicos e recursos ligados à venda de serviços ou à parceria com setores privados. É essa lógica que foi denominada lógica de economia solidária em diferentes contextos nacionais.²⁴

UMA OUTRA ABORDAGEM DO LIAME SOCIAL

Por sua orientação atual, as associações reforçam a importância, na vida social, da referência à solidariedade. Desde o século XIX, a solidariedade impôs-se como um paradigma capaz de ultrapassar o individualismo contratualista, ligado, por essa razão, à emergência da sociologia. Depois de Leroux introduzir a noção de solidariedade como liame social voluntário que, ao reunir cidadãos livres e iguais em direito, ocupa o lugar da caridade na democracia, Durkheim e os solidaristas ressaltaram, além das relações contratuais, a dupla dívida social entre cidadãos e entre gerações. As pesquisas sobre o capital social enfatizam as relações de cooperação e de solidariedade como recursos coletivos para a sociedade e para a economia.

Como preconiza Walzer,²⁵ a redefinição da ação pública é, hoje, levada a incluir a produção de condições favoráveis à multiplicação das formas de cooperação mútua ameaçadas pela monetarização crescente das trocas sociais. A questão, assim, não é substituir o Estado por uma sociedade civil associacionista, mas de reconhecer a complementaridade entre poderes públicos e associações em bases que recusam a instrumentalização. Chaniel precisa

A questão a propor não concerne à substituição do Estado pela sociedade civil nem à dissolução da sociedade civil no mercado, mas ao reforço mútuo entre democratização da sociedade civil e democratização das instituições públicas.

este ponto com exatidão quando escreve contra as oposições entre sociedade civil e Estado: “a sociedade civil supõe o reforço do Estado de direito e participa desse reforço”.²⁶ A sociedade civil, se reconhece os liames interpessoais, é marcada pelas desigualdades. O Estado, por sua vez, procedendo de orientações universalistas, garante direitos ao mesmo tempo que estabelece regras gerais e procedimentos padronizados que negligenciam a contribuição das relações sociais de proximidade. Desse modo, a questão a propor não concerne à substituição do Estado pela sociedade civil nem à dissolução da sociedade civil no mercado, mas ao reforço mútuo entre democratização da sociedade civil e democratização das instituições públicas.

É por esse motivo que a questão do liame social na associação se liga à do futuro das democracias.

²⁶ Chaniel, P. *Société civile, société civique? Associationnisme, libéralisme et républicanisme*, In: Laville, J.L. et al., *op. cit.*, p. 159.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHAMBAULT E. *Le secteur sans but lucratif: associations et fondations en France*. Paris: Economica, 1996.

BARTHÉLÉMY M. *Associations: un nouvel âge de la participation?* Paris: Presses de sciences po, 2000.

BELORGEY J.M. *Cent ans de vie associative*. Paris: Presses de Sciences po, 2000.

CAILLÉ A.; LAVILLE J. L. (Coord.), Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif, *La Revue du Mauss semestrielle*, n° 11, 1^{er} semestre, 1998.

_____. _____. (Coord.). L'autre socialisme. *La Revue du Mauss semestrielle*, n. 16, 2^{ème} sem. 2000.

DACHEUX E. *Vaincre l'indifférence: les associations dans l'espace public européen*. Paris: CNRS Editions, 2000.

JUAN, S. L'utilité sociale de l'activité associative face à la professionnalisation et à la "marchandisation". *Sociologie du travail*, v. 41, n. 2, p.195-207, avril./juin, 1999.

_____. Mouvements ou appareils associatifs?. *Sociologie du travail*, v. 43, n.1, p. 131-137, janv./mars, 2001.

²⁴ Para uma perspectiva internacional, ver Laville, J.L. (Dir.) *L'économie solidaire*. Paris, 2000 (nova edição aumentada).

²⁵ Walzer, M. *Sauver la société civile*. *Mouvements*, n° 8. Paris, La Découverte, 2000.

LALLEMENT M. ; LAVILLE, J.L. (Coord.) Qu'est-ce que le tiers secteur? Associations, économie solidaire, économie sociale. *Sociologie du travail*. Paris, n. 4, 2000.

LAVILLE J. L. *A but non lucratif. 1901-2001: cent ans de liberté d'associations*. Paris: Fischbacher, 2001.

_____. ; CAILLÉ A.; CHANIAL P.; DACHEUX, EME B. LATOUCHE S. *Association, démocratie et société civile*. Recherches-La Découverte, 2001.

_____. ; SAINSAULIEU R. (Dir.) *Sociologie de l'association*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.

SUE R. *Renouer le lien social*. Paris: Odile Jacob, 2001.

Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária

A BAHIA ANÁLISE E DADOS* por ocasião do Fórum Social Mundial/Porto Alegre/2002 entrevistou José Luis Corragio, sobre sua trajetória pessoal e aproximação com o tema da Economia Solidária. Economista, pesquisador titular do Instituto del Conurbano e Reitor da Universidad Nacional de General Sarmiento (Buenos Aires), José Luis Coraggio é também assessor da Rede Temática “Políticas Sociales Urbanas”, do Programa URB-AL. Pesquisador de reconhecido prestígio internacional, autor de inúmeros artigos e livros com análises que se situam entre as mais instigantes, originais e inovadoras nos campos da economia popular urbana, das políticas sociais e do desenvolvimento local.

A&D: Conte-nos um pouco da sua história e como você se aproximou do tema que tratamos neste momento, a Economia Solidária.

Coraggio: Bem, a minha preocupação com estes assuntos começou na Nicarágua, quando eu era pesquisador da Coordenadoria Nacional de Pesquisas Científicas e Sociais, no período sandinista, e percebemos que existiam dois problemas em relação à Economia Popular. O primeiro era que os dirigentes revolucionários tinham dificuldade em compreender, ao menos do meu ponto de vista, a lógica da economia informal urbana. Por exemplo, se alguém queria ter um pequeno empreendimento que

vendesse uma variedade de bens – sapatos, ovos, fruta, roupas, etc. – a revolução não aceitava, pois queria ordenar o mercado, queria que um se especializasse em vender banana verde, um outro, sapatos, o seguinte, ovos, e assim por diante. Se pensássemos do ponto de vista do funcionamento da economia familiar, esta proposta não era conveniente.

Também havia uma luta contra a especulação, mas a política econômica gerava a especulação. Se alguém, por exemplo, comprava um queijo no mercado e o levava para vender de casa em casa, em pedaços, isso era considerado atividade especulativa. Quer dizer, não havia compreensão da lógica dessa economia. Então, nós fizemos um levantamento que tinha como objetivo entender o funcionamento das

unidades domésticas. Esse levantamento mostrava claramente como as unidades domésticas ajustavam a sua participação no mercado de trabalho: isso significava ter um emprego assalariado qualquer, que, durante a revolução, dava acesso a um pacote básico de bens que se adquiriam com um cartão, e, por outro lado, participar do mercado informal para poder completar a renda. Todo esse tipo de coisas era difícil de entender, se a partir de uma visão um pouco rígida de como a economia e a satisfação das necessidades são organizadas.

Havia também um problema de incompreensão e de falta de articulação entre os códigos de comunicação, entre o código dos setores populares e o dos dirigentes revolucionários, dos técnicos. Foi com base nisso que eu

* Entrevista concedida a Débora Nunes, doutora em Urbanismo (Universidade Paris XII), professora e pesquisadora da UNIFACS e da UNEB. arquitetura@unifacs.br

comecei a conceber a idéia de que era preciso estabelecer uma outra comunicação, uma outra compreensão, o que exigia que se pesquisasse e entendesse essa economia.

A&D: *Nesse período você tinha em torno de 40 anos. Quais eram os autores que lhe inspiravam essa compreensão?*

Coraggio: Bem, procurei e achei antecedentes em trabalhos feitos no México sobre o que, naquela época, se chamavam estratégias de sobrevivência. Essa era uma expressão discutida, achando alguns que se tratava de estratégias de vida. Entretanto, o debate era muito limitado, estava muito centrado no lar, no tema da reprodução, inclusive biológica, ou na explicação do porquê os camponeses tinham filhos, do ponto de vista econômico. Discutia-se também a importância do trabalho doméstico. Tudo isso era uma fonte útil para se refletir. Porém, eu não estava muito concentrado em entender a unidade doméstica, o que me interessava era a unidade doméstica dentro de um projeto de mudança social, de transformação social, de revolução.

A&D: *As discussões da antropologia que se produziram nessa época, como a idéia da existência de uma “cultura da pobreza”, desenvolvida por Oscar Lewis, chegavam até você, mesmo sendo economista?*

Coraggio: Os estudos sobre a cultura da pobreza tinham sido feitos justamente no México, eu tinha lido isso quase como litera-

tura, não tinha me aproximado do pensamento antropológico. E sempre discordei do enfoque e do estudo dos pobres como tais, os pobres como objeto de estudo e a pobreza como uma cultura auto-reproduzida. Inclusive, hoje, 20 anos depois, eu brigo contra as políticas assistencialistas dirigidas aos pobres, contra a focalização ou a idéia de que a economia da solidariedade é dos pobres e para os pobres. Eu estou totalmente em desacordo com isso: acho que é necessário provocar uma transformação da sociedade, que só assim a pobreza desaparece. Se eu trabalhar só com os pobres, eu não erradico a pobreza, é muito difícil.

A&D: *E em termos metodológicos – você teve contato, nesse período, com a pesquisa participante de Fals Borda, por exemplo?*

Coraggio: Tive sim, mas tivemos desencontros com Fals Borda, porque ele e outras pessoas da América Latina tinham uma postura muito idealizadora do senso comum e do saber comum, e muito anticientífica. Por isso, justamente, eu escrevi, com minha companheira, Rosa Maria Torres, um trabalho que se chamava “Investigación social: lo participativo no quita lo científico (y viceversa)”. A idéia era que esse tipo de pesquisa não tem por que ser não-científica. Ou seja, eu posso estar fazendo uma pesquisa sociológica, porém de maneira participativa, como uma intervenção sociológica em que uso conceitos teóricos. Se eu ficar restrito ao conhecimento comum das

pessoas, eu estou negando à maioria o acesso ao conhecimento científico, que também não posso idealizar. Ou seja, era como ter que escolher entre ser cientificista ou ser populista: e eu digo não. Há um conhecimento científico, tecnológico, fundamental, que tem sido alienado da população – as pessoas não têm acesso a esse conhecimento, mas têm, sim, um conhecimento prático que é muito importante. Hoje eu enfatizo ainda mais essa importância que naquele tempo. Porém, como cientista social, eu tenho a responsabilidade de trabalhar com as pessoas. Além disso, eu trabalhei muito em educação popular e a gente descobria que as pessoas não queriam que nós fôssemos às reuniões e disséssemos: – “Sabe o quê? Todos nós somos iguais, vamos ser horizontais. Fale... Quem quer falar primeiro?”. Eles diziam: – “Bom, se eu fui chamado aqui, me ensine alguma coisa, imagino que vocês têm algo pra ensinar pra gente”.

Eu sempre discordei dessa tendência da educação popular, que considero manipuladora, de brincar de que todo o mundo tem o mesmo conhecimento e que, depois, emerge uma síntese no final. Eu percebia que nas oficinas de educação popular quase sempre o resultado era o mesmo: o problema era o imperialismo, o capitalismo, as relações de produção. E eu pensava: não é possível que em todo lugar o resultado seja o mesmo. De fato, só é assim porque os animadores encaminham tudo para que aconteça dessa forma. Sejamos

francos, digamos que no trabalho inicial com setores populares nem é bom dar um curso de teoria sociológica nem fazer de conta que as pessoas produzem esse conhecimento sozinhas.

Seria melhor o encontro franco de duas visões, que é o que hoje proponho. Ou seja, um desafio da Economia da Solidariedade é esse encontro entre o conhecimento científico, técnico, codificado, muito sistematizado, porém hipotético, e o conhecimento prático das pessoas, com o qual elas resolvem os problemas do dia-a-dia. É perceber essas visões de mundo contrastadas com as visões dos cientistas.

Entendo esse encontro como uma das coisas mais importantes para que a Economia Solidária funcione. Insisto, não devemos cair num populismo que acha que o povo sabe tudo e tem razão. Ainda por cima, esses populistas dizem: "Ninguém sabe mais da pobreza que os pobres. Se eles sobrevivem, quer dizer que eles têm o conhecimento necessário, porque, neste mundo, não é possível sobreviver". E nós, intelectuais, ficamos como?... Além do mais, isso cria no cientista um estado mental de culpabilidade, uma vez que ele é um privilegiado que frequenta a Universidade. Acho que temos uma responsabilidade que não abre espaço para nos sentirmos poderosos e donos da verdade, o que pode levar ao tecnocratismo, em que não é raro se cair também. É preciso participarmos de uma troca real.

A&D: *Relacionando esses primeiros tempos seus na Nicará-*

gua, observando o setor informal urbano e as dificuldades de comunicação entre povo e dirigentes, com a atualidade, 15 anos depois, quando se chegou a essa discussão sobre Economia Solidária aqui no Fórum Social Mundial, em que você mudou e onde mudou o mundo?

Um desafio da Economia da Solidariedade é esse encontro entre o conhecimento científico, técnico, codificado, muito sistematizado, porém hipotético, e o conhecimento prático das pessoas, com o qual elas resolvem os problemas do dia-a-dia. É perceber essas visões de mundo contrastadas com as visões dos cientistas.

Coraggio: Que pergunta difícil! Acho que desde a Nicarágua eu já desenvolvia cada vez mais essa idéia da democracia participativa, porque naquele país existia essa prática de os dirigentes revolucionários encararem o povo uma vez por semana. Quer dizer, eles reuniam-se com as pessoas e elas podiam dizer o que precisavam, podiam apresentar as questões que queriam, fazer críticas. As mulheres faziam a crítica do machismo nicaraguense, por exemplo. Esse rasgo democrático participativo, na minha opinião, começou nesse tipo de experiência e não aqui em Porto Alegre. Eu sempre procurei a maneira de poder realizar isso e me fixei nas experiências que aconteciam. Há dez anos venho

acompanhando o caso de Porto Alegre, porque acho-o muito importante, como também é importante o processo de descentralização de Montevideú.

Creio que o que aconteceu, na verdade, foi que amadureci ou aprendi com as experiências. Aprendi, por exemplo, que fazer uma revolução de cima para baixo não é bom, mesmo sabendo que a força que muda a correlação de poder vem de baixo. Quando as decisões a respeito de como deve ser a sociedade são tomadas lá em cima, isso não é bom. Quer dizer, tem que haver participação de fato, as pessoas têm que participar realmente das decisões. Para isso é necessário criar espaços de diálogo, de encontro entre diversas posições, entre diversas visões de mundo, entre diversos interesses do mesmo campo popular. Acho que, nesses 15 anos, mudei para melhor e o mundo, para pior, uma vez que fui desenvolvendo essas idéias e que o sistema foi ficando cada vez mais excludente. Ou seja, naquela época colocamos a necessidade de mudar o sistema, mas depois disso veio a queda do socialismo real, veio a derrota do sandinismo, que caiu também devido a seus próprios erros e a seu próprio nível de corrupção.

Fui embora da Nicarágua antes de os sandinistas perderem as eleições, porque senti que nunca poderia ser nicaraguense e que tinha que estar num país onde me sentisse cidadão. Aí, fui para o Equador, porque minha mulher é equatoriana, mas lá não havia projetos revolucionários. Entrei

num centro de pesquisa, onde cheguei a diretor de pesquisa. Mas desde a Nicarágua eu sempre quis saber para quem eu trabalho. Eu não quero fazer coisas sozinho; sempre me vinculo a algum sujeito, trabalho para algum sujeito social. Assim, nesse centro, propus o seguinte: “Façamos de conta que existe um sujeito social, um movimento social urbano que faz um pedido para nós, como pesquisadores, fazemos os estudos que eles precisam”. Claro que não havia ninguém a solicitar tais estudos. Então, ficamos a pensar em qual a pesquisa que deveria ser feita se houvesse esse tipo de sujeito, tendo em vista a formação do programa de pesquisas. Ficou claro que a equipe teria que ser multidisciplinar, porque os problemas eram muito mais complexos: não era suficiente ter arquitetos e um ou outro economista, eram necessários historiadores...

A&D: *Quais foram esses sujeitos sociais para os quais você trabalhou ao longo da vida?*

Coraggio: Na Nicarágua era a revolução. Em Quito, eu tive que imaginá-lo, porque não havia esse sujeito. Na Argentina... Francamente, só agora aparece um sujeito social, ao qual sem dúvida vou me vincular, que é a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA): sua visão supera o simples corporativismo e não é corrupta como são outras centrais sindicais. Do ponto de vista partidário a Argentina é muito difícil. Há muita inconstância, as pessoas passam de um lado para o outro...

A&D: *Você começou estudando a sobrevivência dos pobres, suas formas de organização, passou pela idéia da revolução e chegou, hoje, a uma discussão sobre a Economia Solidária, de uma perspectiva macroestrutural. Como é que você viu e viveu essa passagem?*

A solidariedade não começa com um valor, ela é uma relação de vinculação real, material, dos interesses da população, na qual as pessoas são solidárias com os outros porque isso também é bom para elas. Reconheço que existem interesses particulares e que é necessário construir um interesse geral.

Coraggio: Foi um processo contínuo. Não se trata de uma ruptura, porque, de repente, em todo canto foi aparecendo a questão da Economia Popular, da economia do trabalho. Eu já descobri trabalhos prévios que Razzeto ou outros tinham feito nessa linha, porém eu também me diferenciava. Quer dizer, no meu caso não se coloca um sentido espiritual por trás disso. Eu sou mais objetivo, digamos, eu não sou cristão de base. Para mim, a solidariedade não começa com um valor, ela é uma relação de vinculação real, material, dos interesses da população, na qual as pessoas são solidárias com os outros porque isso também é bom para elas. Ou seja, eu reconheço que existem interesses particulares e que é necessário construir um interesse geral. Então eu avancei

pelo lado da democracia. Na Nicarágua, escrevi dois livros sobre a democracia sandinista; avancei pelo lado da Economia Popular (como eu a chamava naquele momento), tentando situá-la dentro do conjunto da economia e da sociedade – mas não como um microempreendimento – e conceituá-la em um marco mais macro.

A&D: *Nesse tema específico da Economia Popular, você teve contato com os conceitos de Milton Santos, de “circuito superior e circuito inferior da economia”? Como isso se colocava nos anos 70?*

Coraggio: Eu li essas coisas em 1978, para fazer um trabalho, no México, sobre El Salvador. Nós desenvolvemos uma metodologia que trabalhava com sistemas de produção e reprodução de cadeias produtivas, que articulava a produção com a reprodução. Depois, na Nicarágua, nós compreendemos que essa metodologia permitia entender o campesinato nicaraguense muito melhor. O campesinato não só produz grãos, vacas e leite, mas também força de trabalho, gera força de trabalho para o resto do sistema produtivo, por exemplo, nas épocas de colheita. Então, quando li Milton Santos, não fiquei muito impressionado, achei bom, mas não foi uma ruptura. Até agora eu quase não o citei porque senti que não acrescentava muito à problemática que estava sendo desenvolvida no México. No México trabalhava-se muito com cadeias produtivas, com sistemas produtivos, e nós acrescentamos o aspecto da reprodução.

A&D: *Quais foram os seus mestres? Que autores e textos o impressionaram ?*

Coraggio: Os autores que mais me impressionaram foram Jüngen Habermas, Franz Hinkelammert, Emmanuel Wallerstein. Em geral, são quase filósofos ou filósofos, não é? Cientistas políticos. Depois seria Guillermo O'Donnell, que considero muito bom, sobre o tema da democracia na América Latina, Bourdieu e, sem dúvida, Marx. Tenho uma formação marxista autodidata... Bem, não só autodidata, porque procurei um professor, filósofo, que me ensinasse marxismo, porque na Universidade não se ensinava. Estudei sistematicamente marxismo, epistemologia. Sem dúvida, se é para escolher um pensador, então escolho Marx.

A&D: *Voltando aos conceitos, você falou que, num determinado momento, se falava em "produção e reprodução da força de trabalho"; depois, começou-se a falar de "Economia Popular" e, a partir de um determinado momento, em Economia Solidária. Quando é que se dá isso?*

Coraggio: Eu tomei uma decisão pessoal: acho que o conceito teórico mais significativo para entender tudo isso que estamos falando aqui é "economia do trabalho", e não Economia Solidária. É um conceito mais amplo, que engloba muitas formas de organizar autonomamente o trabalho, com a ressalva de que todas essas formas partilham algo: por trás delas está a lógica da reprodução ampliada da vida, que é o que eu descobri na Nicarágua nos cinco

anos em que estive lá. As pessoas desafiavam a revolução porque a vida cotidiana estava em jogo e queriam viver melhor. Não se conformavam em ser pobres com dignidade, queriam viver melhor.

Todavia, do ponto de vista político, eu acredito que se entrarmos na disputa por um termo ou outro, por exemplo Economia Popular... Por que adotei Economia Popular, para começar? Porque já estava instalado nesse meio, digamos, um conceito de Economia Popular que era diferente daquele que eu usava, mas que me permitia o contato com as pessoas que estavam trabalhando essas questões. Entretanto, é muito complicado, porque imediatamente surge o problema de saber o que é popular; entramos nessa discussão toda da cultura popular, do que é popular – porque, não são os pobres, não é verdade? Decidi usar o termo Economia Popular assim mesmo, para me juntar às pessoas, porém tentando ressignificá-lo. Mas ao fazer isso eu me deparei com uma outra dificuldade: por um lado, dar conta da Economia Popular real; por outro, apresentar uma proposta de transformá-la em outra coisa. Na época eu falava: a Economia Popular existente, a realmente existente, e a Economia Popular que nós podemos desenvolver. Eu achei que tinha que diferenciar os dois termos, ou seja, usar um termo distinto e, assim, comecei a usar o termo "sistema de economia do trabalho", que é mais abrangente e incluí, por exemplo, um empreendimento pessoal: não tem por que ser associativo, não tem por que ser baseado em determinados valores

éticos... A solidariedade se dá por meio dos intercâmbios, não dentro de cada um de nós.

Além disso, a economia da solidariedade estava muito ligada ao pensamento cristão de base, no Chile e aqui no Brasil, e eu acho não só que não se tem de traçar uma linha demarcativa, dizendo "Os que concordam com minhas idéias venham deste lado", como também que aderir a essas idéias não deve implicar uma conversão de tipo religiosa, valorativa... exigente demais, particular demais. Creio que uma pessoa pode ser solidária e ser muçulmana, cristã ou atéia. Considerei o termo "economia do trabalho" como mais objetivo, com menor carga valorativa. Todavia, há uma solidariedade orgânica que é preciso desenvolver aí.

Finalmente, com base nas reuniões internacionais, devo admitir que o termo Economia Solidária está fortemente instalado e eu não tenho problema algum em me unir, em contribuir modestamente, no que for possível, com essa corrente. Acredito que também compartilho os valores dos que a compõem, não na sua especificidade, como já disse, da conversão, e sim no que eles têm a ver com as relações de solidariedade e, sobretudo, com os antagonismos... Antagonismos contra o capital, contra o capital financeiro, contra o princípio de lucro como melhor forma de organizar a economia e a satisfação das necessidades humanas... Enfim, eu posso também discordar. Se alguém disser que viver bem significa viver em austeridade,

modestamente, e não querer melhorar a vida material porque em outra vida vai-se estar melhor... Isso eu não compartilho e acho que é ilegítimo propor tal coisa à população, porque não é o que as pessoas querem. Se as pessoas quisessem isso, eu concordaria. Quer dizer, se na Índia houver um grupo que quer viver ligado à natureza e quase não consumir coisas materiais, ótimo. Mas eu não vou pretender que todo mundo faça a mesma coisa.

A&D: *Há autores que começam a fazer uma certa diferenciação geocultural: a Economia Social estaria vinculada ao Estado de Bem-Estar Social europeu, o Terceiro Setor seria herdeiro de uma filantropia de tradição anglo-saxônica, a Economia Solidária teria uma tradição mais francesa e a Economia Popular seria mais latino-americana. Você identifica essas diferenças?*

Coraggio: Eu acho que são um pouco exageradas. Sem dúvida a economia social tem uma raiz européia e também traz consigo uma forte marca estatal. Isto é, quando reparamos na história que Laville constrói, isso vem do movimento operário, defensivo, que tentou autonomizar uma parte das suas condições de vida: mas depois o Estado incorpora essas propostas, transforma-as em política de governo e, ao mesmo tempo, a restringe. Nas últimas décadas, na Europa, a economia social tem uma presença muito forte do Estado. Presume-se que a economia da solidariedade, da qual se fala na América Latina, é mais de base. Essa é

uma outra coisa com a qual eu já tive problemas. Em algumas correntes, dentro desse grande guarda-chuvas, há muito de antiestatismo, antipolítica e antimercado. Eu creio que o que tem que ser feito é democratizar o Estado e não ser contra o Estado. É preciso usar, criar e ampliar mer-

O que tem que ser feito é democratizar o Estado e não ser contra o Estado. É preciso usar, criar e ampliar mercados, regulados, com relações diferentes, e não ser antimercado. Porque ser antimercado significa que só podemos trocar coisas pessoalmente, sem escalas.

cados, regulados, com relações diferentes, e não ser antimercado. Porque ser antimercado significa que só podemos trocar coisas pessoalmente, sem escalas. Desse jeito jamais vamos vencer o capitalismo. É por isso que também discordo de algumas dessas correntes. Enfim, se aceitarmos que a economia social é basicamente a forma impulsionada pelo Estado, com uma tradição européia, não poderemos dizer que a economia de solidariedade vem da França. Razzeto usou este termo antes, aqui na América Latina. Tenho a impressão de ter lido, também antes, coisas de Marcos Arruda também. Está-se falando que na França se faz um esforço intelectual para diferenciar a economia social, incorporada pelo Estado, dessa outra a que chamam **social e solidária**; mas o

termo Economia Solidária já era utilizado aqui também.

A&D: *Em que período, exatamente, se começou a usar esse termo?*

Coraggio: Como já disse, tomando como referência o movimento contemporâneo, o termo já aparece em Razzeto, que usa expressões como popular, solidária. É claro que há autores franceses que, nos anos 1960 ou 1950, colocaram a necessidade de uma Economia Solidária. No entanto, acho que a contribuição mais importante deles foi essa história da economia social, iniciada pelo movimento operário e retomada pelo Estado. Mas o problema agora é que o Estado nem sequer está interessado em desenvolver a economia social. Além disso, misturam-se muito esses temas com a idéia de Terceiro Setor, que surge da sociedade civil. O Terceiro Setor é uma grande almôndega, é uma mistura de coisas. Quando verificamos as classificações do Terceiro Setor, vemos que inclui clubes de futebol, associações de bairro, clubes de aposentados, ou seja, todo tipo de organização: ONGs, bombeiros voluntários, qualquer coisa. Na minha opinião, esse é um invento anglo-saxão para ajudar a justificar o fato de o Estado se omitir da sua responsabilidade de garantir os direitos humanos, sociais.

Agora, vejamos o mercado. A Economia Solidária não pode funcionar sem mercado, não pode ser antimercado, e precisa do Estado para mudar as normas ju-

rídicas, para mudar as políticas fiscais. O Terceiro Setor, do meu ponto de vista, é uma proposta que confunde. Eu, pessoalmente, não gosto da versão de Riskin. Mas como está na moda, todo o mundo fala em sociedade, Terceiro Setor, sociedade; eu acho que isso é uma salada.

A&D: *Como você vê um evento como esse no Fórum Social Mundial, com 1.600 pessoas falando de Economia Solidária, apontando numa mesma direção... Você acha que é um avanço ou uma nova moda?*

Coraggio: Não vejo isso como uma nova moda. Acredito que esse evento reflete a convicção, cada vez mais profunda, de que o sistema capitalista não vai sair da recessão, que não teremos pleno emprego de novo nem melhorias salariais, e que não vamos ter mais condições de lutar mais uma vez pelos sistemas de seguridade social. A convicção geral é que o paradigma tecnológico excludente vai permanecer enquanto o capitalismo continuar a comandar o uso da tecnologia, por isso é quase óbvio que as pessoas reajam... Além disso, a proposta do sistema é o assistencialismo, para a qual muita gente preocupada pelos pobres contribuiu... Ou seja, a preocupação pela pobreza dá lugar a dizer que devem existir recursos para “dar de comer” às pessoas, para distribuir pacotes de comida, e que as ONGs, que estão mais próximas da população, devem distribuir a comida ou dar a assistência ou ministrar a educação... a alfabetização. Ou seja, trata-se de

políticas assistencialistas terceirizadas.

Eu acho que começa a surgir um maior consenso a respeito da necessidade de mexer com a economia, porque, até agora, há pessoas que dizem “Vamos tentar mudar as políticas econômicas,” porém essas políticas são geradas por uma economia dominada pelo capital. Portanto, temos que seguir lutando, temos que tentar evitar o pagamento da dívida ilegítima ou impagável, temos que tentar mudar a política fiscal – tudo isso precisa ser feito. Ao mesmo tempo, não temos a força necessária para aplicar essas medidas porque a cidadania está mergulhada numa situação de dependência do assistencialismo – na América Latina isso está claro –, do clientelismo. Portanto, é preciso uma maior autonomia econômica e material para que as pessoas possam agir como cidadãos, o que requer uma outra economia. Acredito que isso abre, inclusive, a possibilidade de que alguns governos admitam a passagem do sistema assistencialista a um sistema de desenvolvimento de atividades produtivas que possam ser sustentadas, porque, caso contrário, é inviável.

É óbvio que, para os políticos, o preço é alto, porque eles são clientelistas. Isto é, quando eles têm coisas para repartir, eles obtêm votos, o que não seria possível se houvesse um sistema econômico que funcionasse autonomamente.

A&D: *E, nesse debate, qual seria a particularidade da contribuição latino-americana?*

Coraggio: Bem, nós estamos na vanguarda da demonstração dos horrores que produz o neoliberalismo. No passado, pelo menos uma vez a América Latina subjugou a Europa, contribuindo para o pensamento europeu pelo exemplo de revolução com liberdade de Salvador Allende no Chile. O eurocomunismo olhava para o Chile, não é verdade? Eu acredito que o que nós podemos mostrar hoje é a inviabilidade das políticas que estão sendo impostas na União Européia. Aqueles que articulam tais políticas podem ver, na Argentina, a que conduz a abertura do mercado, a tecnocracia neoliberal, etc. Trata-se, portanto, de mostrar a inviabilidade do sistema, mostrar o que leva à ingovernabilidade que tanto preocupa os países do norte, porque esta levaria a confrontos, guerras e epidemias, o que, para eles, é caótico. Ou seja, eles precisam de nações que funcionem, que sejam interlocutoras, que sejam democráticas.

Então, desse ponto de vista, acredito que estamos mostrando a necessidade de uma mudança na esfera global. E há muita experiência e sofrimento. E mais, há como um ciclo que se destacaria em uma leitura européia do mutualismo, uma vez que a ajuda mútua, as cooperativas começaram com o movimento operário no início do século passado... Pode-se dizer que, hoje, se deve culminar novamente com os sindicatos. Na Europa ainda se resiste, mas aqui temos a CUT, que é possivelmente o sindicalismo mais avançado na região, que diz: “Vamos desenvolver cooperati-

vas, vamos desenvolver formas de trabalho autônomo”. Os sindicatos europeus ainda resistem, é na América Latina que acontecem essas coisas hoje.

Mas a América Latina contribui com mais uma coisa, a qual começou muitíssimo antes do colonialismo: aqui na América existiam culturas que tinham uma outra forma de organizar a produção e a reprodução, baseada na reciprocidade e em relações de outro tipo. E o colonialismo veio – nos impôs o Estado, nos impôs o município, nos impôs inclusive as cooperativas, apesar de toda a resistência que houve... Agora, toda essa tradição ancestral está emergindo: em Chiapas, no mundo andino, no movimento indígena equatoriano, na Bolívia. Essa relação com a natureza, que os ecologistas têm, nossos indígenas tinham historicamente. Não podemos esquecer essa cultura que está começando a se revitalizar, porque, inclusive, essas etnias estão se reproduzindo agora numa velocidade demográfica importante, estão aumentando mesmo numericamente. Mas há aqui um problema: os próprios latino-americanos estão a prestar atenção à literatura européia em vez de olhar para sua própria história, trata-se da nossa dependência intelectual. Não deveríamos estar em uma relação de paridade, de poder dialogar, porém contribuindo mais do que fazemos quando somente aprimoramos conceitos. De fato há uma história latino-americana, como a experiência de Porto Alegre. Agora, alguém estava me dizendo que há um município es-

panhol onde estão começando a implementar o orçamento participativo. Quer dizer, começamos a contribuir com alguma coisa que vem de uma cultura política que requer mais participação. Aqui, a representação tem sido bastante afetada pela corrupção, não é?

Há aqui um problema: os próprios latino-americanos estão a prestar atenção à literatura européia em vez de olhar para sua própria história, trata-se da nossa dependência intelectual. Nós deveríamos estar em uma relação de paridade, de poder dialogar, porém contribuindo mais do que fazemos quando somente aprimoramos conceitos.

A&D: E a tecnoburocracia aqui é menos eficaz que a européia.

Coraggio: Com certeza. Portanto, a população tem que se manter vigilante, atenta a seus representantes; não podemos deixá-los soltos, temos que participar. É possível que incorporem uma dimensão participativa ao pensamento político, com a prática, não é?

A&D: Queria que você comentasse sobre o que me parece ser uma herança do pensamento socialista. Hoje, a discussão da Economia Solidária – os fundamentos de um novo homem, uma nova cultura – lembra muito o início do século, a construção socialista na Rússia e depois na União Soviética. Como é que você vê esse vínculo entre uma

ideologia socialista e uma proposta de Economia do Trabalho, Economia Popular ou Economia Solidária?

Coraggio: Bem, aquela proposta, da qual eu também participei, pois eu me situava dentro desse campo, pretendia ter um modelo ou uma utopia... Mas tratava-se de um modelo institucional, pronto para ser instalado naqueles países onde fosse tomado o poder: era a propriedade estatal dos meios de produção, era a restrição do capital. A revolução sandinista, porém, foi uma inovação, porque não nacionalizou os meios de produção, mas apenas os bens da família Somoza. Controlou também o capital na esfera da circulação. Isso já implicava uma ruptura, o que não acontece em Cuba, onde tudo é estatal, até as sorveterias, onde todos são funcionários do Estado.

Quer dizer, houve uma época em que não era só uma utopia, tratava-se de instituições. Considerava-se necessário o planejamento centralizado, como também o Estado, e tinha-se que satisfazer as necessidades básicas de todos. Tudo isso estava previsto. Havia ainda uma experiência de décadas, na União Soviética e outros países. Hoje em dia não temos um conjunto fechado de instituições-modelo a ser implementado. Estamos abrindo caminho. Isso é mais autêntico, porque estamos nos movimentando no interior de um sistema, até agora hegemônico, que está sendo seriamente questionado, que começa a rachar e que, por isso, está ficando perigoso, uma vez que, agora,

se torna um sistema de domínio militar. No futuro podem acontecer ainda muitas coisas horríveis.

Ainda assim estamos dentro disso, construindo as bases de uma sociedade mais rica, mais complexa, mais igualitária, que não sabemos como vai ser, já que não sabemos por quantas décadas ainda vão sobreviver as formas capitalistas de produção: pode ser mesmo que nunca desapareçam totalmente. Não nos iludamos pensando que, de repente, com um aceno de mão, o capitalismo vai acabar e vai aparecer uma nova sociedade.

Além disso, a experiência tem mostrado que mesmo que houvesse uma mudança na propriedade dos meios de produção, a cultura não mudaria da noite para o dia. Vamos lembrar do que aconteceu na União Soviética depois da queda do governo: de repente, reapareceram os imperadores... Em Cuba, achavam que era um problema o fato de os jovens quererem ter *jeans* e gostarem de *rock*. Mais tarde, os dirigentes conseguiram entender que isso não era um pecado anti-socialista. Enfim, pensava-se que se mudando a propriedade dos meios de produção, da estrutura, se modificava tudo, transformava-se a superestrutura. Agora, sabemos que não é assim, que os ritmos da mudança cultural são diferentes e que é muito difícil fazer uma engenharia da mudança cultural. Então, estamos aceitando a diversidade cultural, estamos aceitando a multiplicidade de instituições. Tomara que sejamos capazes de aceitar

que existem versões diferentes: que virá uma da Índia, uma da África, uma outra da Argentina urbana, uma outra do México, com uma história diferente. Ou seja, tomara aceitemos toda essa diversidade. Eu creio que essa é uma grande novidade.

Estamos aceitando a diversidade cultural, estamos aceitando a multiplicidade de instituições. Tomara que sejamos capazes de aceitar que existem versões diferentes: que virá uma da Índia, uma da África, uma outra da Argentina urbana, uma outra do México, com uma história diferente.

A&D: Imagino que essa perspectiva é mais próxima daquilo que você sempre desejou como futuro e isso implica valores novos, o cultivo de uma outra forma de viver e de se relacionar. Como você vê isso?

Corraggio: Acredito que todos os que estamos participando disso queremos viver em um mundo onde existam outras formas de convivência, onde haja tolerância. Temos que ser mais humildes e nos tornar aprendizes contínuos da nossa própria experiência, sem procurar aplicar apressadamente uma solução-modelo. É necessário um processo aberto, em que possamos aprender dos outros genuinamente, sem manipulação, ou seja, em que todos possamos aprender com todos, como quando falávamos da educação popular.

Eu tenho a impressão de que isso tranquiliza, porque, no outro caso, era preciso existir uma resposta precisa, exata, técnica, científica, quanto ao que se devia fazer. Como no caso do planejamento: tinha-se que saber o que era preciso produzir, quando tinha que ser produzido, como tinha de ser feito. Agora estamos falando de um processo muito mais aberto, que tem que ter um certo nível de planejamento. Porque se todo o mundo começasse a produzir artesanato, chegaria o momento em que não poderíamos comer artesanato. É necessário organizar, tem que haver produção de alimentos. Devemos traduzir e introduzir elementos de ordem, negociados, nesses mercados que estamos criando.

Não se trata só de uma questão de valores, mas também de reconhecimento da realidade. Acredito que isto é muito importante: não confundir a utopia com a realidade. A realidade é complexa, rica e nos oferece amplas oportunidades, ao tentarmos transformá-la, de aprender com ela. Estamos dispostos a aprender? Um valor muito importante é não ser sectário, não ser dogmático. Aí há um problema, porque as correntes que se originam em um pensamento religioso têm, de fato, um componente dogmático: pode mesmo verificar-se nelas um grande esforço para serem ecumênicas, mas mantêm sua base de dogmatismo.

A&D: Na sua opinião, na sua experiência pessoal, essas pessoas que estão discutindo a Economia Solidária hoje têm um comportamento mais próximo

desses valores que pregam? No contato com pessoas que trabalham esse tema, você vê relações humanas de cooperação, solidariedade, que comprovem que os valores que estão embutidos na proposta são de fato vividos?

Coraggio: Sim, tem muita gente que é muito dedicada, que trabalha assim... Bom, temos que reconhecer que muitos trabalham para sobreviver. Na América Latina não há filantropia como nas sociedades ricas, com sistemas impositivos, que induzem à filantropia, claro. As pessoas vivem daquilo que fazem. Muitos daqueles que trabalham com os pobres são pagos por uma ONG, mas o fazem com paixão; e se esse trabalho é feito com paixão, com um interesse genuíno de ajudar o outro, que é o que geralmente eu observo, não há problema nisso. Mas não podemos dizer que se trata de um voluntariado *stricto sensu*.

A&D: *Os problemas da economia popular, da questão social, são muito complexos e requerem a cooperação de muitas disciplinas para que sejam entendidos. Além disso, verifica-se com certa frequência um engajamento dos pesquisadores nas iniciativas dos atores sociais no sentido de apoiá-los também de forma prática. Essas características, na sua opinião, favorecem um comportamento diferenciado, um comportamento mais solidário, mais cooperativo e menos competitivo dos pesquisadores?*

Coraggio: Acadêmicos que trabalham com isso... Não há tantos para que se possa generali-

zar. Na Universidade em que trabalho deve haver umas 30 pessoas que atuam nessa perspectiva, encarando problemas complexos como o da Economia Solidária, o da gestão do habitat, o dos governos participativos. Os demais trabalham de outro jeito: esse é economista, aquele é sociólogo, o

Interferir numa problemática como essa, que implica lidar com situações muito complexas, que não podem ser contidas dentro de uma disciplina, não é comum, o que é comum é ser disciplinar. O que prevalece são os acadêmicos que trabalham por disciplina, que escrevem para publicar...

outro é arquiteto, contribuindo para desenvolver as disciplinas, o que não é ruim, mas é outra coisa... Interferir numa problemática como essa, que implica lidar com situações muito complexas, que não podem ser contidas dentro de uma disciplina, não é comum, o que é comum é ser disciplinar. O que prevalece são os acadêmicos que trabalham por disciplina, que escrevem para publicar... Grupos de trabalho multidisciplinar que realmente superem os limites das disciplinas, que escrevam para a gente comum, que trabalhem (e não só entrevistem) com as pessoas do povo, existem muito poucos. Mesmo quando esses outros se reúnem, escrevem coisas juntos, distintos capítulos de um mesmo livro, não captam a complexidade, que é condição

para atuar significativa e também eficazmente. Porém, o que está faltando é que a gente seja transdisciplinar. O sistema acadêmico universitário e de pesquisa se recusa a perder o poder e a falsa segurança que dá o domínio de uma disciplina. Há muita insegurança, esse é um problema. Não há muitas contribuições científicas nesse campo. Se nos voltamos para os textos produzidos em que se discutem os modelos monetários, vamos encontrar um volume enorme de pesquisa econômica sobre o assunto. Agora, o que há, em termos quantitativos, de pesquisa econômica a respeito da economia da solidariedade? Muito pouca. E de pesquisa antropológica? Também pouca. No caso da pesquisa sociológica, talvez encontremos uma produção maior.

A&D: *Insistindo na mesma pergunta: as pessoas, pelo que você observa, conseguem viver os conceitos que elas estão defendendo teoricamente, da solidariedade, da cooperação, nesse ambiente?*

Coraggio: O sistema universitário é um sistema muito competitivo. Nós deveríamos, com base na economia da solidariedade ou da sociedade mais solidária, incorporar esses valores na Universidade. O que, para mim, não vai acabar com a competitividade. Poucas pessoas estariam dispostas a dizer: "Bom, vamos nos reorganizar e eu abro mão do meu posto, vou para outro lugar". Ou seja, a preocupação de satisfazer as necessidades de todos não parece ser o dominante quan-

do competimos para vencer o outro na luta pelo orçamento. Eu acho que o mundo acadêmico tem uma alta probabilidade de ser esquizofrênico. É difícil equilibrar. É claro que tem gente que consegue, porém....

Por outro lado, há os ativistas, os que não são acadêmicos... Eu prefiro que uma ONG diga: "Eu me dedico a isso, isso é meu modo de vida, meu modo de trabalho, que eu faço com paixão e tem um objetivo transcendente, mas eu preciso cobrar esse trabalho". Muitas ONGs têm problemas quando trabalham com os setores pobres, porque os pobres não têm outra alternativa senão aceitar a opção apresentada pela ONG quando esta canaliza os recursos. Mas entre eles não se estabelece uma verdadeira relação de empatia, porque o pobre diz: "Por que ele ganha 20 vezes mais do que eu... Por que ele tem carpete no seu escritório e eu tenho que morar onde eu moro? Ele vem me ajudar, fala da pobreza, me diz um monte de coisas..." . Essas contradições só se resolvem quando não há mais pobres, não é verdade? Porque eu nunca concordei com a idéia de que para ter direito a falar dos pobres ou da pobreza é preciso ir morar entre eles, "*ser uno com eles*". Bem, há pessoas que tentam fazer isso

e são dignas de admiração. Mas eu acho que é como a questão do conhecimento. Alguns dizem: "Meu conhecimento não vale o que vale o conhecimento dos pobres". Isso é renunciar a uma responsabilidade que implica um compromisso real de socializar o conhecimento científico. Eu acho que aí há contradições. Há pessoas que se entregam genuinamente e trabalham todos os dias com a população — elas me despertam uma grande admiração. Eu continuo morando em um bairro diferente e continuo cumprindo funções que são remuneradas com salários altos. E me coloco à disposição como um servidor público: se eu for convidado, eu não vou cobrar nada das organizações sociais. Mas vivo de modo diferenciado e isso não é problema para mim, não me sinto culpado. Há pessoas que se sentem culpadas: falam tanto em solidariedade e pobreza que acham que têm de esconder o seu nível de vida e de renda. Eu quero que os outros vivam uma vida melhor, eu não quero viver pior. Ou, então, posso viver muito pior na questão material, mas pela possibilidade espiritual de lutar por um projeto social que transforme para melhor a vida de todos. Parece que ainda há um pouco de hipocrisia em algumas pessoas. Toda-

via, retroalimentamos os valores positivos toda vez que nos encontramos e não só falamos, mas fazemos coisas juntos. Para alguns ainda falta percorrer o caminho. O que você acha?

A&D: *Eu fico esperando sempre um comportamento mais solidário, mais cooperativo. De modo geral, inclusive, eu acho que ele existe.*

Coraggio: Sim, existe, mas há também o outro lado, não é? E é uma luta contínua. Porque o sistema dualiza e, assim, se você é acadêmico, em algum momento vai ter que falar o jargão, em algum momento vai ter que escrever um trabalho para publicação, em algum momento vai ser avaliado... São as regras do jogo. É como um outro mundo em que a gente vive. É difícil "salvar-se" sozinho, salvar-se se não muda a sociedade. Daí, a referência à esquizofrenia. Temos que participar deste mundo para sobreviver e, por outro lado, queremos tornar nossa atividade cotidiana transcendente. Queremos que a Universidade admita que, como cientistas, trabalhe em apoio às ações populares, mas é preciso escrever sobre a Economia Solidária, e não ser somente um ativista, não é? Essa é a realidade. Acho que ainda falta muito até mudar a academia.

A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade

A BAHIA ANÁLISE E DADOS^{*} na ocasião do Fórum Social Mundial/Porto Alegre/2002 entrevistou Marcos Arruda sobre sua trajetória pessoal e aproximação com a proposta de Economia Solidária. Socioeconomista e educador, Marcos Arruda é coordenador geral do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). É membro do Instituto Transnacional, com sede em Amsterdã, e da equipe internacional de animação do Pólo de Socioeconomia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário. Integra a secretaria do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro e tem publicado extensamente no Brasil e no exterior, oferecendo elementos para a construção de fundamentos mais sólidos a uma nova práxis social.

A&D: Para começar eu queria que você falasse um pouco da sua trajetória pessoal – do que o despertou para os temas sociais e de como suas idéias foram mudando, ao longo do tempo, até chegar, hoje, à proposta de economia solidária.

Marcos Arruda: É uma longa história. Na minha infância eu via, perto da minha casa, em Botafogo, uma favela, a Dona Marta – dali vinham as nossas empregadas. Eu já nasci vendo aquelas pessoas do morro trabalharem na minha casa e nunca me ensinaram que aquilo era injustiça social. A impressão era que aquilo fazia parte de nossa vida. Foi preciso eu chegar à Universidade

para começar a me perguntar porque é que havia gente pobre. Todo o estudo de história era um estudo “empacotado”, como se a sociedade tivesse sido feita automaticamente, definitivamente, do jeito que ela é hoje: nunca teria sido diferente, nunca vai ser diferente. Só quando quando participei das lutas do nosso povo com a Juventude Universitaria Católica (JUC) foi que comecei a me dar conta dessas coisas. Fui além da preocupação com uma fé puramente espiritual, exotérica, no sentido negativo de estar lá fora, lá em cima, desconectada do mundo de cada dia. Fui literalmente sacudido pela realidade brasileira, pelo desafio que era estudar geologia, pelo sentido que tinha a pesquisa e descoberta de minérios e petróleo e por como

colocar tudo isso a serviço da sociedade.

Descobri a realidade das empresas transnacionais, que dão continuidade à colonização do Brasil pelos portugueses e pelos ingleses. E a conjuntura política da época era a da renúncia do Jânio e depois a da crise do Jango, que levou ao golpe militar. Participei disso tudo muito intensamente, enfrentando uma grande crise com minha família, que era conservadora, que não tinha nenhuma consciência social e que tinha uma identidade muito grande com os Estados Unidos.

Minha família era do Rio de Janeiro, de classe média, marcada por uma história de vínculo com o integralismo. Integralismo idealista, não-fascista, mas integralismo. Ligada também a toda

^{*} Entrevista concedida a Débora Nunes, doutora em Urbanismo (Universidade Paris XII), professora e pesquisadora da UNIFACS e da UNEB.

a fala contrária ao nacionalismo, a tudo que era getulismo, populismo e sindicalismo representados por Getúlio Vargas, Jango, General Lott. Então foi preciso um rompimento, o que se deu quando eu tinha entre 18 e 19 anos. Vivi esse rompimento na medida em que tinha um grande desejo de descobrir uma nova ligação da minha fé com a vida histórica, terrena e cotidiana, com a luta do povo para fazer um mundo melhor sem opressão, dominação, injustiça e desigualdade.

A&D: Você vem de um meio católico conservador?

Marcos Arruda: Venho: formação católica conservadora, escola de padres, depois estudei com os jesuítas... Tudo muito fechado, doutrinário. Fiz letras clássicas durante o ano e meio que passei com os jesuítas e, ao sair do seminário, comecei a estudar geologia. Veio então a segunda etapa da minha vida, agora como geólogo. Ao ganhar consciência social, comecei a ter papel de liderança na escola. Primeiro, na turma; depois, como presidente do diretório, e, mais tarde, ajudando a criar a Executiva Nacional dos Estudantes de Geologia e sendo eleito para presidente dessa executiva.

Tudo isso se deu entre 1962 e 1964, ano do golpe militar. Nesse período eu participava da JUC. No mês de fevereiro de 1964, participando do Grupo de Política Mineral, ajudei a organizar um grande encontro em Belo Horizonte, que teve como tema “minério não dá duas safras”. Tivemos a presença de Miguel Arraes, governador

de Pernambuco, e Almino Afonso, Ministro do Trabalho do governo Jango. O grande objetivo era levar adiante, junto com os sindicatos, os políticos e os profissionais de energia, a proposta de uma Minerobrás, uma espécie de Petrobrás dos minérios, para controlar o subsolo brasileiro e colocá-lo a serviço de desenvolvimento do país. Creio que esse foi um dos fatores que motivou o golpe militar, porque ameaçava interesses diretos de algumas empresas americanas que vieram a financiá-lo. Quando houve o golpe, passei algumas semanas escondido, porque o diretor da minha escola – Othon Leonardos – era direitista ferrenho. Depois que vi que não havia perigo, voltei à faculdade e me formei em 1964. Nossa turma, considerada “subversiva” pelo Diretor, não teve direito nem a cerimônia de formatura. Não encontrei trabalho como geólogo no Rio de Janeiro e, já casado, acabei indo para Petrópolis. Passei um ano lá, trabalhando numa área de que gosto muito, a aerofotointerpretação geológica, que envolve o mapeamento de grandes áreas, o estudo de geologia estrutural e a identificação de áreas favoráveis à ocorrência de minérios. Demitido, em razão de problemas financeiros da empresa, tive que procurar outros trabalhos, mas ainda não encontrava nada no Rio de Janeiro, tudo estava fechado para mim. Cheguei a entregar meu currículo ao Departamento Nacional de Produção Mineral, mas um amigo, que já trabalhava ali, terminou por me dizer: “de todos os candidatos você é o mais capacitado, o que tem o currículo

mais completo, mas o americano que chefiava o projeto em que você entraria vetou o seu nome”. Isso, porque eu tinha sido dirigente estudantil. Comecei a trabalhar como tradutor para a Editora Vozes e fui fazer alfabetização de jovens e adultos trabalhadores da periferia do Rio. A polícia bateu lá em casa... Fui embora, com minha esposa, para São Paulo e lá continuei fazendo alfabetização de trabalhadores. Dei aulas de geociências, trabalhei um tempo na revista *Realidade*, da Editora Abril, e também dei aulas particulares. Sobrevivemos assim um tempo e, depois que meu casamento terminou, larguei tudo e fui trabalhar como operário em uma empresa, com o objetivo de ajudar os trabalhadores a se educarem e organizarem, a aprenderem a ler, escrever e a ter uma motivação.

A&D: Você tinha um vínculo político nesse período?

Marcos Arruda: Sim, eu me inspirava na experiência dos padres operários belgas e franceses, mas também tinha uma ligação de simpatizante com a Ação Popular, que tinha uma vertente de intelectuais que trabalhavam em fábricas para ajudar os trabalhadores a se conscientizar, a se educar. Fiquei dois anos trabalhando como operário. Foi uma experiência difícil, que me ensinou muito, principalmente a da convivência com os operários: pude saber o que era a vida de cada dia deles, a amizade, a confiança, aprendi a viver com uma cultura tão diferente da minha. Com os operários, acho que talvez eu tenha vivido um cho-

que cultural maior do que, mais tarde, como exilado no exterior do Brasil. A diferença de classe social e de escolaridade às vezes é maior que a diferença entre nacionalidades, línguas – os operários falam outra língua, têm outros hábitos, seu modo de se relacionar é outro. Você tem que se reciclar para poder se integrar. Para mim, foi uma experiência de aculturação ou, melhor, de inculturação, muito rica e muito especial.

Nesse contexto, fui preso, torturado, passei nove meses na prisão... Consegui sobreviver a esses terrores todos e virei caso da Anistia Internacional, porque minha mãe fez uma campanha no exterior e conseguiu mobilizar as igrejas católica e protestante nos Estados Unidos em torno do meu caso. A Anistia Internacional me adotou como prisioneiro de consciência e começaram a chegar muitas cartas de pressão ao governo militar perguntando porque eu estava preso. Acabaram tendo que me libertar. Ameaçado de nova prisão para esperar o julgamento do processo, iniciado somente depois que me soltaram, fui para os EUA, onde morava minha mãe, e foi lá que decidi estudar economia. Morei quatro anos em Washington e sete em Genebra, Suíça. Nos Estados Unidos, acabei o mestrado e trabalhei como pesquisador econômico. Toda a economia que estudei sempre me levou para o que eu gosto mais. Geologia Estrutural é macro, são regiões amplas, e a economia que estudei foi macroeconomia, mais do que micro. A macroeconomia que estudei me levou a ver o tema do desenvolvimento como uma

questão ampla e abrangente, que combinava com minha visão política de que era o Estado que tínhamos de conquistar e que era dele que deviam vir todas as soluções. Ao longo do meu trabalho de economista e de educador, vim a descobrir um outro caminho. Entre 1975 e 1978, trabalhei com

A macroeconomia que estudei me levou a ver o tema do desenvolvimento como uma questão ampla e abrangente, que combinava com minha visão política de que era o Estado que tínhamos de conquistar e que era dele que deviam vir todas as soluções.

Paulo Freire e equipe no Instituto de Ação Cultural (IDAC), e fomos assessores do governo da Guiné Bissau e do Cabo Verde na construção de programas de educação de jovens e adultos. Não uma educação abstrata ou mecânica, aquela de o “Ivo viu a uva”, “O rato roeu a roupa de Rita”. Estávamos trabalhando a realidade da Guiné Bissau, construindo materiais didáticos a partir daquela realidade, definindo as *palavras geradoras* a partir da pesquisa da realidade dos diversos setores da população. Tudo isso em ligação com o tema do desenvolvimento do país, da sociedade e da cidadania. O objetivo maior era construir uma população sujeito do seu próprio desenvolvimento. A grande chave para mim começou ali, naquele trabalho com Paulo Freire.

A&D: Das pessoas com que você fez contato nos Estados Uni-

dos, alguma lhe marcou particularmente?

Marcos Arruda: Nos Estados Unidos, me marcaram alguns companheiros, alguns professores americanos: Brady Tyson, que me despertou o interesse pelo estudo da economia e me ajudou a entrar para a *American University*; um iugoslavo chamado Branko Horvat, com quem estudei a experiência iugoslava de cooperativismo, mas também Celso Furtado, que foi meu professor em Washington, James Weaver, e pessoas como Robin Hahnel e Howard Wachtel, que desde aquele tempo escreviam e tinham um envolvimento social. Também estudei Otávio Ianni nessa época.

A&D: Você era da linha cepalina...

Marcos Arruda: De certo modo. O Raul Prebisch é uma grande herança, um dos grandes economistas latino-americanos, mas eu tinha uma visão bem crítica porque vinha de uma militância social e política muito ativa. Estudava economia já com uma postura crítica e foi preciso eu ir trabalhar na Nicarágua para viver uma transformação profunda de visão, de sentimento e de prática. Essa viagem foi realizada em 1979, ou seja, no período em que atuei no Conselho Mundial de Igrejas, 1979/1982. Assim, quatro meses depois do triunfo sandinista, eu estava na Nicarágua, pesquisando os impactos das empresas transnacionais sobre as diferentes regiões do mundo. Meu principal contato era o Pe. Xabier Gorostiaga, coordenador do Ministério do Planejamento e nego-

ciador da dívida externa nicaragüense, de quem me tornei amigo para toda a vida. Quando soube que eu trabalhara com Paulo Freire, me apresentou ao Pe. Fernando Cardenal, então responsável pela organização da Cruzada Nacional de Alfabetização, o qual me convidou a participar de uma reunião estratégica, em que se discutiriam idéias para a campanha de alfabetização à luz das experiências cubana e guineense. Depois ele mesmo convidou-me a assessorar o Ministério da Educação, na construção do programa de educação de jovens e adultos. Na época, a influência da experiência cubana era grande, muito marcada pela escolarização dos jovens e adultos. A idéia que eles tinham é de que era preciso alfabetizar jovens e adultos para que esses entrassem imediatamente no sistema escolar, passando a estudar com as crianças e adolescentes e, pouco a pouco, fossem subindo na escala da escola. Nossa experiência era oposta a essa. Nossa proposta partia da pergunta sobre quem é o analfabeto concreto, e não o abstrato. O concreto são trabalhadores, homens e mulheres que são, primeiro, trabalhadores, só podendo dedicar às aulas um tempo marginal, pois sua primeira preocupação é sobreviver, manter a família, manter os filhos. Então, qual é a chave para uma educação deles e delas? O seu trabalho. Temos que tomar o trabalho deles como referência primeira da educação, adequando-a ao ritmo e ao conteúdo desse trabalho, que é a primeira atividade. Isso significa que temos que criar um

sistema paralelo ao sistema escolar, com uma cronologia específica, adequada à realidade de cada setor de trabalhadores do país, em conformidade com o que eles fazem, em termos de calendário, conteúdo e método de estudo. Quem trabalha na agricultura de sobrevivência trabalha de

Temos que criar um sistema paralelo ao sistema escolar, com uma cronologia específica, adequada à realidade de cada setor de trabalhadores do país, em conformidade com o que eles fazem, em termos de calendário, conteúdo e método de estudo.

modo diferente de quem está na agricultura de exportação, na pecuária, ou no meio urbano em seus diversos setores.

A&D: Nesse período, sua concepção de desenvolvimento econômico era muito vinculada à atuação do Estado?

Marcos Arruda: Sim. Eu já tinha começado a mudar quando estava na África e minha transformação se acelerou muito na Nicarágua. Nesse período eu não estava mais com a equipe do IDAC, estava sozinho e com um desafio muito mais próximo da minha cultura, pois somos do mesmo continente. Os africanos têm uma outra cultura, não é a mesma coisa que a América Latina. Havia uma intimidade na realidade nicaragüense que eu sentia em mim, que significava um desafio muito profundo. Foi na Nicarágua que

descobri, ao trabalhar com a educação de jovens e adultos, a experiência do que eles chamavam de “setor de propriedade social”, que se desenvolvia de modo paralelo às esferas estatal e privada e em interação com as mesmas. Nesse setor de propriedade social estavam as cooperativas, as associações de trabalhadores, o tema da autogestão... Foi a partir daí que começou a minha preocupação em ligar essas duas coisas. Eu dizia, já na época, que a educação não tem um fim em si própria, mas que seu objetivo é ajudar as pessoas a se tornarem sujeito do seu próprio desenvolvimento, pessoal e coletivo. Tudo o mais, instrumentação, profissionalização, é meio. O principal é aprender a viver, é aprender a ser dono de si próprio, do seu caminho e da sua caminhada, como pessoa e como coletividade. Passei a ver o desenvolvimento como o desafio de fazer desabrocharem os potenciais de cada pessoa, comunidade e nação. Isso, para mim, passou a ser um outro projeto político. Não se tratava mais de partir do Estado para todas as soluções, tratava-se de construir sujeitos individuais e sociais que, pouco a pouco, iam ganhando consciência de si e de seu entorno, até se tornarem cidadãos ativos para defender seus interesses e transformar sua realidade. Sem isso, qualquer Estado, por mais popular que se declare, vai ser um Estado autoritário.

A&D: Qual a influência de Paulo Freire na sua trajetória?

Marcos Arruda: Fui muito marcado pelo meu trabalho e

convivência com ele, pela nossa amizade, que, na verdade, incluía toda sua família: Elza, sua querida esposa, Fátima, Cristina, Madá, Lute e Joaquim. Tenho uma imensa dívida de gratidão para com ele e Elza. Paulo Freire é uma das pessoas que me marcaram não só como autor, mas como companheiro de trabalho, de vivências em comum. Passei a incorporar toda essa aprendizagem ao meu trabalho de economista. Comecei a trabalhar a questão da educação dos jovens e adultos trabalhadores como sujeitos da economia. Não era mais um projeto só político, era político e econômico. Era preciso que os trabalhadores se tornassem donos e gestores dos empreendimentos em que trabalham. No capitalismo eles só poderiam ser donos se tivessem dinheiro, capital. No pós-capitalismo eles são donos pelo trabalho que realizam. O valor do trabalho é que deve ser o centro organizador da economia e não o capital.

A&D: Nessa concepção você se aproxima de José Luis Coraggio.

Marcos Arruda: Conheci Coraggio e a mulher dele, Rosa María Torres, em 1985, na Nicarágua. Ficamos muito amigos, na época, porque ele também era economista e discutíamos muito sobre a economia do desenvolvimento da Nicarágua. A mulher dele era educadora e eu tinha uma relação muito próxima com os dois. Mas Coraggio era um companheiro, não li muita coisa dele na época, éramos colegas. Ele escreveu um ótimo livro sobre economias em transição, refletindo sobre muitos caminhos, mas acredito que isso

aconteceu depois. Não foram autores econômicos que me deram essa percepção, foi minha práxis de economista e educador, mais o estudo do cooperativismo... Acho que o Coraggio já escreve há mais tempo que eu sobre essa temática, a partir dos seus estudos sobre a economia popular. Agora, minha

Minha idéia da socioeconomia solidária, do cooperativismo, de um projeto de globalização cooperativa e solidária eu construí a partir de uma infinidade de leituras, inclusive históricas, mas também refletindo sobre as próprias experiências que eu estava vivendo.

idéia da socioeconomia solidária, do cooperativismo, de um projeto de globalização cooperativa e solidária, na verdade, eu construí a partir de uma infinidade de leituras, inclusive históricas, mas também refletindo sobre as próprias experiências que eu estava vivendo. Foi na aproximação com o cooperativismo no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, na Espanha, com algumas assessorias a movimentos cooperativos aqui no Brasil...

A&D: Fale-nos de como foi sua volta para o Brasil.

Marcos Arruda: Eu voltei para o Brasil em 1982 e continuei assessorando a Nicarágua até 1989. Desde 1979 estava empenhado em criar o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) junto com o Betinho e

Carlos Afonso. Trabalhei quatro anos no IBASE, mas tivemos alguns desacordos, principalmente sobre os objetivos do nosso trabalho. A idéia deles era de um Instituto que produzisse apenas informação para a base social, o que, a meu ver, era insuficiente. Eu, que trabalhara como operário, era solicitado continuamente para atuar na *formação* do trabalhador. Com essa formação pretendia-se que os trabalhadores se tornassem capazes de selecionar e interpretar informações, pesquisar sua realidade e que, a partir disso e da compreensão crítica resultante, soubessem traçar seus próprios planos de ação transformadora.

A&D: Você escrevia sobre esses temas?

Marcos Arruda: Escrevia bastante. Tenho um *curriculum vitae* com 80 páginas de atividades e publicações, muitas delas no Brasil, mas também no exterior. E tenho um livro pronto, em castelhano, com meus escritos sobre educação de jovens e adultos na Nicarágua, que ia sair pelo Instituto Nicaragüense de Pesquisas Econômicas e Sociais (INIES), mas acabou não sendo publicado. Vários artigos meus foram publicados, no Brasil, pela Revista de Cultura Vozes, outros, pelo IBASE, e outros ainda pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). No IBASE, comecei uma experiência maravilhosa, que transferi mais tarde para o PACS. Foi um trabalho no Vale do Aço de Minas Gerais, centrado principalmente em Ipatinga, onde está situada a Usiminas, na época uma

estatal tão ditatorial quanto o regime militar então vigente. Juntamente com agentes de pastoral e sindicalistas da região, realizei ali um seminário, em 1984, ao fim do qual o pessoal da Usiminas, que se opunha à direção sindical pelega da empresa, veio me convidar para um outro seminário. O objetivo deles era buscar resposta para a dúvida seguinte: “Se lançarmos uma chapa para concorrer às eleições sindicais e perdermos, a Usiminas vai nos demitir e vamos passar anos para construir outro grupo de oposição dentro da empresa. Desse modo, seria o caso de concorrermos na próxima eleição?”. Estávamos em 1984 – Figueiredo, ditadura, Delfim Neto e companhia. Expliquei-lhes que, talvez, a melhor pessoa para ajudá-los fosse um sindicalista, lembrando que havia vários educadores sindicais ótimos, ao que argumentaram que não era pelo conhecimento do sindicalismo que estavam me chamando, mas pela metodologia. Afinal concordei, começando aí uma colaboração de anos... Fiz um novo seminário com eles, que evoluiu até o momento em que disseram estar prontos para tomar a decisão e, nesse momento, achei que era tempo de eu ir embora. Não concordaram, apesar de eu lembrar que tinham me chamado para ajudá-los a tomar aquela decisão, para a qual já estavam prontos, afirmando que queriam que eu permanecesse: “você é um companheiro, lutador e educador”. Assim, propus que a discutíssemos, antes de acabar o seminário, o papel de liderança de um educador, uma vez que esse papel era o mesmo que eles iam

fazer, já faziam, como educadores das suas bases sindicais. Fomos destrinchando o assunto e, no final, eles disseram: “está certo Marcos, já que você não vai ser responsável conosco pela tomada dessa decisão, deve mesmo ir embora”. Só 15 dias depois é que me telefonaram para dizer que haviam decidido correr o risco de concorrer e que já tinham feito a inscrição da chapa, já me chamando para fazer outro seminário, no caso, de planejamento da campanha. Bom, nessa altura quase conseguimos ganhar a eleição sindical em Ipatinga, mas a empresa e a ditadura Figueiredo fizeram tais manobras e intimidações que acabamos perdendo no segundo turno. Fizemos novos seminários e surgiu um grande movimento político dos operários: eles conseguiram eleger Chico Ferramenta – que fora candidato da chapa Ferramenta à presidência do sindicato – deputado estadual e, depois, federal. Em 1988, ganhamos a prefeitura de Ipatinga e de Timóteo. Temos governado Ipatinga desde aquela época até hoje e estamos no segundo mandato em Timóteo. E Ivo José, um dos mais ativos membros da Pastoral Operária e do Grupo Ferramenta, está completando seu terceiro mandato como deputado estadual. Hoje, o Vale do Aço é uma região de fermentação social importante, uma espécie de grande árvore nascida das sementes plantadas com esse pequeno trabalho de educação econômico-política com aqueles dirigentes sindicais. Eles estão no poder e levam à prática aquelas posições que discutíamos, o conceito de liderança que trabalha-

mos, liderança como catalisador, serviço e co-responsabilidade.

A&D: Vem daí seu vínculo com o PT?

Marcos Arruda: Participei das primeiras discussões para a criação do PT, ainda no exílio, em 1979. Sou economista e educador do PT. Mas todas essas atividades que relatei foram realizadas no âmbito do PACS, uma instituição aberta para trabalhar com qualquer prefeitura que tenha uma proposta democrática participativa. Foi no PACS que comecei a trabalhar a vertente do cooperativismo aqui no Brasil, principalmente agora, nos anos 90, colaborando para desenvolver o Fórum do Cooperativismo Popular no Rio de Janeiro. Para aí levei a experiência da Nicarágua, onde o trabalho sobre o desenvolvimento local comunitário era atravessado pela tentativa de construir formas coletivas de propriedade e gestão, sobretudo de construir uma educação a serviço do aprendizado de se tornar sujeito dessa gestão. Houve também a experiência na Espanha, onde companheiros como Enrique del Río, Joan Lluís Jornet e outros me instruíram tanto a respeito da práxis cooperativa nos territórios espanhol e catalão.

A&D: Há uma corrente que identifica a economia solidária como uma vertente mais européia e a economia popular como sendo uma experiência mais desenvolvida na América Latina, com particularidades. O que acha disso?

Marcos Arruda: A primeira coisa a dizer é que nós queremos

convidar todas as tendências a se juntarem, a convergirem no mesmo esforço de construção. O que importa é que haja essa convergência em termos de princípios, de objetivos, do modo de colaborar, respeitando-se ao máximo a diversidade de cada caminhada. Ao mesmo tempo, os nomes são importantes. Eu, por exemplo, não gosto da nomenclatura usada pelos gaúchos – economia popular solidária – porque dá a impressão de que é uma proposta, um projeto de economia que é muito bom para o povo ou apenas para os setores pobres da sociedade. Para nós, o projeto de economia solidária é um projeto global, para toda a sociedade. A idéia é de uma globalização solidária, uma economia globalizada solidária, envolvendo todos os setores da população, não só os pobres. Essa é a primeira observação. A segunda, é que ninguém está preocupado em ser proprietário de termos, em saber se foi o Orlando Nuñez, o Laville ou o Singer quem falou de economia solidária... Nós todos estamos bebendo de fontes muito anteriores a nós. Os grandes criadores dessas vias de autonomização do mundo do trabalho vêm do século XIX. Aí encontram-se socialistas, passam por Marx, Gramsci, Landauer, Buber, Ventosa y Roig e outros, desembocando, na atualidade, em gente maravilhosa que estamos encontrando aqui no Fórum Social Mundial (FSM), na Conferência e Seminário sobre Economia Solidária. Acho que é uma doença do Ocidente querer se apropriar individualmente das idéias, dos termos e dos conceitos e querer colocar lá sua marca

de criador. Para mim, isso é uma coisa ingênua e também arrogante. O que importa são as transformações da realidade, aquilo que a palavra consegue operar na consciência de cada um e que gera transformações concretas nas vidas das pessoas. Então, por esse lado, não gosto de discutir os

Nós queremos convidar todas as tendências a se juntarem, a convergirem no mesmo esforço de construção. O que importa é que haja essa convergência em termos de princípios, de objetivos, do modo de colaborar, respeitando-se ao máximo a diversidade de cada caminhada.

termos, discuto-os pelo sentido que têm e esse sentido é importante. A minha opção tem sido por “socioeconomia solidária” e a razão é a seguinte: assim como temos que falar em democracia participativa para indicar a democracia que não é a burguesa, também temos que falar em socioeconomia para identificar uma economia que tem por objetivo o bem-viver e o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade e, portanto, não é capitalista. É para casar, na nossa mente, a economia com o social, com o político, para indicar que tudo está unificado na vida concreta da sociedade, para sublinhar que é uma aberração ouvir o General Médici voltar do Nordeste muito chocado e dizer publicamente: “a economia do Brasil vai muito bem, a vida do povo é que vai mal”.

A&D: Você acha que as pessoas que estão trabalhando com a idéia de economia solidária estão testemunhando na sua prática, na sua forma de viver, de se relacionar, esses valores que são intrínsecos da economia solidária?

Marcos Arruda: A resposta não pode ser sim ou não para todos nós, mas nuançada, uns mais outros menos. Você tocou no ponto central. O que propomos não é só uma transformação objetiva, das instituições e mesmo dos modos de relação de produção e reprodução na sociedade. Envolve também uma transformação individual, dos valores, atitudes, comportamentos, do modo de relação entre nós. É uma revolução intelectual, moral, espiritual de cada um de nós e essa é uma luta de cada dia, porque o grande peso é a velha cultura, são os velhos valores que estão presentes na nossa existência. Eles atuam, dia a dia, na nossa relação conosco mesmos, com os filhos, com a companheira, com os companheiros de trabalho – aí nosso ego aparece dando gritos para ser reconhecido e cultuado. Mesmo quando estamos fazendo o discurso da coletividade, da solidariedade, muitas vezes é o nosso ego que quer aparecer. Quando um atropela a fala do outro para falar de solidariedade, mostrando desrespeito pela idéia e pela palavra do outro, está fazendo o oposto do que diz. Então, a nossa idéia é que, na educação para que cada um se torne sujeito, trabalhe muito essa noção da transformação pessoal e da luta – luta nos campos cultural, moral e mesmo espiritual para sermos

humilde, para percebermos que assim como nós somos *um* centro do mundo, *cada outra pessoa* é também um centro do mundo e tem que ser respeitada como tal. Se a realidade é uma infinidade de centros do mundo, diversos uns dos outros e convivendo no mesmo planeta, a melhor maneira é se integrar, fazer acordos e criar regras de boa convivência, de colaboração solidária, dando as mãos e procurando um caminho em comum.

A&D: Marcos, você é uma pessoa-chave para falar deste tema. É um dos que lideram um evento de importância internacional, o Seminário sobre Economia Solidária do Fórum Social Mundial e, naturalmente, é muito solicitado. Como consegue exercer essa função e ao mesmo tempo estar atento, aberto, disponível, humilde, solidário...

Marcos Arruda: Não sei dizer... me trabalhando a cada dia, procurando não me tomar tão a sério assim, procurando avaliar, a cada dia, em que não estou sendo coerente com os meus valores, me abrindo para as críticas dos outros, procurando ouvir, mesmo quando discordo, me perguntando por que eu teria dado razão a essa crítica, aprendendo a pedir desculpas quando erro, dizendo para todos, inclusive no meu trabalho: “Não pensem que, porque sou coordenador do nosso instituto, sou infalível – me critiquem e me ajudem a melhorar, não guardem mal estar, sejam francos, transparentes, porque eu só posso mudar se souber o que está incomodando vocês. Para isso é

preciso que falem e, quando eu resistir, não é porque não quero ouvir críticas, é porque tenho razões para ter agido daquele jeito. Podem ser que sejam falsas razões e é aí que vocês têm que me responder – ‘olha, isso não é correto’. Não tomem como se eu quisesse agredir vocês, quando

Se a realidade é uma infinidade de centros do mundo, diversos uns dos outros e convivendo no mesmo planeta, a melhor maneira é se integrar, fazer acordos e criar regras de boa convivência, de colaboração solidária, dando as mãos e procurando um caminho em comum.

parecer que foi agressão, venham me dizer e vou explicar o porquê e se tiver feito mal, vou pedir desculpas”. É assim no dia-dia. Isso tem a ver com a espiritualidade. Quer dizer, para mim o sentido da vida é uma escolha permanente entre o ser humano agressivo, competitivo, que está instintivamente dentro de nós e o potencial de ser humano cooperativo, convivial, amoroso que também está em nós. Entre os dois, temos que escolher, a cada momento, em cada relação, e essa escolha é a escolha entre o amor e o desamor. Nós todos estamos nessa luta, até na hora de morrer estaremos nessa luta. Para mim, o sentido da nossa vida é escolher o amor e é viver de acordo com essa escolha a cada momento. É claro que somos cheios de defeitos... então, tenho que sair tentan-

do me corrigir a cada dia, aprendendo a ser melhor a cada dia.

A&D: Aproveitando sua fala, como você vê este momento do mundo em que o neoliberalismo é vitorioso e, ao mesmo tempo, é contestado? Está se construindo uma nova opção, fazendo-se uma nova proposta que podem estar ligadas a essas discussões espirituais de nova era, de novo momento, de uma era mais inspirada na solidariedade que na competição...

Marcos Arruda: As “viagens” do pessoal alternativo, espiritualista, às vezes vão pelo caminho errado. Mas isso não impede que a origem da preocupação seja muito positiva. É a busca de um sentido para além do imediato e, mesmo, desta vida transitória. Nós somos seres imanentes e transcendentais ao mesmo tempo, então há uma sede, uma busca de algo mais além. Ninguém se satisfaz com a idéia de morrer e acabar tudo – mesmo uma pessoa materialista, se ela está fazendo bem a alguém é porque acredita em alguma coisa a mais do que no seu próprio interesse no aqui e agora. Então, acho que esta onda de esperança no novo século, numa nova consciência, numa nova transformação, num ponto de mutação que leve a humanidade a uma nova etapa, não é uma coisa abstrata, mas tem o potencial de transformar o concreto, porque chama de volta o ser humano, chama-o a se ligar com aquilo que o fez se tornar a principal espécie animal no planeta Terra: a comunicação, a cooperação, o apoio mútuo na caminhada.

da evolutiva. Sou geólogo, estudei biologia, antropologia, evolução e tudo o mais e terminei escrevendo uma tese de doutorado com um forte componente evolutivo e sistêmico. Uma idéia maravilhosa que os pesquisadores têm desenvolvido é essa: a tendência, os instintos agressivos não teriam dado conta de fazer um ser humano chegar ao que ele é hoje. Foi essencialmente a cooperação que o fez evoluir, e alguns biólogos e médicos chegam a ponto de identificar isso como tendência evolutiva... Há vários autores que tratam dessa questão: Humberto Maturana, Francisco Varela, chilenos; Teilhard de Chardin, geólogo e teólogo francês, exilado na China durante anos; e orientais, como o militante, historiador e místico indiano Sri Aurobindo. São pessoas que afirmam a noção de que a nossa tendência à convergência, à comunicação, à comunhão, à amorosidade é uma lei da própria natureza e não somente um postulado ético ou moral. É algo como um impulso que nos leva para adiante, ao qual podemos aderir ou trair, porque uma condição para esse processo de convergência se realizar é a liberdade. A liberdade vem de uma consciência autônoma – de indivíduo, mas também de coletividade e espécie – que ganha conhecimento de uma realidade em que pode escolher. Então, esse é o grande mistério. E quando se fala da relação com o divino, com qualquer conceito de divino que se tenha, todas as fés se maravilham com esse paradoxo. O ser absoluto aceita se relativizar, criando seres ou, digamos assim,

fazendo-se acompanhar por seres que têm uma capacidade e liberdade de escolha que lhes permite inclusive se separar dele ou dela própria (ser absoluto) por um simples ato de vontade. É na escolha voluntária de adesão ao altruísmo, à convergência e ao pleno acolhimento do outro que se

É na escolha voluntária de adesão ao altruísmo, à convergência e ao pleno acolhimento do outro que se realiza o amor.

Então, essa busca de transcendência não tem nada de apenas abstrato, ela deve se converter no nosso modo de vida nessa vida terrena.

realiza o amor. Então, essa busca de transcendência não tem nada de apenas abstrato, ela deve se converter no nosso modo de vida nessa vida terrena. É aqui e agora que temos que vivenciar essa busca e ela está desafiando o nosso dia-dia – para mim não há divino lá fora, lá em cima, o divino está aqui dentro de cada um de nós e de todo o universo. É ele que anima – esta é uma palavra latina muito rica, *ANIMA*: aquele que dá vida, dá alma, dá vivência, dá consciência. É uma chama interior, inerente, imanente a nós, não exterior. Então, se é interior, eu estou intimamente ligado, o desafio está dentro de mim, não está fora, não são regras que vêm de fora que me devem fazer desistir e me levar a andar num caminho e não em outro. É um movimento interior meu – mas para isso tenho que

me conhecer, tenho que mergulhar no fundo de mim e me perguntar quem sou, quem estou sendo, que potenciais a Vida me deu, potenciais que me cabe desenvolver ao longo da minha vida. Se eu descobrir que sou uma diversidade, que sou contradição, tenho a possibilidade de escolher dos vários eus aquele que realmente pode me realizar mais. Este é o paradoxo do eu mesmo (*self*), o ser ao mesmo tempo eu-relação – o eu-e-tu e o eu-e-nós. E é isso que me leva a reconhecer o amor como o sentido do nosso viver, é o que dá à idéia do amor o caráter de lei natural. Se descobrimos que neste dar ao outro, na amorosidade, na convivialidade, estamos realizando a evolução, isso significa também que estamos indo adiante, elevando a consciência humana a níveis sempre. Há, assim, uma convergência para o que todos já sabemos: maior felicidade, afeto, comunicação, em vez de brigas, guerra, agressividade, ódio. O desafio para mim, como economista, é criar uma economia amorosa, uma economia para este ser humano amoroso, uma economia para que cada ato de troca seja muito mais do que um ato material de trocar objetos. É uma relação humana que carrega trabalho, energia, que tem, pois, uma dimensão invisível tão real e dinâmica quanto a visível. É uma relação energética em que eu dou e recebo ao mesmo tempo. Tenho que querer bem a quem me deu, e isso vai motivar o outro a me querer bem igualmente, ainda que não seja essa a razão do meu dar. Quando cada um está preocupa-

do com o outro todo mundo ganha com isso. Esta é a idéia do cooperativismo, da associativismo, da Economia Solidária.

A&D: Eu queria que você fizesse uma relação ideológica e material dessa experiência de vida do Marcos Arruda que viveu os anos 60, cujo ideário era um socialismo implantado pela tomada do poder, e este Marcos Arruda de hoje, que aposta na idéia da economia solidária.

Marcos Arruda: A grande mudança foi passar a ter uma nova concepção acerca do sujeito da história. Aquela idéia do sujeito,

das massas de trabalhadores, mudou para mim. Não se trata de “massas trabalhadoras”, sujeito impessoal. Nós queremos construir um sujeito e este sujeito é, ao mesmo tempo, subjetividade, objetividade e sensibilidade, individualidade, comunalidade e sociabilidade, então é a combinação de tudo isso. Desse modo, o eixo sai de uma coletividade sem cara e vai para cada pessoa, cada indivíduo, mas não o indivíduo abstrato, isolado na sua totalidade, mas um indivíduo-totalidade e, ao mesmo tempo, parte de totalidades maiores. Portanto, responsável por ser sujeito e por respeitar

o ser sujeito de cada outro e por formar alianças, coalizões de sujeitos, coalizões subjetivas, que se tornam novos sujeitos, sujeitos coletivos. Assim, acabei percebendo que o projeto político vai muito além do que eu percebia naquela época: é um projeto de “empoderamento” de cada ser humano e coletividade humana para o amor. Hoje as polarizações são muito grandes. Eu aprendi a dialética assim, quebrando os dogmas, quebrando as visões, uni ou bidimensionais, descobrindo que a questão não é “ser ou não ser”, mas sim “ser e não ser ao mesmo tempo”.

A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador¹

Débora Nunes*

Resumo

O artigo se propõe a uma discussão preliminar sobre o conceito de Economia Solidária, assim como do seu contexto de surgimento, como pano de fundo para a descrição e análise de um projeto-piloto aplicado no bairro de Vila Verde, em Salvador. O contexto do bairro e as condições de vida dos seus moradores também são apresentados, para um melhor entendimento do desenrolar da experiência. A implementação de uma Horta e de um Restaurante comunitários foram as bases do projeto, que se desenvolveu com a implantação de um Bazar e da venda de “quentinhas” e lanches para o público externo ao bairro. A dinâmica interna da experiência de Economia Solidária será detidamente descrita e analisada, com o objetivo de contribuir para o melhor conhecimento dessas práticas que se espalham pelo Brasil e pelo mundo e que se pretendem um exemplo de que “um novo mundo é possível”.

Palavras-chave: Economia Solidária, pobreza urbana, desenvolvimento local, participação popular.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROXIMAÇÕES DO CONCEITO

O conceito de Economia Solidária surgiu na França nos anos 90, dentro de uma discussão maior acerca das transformações econômicas do final do século XX, em que, ao crescimento econômico vertiginoso não correspondeu um aumento generalizado do bem-estar dos homens e mulheres, mas, ao

* Débora Nunes é doutora pelo Institut d'Urbanisme de Paris, Universidade de Paris XII, coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACS, e professora e pesquisadora da UNIFACS e da UNEB. arquitetura@unifacs.br

Abstract

The article aims at establishing a preliminary discussion on the concept of Solidarity Economy, as well as the context of its development, as background for the description and analysis of a pilot project applied in the neighborhood of Vila Verde, Salvador. The neighborhood context and living conditions of its dwellers are also presented for a better understanding of the experiment development. The implementation of a vegetable garden and a community restaurant were the basis for the project which was developed with the implementation of a bazaar for selling of take-out hot-plates and snacks for the external public. The internal dynamics of the Solidarity Economy experiment will be described and analyzed with the objective of contributing to the better understanding of such practices which are scattering around Brazil and worldwide, and which intend to become an example of a possibility of a new world.

Key-words: Solidarity economy; urban poverty; local development; popular participation.

contrário, um aumento do desemprego e da exclusão social. Outros conceitos, mais conhecidos que Economia Solidária, se desenvolveram dentro de uma lógica de questionamento da economia liberal (século XIX) e neoliberal (século XX), mas também de interação com ambas, a exemplo de Terceiro Setor, Economia Social e Economia Popular. Como esses quatro conceitos são muito próximos e podem ser confundidos na prática, utilizaremos as defini-

¹ Este texto é uma revisão de um artigo com o mesmo título publicado na *Revista de Desenvolvimento Econômico* (RDE), Ano III, n. 5. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Salvador, dez. 2001.

ções de França (2001) para avançarmos em seguida na conceituação de Economia Solidária.²

Segundo França, o Terceiro Setor seria o “universo do privado, porém público”, que aparece num contexto anglo-saxão, onde predomina a idéia da filantropia para fazer face aos problemas sociais e onde, particularmente nos EUA, a ação redistributiva das organizações sem fins lucrativos é paralela à ação estatal nesse campo. A Economia Social é formulada em um contexto europeu, no qual o Estado-Providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais e onde se desenvolve uma economia com fins sociais baseada em grandes fundações, associações e cooperativas, que atuam hoje, segundo França, como “apêndice do Estado”. Já a Economia Popular seria oriunda do contexto latino-americano, tendo tênue fronteira com a economia informal e se constituindo em “formas de sobrevivência da população mais pobre”, em que o registro da solidariedade está na base das atividades econômicas, praticamente como um prolongamento da solidariedade familiar ou comunitária.

A Economia Solidária tem afinidades com os conceitos anteriores, mas também particularidades que a afirmam como conceito e prática particulares. Consistiria, ainda segundo o mesmo autor, em “iniciativas apoiando-se sobre atividades econômicas para a realização de objetivos sociais que concorrem a ideais de cidadania”. Ela tem herança histórica comum com a Economia Social, ou seja, européia, e dá ênfase especial ao aspecto democrático da organização do trabalho, em que predominam o estatuto associativista e, em alguns casos, o cooperativista. As iniciativas de Economia Solidária articulam a dimensão econômica, social e política em uma só ação coletiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas.

Nessa busca de transformações sociais gerais baseadas em iniciativas particulares, o movimento sindical brasileiro produziu uma visão particular e esclarecedora sobre a Economia Solidária ao afirmar: “Não se trata somente de gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de construir novas relações

sociais baseadas nos valores da solidariedade e da cooperação, que fortalecem a participação do cidadão na sociedade” (Revista Debate Internacional – CUT, 2000). Nesta idéia de construção de “novas relações sociais” está embutida a reorganização de um projeto de transformação social através da mobilização da sociedade civil, que se traduz tanto do ponto de vista da mudança do modelo político, visando à superação da democracia representativa em busca da democracia direta/participativa, quanto da mudança do modelo econômico visando reverter prioridades do Estado e incorporar critérios sociais à idéia de eficácia econômica.

Com o intuito de contribuir para uma compreensão mais precisa do que diferenciaria a Economia Solidária de outras iniciativas no mesmo campo econômico e social, foram levantados (consultando-se materiais de divulgação de inúmeras experiências que reivindicam o conceito) alguns princípios que podem ser observados como norteadores dessas iniciativas e que ajudam a caracterizá-las, mesmo que não estejam presentes em todas elas:

- motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como nas de distribuí-los e comercializá-los;
- referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas;
- processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento;
- criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas;
- preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: APREENDENDO SEU CONTEXTO

A partir desses referenciais gerais e antes de abordar a experiência concreta que tentaremos descrever e analisar, passaremos a discutir o contexto em que surgiu este conceito. Por que a expressão “Eco-

² Para maior aprofundamento desses conceitos ver texto de FRANÇA, Genauto: “Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva”, na publicação acima indicada.

nomia Solidária” surgiu no final do século XX, fazendo renascer antigas utopias? Há aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais a serem observados, que, mesmo sendo imbricados, podem ser desdobrados com o intuito de propor um melhor entendimento do fenômeno. Do ponto de vista econômico, observa-se uma vinculação com o aumento do desemprego; do ponto de vista político, com o enfraquecimento da idéia de um Estado do Bem-Estar Social; do ponto de vista social, com a intranquilidade que representa a junção dos dois problemas citados, e do ponto de vista cultural, com pretendidas modificações identitárias que estariam em gestação no momento.

Grande parte dos países do mundo – como é o caso brasileiro – passaram a apresentar altas taxas de desemprego ao longo da década de 90.³ Tais índices são contemporâneos de uma economia globalizada, gerida numa ótica de livre comércio radical. A globalização liberal, mesmo não sendo uma novidade, foi atualizada na última década pelas operações *on-line*, que multiplicaram o alcance dos contatos internacionais, favorecendo o mundo das finanças e a deslocalização das empresas, fatores que, por sua vez, realimentam as origens do desemprego. Há uma certa convicção, entre muitos autores que se debruçam sobre o tema, de que os empregos eliminados ao longo do processo de reestruturação produtiva e de crise econômica das últimas décadas do século XX dificilmente retornarão, a menos que ocorra um expressivo crescimento da atividade industrial e dos serviços. Por isso, tem surgido com alguma expressão a idéia de que se deve buscar ocupação e não necessariamente emprego, trazendo à tona a discussão sobre alternativas de organização dos trabalhadores por uma via autônoma e solidária como as iniciativas de Economia Solidária, capazes de melhorar as condições de vida da população envolvida.

³ Nas categorias desemprego e subemprego, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou, em seu relatório de 1999, uma cifra de aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo, um número que vem crescendo a uma média anual de cem milhões de pessoas.

A globalização liberal foi atualizada na última década pelas operações *on-line*, que multiplicaram o alcance dos contatos internacionais, favorecendo o mundo das finanças e a deslocalização das empresas, fatores que, por sua vez, realimentam as origens do desemprego.

Concomitante a isso, tem-se a crise do Estado de Bem-Estar que veio aprofundar o difícil quadro social da nossa época. Esta crise é advinda da situação falimentar de muitos estados nacionais, mas também da intensa campanha ideológica feitas nas duas últimas décadas pelos arautos do neoliberalismo. O esvaziamento do modelo de políticas sociais intensivas de caráter público desmonta uma das soluções antes vistas como possíveis para as crises

periódicas do capitalismo. Certamente o esvaziamento desta alternativa, a falta de perspectiva de retomada de políticas de pleno emprego ou de redução do desemprego no curto prazo teriam permitido o fortalecimento de uma certa tendência, em particular de solidariedade. Junta-se a isso a importância cada vez maior que a organização da sociedade civil, de forma autônoma – nem via Estado, nem via mercado –, vem tendo, e vê-se o surgimento de práticas

de solidariedade civil, que, mesmo não sendo novas na história, tomam outro significado e dimensão neste momento.

A essas questões econômicas, políticas e sociais junta-se uma dimensão cultural que poderia ser entendida como pano de fundo de todos os fatores citados anteriormente. Desse ponto de vista, a Economia Solidária seria um renascer de utopias e de práticas que vêm dos primórdios da humanidade e atravessam toda a história humana: o que Marx e Engels chamaram de “comunismo primitivo”; as corporações profissionais da idade média; as organizações pré-sindicais do tipo guildas; as experiências ditas de “socialismo utópico”, de Saint Simon, Owen e Fourier; os diversos tipos de cooperativas de produtores, chegando às comunidades hippies de “paz e amor” e às comunidades esotéricas da atualidade. Em todas essas experiências, que embora tão diferentes procuram estabelecer uma produção coletiva com base na solidariedade, podem-se identificar elementos do que estamos chamando hoje de Economia Solidária.

Dentro dessas experiências que podem ser consideradas “antepassadas” da idéia atual de Econo-

mia Solidária, os ideais socialistas – de propriedade coletiva e emancipação humana dos valores de competição e exploração – são, sem dúvida, uma contribuição das mais importantes. A diferença principal entre a prática real do socialismo vivido no século XX e as demais experiências citadas é que no campo socialista se tentou estipular uma tática e uma estratégia para generalizar a proposta numa escala nacional (e mesmo internacional), enquanto as outras experiências foram implementadas de forma pontual. Esse processo de generalização se baseou na tomada do poder político liderada por um partido e na manutenção desse poder via um Estado socialista. Na tentativa de generalização de uma prática, feita de forma impositiva, o socialismo real deixou subjacente a idéia de que os fins justificam os meios. O fracasso das experiências do socialismo real significou uma fragilização dos meios utilizados e, também, dos fins, levando aqueles que lutaram por essa idéia de volta a uma encruzilhada, a partir da qual é necessário reconstruir o caminho.

O ressurgimento, na atualidade, dessa idéia antiga de uma Economia Solidária parece estar vinculado também ao processo de hiperdesenvolvimento dos valores capitalistas: a propriedade, o individualismo e a competitividade. Ao chegar ao paroxismo do consumo e ao reino da propaganda, da mercantilização de todos os aspectos da vida humana, da competição exacerbada, da corrida contra o relógio, a sociedade demonstra a vacuidade desses valores como fundadores das personalidades através das doenças ditas “modernas”: stress, depressão, síndrome do pânico, anorexias, etc. Para muitos, este sentimento de inadequação se manifesta também sob a forma de um vazio existencial angustiante.

A reação social a esse estado de coisas vem se dando pelo ressurgimento do ideal de solidariedade, retomando-se bandeiras históricas. Resgatam-se valores da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, e o ideário socialista do homem como capital mais precioso, mas com uma compreensão nova. A idéia de uma nova espiritualida-

de, que implica a busca de uma harmonização pessoal com o universo e com os outros, é a novidade. Todos os rebeldes de antes precisaram romper com a espiritualidade porque ela era manipulada pela religião como instrumento de poder. Num momento em que na maior parte dos países do mundo já se completou a desvinculação Igreja-poder, via Estado laico, a espiritualidade toma um aspecto de escolha pessoal, que não precisa mais ser contestada quando se questiona o *status quo*. Dessa forma, ela pode revelar todo seu potencial revolucionário de busca de uma existência plena, já que é impossível haver harmonização pessoal junto com miséria, violência, desigualdade e injustiça.

Certamente a idéia de um “homem novo” não é privilégio dos tempos atuais. Os ideais republicanos e socialistas falavam de um homem novo, solidário, que seria forjado, socialmente, pela razão. O “homem novo” de hoje seria forjado, ao mesmo tempo, por arranjos sociais novos, mas também por uma espiritualidade revalorizada, definidora da “Era de Aquários”. Certamente, no mundo hipermercantilizado em que vivemos, esta “espiritualidade revalorizada” é vendida na lojinha da esquina, mas é também acalentada com sinceridade e vigor por muitos dos novos rebeldes, adeptos da busca de um mundo novo, gerido participativamente e baseado numa Economia Solidária (BOFF, 2001).

Tudo isso soa romântico diante da força do capital, dos interesses financeiros, da política manipulada, da corrupção, da ignorância e da miséria que se perpetua para grande parte dos humanos. Talvez, diante da magnitude da tarefa de transformação social, apareça a consciência de que, para os que se opõem a este estado de coisas, resta a velha e boa guerra de guerrilhas: pequenas ações – locais e globais – que vão minando o grande exército. A diferença é que esta imagem “guerreira” vem também incorporando, pouco a pouco, a busca da vivência da amorosidade, da vinculação dos ideais globais de solidariedade à prática cotidiana de com-

Os ideais republicanos e socialistas falavam de um homem novo, solidário, que seria forjado, socialmente, pela razão. O “homem novo” de hoje seria forjado, ao mesmo tempo, por arranjos sociais novos, mas também por uma espiritualidade revalorizada, definidora da “Era de Aquários”.

partilhar, e de novas lógicas que vão além da racionalidade instrumental analítica. Nesta luta, ou neste desafio, melhor dizendo, ao mesmo tempo em que cada desafiante se contrapõe a um estado de coisas de forma firme, racional, inteligente, se propõe também a mudar a sociedade de forma doce, relacional e espiritual.

É neste contexto que entram a idéia e as práticas da Economia Solidária, que têm se mostrado uma das contestações mais interessantes ao modelo econômico atualmente vigente, pois questionam, na sua própria existência cotidiana, as bases do modelo excludente que deu origem à pobreza e exclusão. Sua principal força talvez seja o exemplo “subversivo” de atuar na economia sem submeter-se aos princípios capitalistas de competitividade exacerbada e lucro privado, dentro de uma lógica de cooperação. Busca-se a origem grega da palavra “economia”, que não está na idéia de negócios, como hoje, mas de resolução de problemas domésticos (*oikonomia* de *oikos*, casa), o que remete a um entendimento da economia mais voltado para a sobrevivência e para o bem-estar da humanidade (ARRUDA, 2000). Por outro lado, a literatura aponta também que até hoje essas práticas têm pequeno alcance e são carregados de voluntarismo. Algumas polêmicas são encontradas na literatura acerca da origem e destino das práticas de Economia Solidária. Para alguns elas são vistas como uma alternativa objetiva (SINGER, 1999) de estruturação socioeconômica para a humanidade. Outros questionam se elas seriam uma tentativa de “controle político dos miseráveis” ou, ao contrário, uma “utopia experimental” (VAINER, 2000).

É pensando que essas experiências podem gerar sobretudo outras formas de relações econômicas e humanas, marcadas pela solidariedade, e que elas possam significar “sementes (que) começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” – como diz Milton Santos (2000) em um texto-testamento –, que propomos estudá-las em profundidade – tanto as de cunho micro com as macro – para compreender melhor sua dinâmica interna e seu alcance socioeconômico. Após esse vôo conceitual e contextual, pretende-se, neste texto, partir das evidências empíricas encontradas num caso concreto para contribuir com o entendimento

dessas experiências, já que elas são novas e ainda recentes as análises sobre as mesmas.

O PROJETO COOPERATIVA DE ALIMENTAÇÃO POPULAR DO BAIRRO VILA VERDE

O projeto-piloto em estudo foi iniciado em março de 2001, com dois tipos de objetivo: intervenção e pesquisa.⁴ De um lado, buscou-se incentivar a organização, em cooperativa, de um grupo de habitantes do bairro Vila Verde (cerca de dez famílias), para produzir alimentos *in natura* numa Horta Comunitária, distribuí-los em forma de refeição preparada em um Restaurante Comunitário e vender o excedente. O princípio básico da experiência seria o espírito fundador da Economia Solidária: iniciativas econômicas auto-sustentáveis que não visem prioritariamente ao lucro, mas sim à sobrevivência dos seus membros, dentro de uma lógica de solidariedade.

Do ponto de vista prático, propunha-se que a Horta pudesse funcionar nas imediações do próprio bairro, em terra devoluta e cultivável. A água viria de um charco próximo, e em épocas de seca muito intensa buscar-se-ia viabilizar água encanada para irrigação. Prevvia-se ser necessário proteger a plantação com uma cerca de arame feita com troncos da própria mata existente nas imediações. Os equipamentos e instrumentos de trabalho seriam emprestados (enxadas, carro de mão, sementes, adubo, etc.) e, pouco a pouco, à medida do sucesso da iniciativa, estes seriam comprados com recursos próprios.

Para o Restaurante, pensava-se no aluguel de um local no próprio bairro e na busca de doações de equipamentos e instrumentos de trabalho (fogão, geladeira, freezer, mesas e cadeiras, panelas, pratos, copos, talheres e demais acessórios de cozinha). Para a manutenção cotidiana seriam buscadas doações e feitas compras de alimentos, assim como de material de limpeza. Alguns membros da Cooperativa seriam destacados para a atividade do Restaurante, devendo haver alguma rotatividade com o trabalho da Horta. Uma das pre-

⁴ Esse projeto está inserido na Linha de Pesquisa “Desenvolvimento Urbano, Participação Popular e Economia Solidária” da área de Desenvolvimento Urbano do Mestrado em Análise Regional da Universidade Salvador – UNIFACS.

missas de funcionamento do Restaurante seria a cobrança de R\$ 1,00 por refeição para os habitantes do bairro e de R\$ 0,50 para os filhos e cônjuges dos membros da Cooperativa, que seriam alimentados gratuitamente.

Para começar uma experiência-piloto, sem nenhum provimento financeiro inicial, esperava-se que as diversas inserções sociais da comunidade e do pesquisador, desenvolvidas nos últimos cinco anos de atuação comunitária, pudessem ajudar a mobilizar pessoas e instituições. Contava-se com a experiência de muitos habitantes, advinda da mobilização ao trabalho coletivo feita anteriormente em uma pesquisa-ação vinculada à produção de uma tese de doutorado, que será comentada posteriormente.⁵ Previa-se ainda que pudessem ser feitos acordos de empréstimo de materiais com instituições atuantes no bairro – uma creche e uma escola comunitárias – que seriam posteriormente ressarcidos, quando a iniciativa estivesse se auto-sustentando.

Além da construção de uma iniciativa de caráter econômico, no sentido de busca da sobrevivência e bem-estar dos membros e prestação de serviço à comunidade, o desenvolvimento do potencial pedagógico da iniciativa foi muito realçado no projeto. Pensava-se, por exemplo, em construir o regulamento interno da Horta e do Restaurante paulatinamente, junto com as famílias e pessoas envolvidas, em estreita colaboração com os pesquisadores. Ao observar e estudar os fundamentos das decisões coletivas, os pesquisadores envolvidos produziram conhecimentos que alimentariam a existência da linha de pesquisa citada.

O funcionamento acadêmico seguiria assim a metodologia de pesquisa-ação, que exige que os pesquisadores sejam partícipes da experiência prática – estimulando seu desenvolvimento – e, ao mesmo tempo, que observem suas implicações antropológicas e as relações sociais e econômicas ali estabelecidas. Dessa forma, compreende-se melhor a dinâmica interna das iniciativas e produzem-se

⁵ Trata-se da tese *L'apprentissage de la citoyenneté à partir du travail communautaire – Methodologie participative d'intervention dans les quartiers populaires – Recherche-action à Vila Verde, Salvador, Brésil*, que defendi em abril de 1998, na Université Paris XII. Publicada, parcialmente, pela UNESCO, com o título *“La citoyenneté à travers la participation”* (ver referências bibliográficas), de agora em diante será referida como: NUNES, 2001.

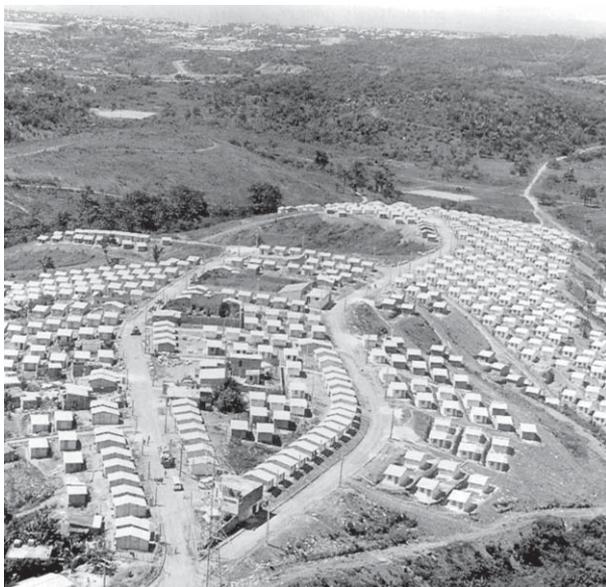
indicações que otimizam a prática concreta e análises que ajudam a um melhor entendimento dos fenômenos em questão. As bases metodológicas desse trabalho de campo seriam aquelas da Antropologia Urbana e da Pesquisa-ação, notadamente as de fundamentação latino-americana, na linha de Orlando Falls Borda, Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão (FALS BORDA, 1986 e 1987; FREIRE, 1982; BRANDÃO, 1986).

O contexto do bairro

O Vila Verde localiza-se na região chamada “Mio-lo” de Salvador, situada entre a Av. Paralela (uma das principais vias da cidade) e a BR 324, principal acesso urbano. Trata-se de uma área de ampliação das fronteiras de urbanização da cidade, que mantém ainda algumas características rurais, como a presença de extensas áreas verdes. Essa região concentra parte significativa dos grandes conjuntos habitacionais da cidade, entre eles o Conjunto Habitacional Mussurunga, que deu nome à microrregião onde se encontra o Vila Verde. A pobreza da população local é uma característica evidente na presença de grande número de favelas e invasões. Pesquisa feita durante a tese de Nunes (2001) mostra que 80% das famílias do Vila Verde sobrevivem com até um salário mínimo e que há 40% de desempregados.



Localização do bairro Vila Verde na cidade de Salvador



Vista aérea do bairro Vila Verde em 1996

O Conjunto Vila Verde foi construído pela Prefeitura de Salvador para abrigar famílias vítimas dos graves acidentes de desabamento de terra ocorridos durante as chuvas de maio e junho de 1995. As 500 famílias que vieram habitar esse bairro eram originárias de vários outros bairros populares de Salvador. O Conjunto está situado numa colina e se organiza em torno das ruas “A” e “B”, a partir de duas dezenas de caminhos de pedestres que, partindo dessas vias, descem a encosta em direção aos vales alagados que cercam a colina (ver foto aérea). O núcleo urbano conta com cerca de 500 lotes de 84 m², com casas de 20m², chamadas “casas embriões”, colocadas umas ao lado das outras ao longo dos caminhos, em lotes de 6 metros de largura por 14 metros de comprimento. O sítio urbano, de onde se pode perceber o mar, é muito agradável, cercado de verde, e conta com um clima muito arejado. A superfície total é de mais ou menos 15 hectares.

Nesse bairro, desde 1996 vêm-se realizando diversas experiências, iniciadas em torno do trabalho de campo de Nunes (2001) sobre metodologias participativas de intervenção urbanística. Nesse primeiro período, foram fundadas uma Associação de Mães, uma Escola de Alfabetização de Adultos e uma Creche Comunitária, com apoio de diversas pessoas e grupos, de ONGs, de empresas, todos atuando em estreita vinculação com os moradores

sob a liderança de um animador externo e dos líderes locais. Num segundo momento, a partir de 1999, foi fundada uma ONG, a Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania (REDE), que vem acompanhando essas iniciativas e incrementando outras – como um Centro de Alfabetização de Crianças – juntamente com a comunidade.

O desenrolar da experiência

A idéia de uma experiência-piloto de Economia Solidária no Vila Verde, foi muito bem recebida pelos líderes locais contactados primeiramente, Ada Borges e Domingos Leite, aos quais foi solicitado que entrassem em contato com os demais interessados. Esses dois líderes já tinham experiência de trabalho coletivo pois são oriundos da experiência anterior, já comentada, e esse fato permitiu que a iniciativa se desenvolvesse rapidamente, assim como a relação estreita do pesquisador com a comunidade, que dava legitimidade à proposta. Logo em seguida, Ada e Domingos buscaram mobilizar um grupo de habitantes do bairro, que já no dia seguinte foram visitar áreas contíguas ao bairro para escolher o local da futura Horta. Essas pessoas fazem parte do grupo de habitantes que por diversas vias estão ligados aos projetos comunitários existentes no bairro (principalmente a creche e escola comunitária).

A rapidez com que os líderes passaram à ação de mobilização e a facilidade de obter adeptos estão intimamente ligados ao sucesso das iniciativas de trabalho comunitário anteriores. Ao longo de todo o processo, essa vantagem foi significativa para superar os problemas do cotidiano. Um exemplo disso foi a discussão, já no primeiro dia, acerca do melhor local para a Horta. Foi feita uma votação para saber a opinião da maioria e verificou-se uma facilidade incomum para proceder-se a esse recurso democrático, o que se deve à experiência da maioria das pessoas com processos coletivos anteriores em que a preocupação com um aprendizado dos rituais da democracia direta estava presente. A capacidade de iniciativa testada anteriormente facilitou também uma passagem imediata à ação, já que, logo no primeiro dia, se construiu uma precária ponte para acessar o terreno escolhido, pois esse fica do outro lado do córrego que limita o bairro.



Vista aérea da horta comunitária

O terreno e a horta

Essa experiência-piloto só foi possível porque o bairro é contíguo a uma área da empresa pública Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), por onde passam linhas de alta tensão e sob as quais não podem ser construídos imóveis. No princípio os



Água do poço para molhar as leiras

fiscais da CHESF interpretaram aquela movimentação de pessoas no terreno – denunciada por um morador do bairro – como uma tentativa de invasão e quiseram desalojar os mutirantes. Esse primeiro revés desmotivou a todos, mas Ada procurou explicar as intenções do grupo aos fiscais, mostrando-lhes todas as atividades comunitárias do bairro, o que acabou por convencê-los da seriedade de propósitos do projeto da Cooperativa. Ao verificar que a horta não ofereceria nenhum perigo às linhas da CHESF, além de ser um empecilho a invasões do terreno, os fiscais encaminharam os habitantes aos escalões superiores da CHESF.

Esse primeiro contato para obter permissão oficial de ocupar o terreno foi feito exclusivamente pelos habitantes, mostrando a capacidade dos líderes de relacionar-se externamente e fazer valer os projetos do grupo. A liberação da área veio a seguir, com a solicitação de que nada fosse construído, que não se plantassem árvores grandes nem se trabalhasse em dias de chuva por causa do risco elétrico. Até hoje este compromisso é fiscalizado pelos funcionários da CHESF, que intervêm, por exemplo, se os Cooperativados vão à horta em dias chuvosos.

Durante um bom tempo, cerca de um mês, o principal trabalho era a limpeza do terreno escolhido, ganhando espaço da mata, e consertos contínuos da ponte de acesso sobre o charco. Essa ponte tornava-se ponto de estrangulamento da iniciativa a



Seu Vadu, 77 anos, a "alma" da horta

cada dia, pois o material utilizado se degradava continuamente no contato com a água. Durante esse trabalho, contava-se semanalmente com a presença do pesquisador, que promovia discussões acerca do significado da iniciativa, principalmente das palavras Economia e Solidariedade, e contribuía para dar unidade e motivar o grupo.

O trabalho se dava sempre pela manhã, com ferramentas que haviam sido conseguidas segundo as possibilidades de cada um e com o empréstimo daquelas da creche e de vizinhos. A limitação do número dessas ferramentas e, em alguns casos, a má conservação de algumas delas começou a se tornar um problema. Porém, o fato de os membros da "pré-Cooperativa" saberem que não havia nenhuma disponibilidade de recursos fazia com que se fosse "dando um jeito" até surgir alguma solução. Esse acordo demonstra que, desde o início, compreendia-se que a iniciativa era autônoma e que não era possível encontrar ajuda externa facilmente.

As regras de funcionamento foram sendo elaboradas gradativamente. O tempo de trabalho diário e a divisão de tarefas de acordo com a vocação de cada um são exemplos das primeiras decisões coletivas. As tarefas do empreendimento são árduas, principalmente para pessoas sem tradição de agricultura, como é o caso dos moradores de Vila Ver-

de. Na horta, é necessário um trabalho contínuo de plantar, molhar, capinar, cercar, feito geralmente sob o sol; por isso, o turno de trabalho definido foi o matutino, sendo que algumas pessoas foram destacadas para voltar à tarde para molhar as sementes e brotos.

O problema da irrigação se colocou logo, quando foi verificado o estado da água do charco, completamente poluída pelos próprios esgotos do bairro, que aí são despejados diretamente. Esse foi o primeiro evento que demonstrou a distância entre projeto e possibilidade de realização concreta, exigindo criatividade. Depois de várias tentativas de "filtrar-se" a água do charco foi tomada a decisão de construir-se um poço, tendo-se encontrado água abundante e de boa qualidade, o que significou a salvação das primeiras leiras da horta. É com essa solução que se tem contado até o momento. Decorrente disso, o primeiro investimento importante realizado, com a ajuda de doações particulares de pessoas ligadas à REDE e ao pesquisador, foi a compra de material elétrico para a instalação de uma bomba – comprada de segunda mão na própria comunidade – que leva água do poço à horta.

Num primeiro momento, diversas dificuldades tiveram que ser enfrentadas pelos cooperativados: a destruição das primeiras leiras por bichos silvestres

e por vacas de uma pequena fazenda vizinha, a praga das formigas que comeram os primeiros brotos, as constantes quebras da bomba, a falta de chuva. A presença de *Seu Vadu*, um ex-agricultor de 77 anos, foi importantíssima para que a experiência vingasse, pois sua experiência, perseverança e dedicação à horta contagiou os demais nos primeiros tempos. Um estímulo externo à iniciativa foram as diversas visitas de interessados no tema da Economia Solidária. Esses visitantes, de modo geral, mostraram tal entusiasmo com a horta – atividade pouco comum no meio urbano – que, de uma forma ou de outra, acabaram contribuindo materialmente para o seu desenvolvimento. O problema da ponte, por exemplo, foi finalmente resolvido com uma construção relativamente sólida, feita com a ajuda de um grupo de estudantes de pós-graduação que visitaram a iniciativa.



Funcionamento do restaurante comunitário



Clientes: os cooperativados e pessoas da comunidade

A implantação e o funcionamento do restaurante

O restaurante comunitário começou a funcionar já no segundo dia da iniciativa, apesar de ter-se previsto que isso só ocorreria quando a Horta já esti-

vesse produzindo. Ele se impôs como sustentáculo do próprio trabalho da horta, já que os envolvidos trabalhavam durante toda a manhã e precisavam se alimentar em algum lugar. A idéia de cobrar R\$ 0,50 pela refeição dos familiares dos cooperativados foi impossível de ser concretizada por absoluta impossibilidade financeira dos mesmos, tendo-se acertado que os filhos menores e parentes idosos ou doentes também poderiam comer de graça. É importante voltar a realçar que a dinâmica da realidade nunca pode ser completamente prevista num projeto, mas que a possibilidade de fazer-se ajustes contínuos é o que demonstra a flexibilidade do projeto e a autonomia dos atores, sem o que iniciativas desse tipo são destinadas ao fracasso.

Por outro lado, como estava previsto no projeto, o apoio da Creche e da Escola comunitária foi fundamental para o início do funcionamento do Restaurante Comunitário. O empréstimo de gêneros alimentícios e utensílios permitiu a improvisação, na casa de Ada, de um espaço onde se confeccionava o almoço de todos, logo após o trabalho na horta. Essa solução inicial não poderia perdurar para não comprometer o funcionamento das duas instituições comunitárias, passando a ser prioritária a questão de angariar fundos para a manutenção do restaurante. Passou-se a buscar doações de gêneros alimentícios entre os comerciantes locais, assim como à venda de pratos, a R\$ 1,50, a pessoas que pudessem pagar (comerciantes) para subsidiar, a cada dia, as compras do dia seguinte.

A partir da iniciativa dos líderes, conseguiu-se emprestado um salão próximo, que estava à venda, para funcionamento do restaurante. A partir de então o projeto passa a ter uma sede provisória, visível para a comunidade, o que serviu para aumentar a clientela do restaurante. Foi sugerido também um bazar permanente no local, como forma de conseguir mais recursos para sua manutenção. Essa idéia veio das experiências anteriores, em que muitos bazares foram feitos em finais de semana visando arrecadar recursos para o financiamento de atividades comunitárias. A existência de um local fixo permitiu o funcionamento contínuo do bazar, apoiado por doações de simpatizantes externos à iniciativa.

Como já foi assinalado, o restaurante e a horta passaram a ser a motivação para visitas diversas e

essas visitas, por sua vez, eram uma motivação importante para os mutirantes. O caráter de pesquisa da experiência motivou o interesse de universitários e muitos estudantes passaram a contribuir de alguma forma com a iniciativa, seja doando dinheiro e peças para o bazar ou, simplesmente, pagando um pouco mais caro pela comida do restaurante. Algumas tentativas de contribuição organizada de alunos da Universidade Salvador foram feitas e funcionaram por um tempo, mas acabaram se diluindo até desaparecer completamente.

Como no caso da horta, a manutenção do restaurante também significa um volume de trabalho considerável, pois é preciso limpar, preparar a comida, servir, lavar pratos, fazer compras para o dia seguinte e recomeçar tudo a cada dia. Além disso, é preciso contabilizar a entrada e saída de gêneros e de dinheiro, o que se revelou logo uma atividade complicada, que será discutida mais tarde. O volume de trabalho, tanto na horta quanto no restaurante, motivou algumas saídas de cooperativados nos primeiros tempos, pois a idéia de um retorno financeiro a longo prazo não se impõe facilmente. Discutiremos a seguir o desenrolar das relações entre os membros da Cooperativa ao longo do tempo, no enfrentamento desses e de outros problemas.

O comportamento dos participantes da experiência

Observe-se que as pessoas que se vinculam inicialmente a uma proposta como esta têm alguma afinidade pessoal com os líderes do bairro que as convidaram a participar, sendo esta a primeira condição de aproximação. A busca de uma alternativa de sobrevivência e o desejo de participar de uma dinâmica coletiva parecem ser as motivações mais comuns para que as pessoas se vinculem ao projeto, sendo que o prazer do trabalho agrícola também foi citado por alguns como motivação para o “pertencimento” ao projeto. Pode-se deduzir também

que, com o desenvolvimento da iniciativa, um certo prestígio é conferido ao participante, em decorrência do ir e vir de visitantes no bairro e dos empreendimentos (a horta, o restaurante, o bazar) que se consolidam no cotidiano e que despertam, no mínimo, curiosidade. Tal fato parece seduzir alguns, pelo menos por algum tempo, e esses se aproximam e se afastam em seguida, se outras motivações mais sólidas não aparecem.

A busca de uma alternativa de sobrevivência e o desejo de participar de uma dinâmica coletiva parecem ser as motivações mais comuns para que as pessoas se vinculem ao projeto, sendo que o prazer do trabalho agrícola também foi citado por alguns como motivação para o “pertencimento” ao projeto.

As pessoas que fazem parte da Cooperativa são majoritariamente adultos do sexo feminino, e podem ser divididos em três grupos segundo sua permanência no processo. Há os que são constantes desde o começo e podem ser chamados de “linha de frente”: contam cinco pessoas, incluindo o animador externo. Os majoritários são aqueles que mantêm um vínculo instável, ora participam, ora não: podem ser chamados de “intermitentes”, porque sempre voltam. Outros têm participação eventual, em momentos de maior atividade, quando são solicitados a estar presentes, mas depois se afastam: são os “ocasionais”. Há ainda aqueles que se vinculam à experiência por um tempo, geralmente de modo assíduo, como os de “linha de frente”, e que acabam por se afastar numa dinâmica de conflito com os líderes, que será discutida posteriormente.

Podemos observar que os membros que formam a “linha de frente” da iniciativa têm em comum o fato de terem sua sobrevivência já garantida por outra atividade. Essa condição de dedicação contínua ao projeto é aquela dos líderes, mas também de pessoas sem essa característica, o que pode indicar que a motivação para o trabalho coletivo se baseia mais numa vocação para este que na posição de destaque dentro do mesmo. Os “intermitentes” têm uma vocação clara, mas não estão tão imbuídos do compromisso ou não podem exercê-lo por questões materiais, ou seja, por necessitarem de realizar outras ocupações ou “biscates” para sobreviver. Já os “ocasionais” se aproximam do projeto quase por acaso e se vão também muito rapidamente.

Durante o período aqui analisado, de um ano, cerca de 40 pessoas foram diretamente vinculadas à experiência, o que é um número expressivo. Tal número, porém, nunca foi conseguido de maneira concomitante, e esta é uma das dificuldades do projeto, já que, por uma definição legal, é preciso um mínimo de 20 pessoas para formar oficialmente uma Cooperativa. Esta dificuldade leva à questão do porquê da ausência de motivação para participar de um projeto que tem uma vantagem inicial bastante interessante à primeira vista, que é a alimentação gratuita para o participante e seus filhos. Teoricamente, qualquer pessoa passando por um momento de grande dificuldade financeira poderia querer participar do projeto para conseguir comida, mesmo que apenas de forma emergencial, e isso não acontece.

As motivações para o abandono também precisam ser estudadas. De modo geral o afastamento daqueles que tiveram um vínculo mais forte se dá por motivos variados, que vão do cansaço com o trabalho exaustivo, passando por conflitos pessoais e por disputas de liderança, até o fato de não vislumbrarem futuro para a iniciativa. Em alguns momentos particularmente duros da experiência sobrevem o desânimo. Para muitos membros, devido a questões que discutiremos posteriormente, a vantagem comparativa de estarem trabalhando numa iniciativa própria, em que tudo é de todos e em que eles estão construindo um pequeno patrimônio coletivo, não é percebida. Na mesma ordem de motivações para o abandono está a baixa remuneração, seja aquela obtida pelos dividendos produzidos pela própria iniciativa, que é quase simbólica, assim como o montante total da “bolsa” de apoio aos membros assíduos, conseguida com simpatizantes da iniciativa e que será comentada mais tarde.

Uma outra interrogação, ainda sem resposta, diz respeito ao fato de a nova condição da Cooperativa, quando esta começou a se consolidar e passou a distribuir dividendos semanais, mesmo que pequenos, não ter mudado a filiação ao projeto. Observa-se que o perfil numérico dos “linha de frente”, “intermitentes” e “ocasionais” se mantém, não sendo o dinheiro uma motivação maior de vinculação ao projeto. Mais intrigante ainda é que a saída de alguns membros, pelos mais diversos motivos (mas sem

conflitos pessoais explícitos e sendo mantida uma relação cordial com a Cooperativa), não foi revertida nem em momentos de absoluta falta de recursos para a sobrevivência das famílias envolvidas. Pessoas que sabem que a Cooperativa mantém suas portas abertas e que há trabalho para todos, não voltam a participar nem quando os filhos estão passando fome.

O entendimento dessas questões deve ser buscado em uma visão geral da vivência da pobreza e suas conseqüências, que foi discutida na tese citada acima, desenvolvida exatamente nessa comunidade, trabalhando a questão identificada como a “interiorização do estigma da pobreza”. Várias das características da experiência ora descrita vêm corroborar o que se verificou no estudo referido, particularmente no que concerne às decorrências da contínua restrição financeira, da baixa escolaridade, da moradia em locais degradados e/ou distantes e da pouca privacidade pessoal, familiar e grupal, entre outros. Essas vivências têm conseqüências variadas – que vão desde uma grande capacidade de solidariedade a um contínuo sentimento de impotência – e tornam-se ainda mais marcantes no convívio social dos pobres com a sociedade incluída.

Para falar de maneira simplificada desta relação pobres/sociedade, poderíamos dizer que esta última os estigmatiza a partir das suas características físicas e comportamento social, atribuindo-lhe uma imagem negativa, que, em última instância, é uma identidade de “perdedor”. Essa imagem estigmatizada, vivida continuamente, acaba introjetada e resulta numa ampla gama de comportamentos que denotam baixa auto-estima (FREIRE, 1999). Uma conseqüência dessa auto-imagem negativa pessoal é que ela acaba por atingir o grupo, na medida em que causa desconfiança na capacidade deste de realizar seus projetos, favorecendo as desistências do projeto coletivo.

Por outro lado, características do cotidiano dos pobres, vinculadas às contínuas preocupações com a sobrevivência e conseqüente horizonte de vida restrito ao tempo presente e ao futuro imediato, e, ainda, à pequena mobilidade no espaço da cidade, que implica um grande isolamento no próprio grupo social (NUNES, 2001), dificultam a iniciativa em pauta. Essas características não estimulam a perseve-

rança, a visão de longo prazo, a autoconfiança pessoal e grupal ou os contatos externos, necessários às iniciativas coletivas. A inexperiência com esse tipo de vivência de projetos coletivos, que exigem o conhecimento dos rituais da democracia direta, é também um entrave para os recém-chegados, os quais, de certa forma, fazem “atrasar” o desenrolar das atividades, até que aprendam esses rituais ou se afastem do projeto.

Os conflitos internos e a relação com líderes

É importante salientar a existência de um certo número de conflitos internos, de natureza interpessoal, que foram causa de muitas desistências ao longo do percurso. As dificuldades de relacionamento são uma constante e, de modo geral, vinculam-se ao comportamento das pessoas no grupo. As bases das disputas internas são as idiosincrasias pessoais, que motivam conflitos em qualquer grupo humano, mas que no caso de uma experiência num contexto popular parecem ser ainda mais agudas. As diferenças de dedicação de cada um são uma das causas mais constantes de brigas: ouvem-se muitos comentários do tipo “fulano fala demais e trabalha de menos” ou reclamações acerca de atraso na hora de chegar ao trabalho, entre outras.

Em relação aos líderes, as relações são da ordem da legitimação ou da ordem da competição. Na legitimação reconhece-se o papel do líder como mobilizador e dirigente e convive-se em harmonia com esse papel, numa relação que pressupõe muita confiança. A característica “mobilizadora” dos líderes da experiência – em contraste com o autoritarismo dos líderes ‘fortes’ (NUNES, 2001) – é um dos pilares de sustentação da Cooperativa. Nunes trata da existência de uma tendência humana de “busca de reconhecimento” (TODOROV, 1995), que seria ainda mais aguda na vivência de situações de restrição do reconhecimento, como é o caso da vivência da pobreza. Neste contexto, podemos ob-

servar que certas pessoas têm continuamente uma atitude de tentar sobressair no grupo, competindo com os líderes reconhecidos e forçando uma liderança que não têm, o que acaba por cansar os demais, gerar disputas e, finalmente, uma “depuração” daquele membro “incômodo”.

Por outro lado, alguns episódios são ilustrativos de outro tipo de conflito comum nessas experiências, quando não há um reconhecimento do papel do líder,

principalmente por parte dos recém-chegados. A incompreensão e a desconfiança foram causa, por exemplo, de um conflito em um grupo de adolescentes de uma banda no bairro, que se aproximaram da iniciativa, mas ficaram por pouco tempo, por desconfiarem da condução financeira do processo. Esses conflitos, mesmo que raros, trazem enorme desgaste aos líderes: eles se sentem injustiçados, uma vez que se sacrificam muito, fazendo um enorme esforço pessoal para manter a iniciativa em funcionamento. Além de darem o exemplo pessoal de dedicação e trabalho extremos, eles se expõem a

As dificuldades de relacionamento são uma constante e, de modo geral, vinculam-se ao comportamento das pessoas no grupo. As bases das disputas internas são as idiosincrasias pessoais, que motivam conflitos em qualquer grupo humano, mas que no caso de uma experiência num contexto popular parecem ser ainda mais agudas.

críticas, por exemplo, quando tentam fazer valer as regras de funcionamento do grupo decididas conjuntamente, o que é um dos papéis do líder.

A relação do grupo com a comunidade externa contém elementos de conflito e de cooperação. O primeiro conflito da Cooperativa deu-se quando um morador denunciou à CHESF a ocupação do terreno. Essa denúncia de uma suposta “invasão” relacionou-se com disputas antigas de liderança que existem no bairro. Porém, de modo geral, a iniciativa tem tido apoio da maioria da comunidade, o qual se explicita, por exemplo, na receptividade que o grupo encontra quando se dirige aos comerciantes buscando ajuda na forma de doação de gêneros alimentícios para o Restaurante ou quando pede emprestadas ferramentas para o desenvolvimento das atividades. A evidência maior do respeito da comunidade para com a iniciativa é o fato de a área da Horta ser respeitada. Mesmo sendo contígua ao bairro e sem contar com proteção à entrada, o úni-

co ato de vandalismo e roubo da colheita que aconteceu durante o processo foi feito por pessoas alheias à comunidade.

A contabilidade das ações e os negócios da Cooperativa

Um problema constante do processo de gestão da Cooperativa foi a dificuldade dos membros de prestar contas corretamente dos gastos, principalmente daquelas relativas à cozinha e ao bazar, que implicam uma contabilidade cotidiana. Essa contabilidade é dificultada pela baixa escolaridade dos membros e pelo fato de ser uma novidade no cotidiano das pessoas, já que, dificilmente, eles gerem a economia doméstica num espírito de receitas e despesas. Esse comportamento decorre da inexistência, para a maioria, de uma fonte de renda fixa, como um salário, já que a maioria dos cooperativados encontra-se desempregada ou faz biscoitos.

Outro aspecto da questão que merece uma investigação mais profunda é a dificuldade de separar o pessoal do coletivo. Observa-se que na relação com os fundos que entram e saem cotidianamente na Cooperativa é freqüente uma certa imprecisão nas contas. Tal imprecisão não pode ser encarada como desvio de dinheiro, já que ela se apresenta tanto no sentido do dinheiro da Cooperativa suprir uma necessidade pessoal, como no de ser necessário que a Cooperativa seja suprida por recursos pessoais. Esse fato é conhecido dos estudiosos da Economia Popular e reflete uma tendência a uma administração de negócios visando à manutenção da vida e não simplesmente ao lucro (KRAYCHETE, 2000).

Um exemplo dessa forma de gerir a sobrevivência cotidiana é a contabilidade do restaurante, que indica que ele está condenado – nas atuais condições – a ser deficitário. Se pensarmos, entretanto, que, apesar da ampliação dos negócios da Cooperativa, a viabilidade e a expansão do empreendimento comunitário só existiram por causa do restaurante, percebe-se que a lógica contábil deve ser outra. O restaurante é deficitário, mas ele alimenta os cooperativados e suas famílias, o que significa um grande serviço prestado ao grupo e contribui para a continuidade do projeto coletivo. Da mesma for-

ma, o retorno financeiro da horta é precaríssimo, mas ela é um dos maiores atrativos do projeto para o público externo.

Graças ao espírito empreendedor dos participantes da Cooperativa, principalmente de seus líderes, as fontes de renda coletiva foram se ampliando gradativamente. Além das doações externas, do restaurante e do bazar, foram feitos contratos precários de fornecimento de “quentinhas” para duas empresas construtoras. Uma conquista particularmente importante foi o contrato com a Prefeitura de Salvador para fornecimento de lanches aos 50 jovens do programa federal “Agente Jovem”, que educa adolescentes do bairro. A Cooperativa recebe o pagamento em tickets- restaurante, com os quais compra os alimentos tanto para o Restaurante Comunitário como para o próprio lanche dos jovens. Por um período, quando da inauguração de uma estação de transbordo de ônibus nas proximidades do bairro, foram vendidos lanches diariamente, o que se configurou como mais uma atividade da Cooperativa, porém sem continuidade.

Atualmente busca-se apoio da recém-criada Secretaria de Combate à Pobreza (Governo do Estado), para conseguir apoio financeiro e dar estabilidade à iniciativa. Enquanto alguma ajuda oficial não chega, um socorro improvisado em forma de “bolsas de trabalho” está sendo viabilizado pelos animadores externos para os membros mais assíduos e vitais para o funcionamento da Cooperativa. Estas “bolsas”, no valor de meio salário mínimo, foram conseguidas mediante recursos obtidos com dez “sócios cooperativos”, que são simpatizantes da experiência e estão se dispondo a ajudá-la a se consolidar. O acordo prevê um empréstimo que durará um ano, com expectativa de retorno do investimento após esse prazo.

Entre as dificuldades encontradas para o exercício da atividade “empresarial” do grupo estão a inexperience gerencial e a precariedade legal da Cooperativa (que ainda não está oficializada). Esses dois aspectos fazem com que o grupo se exponha a ser ludibriado, como de fato foi, por empresários inescrupulosos que se aproveitaram da situação para não pagar o que deviam. Dessa forma, um membro da Cooperativa teve que entrar na justiça em nome dos demais membros para receber dívidas, mesmo

com tão pouco tempo de existência da iniciativa. Essas dificuldades, como a necessidade de fazer uma cobrança contínua aos maus pagadores, são pedagógicas, mas extremamente cansativas, pessoalmente, para quem cobra, e desmotivantes para o grupo.

A distribuição de dividendos

O início da distribuição de dividendos da Cooperativa deu-se cerca de três meses depois de iniciados os trabalhos e significou um momento especial, no qual se demonstrou o amadurecimento do grupo. A idéia de quais deveriam ser os critérios dessa divisão foi sendo discutida aos poucos e duas coisas foram decididas sem maiores conflitos: a) operar-se-ia com o critério da freqüência, ou seja, todos receberiam conforme o tempo trabalhado; b) aqueles que se ausentassem por um motivo justo (como doenças, problemas com a família, necessidades de resolver questões pessoais importantes, etc.) também entrariam no cálculo da divisão. Outros critérios, como o desenvolvimento de atividades que envolvessem maior dispêndio de energia física e a dedicação cotidiana, que significa fidelidade ao projeto, sempre são reconhecidos na hora de repartir os dividendos.

Outra decisão tomada acerca da divisão de dividendos, que demonstra a existência de uma racionalidade baseada na ética, foi a de que seria distribuída apenas a receita gerada pelos próprios cooperativados. As doações seriam sempre investidas na melhoria das condições de trabalho, principalmente do restaurante, da horta e do bazar, já que se entende que os apoiadores externos contribuem visando ao desenvolvimento do projeto da Cooperativa e não à distribuição de dividendos para seus membros. Logicamente, em alguns momentos existe a exceção à regra, caso de quando se prevê o recebimento de recursos próprios numa perspectiva imediata. Mas o princípio de que o que se recebeu foi o efetivamente trabalhado é a base das decisões coletivas.

O advento da “bolsa de trabalho” é muito recente e não quebra a regra citada acima, já que esse apoio externo é entendido como um empréstimo e não como doação. Entretanto, toda a gerência desses recursos, obtidos com ajuda externa, é coletiva. Em reunião da Cooperativa estabelece-se quem recebe e quanto recebe, com base nos mesmos critérios anteriormente colocados, da freqüência e do tipo de atividade.

É muito importante observar que a ética da divisão de dividendos e da distribuição da bolsa não precisa ser aprendida, ela é moralmente entranhada nas pessoas e, mesmo quando há discordâncias sobre a proposta, os conflitos resolvem-se facilmente pela conversa.

É muito importante observar que a ética da divisão de dividendos e da distribuição da bolsa não precisa ser aprendida, ela é moralmente entranhada nas pessoas e, mesmo quando há discordâncias sobre a proposta, os conflitos resolvem-se facilmente pela conversa. Poder-se-ia especular que numa comunidade onde o dinheiro é tão escasso essas divisões de dividendos seriam problemáticas, o que não é absolutamente o caso. É um

momento de festa e nunca se verificaram discordâncias profundas. Em alguns momentos, como incentivo, premia-se um recém-chegado com mais dinheiro do que o que ele efetivamente mereceu pelo seu trabalho, e isso nunca é motivo de disputa.

Os animadores externos e as parcerias como pilares de apoio

Considerando as dificuldades descritas, relativas à condição de pobreza, que podem inviabilizar a iniciativa popular, a presença de um “animador externo” (NUNES, 2001) é um apoio crucial. Ele cumpre o papel de incentivador do projeto, ajuda a organizar as atividades, media os conflitos entre os participantes e intermedia a relação com pessoas de fora da comunidade para conseguir recursos para a iniciativa. No caso específico desta experiência-piloto, a legitimidade do animador, advinda da sua presença no bairro há mais de cinco anos, facilitou desde a rapidez dos habitantes em incorporar a proposta até a resolução de muitos problemas no desenrolar dos trabalhos.

O desafio do animador externo é estabelecer uma relação horizontal com os habitantes, reconhecen-

do sua particularidade no interior da experiência – como pesquisador-participante oriundo de outra classe social – mas sem estabelecer hierarquias. Esse problema, assim como o de evitar a tutela dos membros da iniciativa e a dependência desta em relação à pessoa do animador externo foram evitadas com certa facilidade. Esse fato é decorrente da relação estabelecida com os líderes da Cooperativa em experiências coletivas anteriores, já citadas. Entretanto, para os membros novos da iniciativa, essa atividade de vigilância contra a tutela e a dependência é uma constante.

Outra forma de motivação e “conscientização” (FREIRE, 1982) foi a organização de palestras com convidados externos, que se mostraram amplamente interessados em intervir. A idéia é que a experiência-piloto de Economia Solidária pudesse servir como um aprendizado amplo de cidadania para os interessados, que contribuísse para ampliar a visão das pessoas sobre temas correlatos à experiência. Para concretizá-la, foram convidados um professor de história, um vereador ligado a questões ambientais e uma pesquisadora que trabalha com questões vinculadas à vivência da pobreza, assim como foi passado um vídeo sobre a estruturação social brasileira. As reuniões aconteciam na sede da creche comunitária e contaram com a presença de cerca de 20 cooperativados, e seus familiares, a cada vez.

Os apoios externos, fundamentais para o início, a consolidação e expansão da experiência da Cooperativa, consistiram nas ações de amigos, colegas, familiares e alunos do pesquisador/animador, assim como dos líderes locais, mostrando que as relações pessoais contam grandemente no sucesso de uma iniciativa como a que se relata aqui. Além dos apoios pessoais, os parceiros institucionais mais contínuos da Cooperativa são a REDE de Profissionais Solidários pela Cidadania e a Universidade Salvador (UNIFACS), por intermédio da linha de pesquisa citada e de alunos de diversas disciplinas de graduação e pós-graduação que tiveram a experiência do Vila Verde como trabalho de campo. Observe-se que esse apoio dos estudantes é um vínculo muito frágil e intermitente.

Os apoios se efetivavam como assistência técnica, trabalho manual, doações (em gêneros alimen-

tícios, instrumentos de trabalho, peças para o bazar, tickets), além de sob a forma de contribuições em dinheiro. As parcerias caracterizam-se principalmente por se basearem na solidariedade (pessoal/institucional), na confiança mútua entre parceiros, na informalidade da relação de parceria e, na maioria das vezes, inconstância do compromisso de ajuda à Cooperativa. Essa inconstância é ao mesmo tempo consequência e causa da falta de profissionalização da Cooperativa e espera-se que seja superada com a consolidação do projeto.

As primeiras doações foram conseguidas por Ada, com antigos parceiros da creche, para o funcionamento do restaurante: panelas, pratos, etc. O animador externo conseguiu doações de sementes e ferramentas, graças à simpatia de amigos pelo projeto. Para ajudar a consolidar o restaurante foram organizados vários almoços, principalmente o almoço mensal dos membros da REDE, pagando-se, por esses, sempre mais do que o valor previsto. A visita de parceiros, além de ajudar financeiramente, sempre ajudou a animar os cooperativados quando estes se encontravam desmotivados, o que podia acontecer, por exemplo, pela saída de algum membro. O ânimo novo dos visitantes ajuda a recuperar a confiança na Cooperativa.

No último período, a presença de alunos da Escola de Administração, da disciplina Atividade Curricular em Comunidade (programa da Universidade Federal da Bahia que incentiva a relação Universidade/Comunidade), tem sido muito importante. Esses alunos estão trabalhando junto com a Cooperativa Popular de Alimentação do Vila Verde, assim como com outras Cooperativas similares, num processo de ação e aprendizagem. Essa ação em comunidade é decorrência de um projeto de finanças solidárias, concretizado através de uma Associação de Finanças Solidárias – BanSol, com objetivo de fornecer crédito e apoio técnico a empreendimentos coletivos solidários.

Os limites do trabalho voluntário

No período em que a iniciativa da Cooperativa foi acompanhada, percebeu-se que a trajetória poderia ser representada por uma curva ascendente, composta de diversos pequenos “soluços”. Esses

pequenos intervalos descendentes seriam os retrocessos causados por problemas de percurso que foram superados na tendência crescente do trabalho. Pelo que se observa até agora, a curva ascendente começa a inverter sua tendência devido à exaustão dos cooperativados face à não- remuneração do seu trabalho. Essa possibilidade é conhecida e esperada e o mesmo processo verificou-se anteriormente no próprio bairro, quando o funcionamento da creche e da escola comunitária começou a declinar após cerca de um ano de trabalho voluntário. O processo foi revertido quando as iniciativas encontraram os parceiros que até hoje bancam financeiramente seu funcionamento e dão estabilidade à atividade.

Outros motivos foram coadjuvantes de um retrocesso no andamento do trabalho: uma onda de violência que se abateu sobre o bairro pela ação de uma gang de jovens e o período de desmotivação sazonal que coincide com o verão. A violência atingiu alguns cooperativados e a própria horta foi vítima de um ato de vandalismo, quando desconhecidos destruíram parte do trabalho, o que chocou profundamente as pessoas mais ligadas a essa atividade. Concomitante a isso, as férias, do período do verão, da creche e da escola significaram dificuldades objetivas e subjetivas para a atividade da cooperativa. Como foi salientado anteriormente, esse processo de declínio está sendo superado pela ajuda externa que visa reverter a desmotivação consequente da exaustão dos cooperativados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de se ter conseguido levar adiante a experiência – imediatamente abraçada pelas pessoas, mesmo sem qualquer tipo de apoio financeiro – comprova as possibilidades deste tipo de iniciativa apesar das condições precárias de sua estruturação. Se sem nenhum apoio público e sem capital próprio inicial chegou-se a alimentar dez

famílias, subsidiar alimentação para mais pessoas da comunidade e ainda gerar alguma renda para os cooperativados, imagine-se o que a iniciativa popular poderia fazer com um pouco de crédito?

Além disto, os resultados preliminares do projeto não podem ser vistos apenas do ponto de vista material, lembrando as características pretendidas pelas experiências de Economia Solidária, citadas

no início deste texto, entre as quais figura a idéia de que suas “referências de êxito são distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas”. Ainda referenciando-se nessas características, pode-se observar também que a Cooperativa do Vila Verde apresenta “motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, sejam elas a de produzir e consumir bens e serviços, como a de distribuí-los e comercializá-los”. Foram observados, também, o desenvolvimento de “processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento”,

assim como a “criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas” .

Todos esses elementos precisam ser mais estudados, e o serão, com a continuidade do projeto, mas é importante reconhecer que pelo menos uma das premissas para que o exercício da Economia Solidária possa vir a ser uma nova utopia da sociedade não foi considerada. Trata-se da “preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes”. Diante das enormes dificuldades que um projeto desse tipo enfrenta no seio de uma comunidade pobre, essas preocupações não foram devidamente enfrentadas, mas espera-se que o sejam, em algum momento, no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Marcos. *Globalização e cooperativismo popular*. desafio estratégico. Rio de Janeiro, 1996. (mimeo.)
- BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *A voz do arco-íris*. Brasília: Letraviva, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FALS BORDA, Orlando. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. 3. ed. Bogotá: Carlos Valencia, 1987.
- _____. *Conocimiento y poder popular: lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia*. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1986.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Don et économie solidaire – esquisse d’une théorie socio-économique de l’économie solidaire*. *Hors-série de La Revue du MAUSS*, Paris, 2000, 117 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- KRAYCHETE, Gabriel (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- LAVILLE, Jean-Louis. *L’indivisible tryptique. Transversales, Science/Culture*. Paris, n. 59, set./out. 1999.
- _____. *L’économie solidaire – une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- LE MONDE Diplomatique. Paris, mai, 1998; avril, 1998; juil. 1998; avril, 2000; juil. 2000; sept. 2000.
- LIPIETZ, Alain. *Pour le tiers secteur: l’économie sociale et solidaire: pourquoi et comment*. Paris: La Découverte & Syrus, 2001.
- MOURA, Suzana et al. *Gestão do desenvolvimento local, economia e solidariedade*. Salvador: EAUFBA/NEPOL (Oficina sobre Metodologias de Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local). 2001. (no prelo).
- NUNES, Débora. *L’apprentissage de la citoyenneté à partir du travail communautaire – Methodologie participative d’interventions dans les quartier populaires – Recherche-action à Vila Verde, Salvador, Brésil*. 1998. Tese (Doutorado em Urbanismo e Planejamento) - Institut d’Urbanisme de Paris, Université Paris XII, França.
- NUNES, Débora. *La citoyenneté à travers la participation*. Paris: UNESCO (Coleção Établissements Humains et Environnement Socio-Culturel, n. 51), 2001.
- REVISTA DEBATE INTERNACIONAL. CUT, maio, 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *La vie commune - Essai d’anthropologie générale*. Paris: Seuil, 1995.

Desafios da gestão de empreendimentos solidários

Maria Suzana Moura*
Ludmila Meira**

Resumo

Este artigo traz uma reflexão sobre os desafios da gestão de empreendimentos situados no campo da economia solidária. O ponto de partida são os resultados de uma pesquisa desenvolvida na universidade,¹ cuja base empírica é a cooperativa de cultivo de ostras situada no povoado de Ponta dos Mangues, Município de Pacatuba, Sergipe. Os dados foram obtidos mediante a aplicação de questionários entre os cooperados, os coordenadores do projeto e a comunidade em geral, bem como por meio da observação direta, durante quase um ano de trabalho, envolvendo a realização de oficinas de capacitação, num processo de investigação-ação. Com base nesses dados, são analisadas as dificuldades encontradas na gestão da organização estudada e apontados desafios conceituais e metodológicos para os estudos e os projetos de fomento da economia solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária, gestão, desenvolvimento local, cooperativismo.

Abstract

This article is a reflection about the challenges in the management of enterprises situated in the field of solidary economy. It takes from the results of a research carried out at university level, whose empirical basis is the raising of oysters at the village of Ponta dos Mangues, part of the town of Pacatuba, in Sergipe. The data have been obtained from questionnaires filled out by cooperative members, project coordinators and the community in general, as well as from an almost full year of work involving training workshops within a research-action process. Based on those data, we analyse the difficulties found in management of the observed organization and point out the conceptual and methodological challenges in the study and projects for solidary economy support.

Key-words: Solidary Economy, management, local development, cooperativism.

Em estudo anterior distinguimos duas abordagens de desenvolvimento local – uma, cujo foco é a questão da competitividade, e outra, centrada na problemática da exclusão social (MOURA, 1998; MOURA, LOIOLA, LIMA, 1999). Denominamos a primeira de competitiva, e a segunda, de social, de acor-

do com o foco dos discursos e práticas adotadas. No primeiro caso, o foco é a inserção competitiva da cidade/região no mercado e as ações tendem a dirigir-se preferencialmente para as médias e grandes empresas. Já no segundo, o combate à exclusão social aparece como o eixo norteador e as ações tendem a enfocar os pequenos empreendimentos e os segmentos que estão à margem do grande mercado. Verificamos a ocorrência de iniciativas que tendem mais a uma ou outra abordagem e à convivência de ambas, mas, nesse caso, uma delas tende a receber um tratamento secundário.

Dentro da vertente social encontramos iniciativas, como a do Plano de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre, que discutem novos referenciais

* Maria Suzana Moura é professora e pesquisadora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e integrante do Núcleo de Estudos Sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL) da EAUFB. suzmoura@ufba.br.

** Ludmila Meira é bolsista de Iniciação Científica, estudante de Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. ludmeira@hotmail.com.

¹ Trata-se da pesquisa “A Gestão do Desenvolvimento Local e as Possibilidades de Financiamento”, que investigou os impactos de empreendimentos solidários no desenvolvimento local. Realizada no âmbito da EAUFB/NEPOL, contou com o apoio do CNPq e PIBIC.

de economia baseados nos ideais de cooperação e solidariedade. Nesse sentido, pensar em desenvolvimento de localidades implica não apenas implementar políticas sociais, mas redefinir conceitos e práticas econômicas, o que nos coloca diante do debate sobre Economia Solidária.

O que vem a ser Economia Solidária? A partir de diversos autores que vêm trabalhando sobre o tema, podemos dizer que o termo sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade. Isso ocorre seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou, simplesmente, como utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado² (FRANÇA, 1999; SINGER, 2000; VAINER, 2000; ARRUDA e BOFF 2000, ARRUDA, 1996, CO-RAGGIO, 2000; RAZETTO, 1997).

As experiências, embora incipientes no Brasil, evidenciam o crescimento de manifestações da solidariedade na economia. São exemplos: a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Auto-Gestionárias, que reúne cerca de 50 empresas, cuja receita bruta é estimada em R\$ 300 milhões; a organização de cooperativas nos assentamentos pelo Movimento dos Sem-Terra; a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário pela CUT; a constituição de 15 incubadoras de cooperativas populares, envolvendo universidades; a formação de redes para o intercâmbio e fortalecimento dos grupos de economia solidária, em estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, além de outra no âmbito nacional – a Rede de Socioeconomia Solidária. Não po-

demos esquecer também os projetos econômicos comunitários estimulados por agentes vinculados à Teologia da Libertação, entre outros, desenvolvidos em bairros de periferia nos centros urbanos e em municípios da zona rural, a exemplo de Pintadas e Quixabeira no sertão da Bahia.

Concordando com Gaiger (2000), vemos que projetos alternativos comunitários, cooperativas e empresas autogestionárias não são novidade. O novo é

o crescimento dos atores em rede e das perspectivas que se somam no debate e na experimentação.

Podemos dizer que o agravamento das condições materiais de existência, por conta dos fatores acima assinalados, tem juntado vários grupos no debate e na experimentação de projetos de Economia Solidária, desde setores de Igreja, ONGs, Movimentos Sociais Urbanos e Rurais, até sindicatos e centrais sindicais, passando por pesquisadores, intelectuais e militantes socialistas, entre outros.

Não se trata apenas de uma reação ao agravamento do desemprego e da pobreza. Na realidade, estamos vivendo, aqui no Brasil como em outras partes do planeta, o que Milton Santos (2000) identificou como uma “nova divisão do trabalho”, cujo parâmetro é a “manutenção da vida”. Processo que, segundo esse autor, vem “dos de baixo”, não só dos “pobres”, como também “dos indivíduos liberados, [vem] do pensamento livre que foge do pensamento único... da racionalidade dominante”. Podemos incluir nesse rol, além dos atores assinalados anteriormente, os *hippies* de ontem e de hoje, as comunidades esotéricas, enfim, todos aqueles que estão experimentando, por dentro e por fora do mundo do sistema, um produzir, um consumir, e um trabalhar orientados pelos símbolos do amor, da paz e da solidariedade.

Há, certamente, entre os atores e autores que hoje tecem a economia solidária visões distintas. Uns vêm as cooperativas e outras formas associativas de produção e consumo como um meio de minimizar o problema do desemprego e da exclu-

O agravamento das condições materiais de existência tem juntado vários grupos no debate e na experimentação de projetos de Economia Solidária, desde setores de Igreja, ONGs, Movimentos Sociais Urbanos e Rurais, até sindicatos e centrais sindicais, passando por pesquisadores, intelectuais e militantes socialistas, entre outros.

² Adotamos aqui a referência de Boff (1999) quando trata de dois modos de ser humano realizar e relacionar-se: o trabalho e o cuidado. No “modo-de-ser-cuidado a relação não é de domínio sobre, mas de convivência. Não é pura intervenção, mas interação e comunhão” (p.95). A perspectiva da economia solidária pode ser pensada como a combinação do trabalho com o cuidado.

são social. Outros buscam uma alternativa socialista à economia capitalista. E temos, ainda, os desejos de experimentação de uma economia afinada com o que seriam os valores de uma “Nova Era de Aquários”. Muitos estão revendo a questão da (re)produção ampliada da vida, em moldes diferenciados daqueles consagrados pela economia capitalista, incluindo como referentes, além da solidariedade e da cooperação, o foco nas necessidades e na reprodução da vida.

Para melhor compreensão do tema, vale retomar Marcos Arruda (2000), que nos fala da diferença entre “economia” e “crematística” (dos gregos). A primeira significa a “arte de gerir a casa”. A “Casa” é o lar, a comunidade... a Mãe-Terra que nos acolhe. Já a crematística significa a “arte de acumular riquezas”. Ora, o que a sociedade capitalista tem desenvolvido é esta última. Já com relação ao primeiro conceito, não temos muito a aprender da Grécia Antiga, pois, como nos lembra Hannah Arendt (1991), a economia doméstica entre os gregos era o espaço do privado, “o mundo das trevas”, onde imperava o senhor, o cidadão na polis, subjugando as mulheres e os escravos.

Talvez tenhamos a aprender com as comunidades próximas do comunismo primitivo e mais integradas com a natureza, através da produção/reprodução coletiva da vida e de modo sustentável. Mas essa não parece ser uma lição suficiente para este nosso tempo/espaço urbano. O mundo do “nós” da comunidade, da tribo, é muito distinto do “eu sem nós” aprendido/vivido na sociedade capitalista. Já o “nós sem eu”, construído com as experiências socialistas, afasta-se da sustentabilidade da tribo e aproxima-se do padrão da acumulação material (só que em nome do coletivo – Estado/partido). Como nos fala Marcos Arruda (tomando por referência Teilhard de Chardin), a perspectiva da “socioeconomia solidária” é a do “eu e nós”, expressando a espiral evolutiva do nosso planeta em direção à individuação, socialização, amorosidade e espiritualidade.

Por este caminho, a solidariedade reintroduzida na economia pode ser percebida como base para um desenvolvimento que, embora partindo do local, requer a construção e fortalecimento de empreendimentos em escalas diferenciadas, do micro ao macro, do local ao global.

DESAFIOS DA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Entendemos ser o empreendimento solidário uma forma de expressão da economia solidária que pode assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços.

Cabe, neste ponto, perguntarmos: como se constrói e se mantém a solidariedade em processos de (re)produção material e simbólica da vida? Como articulam-se os propósitos e ritmos individuais e coletivos? Quais as dificuldades de gestão desse tipo de organização? Como a razão comunicativa, a base dos processos de solidariedade social podem influenciar a razão instrumental, um requerimento para se atingir condições materiais de existência mais favoráveis?

De acordo com Gaiger (2000), as cooperativas, entre outras formas de empreendimento solidário, que nascem da necessidade imperiosa de encontrar uma solução, geram solidariedade imposta pela necessidade. Existindo prática anterior de solidariedade, transcendendo os objetivos econômicos, o empreendimento é favorecido. Paul Singer (2000), embora apostando na experimentação, fala das dificuldades da cooperativa de produção e de uma certa tendência a “degenerar os valores de solidariedade e cooperação” quando crescem os negócios. Cita o exemplo da grande empresa cooperativa Madragon, na Espanha, que atualmente conta com 40.000 pessoas, tem êxito econômico, mas que teria se afastado dos princípios solidários.

A utopia na experimentação certamente encontra obstáculos de várias ordens. Além de lidarmos com os valores individualistas e de competição, há percalços de ordem material e relacionados ao pouco aprendizado da produção coletiva. Lisboa (1999) lembra-nos que todos os esforços, no conjunto, são ainda insuficientes para fortalecer os pequenos empreendimentos solidários. De acordo com esse autor, muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano dessas organizações, tais como carência de capital de giro; acesso ao crédito; *design*; controle de qualidade; comercialização e tecnologia e ambigüidade da propriedade

dos meios de produção, além dos problemas decorrentes de barreiras legais e da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando-as a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade.

Como forma de solucionar os problemas advindos da fragmentação dessas iniciativas, vários autores sugerem a construção de uma estratégia que articule politicamente as redes constitutivas de economia solidária. É esse o caminho que apontam os fóruns estaduais e as redes nacionais e internacionais, conforme observado no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em janeiro de 2002. A universidade pode cumprir um papel importante nesse processo, revendo e elaborando referências teóricas e contribuindo com experiências concretas, ou seja, experimentando a utopia na produção coletiva de saberes, nos projetos comunitários e nas redes locais e globais. A investigação desenvolvida sobre o Projeto de Ostreicultura Comunitária em Ponta dos Mangues/SE, segue nessa direção.

A ORGANIZAÇÃO DO CULTIVO DE OSTRAS

O cultivo comunitário de ostras é um projeto de iniciativa do projeto TAMAR, que se iniciou em 1998. O objetivo era dar uma alternativa econômica aos pescadores da Reserva Ecológica de Santa Isabel, integrando ações de natureza econômica e de preservação ambiental. Esse projeto foi viabilizado pela Cooperativa Mista de Trabalhadores em Conservação da Natureza (CONATURA), um empreendimento que se pretende solidário, construído como alternativa ao desemprego de técnicos da área ambiental, antes contratados pelo TAMAR. A ostreicultura em Ponta dos Mangues/SE é, assim, um dos núcleos da CONATURA. Até o momento de realização da pesquisa o projeto não é auto-sustentável, recebendo da CONATURA a maior parte

dos recursos necessários para sua manutenção, inclusive a remuneração dos cooperados e coordenadores.

Ponta dos Mangues é um povoado do Município de Pacatuba, situado no Estado de Sergipe. Tem uma população de aproximadamente 300 pessoas, considerando-se o núcleo contabilizado na pesquisa, ou seja, 58 casas com uma média de cinco pessoas por casa.

A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando-as a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade.

O cultivo de ostras envolve um grupo de oito cooperados e três parceiros. Estes últimos não recebem remuneração diretamente da CONATURA, uma vez que a parceria se dá no momento da comercialização e no incentivo inicial através de aporte técnico.

Além da ostreicultura, a maioria dos cooperados (70%) desenvolve outras atividades produtivas que ajudam no sustento familiar e, em alguns casos, geram renda. Incluem-se aqui a pesca (70%), o cultivo do coco (44%), a criação de galinha (22%), o corte de cabelo e a instalação de rede de água e energia (um dos cooperados). Cabe esclarecer que 55% deles têm no cultivo de ostra a única atividade geradora de rendimento regular.

Quadro semelhante pode ser encontrado na comunidade. Incluindo-se as atividades de sustento das unidades domésticas, verificamos que 58,6% das unidades pesquisadas possui algum tipo de rendimento fixo, tais como aposentadoria, pensão, bolsa-escola ou salário. Podemos dizer que é um percentual pequeno se considerarmos que quase metade delas não dispõe de uma fonte regular e se levarmos em conta outras atividades de sustento que aí são desenvolvidas: 77,5% das unidades criam galinhas e 67,2% tem algum nível de sustento pela pesca e pela coleta e comercialização de coco.³ Os dados acima evidenciam um potencial da comunidade, que é a diversificação das atividades econô-

³ Cabe relacionar outras atividades que geram renda, porém não-regulares: 17,3% das famílias envolvem-se com algum tipo de comércio (armazém, venda de gás, sorveteria, produtos Avon); 10,3% têm pessoas que prestam serviços (alguns ligados à coleta de coco, outros referentes ao cuidado de viveiros...); e 27,7% criam outros animais (gado, cavalo e porco) seja para investir, seja como meio de transporte ou mesmo para o consumo direto.

micas, característica que pode ser reforçada em projetos de desenvolvimento local.

Quando questionados sobre o que melhorar em Ponta dos Mangues, a maior preocupação dos moradores relacionou-se ao incremento da atividade econômica (84,5%), sendo que 46,6% apontaram a necessidade de criação de novas oportunidades de emprego; vale ainda ressaltar que 15,5% percebem que tal incremento depende da instalação de fábricas. Alguns chamam a atenção para o fato de que a comunidade tem melhorado, em termos de instalação de infra-estrutura, de acesso a serviços coletivos⁴ e de ampliação da oferta de emprego, com a chegada da CONATURA (o cultivo da ostra).

Com relação aos cooperados, as possibilidades de desenvolvimento futuro aparecem vinculadas ao cultivo de ostras. Seja pelo fortalecimento da própria cooperativa – “*com a CONATURA coisas boas vão surgir para todo mundo*”, seja com a “*abertura de indústria para cultivar a ostra*” e exportar, como registrado nas entrevistas.

Assim como na comunidade, entre os cooperados encontram-se idéias que afirmam possibilidades de desenvolvimento com base em potenciais locais – mesmo que fomentados por agentes externos – além daquelas que se identificam mais com as abordagens tradicionais: o desenvolvimento chegará de fora com a “construção de fábricas”. De todo modo, fica evidente o potencial da ostreicultura para os cooperados e o mesmo podemos dizer da comunidade em geral.

DESAFIOS DA GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO

Para a análise deste ponto vamos partir da percepção dos trabalhadores do cultivo acerca da atividade que estão desenvolvendo e da organização em que estão inseridos. O que os motiva é,

⁴ A partir de 1997 conseguiram a energia elétrica, a água encanada, o ônibus, a escola, e, mais recentemente, o telefone e a visita regular do médico.

por um lado, a possibilidade de dispor de uma renda e uma ocupação regular (“*um emprego*”) o que, até o momento, é garantido pela CONATURA. Para alguns, essa ocupação é também valorizada pelo que gera de oportunidade profissional. As atividades de tartarugueiro ou pescador autônomo não são consideradas promissoras e capazes de garantir segurança, uma profissão e um melhor padrão de consumo. A ostreicultura é percebida como uma alternativa de emprego e de renda para a comunidade.

O impacto da renda gerada com a remuneração dos cooperados na economia local é menor do que supúnhamos no início da pesquisa. Esse impacto poderia ser maior caso a oferta local de produtos e serviços fosse incrementada, particularmente no tocante a alimentos e vestuários. O mesmo não podemos esperar da oferta dos bens duráveis e materiais de construção, considerando o porte da comunidade. De todo modo, a análise de impacto sobre o desenvolvimento local pode ser enriquecida com a observação do fortalecimento ou não de manifestações de solidariedade na economia.

Nesse sentido, a pesquisa evidencia que a construção de organizações econômicas com base na cooperação advém de uma necessidade de poder realizar algo, de uma percepção de que “*juntos somos mais fortes*”, “*a união faz a força*”, “*uma varinha é mais fácil de quebrar do que um feixe*”. Força esta, necessária para enfrentar outra em sentido contrário, que pode ser a inércia, a preguiça, a fragilidade. Trata-se, de um lado, da consciência de que o trabalho coletivo potencializa a ação, conforme ilustram os depoimentos abaixo:

“Trabalhar sozinho não compensa. O serviço que em grupo se faz em um dia, sozinho o cara leva dois ou três.”

“Um sozinho não vai por conta do recurso que tem. É preciso unir a força para trabalhar todos juntos, porque prospera melhor que um só.”

Ao mesmo tempo, podemos observar que a União, além de fazer a força, faz açúcar,⁵ isto é, fica mais fácil e mais doce trabalhar em grupo. Podemos dizer que a cooperação potencializa o trabalho, também por torná-lo mais leve, mais divertido:

“Trabalhar com os outros é mais animado. O trabalho sozinho parece que não rende.”

Encontramos, neste caso, pouca prática anterior de solidariedade transcendendo os objetivos econômicos, além das relações de parentesco e de vizinhança ou da experiência com a associação de moradores, para alguns. Isso sinaliza um primeiro desafio da gestão dos empreendimentos solidários: o aprendizado da gestão coletiva e a quebra do distanciamento entre produção e gestão.

É interessante observar que, apesar da consciência sobre a importância do trabalho cooperativo, a percepção quanto à possibilidade de intervir na organização restringe-se ao processo de cultivo das ostras. A gestão financeira, a comercialização e outros âmbitos da organização ainda são distantes para a maioria, que se percebe mais como empregada da CONATURA, uma vez que esta garante não só o “salário”, como também o acesso à informação e assistência.⁶

Na realidade, trata-se do desafio de romper com a divisão trabalho manual e intelectual que se expressa na dicotomia entre produção e gestão, ou seja, os que produzem não se ocupam da gestão do empreendimento, não se sentem em condições para tanto. Ainda assim, mesmo com esse relativo distanciamento dos processos de gestão, a maioria considera que, caso os coordenadores atuais se ausentassem, se o grupo permanecesse junto poderia

continuar o cultivo. Isso pode ser considerado um ponto forte da organização. Ao mesmo tempo, parece contraditório com a idéia de que falta capacitação do grupo para a comercialização. Outro dado, é que ainda é restrita a confiança nos companheiros para exercerem atividades de planejamento, gestão financeira e organização da reunião. Apenas três afirmaram o contrário.

Dentre os aspectos apontados por Lisboa (1999) como desafios dos empreendimentos solidários encontramos alguns que se aplicam ao caso em análise.

Apesar da consciência sobre a importância do trabalho cooperativo, a percepção quanto à possibilidade de intervir na organização restringe-se ao processo de cultivo das ostras. A gestão financeira, a comercialização e outros âmbitos da organização ainda são distantes para a maioria, que se percebe mais como empregada da CONATURA, uma vez que esta garante não só o “salário”, como também o acesso à informação e assistência.

Observamos que o cultivo de ostras em Ponta dos Mangues dispõe de apoio logístico, técnico e financeiro de uma organização – CONATURA – que garante sua sustentabilidade com a execução de serviços especializados na área da preservação ambiental. Essa entidade, por sua vez, conta com o apoio do Projeto Tamar, que tem como um dos seus objetivos o fomento ao desenvolvimento local nas áreas onde atua. Desse modo, não identificamos problemas relacionados com a carência de entidades de apoio e de capital de giro, nem com relação ao controle

de qualidade e ao acesso a tecnologia. Já no que se refere à comercialização, diríamos que esse é um grande desafio, assim como a aprendizagem de padrões gerenciais adequados à realidade de um empreendimento solidário.

Na realidade, a pesquisa aponta a necessidade de que sejam desenvolvidos conceitos e instrumentos mais adequados a esse tipo de organização. Por exemplo, as estratégias de *marketing* estão, no geral, baseadas na idéia de que é necessário conquistar mercados vendendo produtos/serviços em melhores condições que os concorrentes. Na pesquisa de mercado que efetuamos com os cooperados, deparamo-nos com a seguinte questão: – se um dos princípios do cooperativismo é que a solidariedade deve ultrapassar a própria organização, como enfrentar essa idéia de vencer os concorrentes?

⁵ A criatividade das novas gerações subverteu o dito popular “A união faz a força” para: “A união faz a força e açúcar”. É um pequeno trocadilho que resolvemos utilizar, pois “união” significa estar juntos, mas também há uma grande empresa açucareira brasileira que se chama União.

⁶ A exemplo do transporte quando é necessário a ida a um hospital.

tes para conquistar mercados? Como constituir espaços de comercialização afinados com a ótica da cooperação? Talvez as redes de socioeconomia solidária, que estão sendo tecidas nos vários âmbitos, indiquem um tipo de “mercado cativo” ao qual vinculem-se os empreendimentos pontuais, como o aqui analisado. Contudo, essa ainda não é uma realidade para o cultivo cooperativo de ostras.

CONCLUINDO

A pesquisa realizada traz à tona uma série de desafios que merecem ser relacionados à guisa de conclusão.

Num contexto, como o aqui analisado, em que um empreendimento solidário conta com o apoio financeiro e logístico de uma outra organização, evidencia-se mais claramente o que se constitui em grandes desafios para as organizações situadas no campo da economia solidária.

Por um lado, trata-se da superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, entre os que produzem e os que coordenam e gerenciam o empreendimento. Pelo que pudemos observar, isso requer um amplo e demorado trabalho de envolvimento, capacitação e aprendizagem. Envolvimento dos cooperantes com as atividades específicas de gestão, capacitação técnica para o exercício dessas atividades e aprendizagem de todos no que se refere a um processo coletivo de tomada de decisões, que seja ágil o suficiente para garantir os resultados econômicos e a sustentabilidade do empreendimento.

Por outro, trata-se de realizar a produção num processo de comercialização que proporcione o retorno necessário à satisfação das necessidades materiais das pessoas e famílias que estão envolvidas e, ao mesmo tempo, fomente a lógica da cooperação entre empreendimentos. Um caminho parece ser o fortalecimento de “mercados cativos” através das redes de socioeconomia solidária, desde o local, passando pelo regional, até o nacional e o global. O Estado pode apoiar tal processo fomentando empreendimentos e redes, situando-se, inclusive, como cliente de produtos e serviços.

A experimentação e a escuta do que está sendo tecido podem ser qualificadas na medida em que se articulem com atividades de pesquisa. Nos processos de capacitação e aprendizagem necessitamos, por exemplo, reelaborar conceitos e instrumentos que, no geral, estão baseados na grande empresa capitalista e industrial. Organizações, como a aqui estudada, que têm a gestão e apropriação coletivas do fruto do trabalho como caracte-

rística básica, necessitam de novos referentes no tocante ao *marketing*, à administração financeira, à gestão de pessoal, entre outros âmbitos da gestão de organizações.

Por fim, cabe destacar outros desafios conceituais e metodológicos ao darmos outro passo no sentido de verificar os impactos desse tipo de organização sobre o desenvolvimento local. Necessitamos, por exemplo, rever o

próprio conceito de economia local, incluindo, além das atividades formais e informais mercantis, aquelas que não se situam no âmbito das trocas monetárias, mas são fundamentais para o sustento das famílias.

Tal abordagem traz também repercussões sobre os indicadores e meios de aferição dessa economia. Indicadores tais como renda familiar e população economicamente ativa merecem ser repensados.⁷ Na mesma linha, é fundamental apreender e analisar a realidade assim como ela se apresenta, evitando enquadrar as diferentes atividades econômicas em categorias do tipo primário, secundário e terciário. Na realidade, podemos dizer que as medidas tradicionais de desempenho universalmente utilizadas – renda per capita, incremento da arrecadação e crescimento do PIB – não são apropriados para medir os resultados e,

⁷ A referência não pode ser apenas a renda obtida pois, com isso, excluem-se o que é produzido para subsistência e o que é trocado. Agora, como medir esses produtos? Poderíamos quantificar e chegar a um valor de uso. Como as famílias não tem registro e as dinâmicas são variadas é necessário proceder a um acompanhamento minucioso, pelo menos das atividades principais. Ao mesmo tempo, é necessário considerar como ativas, nessa economia, todas aquelas pessoas que contribuem para o sustento da casa e não só aquelas que desenvolvem uma atividade capaz de gerar renda.

consequentemente, para avaliar o sucesso ou insucesso dessas organizações. Neste caso, precisamos trabalhar com dados primários levantados com múltiplos instrumentos, num processo que podemos chamar de escuta sucessiva.⁸

Pelo exposto, pode-se observar que são muitos os desafios para as pesquisas, bem como para os projetos de desenvolvimento local que caminhem no sentido do fomento de organizações situadas no campo da economia solidária.

⁸ Adotamos um primeiro nível de escuta com os cooperados, quando aplicamos os questionários. Com esse instrumento, observamos alguns indicativos de impacto – a melhoria no padrão de consumo da família, uma oportunidade de emprego para a comunidade e o incremento do comércio local. Essas observações levaram a outros três níveis de escuta: a partir dos questionários elaborados especificamente para as famílias dos cooperados, para a comunidade e para os comerciantes. Interessou-nos verificar se as percepções dos cooperados eram, de fato, compartilhadas pelos demais segmentos, bem como identificar as percepções diferenciadas e complementares. Chegamos, assim, a uma análise de impacto, com algumas lacunas decorrentes das dificuldades de contabilização daquelas dimensões da economia local que são informais, sazonais e não-monetárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Marcos. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania, ativa*. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1996.
- _____. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, G. et al. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE/UCSal, 2000, p. 199-224.
- ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CORAGGIO, José L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE/UCSal, 2000.
- FRANÇA, Genauto; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dívida. *Revista Organização e Sociedade*. Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração v.6, n.14, 1999.
- GAIGER, Luís I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. et al. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE/UCSal, 2000.
- LISBOA, Armando M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.
- MOURA, S. A Gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. In: ENCONTRO DA ANPAD, 22º. *Anais...* Foz do Iguaçu, 1998.
- MOURA, Suzana; LOIOLA, Elizabeth; LIMA, Ana Luiza de Codes. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPUR, 8º. Porto Alegre, 1999.
- RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Revista Proposta*. n. 75, dez./fev. 1997/1998.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SINGER, Paul. Economia dos setores populares - propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G. et al. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE/UCSal, 2000.
- VAINER, Carlos. Controle político ou utopia experimental? *Unitrabalho Informa*, v. 3, n. 10, jan. 2000. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em: ago. 2001.

A produção de mercadorias por não-mercadoria

Gabriel Kraychete*

Resumo

Neste texto, busca-se entender a economia solidária em sua relação com a economia dos setores populares, tomando-se por referência as formulações de Francisco de Oliveira sobre o significado do termo *trabalho* e a análise de Amartya Sen sobre comportamento econômico e auto-interesse. Num país como o Brasil, que nunca experimentou o *Welfare State* europeu e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora das relações de emprego assalariado regular, a transformação qualitativa da economia dos setores populares representa uma iniciativa, ao lado de outras, no embate pela transformação do estatuto do trabalho, impondo direitos sociais como princípios reguladores da economia.

Palavras-chave: Trabalho, mercadoria, Economia Solidária, economia dos setores populares.

Abstract

This paper attempts to understand the notion of solidary economy with regard to the economy of working class sectors using as reference the formulations of Francisco de Oliveira on the meaning of the term work and the analysis of Amartya Sen on economic behaviour and self interest. This shows that in countries such as Brazil, where there has been no welfare state and where a great number of workers have never known fixed salaried jobs, the struggle to qualitatively transform the economy of working class sectors reveals, among other things, that there is a resistance to any reworking of labour laws, thus making social rights the regulatory principles of the economy.

Key-words: work, labour, commerce, Solidary Economy, working class economies.

Apesar de relativamente novo, o tema da Economia Solidária vem adquirindo uma importância crescente no âmbito dos movimentos sociais e motivando pesquisas e estudos comprometidos com o processo de transformação social. Apesar de tão “na moda” – e talvez por isso mesmo – o tema suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se em economia solidária, economia popular, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. Em geral, essas denominações referem-se aos diferentes setores e formas de organização coletiva de trabalhadores, de geração de

trabalho e renda, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, o compromisso com a auto-sustentabilidade e a busca do desenvolvimento humano integral. Estariam incluídas no campo da economia solidária iniciativas como as associações de produtores, cooperativas, empresas autogestionárias, associações de crédito, os clubes de trocas e o chamado comércio justo. Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam as nossas utopias.

Neste texto, busco entender a economia solidária, num país como o Brasil, em sua relação com o que denomino de economia dos setores populares, tomando por referência as formulações de Francisco de Oliveira sobre o significado do termo *trabalho* e a análise de Amartya Sen sobre comportamento econômico e auto-interesse.

* Gabriel Kraychete é professor titular da Universidade Católica do Salvador. Coordenador do Programa Economia Popular vinculado ao Núcleo de Estudos do Trabalho – UCSal. Assessor da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA). gabrielkr@uol.com.br

A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

Num seminário realizado na Universidade Católica do Salvador, referindo-se à crise e às utopias do trabalho, o professor Francisco de Oliveira inicia a sua conferência com a seguinte indagação: *Quem tem medo do trabalho?* (OLIVEIRA, 2000). Após apresentar o papel central do trabalho nas grandes utopias da modernidade e discorrer sobre a dialética do trabalho em Marx, o nosso professor sustenta que a conquista dos direitos sociais resultante do conflito de classes no Século XX significou a rejeição do estatuto de mercadoria da força de trabalho. O que hoje assistimos, com o ataque ao Estado de Bem-Estar, é o movimento de reversão de tal rejeição: nova etapa da dialética entre direito e mercadoria.

As lutas dos trabalhadores, recusando o estatuto de mercadoria da força de trabalho, operaram uma transformação no estatuto do trabalho, inscrevendo os direitos sociais no modo de produção do capital. A instituição dos gastos sociais como bens que não podem ser vendidos no mercado, obrigou o Estado a universalizar aquilo que estava estritamente ligado ao trabalho.

A formação das instituições do *Welfare State* significou que as práticas das relações sociais operaram no sentido de desmercantilizar parcialmente a força de trabalho, evidenciando a finitude da forma mercadoria especificamente concebida pelo capitalismo.¹ Ressignificando o que quer dizer *trabalho*, as organizações dos trabalhadores apontaram para um princípio da derrota da mercadoria: a construção de direitos sociais efetivos e universalizados. Não apenas no sentido de uma declaração de boas intenções, mas no de ensejar a implantação de um sistema de direitos e serviços de saúde, educação, previdência, etc., extensivos, indiscriminadamente,

¹ O central em Marx não é o trabalho, mas a sua transformação em mercadoria. A utopia do trabalho em Marx opera como uma negação dessa mercadoria especificamente constituída no capitalismo (OLIVEIRA, 2000).

a toda a sociedade. Assim, além de produzir mercadorias, o trabalho passou também a garantir a geração de um espaço de construção de antimercadoria, pois um direito universal, assim como o ar, não pode ter vigência como uma mercadoria.

É sintomático que a crítica neoliberal incida precisamente contra aquele ponto que universaliza os direitos sociais. O ataque aos gastos sociais e ao Estado de Bem-Estar, atuando em sinergia com os

As lutas dos trabalhadores, recusando o estatuto de mercadoria da força de trabalho, operaram uma transformação no estatuto do trabalho, inscrevendo os direitos sociais no modo de produção do capital. A instituição dos gastos sociais como bens que não podem ser vendidos no mercado, obrigou o Estado a universalizar aquilo que estava estritamente ligado ao trabalho.

processos advindos da base produtiva, cria novos procedimentos organizacionais do processo de trabalho, catalogados sob a etiqueta da flexibilização. A operação em curso tenta desvestir o trabalho do estatuto de antimercadoria que foi construído pelo conflito social – este é o desafio maior. “O que está em jogo é o que quer dizer *trabalho* do ponto de vista civilizatório, do ponto de vista da transformação” (OLIVEIRA, 2000, p.81). O discurso tão em moda da empregabilidade e do empreendedorismo possui a mesma lógica: caberia agora ao próprio trabalhador implantar o seu trabalho, tendo a si próprio como sua melhor mer-

cadoria. Por esses caminhos, pretende-se retornar ao estágio em que o trabalho ficaria restrito à condição exclusiva de mercadoria e, como se sabe, a mercadoria não tem direitos.

Este é o embate que vivemos agora, em que se busca transformar tudo em mercadoria: o trabalho, a saúde, a previdência, a educação, a terra, a água, o meio-ambiente...

A “mercantilização acelerada” de todas as esferas da vida significa “condicionar o acesso de todos os bens da vida ao impulso cego da acumulação de riqueza sob a forma monetária e abstrata, estreitando o espaço ocupado pelos critérios diretamente sociais, derivados do mundo das necessidades” (BELLUZZO, 2000).

É bom lembrar que a utopia do capital sempre foi de que a expansão dos mercados desregulados, por si só, promoveria o desenvolvimento e a riqueza entre as nações. E qual foi o resultado desse modelo? Aumentou a polarização entre riqueza e pobreza,

não apenas entre continentes, países e regiões, mas no âmbito interno de cada um desses continentes, países e regiões. Trata-se de um padrão de investimento e consumo que impõe estragos irreversíveis ao meio-ambiente e descarta, como supérflua, parcelas crescentes da população mundial.

DA POBREZA SEM CAPITAL AO CAPITAL COM POBREZA

Numa conferência realizada no Museu de Arte de São Paulo, em agosto de 1995, o historiador Eric Hobsbawm (1995) indaga por que tão poucos eventos dramáticos da história do mundo nestes últimos 40 anos foram previstos ou mesmo esperados. Depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os economistas esperavam uma depressão e não os “trinta gloriosos anos” de grande crescimento. O que aconteceu foi, na maior parte das vezes, inesperado, provocando surpresas e decepções. Onde havia desemprego em massa no mundo desenvolvido na década de 1960? Nos “anos dourados” desse “curto século XX” parecia não haver abalos nas economias dos países do norte industrializado, que desfrutavam do pleno emprego com níveis de consumo e de renda real crescentes. A seguridade social garantia os rendimentos necessários aos então poucos desempregados.

A restauração liberal dos últimos 25 anos produziu uma violenta e veloz concentração de riqueza nas mãos de um reduzido número de capitais privados. As idéias de eficiência, competitividade e equilíbrios macroeconômicos substituíram o consenso keynesiano em torno do crescimento e do pleno emprego e passaram a ser os novos totens do pensamento político-econômico internacional (FIORI, 1997).

Nesta aurora do século XXI – diferentemente dos “anos dourados”, embalados pelo *Welfare State* no centro e pelo desenvolvimentismo em algumas periferias – o círculo virtuoso entre crescimento econômico e integração social foi desfeito. A economia já não cresce junto com a sociedade (emprego, segurança, renda e um mínimo de equidade) mas

contra ela, destruindo e/ou precarizando os postos de trabalho, gerando insegurança, produzindo desigualdade e empobrecimento (RIFKIN, 1995). A tendência ao desemprego estrutural e as transformações na forma de trabalho que dominou o século XX – o trabalho assalariado organizado –, redefinindo as possibilidades de trabalho para milhões de pessoas, emergem como uma questão social premente. Ao contrário do que acalenta a utopia liberal, agora denominada de globalização, a identidade contraditória e excludente do capitalismo revela-se cada vez mais parecida com o retrato que dela foi feito no século XIX pela “crítica da economia política” de Marx (FIORI, 1997).

No Brasil, a partir da década de 1990, a preocupação com o desenvolvimento foi substituída pela velha convicção de que o crescimento das regiões atrasadas exigia a adesão ao livre-comércio e a estabilização dos preços pela via dos mercados desregulados, globalizados e competitivos. Nesse projeto econômico fica implícito que não há lugar para todos. Uma década depois de iniciado o desmonte do desenvolvimentismo, o balanço – considerando os efeitos para a vida cotidiana da população – é claro e pouco promissor.²

O Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais (superiores a 90%) nem, tampouco, experimentou a rede de proteção social típica ao *Welfare State*. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores e, nos tempos que correm, torna-se uma possibilidade cada vez mais remota. Às pessoas que sempre viveram de ocupações fora do mercado regular assalariado soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. Diferentemente do que ocorreu durante o período desenvolvimentista, a força de trabalho no Brasil está se deslocando

² A Argentina transformou-se num emblema e num alerta para todo o continente. Mas a atual crise argentina mostra que o risco não é ficarmos em situação semelhante. Ao contrário: é a Argentina que experimenta agora, perplexa, uma inusitada situação de pobreza, miséria e violência com a qual já estamos “acostumados” há muito tempo.

do do pólo dinâmico e moderno para outras formas de inserção, precarizadas e que trazem menores rendimentos ou, então, simplesmente, para o desemprego aberto.

O aumento do desemprego e do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, somado ao desassalariamento e ao crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria, empurra parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas para um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente. Parece que os donos do poder desistiram de integrar parcelas crescentes da população seja à produção, seja à cidadania. Como indica Francisco de Oliveira, não se trata de uma irrealizável exclusão do mercado, porque dele, em alguma medida, ninguém escapa, mas de uma negação e de uma exclusão do campo de direitos.

No Brasil, até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a situação das pessoas não-integradas ao mercado formal de trabalho. Conforme essa visão, o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos.

Do ponto de vista da esquerda, também não havia razões para se ocupar com as pessoas não integradas às relações de trabalho tipicamente capitalistas. O futuro era o socialismo e o que contava era a luta sindical. Hoje, cresce implacavelmente o número de trabalhadores que não são nem mesmo passíveis de sindicalização. Nesses termos, parece que, dentre as esperanças do desenvolvimento capitalista e da revolução socialista, sobrou um contingente de trabalhadores num “circuito inferior da economia” (SANTOS, 1978), que ficou como um elo perdido.

Trata-se, portanto, de modalidades de trabalho que permaneceram no limbo das relações sociais.

O aumento do desemprego e do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, somado ao desassalariamento e ao crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria, empurra parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações.

Antes, porque ainda não haviam sido integradas à expansão das relações de assalariamento e, agora, porque tendem a crescer com a própria expansão dos setores modernos. Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. Em outras palavras, não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no setor moderno, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Face às possibilidades cada vez mais distantes do emprego regular assalariado, uma certa visão, compatível com a crença ultraliberal, propõe aos desgarrados do mercado formal de trabalho que adquiram uma tal de “empregabilidade”; que montem os seus próprios empreendimentos, transformando-se em empresários de si mesmos.

Contrastando com o discurso do empreendedorismo, os dados preliminares da pesquisa que realizamos na Península de Itapagipe³ sobre o trabalho por conta própria revela uma realidade marcada pela precariedade. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores como alternativa ao emprego regular, as atividades características do trabalho por conta própria aí encontradas, tais como existem hoje, são o lugar onde, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho. Configura-se um circuito de pobre trabalhando para pobre, em que 47% possuem uma renda mensal de, no máximo, até R\$100,00. Em termos objetivos, a condição da sobrevivência dessas pessoas é a deterioração da sua qualidade de vida.

³ Pesquisa sobre os empreendimentos econômicos populares, realizada em março de 2001, nos bairros mais densamente povoados da Península de Itapagipe, em Salvador. A pesquisa foi promovida pela Comissão de Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMPI), em parceria com a Universidade Católica do Salvador e com a Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA), contando com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

O desemprego foi o principal motivo para os entrevistados trabalharem por conta própria (mais de 56%). Entretanto, quando indagados sobre os seus planos para o futuro, quase 37% responderam que pretendem ampliar o negócio e, 18%, que pretendem permanecer como estão. Ou seja, entre o drama do desemprego e os planos para o futuro as pessoas acalentam o sonho de ampliação do próprio negócio. Planos de quem sabe, porque sente isso na luta cotidiana pela vida, que são cada vez mais fugidias as esperanças de um emprego regular assalariado.

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Se o discurso fantasioso da empregabilidade está descartado, o futuro dessas pessoas, agora, seria a economia solidária? Qual a interação entre a realidade do trabalho dessas pessoas e a luta histórica dos trabalhadores pela transformação do estatuto do trabalho? Qual o significado dos empreendimentos associativos e dos princípios que compõem a economia solidária? Devem ser entendidos como um fim ou como um meio da prática social transformadora?

Sobre essas questões, penso que pode ser útil situar o entendimento da economia solidária em sua relação com o que denomino de economia dos setores populares.

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

Designo por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, for-

malizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empresas autogestionárias, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos, clubes de troca, etc. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, *a priori*, os diferentes

valores e práticas que lhe são concernentes. Não se pode dizer que esse mundo da economia dos setores populares seja, em si mesmo, um mundo de valores positivos, o mundo da solidariedade. Não, ele não é assim, mesmo porque, em parte, é resultado de uma subordinação cultural, desenvolvendo-se no interior do sistema capitalista.

Como entender a racionalidade dessa economia dos setores populares? Um artesão, uma mulher que vende alimentos ou os

integrantes de uma associação ou cooperativa estão em pleno mundo do mercado, das trocas e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam esses cálculos. Mas, conforme Braudel (1985; 1996), *economia de mercado* e capitalismo não são a mesma coisa.⁴ Sem o mercado – esse lugar das trocas dos resultados dos trabalhos humanos – não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na auto-suficiência. Nesses termos, pode-se dizer que a economia dos setores populares situa-se nos interstícios dessa *economia de mercado*, envolvendo um conjunto de atividades que ocorre como uma iniciativa direta da população tendo em vista a sua reprodução, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital (CORAGGIO, 1994). Ou seja, as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de parcelas crescentes da população não vêm sen-

Não se pode dizer que esse mundo da economia dos setores populares seja, em si mesmo, um mundo de valores positivos, o mundo da solidariedade. Não, ele não é assim, mesmo porque, em parte, é resultado de uma subordinação cultural, desenvolvendo-se no interior do sistema capitalista.

⁴ Para Braudel, o mercado não seria o signo do capitalismo. O verdadeiro lar do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo dos negócios. Como indica Wallerstein (1987), Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo ao monopólio o papel de elemento-chave do sistema capitalista. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade do capital transitar de um monopólio para outro.

do proporcionadas nem pelo mercado capitalista de trabalho nem pelas cada vez mais restritas ações compensatórias do Estado.

Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998). Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os “empreendimentos populares” não podem dispensar os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento.

O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. No caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar dessas pessoas. Ou seja, há uma “solidariedade”, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da reprodução da vida daquela unidade familiar.

Atualmente, esta economia dos setores populares – seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja através das diferentes modalidades de trabalho associativo – existe apenas de forma dispersa e fragmentada. Em seu conjunto, ela é marcada pela precariedade: trabalho precário, moradia precária, consumo precário... Sobretudo quando observamos o trabalho por conta própria nos espaços urbanos.

Nas cidades, os empreendimentos associativos enfrentam condições bem mais adversas para se desenvolver. Entretanto, seja no meio urbano ou rural, é comum a situação em que os empreendimentos associativos apresentam viabilidade do ponto de vista estritamente econômico, mas se deparam com dificuldades irreversíveis porque as questões associativas não foram devidamente equacionadas. E o grande desafio enfrentado pelos grupos

populares que se dedicam a alguma atividade econômica é exatamente essa busca da eficiência através de processos democráticos e solidários.

Em outras palavras, os empreendimentos associativos, quando observados de perto, quase sempre apresentam grandes dificuldades e fragilidades. Muitas vezes a sua existência depende da presença ou do apoio de uma única pessoa ou instituição, o que leva

ao risco de recriar, no interior do grupo, relações que reforcem antigos e novos laços de dependência. Mas em outras circunstâncias lamenta-se exatamente a ausência de alguma pessoa ou instituição que auxilie no atendimento de alguma necessidade básica, difícil de ser encaminhada pelo grupo sozinho. E não poderia ser de outra forma: uma mudança de qualidade da economia dos setores populares depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc.

Entretanto, apesar de toda a fragilidade, apesar de toda a precariedade, e para além das utopias, imprecisões e debates conceituais, essa economia dos setores populares vem garantindo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população. Num país como o Brasil, que nunca experimentou o *Welfare State* europeu e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do em-

Apesar de toda a fragilidade, apesar de toda a precariedade, e para além das utopias, imprecisões e debates conceituais, essa economia dos setores populares vem garantindo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população.

prego regular, a luta por uma transformação qualitativa da economia dos setores populares⁵ inscreve-se no embate mais amplo pela transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representa, portanto, uma forma de resistência, ao lado de outras, no itinerário pela desmercantilização da força de trabalho. Nesses termos, a mudança de qualidade dessa economia dos setores populares aponta para a produção de mercadorias pelo trabalho que não se reduz à “penosidade da existência” (BOAVENTURA, 1999), mas que se realiza como uma “não-mercadoria” (OLIVEIRA, 2000)

Penso que é no âmbito desse conjunto maior que também é possível antever, num país como o Brasil, as potencialidades transformadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia solidária, não como um fim em si mesmo, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela prática social transformadora.

Mas ainda resta uma questão: é possível juntar economia com solidariedade? A opinião corrente é que essa seria uma tentativa de juntar coisas que se repelem, que se opõem. A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos. O comportamento econômico e racional seria aquele movido pelo egoísmo, pelo auto-interesse. Um trecho de Adam Smith, citado à exaustão, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50).

Sen (1999), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que comentários desse autor sobre a miséria e o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidas em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya

⁵ Ou a transição para o que Coraggio denomina de “economia do trabalho” (CORAGGIO, 2000).

Sen lembra ainda que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou auto-interesse.⁶ “o egoísmo universal como uma *realidade* pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da *racionalidade* é patentemente um absurdo” (SEN, 1999, p.32). Amartya Sen aponta essa visão estreita sobre os seres humanos como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea, um empobrecimento que demonstra o quanto a economia moderna se distanciou da ética.

Talvez o restabelecimento dessa junção permita vislumbrar novas perspectivas teóricas e práticas concernentes à economia dos setores populares e instigue uma redescoberta cidadã do trabalho. Neste passo, entretanto, convém observar que o pensamento ultraliberal já começa a incorporar e a retraduzir o discurso da economia solidária, transformando-o numa miragem: enquanto o capital desfruta da complacência, auxílio e liberalidades do Estado, as chamadas políticas de combate à pobreza já começam a embalar, com o novo “selo da solidariedade”, as conhecidas medidas acessórias destinadas a aliviar, pontual e residualmente, os efeitos dos mecanismos geradores da miséria. Em outras palavras, conferem-se ao capital a posse e o gozo dos recursos públicos, mantém-se inalterada a regressividade do sistema tributário, subtraem-se do trabalho os direitos sociais – reduzindo a força de trabalho à condição de uma mercadoria como outra qualquer – e reservam-se as sobras do banquete para mitigar a pobreza... solidariamente. E dessa forma, como num passe de mágica, somos todos solidários, sem conflitos e tensões sociais e, se Deus quiser, até mesmo sem classes sociais.

Dito isto, deve estar claro que não se trata de conceber ações e políticas públicas direcionadas à economia dos setores populares como coisa feita para pobre, pequenininha, precária ou compensatória, mas como transformações que pressupõem uma luta cultural, em que a sociedade imponha direitos sociais como princípios reguladores da eco-

⁶ Amartya Sen (2000) afirma a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.

nomia.⁷ A cultura é aqui entendida não como o mundo da leitura, das idéias, das letras ou das artes, mas como aquilo que deve ser repostado, dia a dia: a sustentação da vida, a decifração do mundo e as relações sociais. Em outras palavras, significa dizer: o trabalho, o conhecimento, a cidadania, que devem ser vividos, recriados e repostos a cada dia (LARA, 2000). Nesse sentido, quando se fala em luta cultural, não há como fazê-lo sem que se abarquem o econômico e o político – e é nesse embate que se situam as possibilidades e os desafios da economia dos setores populares.

⁷ Ou seja, se depender da suave benevolência que reconforta e adocica as ações das nossas elites, essa economia dos setores populares estará inapelavelmente condenada, desde hoje e para sempre, a viver nas franjas do sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, L. *Imperialismo e cosmopolitismo*. São Paulo: SEADE, 2000. Disponível em: <[www://forunsocialmundial.org.br](http://www.forunsocialmundial.org.br)>. Acesso em: 26 jan. 2001.
- BOAVENTURA, S. Reinventar a democracia: entre o pré e pós-contratualismo. In: HELLER, A. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- BRAUDEL, F. *Os jogos das trocas*. Lisboa; Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.
- _____. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORAGGIO, J. Economia popular e construção da cidade. *Revista Proposta*, n. 62, 1994.
- _____. *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito: ILDES. FLACSO, 1998.
- _____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- FIORI, J. Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal. In: FIORI, J. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- GAIGER, L. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2002.
- HOBBSAWM, E. O presente como história: escrever sobre a história do seu próprio tempo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, 1995.
- KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- LARA, F. *Economia solidária: retomando uma discussão*. Palestra realizada no Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, Rio de Janeiro, 30 nov. 2000. (mimeo).
- OLIVEIRA, F. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo, Paulo, Recife: Hucitec, 1978.
- SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WALLERSTEIN, I. O capitalismo, inimigo do Estado? In: PAQUET, M. (Org.). *Fernand Braudel e a história*. Lisboa: Teorema, 1987.

Florescendo solidariedade¹

Laumar Neves de Souza*

Joseanie Mendonça**

Roberta Lourenço***

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as principais iniciativas que estão em fase de implantação no âmbito da economia solidária na Região Metropolitana de Salvador. Privilegiou-se as experiências relacionadas à prática da preservação ambiental, procurando identificar quais os principais desafios e problemas a serem superados para que essas iniciativas alcancem êxito. Como suporte teórico buscou-se contextualizar o surgimento dessas práticas a partir da evolução do conceito de desenvolvimento. Além disso, procurou-se evidenciar as diferenças existentes entre as ações desenvolvidas dentro da lógica capitalista e as levadas a cabo no plano da economia solidária.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; preservação ambiental; práticas de economia solidária; terceiro setor; trabalho.

Abstract

This article has the objective of presenting the main initiatives carried out at implementation level in the scope of solidary economy in the metropolitan area of Salvador. The experiences referred to environmental preservation have been emphasised, aiming at identifying the main challenges and problems to be overcome so that those initiatives can succeed. The contextualization of such practices taking from the evolution of the concept of development will act as theory support. In addition, we have tried to make evident the existing differences between actions carried out within the capitalist logic and those taken from the perspective of solidary economy.

Key-words: *sustained development; environment preservation; solidary economy practices; third sector; employment.*

Há hoje uma intensa discussão tanto no meio acadêmico quanto na esfera das Organizações Não-Governamentais (ONGs) acerca do conceito de desenvolvimento. Nesse sentido, pontos de vista que vinculam esse conceito ao fenômeno do desenvolvimento econômico passam a perder espaço, verificando-se uma tendência a abandonar-se tal visão, estreitamente ligada à de crescimento econômico. Por sua vez, o crescimento econômico é entendido como aumento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia.

Dessa perspectiva, o desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais). De uma maneira geral, nessa visão, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial relativamente à atividade agrícola, na migração da mão-de-obra do campo para as cidades, na redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e na menor dependência de auxílio externo.

Essa concepção de desenvolvimento encontra-se, atualmente, muito desgastada. Pensa-se, nos

* Laumar Neves é economista, pesquisador da SEI e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e da Unyahna. laumarneves@ig.com.br

** Joseanie Mendonça é economista e pesquisadora do SEI. joseaniem@hotmail.com

*** Roberta Lourenço é economista e pesquisadora da SEI. robertasouza@sei.ba.gov.br

¹ Agradecemos a Sueli Guimarães, Maurício e Zuzélia, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNRB (ITCP); a Gabriel Atalla, coordenador de Programas em Economias Sociais e Cooperativismo, e a Rogério Santana, diretor, ambos do PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais; e a Eliane Oliveira, coordenadora de Projetos da Fundação Ondazul, pela atenção que nos concedeu e pela colaboração na elaboração deste artigo.

dias que correm, em categorias como desenvolvimento local e desenvolvimento sustentado. A primeira, surgindo como um aparente paradoxo em face do processo de globalização, procura valorizar a cultura, a produção e o meio-ambiente nos seus aspectos locais. Vale dizer que o desenvolvimento local não implica, necessariamente, a conquista e o exercício da auto-suficiência dos locais, mas o desenvolvimento de uma capacidade de exercer interdependência, através da geração de condições para criar uma comunidade capaz de suprir suas necessidades mais imediatas, de descobrir ou despertar suas vocações.

O desenvolvimento sustentável,² por sua vez, se consubstancia na percepção de que o fenômeno do desenvolvimento deve engendrar um processo de satisfação das necessidades do presente sem, entretanto, comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável passa a ser resultante de uma transformação da sociedade como uma unidade formada por elementos que compõem subsistemas integrados com relações de restrições e mecanismos de regulação e controle. Economia, sociedade e ecologia são subsistemas da totalidade complexa constituindo uma identidade integrada e organizada, cada um definindo os limites e condicionantes dos outros.

É importante lembrar que o conceito de desenvolvimento sustentável tem passado por vários aperfeiçoamentos e redefinições, alcançando crescente relevo, a ponto de integrar a pauta maior da política internacional, bem como contribuindo para consolidar no espaço público mundial forte consciência ecológica.

É possível até pensar a questão do desenvolvimento a partir da junção dos conceitos de desenvolvimento: o local e o sustentado. Fala-se, hoje em dia, na construção de desenvolvimento local sustentável. Este surge como uma resposta ao modelo de crescimento que ameaça a conservação e a produção dos recursos naturais e que apresenta uma insustentabilidade política e social devida à profunda desigualdade na distribuição da riqueza e da

qualidade de vida. Essa resposta contempla a idéia de um desenvolvimento mais justo, organizado e planejado no âmbito do espaço local, seja microrregional, municipal ou comunitário, acompanhando a tendência global que impulsiona os processos de descentralização político-administrativa.

Frente a esse contexto de revisão do conceito de desenvolvimento, Amartya Sen (2000) passou a defender a tese de que o objetivo primordial desse fenômeno chamado de desenvolvimento é o resgate da condição de agente dos indivíduos, condição essa “inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas” de que dispõe cada pessoa. Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas para exercer ponderadamente sua condição de agente.³ Assim, afirma esse autor, a eliminação das privações das liberdades substanciais é constitutiva do desenvolvimento.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Amartya Sen, o principal meio e o principal fim do desenvolvimento são a liberdade. A liberdade como finalidade do desenvolvimento compõe uma relação constitutiva. Em outros termos, desenvolver é o mesmo que ampliar as liberdades do indivíduo – liberdade para buscar-se o atendimento das necessidades básicas como alimentação, saúde, educação, vestuário e moradia, bem como liberdade para conduzir o próprio destino, escolhendo o tipo de atividade que se quer desenvolver ou o estilo de vida que se quer levar.

Nessa interpretação, pode-se avaliar se uma comunidade é ou não desenvolvida observando se as pessoas que a compõem têm: 1) oportunidades econômicas (oportunidade de trabalho, de obtenção de meios de produção e de auferir renda que lhes permitam ter alimentação, moradia e vestuário); 2) liberdades políticas (oportunidade de influenciar diretamente nas decisões políticas da sua comunidade, de construir planos coletivos para a melhoria da qualidade de vida da sua coletividade e liberdade de expressar suas idéias); 3) facilidades sociais (acesso livre à saúde e educação); 4) garantia de

² O termo desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Brundtland, durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), no relatório “Nosso Futuro Comum”.

³ Agente: alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de avaliação ou de critério externos.

transparência (transparência nas ações institucionais e suas conseqüências, não importando a natureza da instituição (governamental, empresarial ou ONGs); 5) segurança protetora (existência de meios que assegurem o irrestrito respeito às outras formas de liberdade). Se a comunidade estiver em desenvolvimento, essas liberdades deverão estar em processo de expansão.

É nesse contexto que emerge um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral, assentado na idéia de economia solidária. Esta se distingue das relações capitalistas de produção e a elas se contrapõe, na medida em que suscita novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica.

Esse antagonismo pode ser percebido com maior clareza quando se expõem as principais características do sistema capitalista. De uma forma geral, pode-se afirmar que o capitalismo tem se caracterizado pela sua capacidade de desenvolver as capacidades produtivas. Não obstante isso seja verdade, nos dias atuais o crescimento da produtividade do sistema capitalista não tem conduzido a um esquema de desconcentração da riqueza e da renda, muito pelo contrário, o que se vê é um aumento sem precedentes das desigualdades sociais, da miséria e da exclusão. Essa situação tem origem no fato de que a lógica do sistema capitalista é de apenas reconhecer a chamada demanda efetiva ou, em outros termos, os sujeitos que detêm poder de compra, desconsiderando completamente todos aqueles que têm necessidades, porém não dispõem de recursos financeiros para satisfazê-las.⁴ (GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CUT, p. 1)

Em uma perspectiva diametralmente oposta a essa, têm lugar as iniciativas levadas a cabo no âmbito da economia solidária. No seu seio tem emer-

gido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. E o curioso nessa história é que a idéia de economia solidária nasce em meio a um intenso bombardeio dos valores do sistema capitalista. A economia solidária, como não poderia deixar de ser, alicerça-se em relações de colaboração solidária, criadas dentro de um espírito

que procura privilegiar o ser humano, elegendo-o como sujeito e finalidade da atividade econômica. (GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CUT, p. 2)

Um outro entendimento do que venha a ser economia solidária, fornecido por Singer (2001, pág. 46), a partir de uma percepção mais concreta, consubstancia-se na idéia de que são:

...formas de organização econômica que adotam os valores da democracia levados até as últimas conseqüências dentro da área econômica: de que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de deci-

são, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam têm que se submeter à sua vontade senão são destituídas e são eleitas outras.

Nesse sentido, como salienta esse autor, a economia solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas.

Sendo esses os valores da economia solidária, se percebe de pronto a importância de iniciativas nesse campo em países como o Brasil, onde uma massa sem precedentes de pessoas não consegue encontrar trabalho tanto no mercado formal quanto no informal, uma colocação que lhe permita viver com dignidade. Em face desta triste realidade, é que a sociedade brasileira se torna campo fértil para ações na área da economia solidária, haja vista o seu potencial para reintegrar à atividade produtiva muitos daqueles considerados excluídos, fato esse que, decerto, atenua, a um só tempo, os problemas da pobreza e do desemprego. Assim, na realidade brasileira, a economia solidária se constitui num instrumento poderosíssimo de luta contra a exclusão social, na medida em que representa uma alternativa perfeitamente factível de

⁴ Para Singer (2001, p.48), a economia solidária, no caso brasileiro, constitui-se em uma "resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento econômico e a globalização acarretaram, marginalizando uma grande quantidade de trabalhadores, de pequenos empreendedores e de camponeses pelo país afora".

geração de trabalho e renda, possibilitando a satisfação das necessidades de todos.

Na atualidade, um dos mais graves problemas que a sociedade brasileira enfrenta é, sem sombra de dúvida, o desemprego. Cresce, a cada dia, no nosso País, o contingente de pessoas que simplesmente não alimentam a esperança de ingressar ou se reinserir no mercado de trabalho nacional. Diante disso, muito trabalhadores põem em prática estratégias de sobrevivência que, muitas vezes, ou passam pelo exercício de alguma atividade precária ou, então, o que é pior, se direcionam para o caminho do crime, agravando o problema da violência urbana.

Em algumas Regiões Metropolitanas, a exemplo da RMS, o desemprego assume proporções alarmantes. Só para se ter uma idéia da dimensão desse problema, entre os anos de 1997 e 2001 a População Economicamente Ativa (PEA) cresce cerca de 15,8%. Esse comportamento foi determinado pelo considerável aumento do número de pessoas que não encontram trabalho, de 299 mil para 440 mil, o que corresponde a uma variação percentual de 47,2%. Em termos de taxa, o desemprego salta, nesse mesmo período, de 21,6%, em 1997, para 27,5% em 2001.⁵ A forma de desemprego que mais se manifestou, nesse intervalo de tempo, foi o chamado desemprego aberto,⁶ o qual atingia 172 mil pessoas no primeiro ano da série e passou a fazer parte da vida de 262 mil indivíduos que moram nessa região, no último ano.

O desemprego oculto também assumiu dimensões expressivas. Porém aqui cabe uma qualificação importante: dentro do contingente da população que se encontra na condição de desempregado oculto, a parcela que mais se eleva é a dos indivíduos classificados como desempregados ocultos por trabalho precário,⁷ que salta de 83 mil pessoas para 128 mil, variação percentual de 54,2%. Movimento bem menos expressivo é observado para o contin-

gente dos desalentados.⁸ Em 1997 encontravam-se nessa situação cerca de 44 mil indivíduos; já em 2001 esse número salta para 50 mil, implicando uma variação percentual de 13,6%.

Quais seriam as explicações para uma discrepância tão acentuada na manifestação dessas duas formas de desemprego oculto, o por trabalho precário e o por desalento? Uma argumentação interessante que, certamente, contempla uma resposta satisfatória para esse fenômeno, é a seguinte: num ambiente fortemente marcado pela queda dos rendimentos, torna-se praticamente impossível, por parte dos desempregados, o não-exercício de algum tipo de pressão sobre o mercado de trabalho. Essa queda dos rendimentos, como seria de esperar, tem trazido fortes impactos à composição da renda familiar. Na RMS, por exemplo, o rendimento máximo obtido pelas famílias do primeiro quartil, no ano de 1999, era inferior a 1,5 salário mínimo (DIEESE, 2001, p. 24).

Em face de rendimentos tão diminutos, as estratégias de sobrevivência das famílias são revistas, tendo em vista que suas condições de vida estão intimamente relacionadas com seus níveis de rendimentos totais e estes tendem a ser maiores à medida que mais membros de um domicílio desempenhem atividades remuneradas no mercado de trabalho. Dessa perspectiva é que, desesperados, muitos trabalhadores se vêem obrigados a desempenhar as atividades mais precárias possíveis para não agravar ainda mais a situação das suas famílias em relação ao rendimento.

Nesse ponto, é importante mencionar que, em 1999, o rendimento médio familiar na RMS era da ordem de R\$ 855,00 – representando cerca de 47,8% do rendimento médio das famílias do Distrito Federal –, e sua taxa de dependência econômica⁹ era de 1,75: isso significa que para cada pessoa trabalhando existe 1,80 sem ocupação. Esses números comprometem decisivamente as estratégias de sobrevivência das famílias e forçam a configuração de novos arranjos no seio das mesmas (DIEESE, 2001, p. 30).

⁵ Esse percentual corresponde ao desemprego total, que nada mais é do que o somatório dos percentuais referentes ao desemprego aberto, ao desemprego oculto pelo trabalho precário e ao desemprego oculto pelo desalento.

⁶ Situação daquelas pessoas que procuraram trabalho nos trinta dias e não trabalharam nos sete dias anteriores à entrevista.

⁷ Condição das pessoas que, simultaneamente à procura de trabalho, realizaram algum tipo de atividade descontinua e irregular.

⁸ Situação daquelas pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda queiram trabalhar.

⁹ Expressa a relação entre a soma dos menores de dez anos, dos inativos e dos desempregados, dividida pelo total dos ocupados. Em outros termos, representa, em porcentagem, a quantidade de pessoas que dependem economicamente daqueles que trabalham.

A debilidade do mercado de trabalho da RMS pode ser percebida, também, pela análise da evolução da ocupação nos últimos cinco anos. De 1997 a 2001 a ocupação varia timidamente, apenas 7,2%, quando comparada ao crescimento do desemprego. Observa-se que o crescimento deste último apresenta uma tendência bem definida, ou seja, ano após ano, sistematicamente, o número de desempregados é sempre maior, o que não é verificado no tocante à evolução da ocupação, pois, especialmente em 1998, se registra recuo no número de pessoas ocupadas. Durante esses anos, no Comércio ocorre contração da ocupação (0,5%). Na Indústria, setor que tradicionalmente oferece os melhores postos de trabalho, a ocupação cresce, nesse período, de maneira incipiente (3,3%). A variação mais expressiva em termos de ocupação é justamente a de Serviços (10,4%), reforçando a vocação, histórica, da economia da RMS para criar e desenvolver atividades nesse setor.

Tendo isso em mente, seria natural esperar que na RMS já existisse uma cultura amplamente difundida de desenvolvimento de ações na esfera da economia solidária, tendo em vista que o solidarismo popular expressa-se no ideário e na prática de um número crescente de empreendimentos econômicos, impulsionados por trabalhadores que não encontram alternativas de subsistência ou são movidos pela força de suas convicções. Nesses empreendimentos, articulam-se atividades de natureza social e educativa, balizadas, umas e outras, nos valores do solidarismo e reciprocidade.

Contudo, o que se constata até o presente momento são atitudes embrionárias, ou seja, as coisas ainda estão em fase de projeto, poucos são os “empreendimentos” nos quais os resultados concretos podem ser avaliados. Qual seria a razão para isso? Convém lembrar, de saída, que construir uma sociedade baseada nos fundamentos da economia solidária é uma tarefa de grande envergadura, uma vez que esta encerra o questionamento de normas e

valores culturais estabelecidos.

Atualmente, na RMS os projetos de cunho solidário com ênfase no meio ambiente ainda estão em fase de implementação, mesmo sendo essa região detentora de indicadores econômicos e sociais pouco ou, mais precisamente, nada animadores.

PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O ESTADO DAS ARTES

O que se constata até o presente momento são atitudes embrionárias, ou seja, as coisas ainda estão em fase de projeto, poucos são os “empreendimentos” nos quais os resultados concretos podem ser avaliados. Construir uma sociedade baseada nos fundamentos da economia solidária é uma tarefa de grande envergadura, uma vez que esta encerra o questionamento de normas e valores culturais estabelecidos.

Nesse contexto, procurou-se identificar práticas de economia solidária no município de Salvador com envolvimento nas questões ambientais e de geração de renda, especialmente aquelas que buscam reconstruir de forma solidária e ecológica as cadeias produtivas.

Para tanto, foi feito um levantamento de informações, privilegiando questões como o local e forma de atuação dessas instituições, fonte de recursos para operar, principais agentes para implementação de projetos e beneficiários, entre outras, com o objetivo de mapear as entidades que recorrem à economia solidária como meio para uma nova forma de inserção da

comunidade carente na sociedade, com ênfase na preservação do meio ambiente. Com base nesse levantamento, conclui-se que os principais agentes participantes desse novo processo são as comunidades de bairros periféricos, as ONGs, algumas fundações e o governo, nas suas diversas instâncias (federal, estadual e municipal).

Dentro do que se pode chamar de interação com a comunidade, despontam projetos de cunho acadêmico que visam reintegrar as comunidades carentes ao “mundo do trabalho”, a exemplo do Bansol (UFBA) e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual da Bahia (ITCP/UNEB).

O Bansol, capitaneado pela Faculdade de Administração da UFBA, tem como objetivo específico conceder microcrédito a empreendimentos coletivos solidários para a utilização operacional ou a aquisi-

ção de ativos fixos que darão suporte à produção e/ou prestação de serviços.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Uneb (ITCP), por sua vez, surgiu como um Programa de Extensão Universitária, constituindo-se num espaço que disponibiliza conhecimentos e promove uma interação direta com a comunidade para, num processo educativo, gerar oportunidades de trabalho e renda. O seu público-alvo é formado por grupos de indivíduos desempregados ou que vivenciam situações de trabalho precarizado. Seu objetivo principal é assessorar a formação e o funcionamento de cooperativas populares durante o período de tempo suficiente para torná-las capazes de prosseguir suas atividades de forma autônoma e autogestionária. Além disso, visa: promover a formação dos cooperantes por meio de cursos de qualificação profissional, capacitação para gestão, práticas cooperativistas, educação básica e educação ambiental; incentivar a aproximação universidade-comunidade; possibilitar a transferência de tecnologias apropriadas, considerando os recursos materiais e humanos, assim como as culturas locais; assessorar tecnicamente cooperativas populares de trabalho já existentes que busquem o seu apoio e que concordem com os princípios que fundamentam a ITCP (ética, democracia, autonomia, cooperação, solidariedade, participação coletiva, educação e trabalho, respeito à identidade cultural, responsabilidade social e com o meio ambiente e transformação social).

A ITCP/UNEB integra o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, lançado em maio/1998, numa articulação entre várias instituições – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Brasil, Programa Comunidade Solidária e Ministério da Agricultura – e está associada a duas redes universitárias:

- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, lançada em março/99, como um Programa Permanente da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (UNITRABALHO);

- Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos, coordenada pela Universidade de Sherbrooke, do Canadá.

Uma iniciativa que vem sendo implementada na ITCP é a Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves (COOPERTANE),¹⁰ localizada em Tancredo Neves, um dos mais populosos bairros da periferia de Salvador. A COOPERTANE surgiu da mobilização de um grupo de pessoas, em 1999, em torno da proposta da ITCP. Nas etapas iniciais, 62 pessoas participaram do Curso de Formação para o Cooperativismo; desses, restaram apenas 35, dos quais 32 são mulheres. Em 15 de abril de 2000, o grupo aprovou em sua Assembléia de Fundação o seu Estatuto Social e o seu Regimento Interno e deu posse à Diretoria, Comissão Fiscal e de Ética da Cooperativa.

Como atividade produtiva, o grupo escolheu a reciclagem artesanal de papéis. A capacitação específica dos cooperativados para essa atividade foi feita na UNEB, onde todos produziram variados tipos de papéis e de artefatos. A oficina de reciclagem da cooperativa funcionará em um espaço cedido no próprio bairro de Tancredo Neves.

Outra instituição também incubada na ITCP é o CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO IDE, que funciona em Fazenda Grande III (Cajazeiras), outro bairro populoso e periférico da cidade, onde residem cerca de 520 mil pessoas, em sua maioria de baixa renda. Esse grupo trabalha com vistas à reciclagem e preservação ambiental. Trata-se de uma ONG que realiza coleta seletiva de lixo na região de Cajazeiras e promove oficinas de “reciclagem artística”. O Centro já contou com o apoio do Projeto Comunidade Solidária, mediante uma iniciativa do Programa Capacitação Solidária, o que resultou numa Oficina de Reciclagem de Resíduos Sólidos no ano 2000. Em 2001 realizou o curso “Reciclando com Arte”, em parceria com a Associação dos Artesãos do Centro Histórico de Salvador.

Atualmente, o IDE não recebe recursos para a realização de seus trabalhos e conta com a partici-

¹⁰ Atualmente nesta localidade residem cerca de 40 mil moradores, em sua grande maioria negros, empobrecidos, semi-alfabetizados, desempregados ou sub-empregados, que moram nas muitas ruelas e encostas do bairro.

pação voluntária de 30 jovens com idades entre 16 e 21 anos. Seus dirigentes vêm buscando apoio da ITCP/UNEB para reavaliar suas ações e para implantar uma usina de reciclagem (alumínio, vidro, papel e PET) no bairro de Fazenda Grande III A usina contará com dois grupos de trabalhadores: o primeiro, voltado para a coleta dos resíduos sólidos nas residências do bairro (em Fazenda Grande III já é realizada essa atividade há 2 meses, com participação de 70% da comunidade que é cadastrada pelo Centro IDE e pretende alcançar todo o bairro de Cajazeiras); o segundo grupo deverá voltar-se para a produção de peças artesanais, que serão comercializadas para auferir renda para os cooperativados. Além das peças artesanais, serão comercializados polímeros de PET.

Uma outra instituição, fora do ambiente acadêmico, que fomenta atividades na área sócio-ambiental é o PANGEA – Centro de Estudos Sócio-Ambientais. Essa ONG realiza projetos de desenvolvimento sustentável, sensibilização comunitária e educação ambiental, em parceria com o Poder Público, empresas, fundações e instituições internacionais.

A missão de PANGEA é contribuir para a construção de uma sociedade sustentável, identificando, propondo e implementando soluções integradas para problemas sociais, econômicos e ambientais. Sua ação se efetiva mediante quatro programas fundamentais: I) Economia Solidária e Cooperativismo; II) Protagonismo Juvenil; III) Educação Ambiental; IV) Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Institucional.

No âmbito do Programa de Economia Solidária e Cooperativismo, o PANGEA desenvolve a formação de cooperativas populares para estratos de baixa renda inseridos em contextos urbanos e rurais do Estado da Bahia, buscando capacitar, organizar, gerar renda e dar auto-sustentabilidade a esse novo sujeito social. Nesse sentido, uma das experiências que se destacam é a Cooperativa de Costureiras do Parque São Bartolomeu. Executada pelo PANGEA e apoiada pela Fundação Telefônica, a formação e organização da Cooperativa de Costureiras do Parque São Bartolomeu visa promover a cidadania, valorização social e geração de trabalho e renda em bases associativistas para mulheres de baixa renda do subúrbio de Salvador, uma das regiões concen-

tradoras de significativas taxas de desemprego na cidade.

Por não se ter condições de concorrer com a indústria têxtil, nem se poder operar em grande escala, optou-se por privilegiar nichos específicos de mercado e trabalhar com alta qualidade. Assim, a cooperativa presta serviço de alta qualidade para um mercado segmentado: moda (para estilistas de renome), fardamento, eventos, entre outros setores.

Uma outra iniciativa do PANGEA é o Projeto Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC), em implantação no bairro de Canabrava, que visa contribuir para resgatar da marginalidade grupos sociais não-valorizados e melhorar, paralelamente, a qualidade do ambiente urbano desses bairros periféricos.

Com essa ação busca-se capacitar e qualificar os “badameiros” de Canabrava, preparando-os para a redefinição do próprio papel na sociedade: de catadores de lixo no aterro urbano a integrantes da Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava. O Projeto, apoiado pela União Européia, implantará também um Centro de Triagem, Beneficiamento e Armazenamento dos materiais recicláveis coletados. Trata-se de mais uma iniciativa no campo da economia solidária, que o PANGEA desenvolve visando experimentar os múltiplos caminhos que esse tipo de economia proporciona.

Outra ONG também de grande importância é a Fundação OndAzul, que, em parceria com a Associação Comunitária Beneficente Cultural e Carnavalesca Dengo Baiano, iniciou o projeto Recicla Periferia. Esse tem como objetivo a melhoria da qualidade ambiental e de vida do subúrbio de Salvador, mais precisamente: mobilizar e sensibilizar a comunidade local para colaborar no sentido da melhoria da qualidade ambiental da região, através da coleta seletiva de resíduos sólidos, em especial plástico, e apresentar soluções como a reciclagem e/ou reaproveitamento dos materiais coletados, que promovam a geração de renda para a comunidade.

A proposta de parceria entre essas instituições partiu da necessidade de definirem-se estratégias de intervenção para a região do subúrbio da Região Metropolitana de Salvador, focadas na qualidade ambiental e em atividades que resultem nas coletas e reciclagem de resíduos sólidos. Tais ati-

vidades podem reverter o impacto ambiental provocado pela destinação inadequada de plásticos, papéis e outros resíduos sólidos, contribuindo também para a geração de renda para a população local.

A idéia é integrar os diversos atores – banhistas, pescadores, barraqueiros, ambulantes, associações comunitárias, escolas e comunidade em geral – através de uma campanha de mobilização que associe atividades como debates, palestras, exposição de filmes, peças teatrais, shows musicais, mutirões de limpeza e outros, visando conscientizar a população para os graves problemas causados pela degradação do meio ambiente. Além disso, essa iniciativa propõe a criação dos Comitês Recicla Periferia como instrumento de discussão, preservação e controle permanente dos ambientes marinhos.¹¹

Além disso, o projeto propõe a criação dos Comitês Recicla Periferia como instrumento de discussão, preservação e controle permanente dos ambientes marinhos, além de uma oficina de reciclagem de plástico como alternativa de renda para a população carente. Através da criação de cooperativas de reciclagem, as associações locais identificadas passarão a responsabilizar-se pela comercialização e sustentabilidade econômica da oficina de reciclagem. Nos anos seguintes, com os recursos gerados por essa oficina de plástico será ampliada a ação para outros resíduos sólidos. Atualmente, as áreas de atuação são: Ilha de Maré, São Tomé, Tubarão, Paripe, Coutos, Periperi, Praia Grande, Itacaranha, Plataforma e Lobato.

Essa iniciativa busca, além da educação ambiental, construir a cidadania com base na geração de emprego e renda por meio da coleta seletiva, reconhecendo os resíduos sólidos e estabelecendo como meta a retirada e prensamento de 3 milhões de resíduos plásticos do lixo público para serem vendidas para a indústria de reciclagem. Uma outra iniciativa importante é a confecção de vassouras com

as garrafas de PET, experiência que tem dado certo em algumas cooperativas de outros estados como, por exemplo, no Paraná, Minas Gerais (COOPERMINAS), e Mato Grosso do Sul (COOPERMIDIA). Estudos realizados demonstraram um baixo custo na produção das mesmas e uma ótima durabilidade: com elas chega-se a varrer até 112 km, cinco vezes mais que com a vassoura de piaçava. Outro fim a ser dado às garrafas de PET é a criação de

objetos artesanais para todo tipo de ambiente, como forma de difundir e consolidar a importância da reciclagem e responsabilidade ambiental.

Contudo, um dos grandes problemas para as cooperativas populares ainda tem sido efetivar-se como organismo ativo dentro de um nicho econômico, o que supõe a existência de um agente de crédito que, por meio de relações solidárias, ajude a tornar viável a edificação de tais alternativas. Em condições normais as cooperativas não têm acesso ao crédito,

mas, quando esse acesso existe, as exigências vão além das suas possibilidades financeiras.

A idéia é integrar os diversos atores através de uma campanha de mobilização que associe atividades como debates, palestras, exposição de filmes, peças teatrais, shows musicais, mutirões de limpeza e outros, visando conscientizar a população para os graves problemas causados pela degradação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAIRNCROSS, Frances. Meio ambiente: custos e benefícios. Trad. Cid KNIPEL. São Paulo: Nobel, 1992.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo, 2001.

GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CUT. *Economia solidária, fundamentos de uma globalização humanizadora*. Contribuição do GT de Economia Solidária para o lançamento do Debate sobre Economia Solidária. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org.br/por/tpropostas_economia_solidaria_por.asp>.

FALCONER, Andres Pablo. *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. São Paulo: USP, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor. In: ISTR'S FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE. Dublin, July 2000.

¹¹ Iniciativas governamentais já estão sendo tomadas através do projeto Bahia Azul, que visa à despoluição da orla suburbana, realizando.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Porto Alegre, 2002.

GALLO, Ana R.; DAKUZAKU, Regina Y. et al. Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3º, nov. 2000, Recife. Anais... Disponível em: <race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3reg/index.htm>.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Porto Alegre, 2002.

SEADE/DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego: manual de crítica*. 2ª. versão. São Paulo, set. 1991.

MENDES, Armando D. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Brasiliense, 1993.

A Economia popular ganha vida no sudeste baiano

No sudoeste da Bahia, acaba de ser implantada uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP. Assim, formaliza-se o Grupo de Economia Popular, atuante há quatro anos, através do Projeto de Economia Popular e Valorização do Artesanato de Vitória da Conquista. O GEP, como é conhecido na cidade, possui 280 integrantes entre cozinheiras, doceiros, bordadeiras, artistas plásticos, microprodutores rurais e ambientalistas. Pessoas que a duras provas aprenderam a cultivar o respeito mútuo e a desenvolver ações em conjunto. Eles atestam que essa é a única forma de sobrevivência num mundo no qual, principalmente para a população de baixa renda, os empregos a cada dia estão mais raros, os salários achatados e a violência impera. *Projeto contínuo de extensão da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, as linhas de atuação do GEP foram implementadas pelo professor e sociólogo Paulo César Lisboa e por Dora Sugimoto, geógrafa paulista, coordenadora do Núcleo de Economia Popular na Secretaria de Expansão Econômica de Vitória da Conquista e assessora do GEP, com larga experiência na formação de organizações populares na Baixada Santista. Ela antevê inúmeras possibilidades para o Grupo, agora que poderá buscar financiamentos públicos e particulares como OSCIP. A BAHIA ANÁLISE & DADOS* entrevistou Dora Sugimoto, que falou do seu entusiasmo e relatou parte da história da entidade.*

A&D: *O que significa para o GEP ser transformado numa OSCIP?*

Dora Sugimoto: Essa mudança representa um avanço da organização popular comunitária. Significa também a possibilidade de experimentação de um novo formato jurídico, que permite que a sociedade civil organizada receba apoio de instituições públicas e da iniciativa privada, usufruindo de total autonomia, com

* Entrevista realizada por Dirceu Góes (967-DRT/BA), jornalista, professor do curso de Comunicação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e coordenador das ações de comunicação no GEP.

direção própria e metas coletivamente estabelecidas.

A&D: *Os diretores do GEP de Vitória da Conquista estão maduros para levar a OSCIP adiante?*

Dora Sugimoto: Eu acredito que sim, embora eles ainda necessitem de muita informação. O GEP não é um sonho, um projeto para o futuro. Ao longo de sua existência, ele traz uma quantidade razoável de experiências e prova que dá certo. Quando lembramos que, antigamente, essas pessoas se dirigiam à Prefeitura apenas para pedir favores assis-

tencialistas, ficamos realizados ao perceber que, hoje, elas reivindicam direitos e cidadania. Os membros do Grupo participam com maturidade de tomadas de decisões difíceis e sabem da necessidade de estar muito mais conscientes daqui para frente, diante da nova configuração conquistada pela entidade da qual participam.

A&D: *Como a senhora imagina que o GEP possa se auto-sustentar a partir de agora?*

Dora Sugimoto: Os vários grupos de trabalhadores que com-

põem o GEP já se organizam em linhas de produção coletiva e estão aptos a obter crédito para agilizar a criação de produtos para o mercado. Veja bem: não se trata de crédito individual, mas para linhas de produção. Talvez seja esse o diferencial e a nossa grande fonte de sustentabilidade. É claro que não devemos esquecer das parcerias com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e com a Prefeitura de Vitória da Conquista, que nos dão apoio desde o primeiro dia de existência do GEP.

A&D: *Para a obtenção de linhas de crédito será preciso criar cooperativas dentro do GEP?*

Dora Sugimoto: Algumas experiências de cooperativas que temos visto serão inviabilizadas, na prática, se não houver mudanças na legislação, conforme denunciam dirigentes de cooperativas populares. Por exemplo, a lei exige um número mínimo de participantes. Todo mundo sabe que, dentro do GEP, muitos empreendimentos não atingem a cota de participantes estipulada para a criação de uma cooperativa. Então, concluímos que as linhas de produção precisavam se organizar e que seus membros deviam cooperar entre si em busca de um bem comum. Não estamos reproduzindo o modelo de cooperativismo – nem poderíamos fazê-lo – estabelecido pela lei em vigor no País.

A&D: *Entre os artesãos e a diretoria do Grupo se nota uma valorização do selo de qualidade GEP apostado nos produtos. Quais*

os critérios para a distribuição desse selo?

Dora Sugimoto: O selo serve para indicar a procedência do produto e anunciar um projeto genuíno de Vitória da Conquista, ligado à área do artesanato e da economia local. Até agora não há outra pretensão além dessa. A origem do

A participação do GEP em eventos conjuntos com outras organizações da sociedade civil, como Grupos de Terceira Idade, MST, Conselhos Locais de Saúde e outras ONGs, fortaleceu seu ideal coletivo.

selo, portanto, é institucional: divulgar e popularizar o conceito de Economia Popular. Queremos mostrar que economia não é coisa apenas de letrados nem para quem tem muito dinheiro. Ao contrário, existe uma grande economia que é feita pelas mãos da população. Entretanto, reconheço que, com o passar do tempo, os próprios integrantes do GEP desenvolveram uma autocritica mais rigorosa e já não aceitam que alguém se integre às linhas de produção sem antes passar pelos cursos de aperfeiçoamento. Quem quer se garantir, quer garantias para todos.

A&D: *Como tem sido a aceitação da comunidade regional aos produtos e à filosofia do GEP?*

Dora Sugimoto: Desde o começo foi uma questão de empatia. Os produtos não são somente produtos. Pessoas estão envolvidas no processo. Em Vitória da Conquista, todo mundo sabe

quem é “Seu” Zé das bananas cristalizadas, quem é Risocele dos cachorrinhos. Acho que essa é uma identificação interessante. Apesar de ter uma marca, o GEP tem personalidades populares reconhecidas por trás dele. Dá para ver que essa relação nunca foi fria com a comunidade.

Ao mesmo tempo, a participação do GEP em eventos conjuntos com outras organizações da sociedade civil, como Grupos de Terceira Idade, MST, Conselhos Locais de Saúde e outras ONGs, fortaleceu seu ideal coletivo. Nesses encontros, evidencia-se para eles a riqueza da troca de experiências com grupos mais articulados. É certo também que o engajamento do GEP nas questões populares conquistou a simpatia e o respeito daqueles grupos, aproximando-os e estreitando laços de parceria.

A&D: *A concepção de Economia Popular tem por objetivo enriquecer as pessoas ou formar cidadãos, num país com tantas dificuldades de sobrevivência como o nosso?*

Dora Sugimoto: A primeira riqueza efetiva da Economia Popular é a auto-estima. A partir do momento em que as pessoas se associam, mesmo que não tenham um retorno financeiro similar ao do comércio tradicional, já ganham ao se encontrarem com seus semelhantes, ao estabelecerem laços de amizade e de troca de experiências, em busca de uma vida melhor. É bom que eles não se vejam como concorrentes, mas como parceiros.

A&D: *É natural que o GEP pretenda aumentar o número de associados da OSCIP. Como crescer sem perder a qualidade, como se multiplicar sem abdicar do respeito mútuo?*

Dora Sugimoto: Nas reuniões do Grupo, surgiu a necessidade de se formar um conselho de ética que estabelecesse normas de conduta, para manter a qualidade, maturidade e crescimento do GEP. Nesse processo, dois diferenciais foram sempre perseguidos. O primeiro é o da diversidade, do trabalho com as diferenças. Juntamos bordadeiras, ambientalistas, artistas, pequenos produtores rurais, enfim, pessoas que, num primeiro momento, parecem não ter nenhuma identidade entre si. No fundo têm tudo em comum, porque são trabalhadores, habitam a mesma região, sobrevivem do que diretamente produzem e passam pelas mesmas di-

ficuldades: falta de emprego, salários reduzidos e violência.

O outro diferencial diz respeito à formação intelectual e social dos integrantes do Grupo. Além da preocupação com o aprimoramento técnico dos ofícios, existe um forte direcionamento para o acesso à informação. Saber ler, escrever e aprimorar o discurso para não se intimidar perante situações um pouco mais difíceis. Como se vê, o GEP não é um amontoado de cozinheiras, de artesãos, de artistas, um balaio de gatos, no qual cabe de tudo. Não é assim. Do número expressivo de pessoas que passam pelo Grupo, nem todas ficam. Hoje, a OSCIP é de quem está efetivamente participando dela. A configuração pode mudar a todo instante.

A&D: *A senhora imagina que o modelo do GEP possa vir a dar*

certo em outras cidades que não tenham a mesma orientação política de Vitória da Conquista?

Dora Sugimoto: O fato de Conquista ter um governo democrático e popular, que possibilitou o caminhar do GEP, tornou mais fácil ao Grupo uma prática que não se prendesse a partidos políticos. Cada membro tem delineada a sua escolha política pessoal. O GEP é uma grande idéia, representa uma boa oportunidade em qualquer lugar. Seus integrantes têm sido constantemente convidados a visitar outras cidades para demonstrar como funciona o programa. A Economia Popular é uma alternativa concreta de organização comunitária, que pode sobreviver independentemente de contingências políticas locais. Tudo depende de vontade política para implantar um programa dessa espécie.

De mão em mão a família vira Estado

Murilo Guimarães*

Resumo

Relato da experiência do Grupo de Economia Popular (GEP) de Vitória da Conquista, que começou com uma associação de artesãos e se estendeu para outros segmentos produtivos. O que agrega pessoas aparentemente tão diversas e as mantém próximas, constituindo um Estado Popular que tem como referências a família, a união e a solidariedade, é uma das questões formuladas neste artigo, a qual é respondida em termos pragmáticos: eles se unem porque redescobriram que, juntos, podem mais, e por acreditarem que a democracia nasce da luta diária pela sobrevivência e não do discurso político.

Palavras-chave: solidariedade, Estado Popular, união, interação, economia popular.

Abstract

A report on the experience of the Group of Popular Economy (GEP) from Vitória da Conquista, which began its activities as an association of handcrafters which spread to other productive segments. What brings together such apparently different people and keeps them close together constituting a Popular State which has the family as a reference, the union and solidarity, is one of the issues formulated in this article, an issue which we respond to in pragmatic terms: they get together because they have re-discovered that together they can go further, and because they believe that democracy comes out from a daily fight for survival and not from political discourse.

Key-words: *solidarity, Popular State, union, interaction, popular economy.*

A experiência da Economia Popular faz nascer um novo Estado. Não um Estado de Direito, nacional, formado por indivíduos que falam a mesma língua, habitam o mesmo território e se submetem às mesmas leis. O novo Estado Popular, que ensaia seu futuro em diferentes espaços geográficos, concentra indivíduos que usam a mesma linguagem regional e regras que eles mesmos deliberam, conjuntamente.

Pode-se dizer que eles formam uma nação calcada na vontade. A mesma vontade que leva as pessoas a criarem empresas, quando conduzida em sentido inverso estimula os indivíduos a se associarem em defesa de interesses coletivos — a vantagem de um é de todos e as dificuldades também. O

que parece um retorno às comunidades primitivas é, na verdade, uma resposta plausível às distorções trazidas por um sistema que privilegia o privado em detrimento do público e faz crescer as desigualdades sociais. O mundo dos super-homens não alcança a roça, não chega até o Chico Bento. E foi pensando assim que as primeiras iniciativas no campo da Economia Popular ganharam força.

Em Vitória da Conquista, desde 1998, o Grupo de Economia Popular (GEP) atua no sentido de oferecer uma alternativa de interação comercial às pessoas de sua comunidade, alijadas do progresso tecnológico. Tudo começou como uma associação de artesãos em busca de vias para divulgar e vender seus produtos. As ações do grupo contemplavam ainda a necessidade de conservar vivas tais manifestações culturais, ao tempo em que se experimentava um novo modelo de democratização da informação. Deu certo e, pouco tempo depois, dife-

* Murilo Guimarães é bacharel em Direito, escritor e documentarista. Desde 2000 atua no setor de Comunicação e Cultura do GEP. Atualmente coordena o projeto Lide Positiva, que oferece atendimento jurídico e psicológico a portadores do vírus HIV e a doentes de aids. muriloguimaraes@hotmail.com

rentes segmentos produtivos foram se unido aos artesãos e contribuindo para que o encontro entre produtores distintos amadurecesse o ideal e desse seqüência a ações que estimulassem a geração de trabalho e renda. Atualmente, há cerca de 250 trabalhadores associados ao GEP, avançando por setores sociais, envolvendo da Prefeitura a outras ONGs, configurando-o como uma muito bem-sucedida iniciativa de Economia Popular.

O que precisa ser decifrado é o segredo que une essas pessoas, aparentemente tão diferentes entre si. Seria a promessa de dias melhores? Seria um discurso político bem articulado? Um prêmio em dinheiro ao final do jogo? O que será que os agrega, o que os mantém solidários?

A resposta não está no campo da experiência empírica. A ciência ainda não organizou suas conclusões. A resposta é pragmática: eles se unem porque redescobriram que, juntos, podem mais. Por acreditarem que democracia nasce da luta diária pela sobrevivência e não do discurso político.

MARAVILHOSOS FAZEDORES DE COISAS

“Eu tenho me dado bem, porque eu apareci, agora o povo todo me conhece”, declara o sr. Zé das Bananinhas, o famoso fabricante das maravilhosas bananinhas cristalizadas, José Vieira. “Hoje em dia, o GEP já anda com suas próprias pernas. Reuniu todo mundo e já somos OSCIP. A nossa tendência é crescer mais. Eu, como coordenador do Setor de Alimentos, estou providenciando o curso da Vigilância Sanitária, para melhorar a qualidade dos produtos.” O Sr. José é semi-analfabeto. Desde sempre, foi carpinteiro, construiu inúmeros currais pela região sudoeste da Bahia. Atualmente, assegura seu sustento fabricando e vendendo suas bananas cristalizadas, receitas que ele criou de repente e que hoje são um dos principais produtos do Grupo. Em Conquista, não há quem não conheça seu Zé das Bananas.

É esse homem simples e direto em suas falas que melhor representa o perfil dos integrantes do GEP. Homem do povo, com o Grupo recebeu capacitação para operar seu trabalho com mais eficiência e qualidade, criou parcerias com outros colegas e conquistou o posto de Coordenador do Setor de

Alimentos. No Grupo, cada segmento produtivo forma um setor, totalizando dez: trabalhos manuais, alimentos, indústrias, artístico, de agricultura orgânica, cultural, de serviços, institucional, popular/utilitário e de meio ambiente. Cada um deles identifica suas necessidades e elabora propostas de solução que são repartidas e avaliadas por todos, numa assembléia geral mensal. Esses encontros representam a renovação contínua do GEP e deles surgem a agenda de trabalho, bem como os temas a serem trabalhados pelas oficinas de capacitação promovidas pelo grupo para seus membros e abertas à comunidade.

O Sr. José, como ele disse, coordena o setor de alimentos. Sua autoridade é reconhecida por todos e suas ações são observadas de perto pelos outros componentes do setor. No Grupo, o Sr. José exerce de forma plena a sua cidadania e descortina os caminhos para a sua emancipação como produtor. Toda essa evolução só aconteceu a partir do trabalho em coletividade, visto que somente a presteza de suas mãos trabalhadoras não seria suficiente argumento para que sua política solidária fosse empregada no meio social, onde morrem princípios em nome de alguns centavos. O Sr. José quis mais e conseguiu. Eis aí um membro importante desse novo Estado. “Eu me sinto assim, como se fosse uma família. Tanto faz o pessoal que faz escultura, ou bordado, todo mundo é unido. Vitória da Conquista tem muita gente desempregada. O que eu digo é que o pessoal procure se juntar, porque todo mundo tem o seu valor,” ensina o mágico fazedor de bananas.

À procura de novos habitantes dessa nação pouco usual, chegamos às mãos que costuram cachorrinhos acolchoados que se transformam em travesseiros de bebês e exalam cheirinho doce. Maria Risocele Moreira de Oliveira, artesã, encontrou o GEP logo nas primeiras reuniões. “Eu ficava em casa. Quando eu comecei a sair com o GEP, passei a divulgar mais meu trabalho e a vender mais. Minha renda melhorou muito. Agora, já temos uma perspectiva melhor e os caminhos estão se abrindo”, avalia. Outra vez, a idéia do Grupo como uma família aparece, o que leva a uma conclusão: esse novo Estado é acionado por laços bem mais fortes que os que movem a gigantesca má-

quina globalizada e mercantil. A família, símbolo da gênese social, a qual gera sentimentos complexos e influentes por toda a vida, serve de modelo para a Economia Popular. Isso talvez ocorra pelo fato de o Estado de Direito haver nascido da promessa de solução dos problemas sociais, num momento histórico em que se acreditava que o homem, sozinho, não conseguiria garantir a dita ordem social. Hoje, assiste-se à falência do velho paradigma e o retorno à célula-mãe, como que se abrindo mão de todas as prerrogativas em nome da novidade, que surge pouco a pouco, mas ilumina a visão de quem a enxerga. Ouçamos um pouco mais a senhora dos travesseirinhos: “Não deixa de ter rusguinhas, mas somos muito um só, cooperamos uns com os outros. A sociedade tem muito a aprender com a gente. Quem vai chegando vai sendo recebido com alegria. Porque o objetivo do grupo é dar oportunidade a quem quer trabalhar, com honestidade. Ninguém fica enciumado porque, quanto mais gente, mais oportunidade de produzir mais e de todo mundo ganhar junto”.

Dona Olga Oliveira Brito é outra cidadã GEP desde o início. Dona de muitos talentos, ela viu no Grupo muito mais do que uma fonte de renda. O GEP representou a descoberta de um novo mundo. “O GEP me deu auto-estima, experiência e mais atividades”. O poder de fazer acontecer com as próprias mãos é, sem dúvida, um remédio para a alma oprimida. Mudam-se humores, acionam-se desejos, elucidam-se problemas comuns. A vida fica mais fácil e o barco mais leve, se contar com mais remadores. O que surpreende é a riqueza das lições extraídas de conclusões tão simples, tão próximas aos olhos de todos. Por que será que todos não as visualizaram antes? “A gente está sempre se comunicando. Gosto de saber das coisas, de artes e isso para mim é muito bom. Tem pessoas que estranham muito as idéias, mas há pessoas que chegam ao conhecimento que devemos fazer aquilo que é possível. É preciso procurar conhecimento e sair em busca do que você deseja,” acrescenta a senhora dos licores, Dona Olga.

SOLIDARIEDADE NATURAL

A criação de um organismo como esse traz a preocupação com a burocracia. Como tornar o trabalho fluente, sem que entraves dificultem o andamento das atividades. Ao longo de sua existência, o Grupo torna essa preocupação um desafio. Aos poucos, estratégias de comunicação, aliadas a uma gerência descentralizada, vão surgindo para fazer com que os procedimentos internos se desenvolvam com a máxima agilidade possível.

Viviane Sales Gomes representa um outro perfil de integrante do Grupo. Administradora de empresas, ela começou no Grupo em 2000, como estagiária. Atualmente, coordena a secretaria do GEP. Suas palavras são o intercâmbio entre a Universidade Estadual do Sudoeste

Estratégias de comunicação, aliadas a uma gerência descentralizada, vão surgindo para fazer com que os procedimentos internos se desenvolvam com a máxima agilidade possível.

da Bahia, grande parceira do Grupo desde o início, e a comunidade produtiva, carente dos conhecimentos que circulam nas academias. Ela também nos ajuda a diferenciar a atuação econômica dentro e fora do Grupo: “O objetivo de uma empresa privada é obter lucro e produtividade. O GEP está preocupado em fazer com que o cidadão desenvolva uma atividade e sobreviva dela. O integrante, após sua inscrição, é informado sobre a agenda de ações do GEP para que ele possa participar. Essas ações incluem feiras, exposições e cursos. Além disso, eles são convidados a participar dos grupos de discussão sobre Economia Popular, que é essa economia desenvolvida em casa ou em pequenos grupos. Acreditar nessa filosofia é a chave para se manter no Grupo”.

Viviane deixa claro que, inicialmente, as pessoas chegam até o Grupo com interesses de expor e vender seu trabalho ou serviço, sem ter noção daquela filosofia. Aos poucos, segundo ela, eles vão se integrando e acabam se preocupando também com o conjunto, descobrindo aquele laço de solidariedade que permeia as relações interpessoais no GEP. “O novo integrante se sente não como mais um, mas parte integrante do Grupo, e aprende que o que ele fizer de bom ou de ruim repercute no GEP como um todo.”

Serão mesmo os caminhos tão livres para o GEP? Não há quem com ele concorra ou lute contra? Embates, não se pode dizer que existam. Não se chama a polícia para domar esse Grupo, tampouco se obriga ninguém a sair. Entretanto, o maior concorrente do Grupo são as velhas formas de exercício de poder, equivocadamente consideradas democráticas. O novo Estado que nasce da Economia Popular enfrenta a resistência de um sistema que se mantém pela opressão dos valores coletivos, em nome dos indivíduos que têm acesso

ao conhecimento e à tecnologia e, portanto, têm poder. Nesse velho Estado, agora dominado por indivíduos e suas vontades sem freio, se dá a luta daqueles que desejam tão-somente demonstrar o valor de seu trabalho e deixar de figurar nas estatísticas como excluídos de qualquer sorte. Novas contagens devem ser feitas, contemplando os ousados indivíduos que recriam seus destinos e fazem surgir, em meio à injustiças, um novo contexto ideológico, baseado na solidariedade e no respeito ao talento e à força do trabalho digno.

APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente

APAEB*

Resumo

A APAEB, entidade civil sem fins lucrativos, desempenha várias atividades visando à permanência do homem no campo, em melhores condições de vida. Descreve-se aqui as ações que se tem empreendido para isso, tais como: orientação técnica, capacitação dos agricultores, uso de novas tecnologias apropriadas ao semi-árido (silagem e fenação de alimentos, armazenamento de água, reflorestamento, energia solar, plantio de forrageiras, criação de caprinos e ovinos, etc.), concessão de crédito apropriado à realidade das famílias camponesas, criação de escola-família agrícola, beneficiamento, industrialização e comercialização da produção, entre outras. A APAEB vem comprovando as possibilidades de convivência com o semi-árido e que, se não se pode acabar com as secas, é viável conviver com elas. E isso é fundamental, pois, caso medidas alternativas não sejam adotadas, as secas podem acabar com os agricultores.

Palavras-chave: desenvolvimento local, capacitação, emprego, renda, sustentabilidade.

A ÁREA DE ATUAÇÃO DA APAEB

A chamada Região do Sisal é constituída por 33 municípios, todos incluídos no semi-árido do Estado da Bahia. É uma região extremamente pobre, pelas deficiências dos recursos naturais e pela reduzida assistência dispensada pelo Estado. As terras estão distribuídas irregularmente, de forma que as micropropriedades, com até 50 hectares, correspondem a 88,0% do total e ocupam somente 30,0% da área. As propriedades consideradas pequenas, com até 100 ha., correspondem a 97,0% do total de estabelecimentos agrícolas e ocupam 57,7% da área. No outro extremo, 3,0% das propriedades maiores

Abstract

APAEB, a non-profit entity, carries out several activities aiming at assuring individuals in the rural communities better life conditions. We describe in this paper the actions which have been carried out with that objective such as: technical orientation, development training for farmers, use of new technologies appropriate to the semi-dry lands (hay and food ensilage, water storage, reforestation, solar energy, planting of forage, goat and lamb raising etc.), credit concession suitable to the rural families, development of rural family-schools, transformation, industrialization and trade of production goods, among others. APAEB has been proving the possibility of living in the semi-dry environment and, in the event the droughts are not solved, it is possible to live with them. It is fundamental, since, if alternative measures are not adopted, the droughts may win over the farmers.

Key-words: local development, training, employment, income, sustainability.

ocupam 42,3% da área. A população total desses municípios compreende 1.095.390 habitantes, sendo que 58,5% habitam a zona rural e 41,5% moram nas zonas urbanas. Leve-se em conta, ainda, que parte considerável da população urbana tem a cidade apenas como local de moradia e mantém suas atividades econômicas vinculadas ao meio rural: são produtores rurais que se mudaram para a cidade para gozar de alguns serviços que não são oferecidos na zona rural, para seus familiares, como educação e saúde, e trabalhadores rurais que habitam as periferias urbanas, mas trabalham no campo.

Há ainda o contingente de pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra, que são assalariados – nas modalidades de “diaristas” ou “empreiteiros”, sem nenhum registro profissional e, por con-

* Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente.
apaeb@apaeb.com.br

seguinte, sem nenhum dos benefícios assegurados em Lei – ou atuam como “autônomos” nas modalidades de posseiros ou arrendatários, praticando a agricultura de subsistência nas propriedades de outrem. Segundo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o contingente de “sem-terra”, na região, corresponde a cerca de 15% da população rural.

Desses municípios, a APAEB atua em 16: Valente (sede da entidade), Araci, Campo Formoso, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Capim Grosso, Nova Fátima e Quixabeira. Em seu conjunto, esses Municípios são habitados por 462.137 pessoas, sendo que 61,3% estão na zona rural e 38,7% na zona urbana; 50,4% da população são homens e 49,5% são mulheres (Censo Demográfico 2000, IBGE).

Os serviços públicos são deficientes. Existem, nesses municípios, 921 leitos hospitalares (rede pública e particular), para atendimentos de casos simplificados, visto que nenhum deles dispõe de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Os casos mais graves são levados para Feira de Santana (a cerca de 400 Km de Monte Santo) e Salvador (a 500 km).

A Região do Sisal é servida exclusivamente por meios de transporte rodoviários, interligando-se aos grandes centros, como Feira de Santana e Salvador, através das rodovias estaduais, BA-120 e 308, e federais, BR-116 e 324, com pavimentação asfáltica deficiente. Em Valente há um “campo de pouso” para pequenas aeronaves, que é utilizado apenas por autoridades que visitam a região. No interior dos municípios as estradas vicinais, geralmente malconservadas, são utilizadas para o tráfego de veículos e de animais.

A ausência de políticas públicas sociais e as condições climáticas são fatores decisivos que, como no passado, continuam expulsando a população do seu meio. São elevados os índices de migração em grande parte dos municípios para outras localida-

des, sendo que o motivo preponderante é a busca da sobrevivência.

O trabalho infantil, a exemplo da situação no resto do País, é intenso. As crianças, nos primeiros anos de vida (6-8 anos), começam a desenvolver atividades “produtivas” auxiliares como forma de ajudar os pais a produzir a subsistência, o que prejudica gravemente o desempenho escolar. Em 1997, com a participação ativa da sociedade civil organizada da

região (inclusive a APAEB), iniciou-se a execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) pelo Governo Federal. O PETI vem contribuindo para minimizar o problema, mas não se constitui em solução definitiva por falta de medidas que promovam a elevação da renda familiar e o desenvolvimento regional.

A população rural e as principais atividades econômicas dessa região podem ser classificadas como se segue: a) pequenos proprietários rurais, que se utilizam basicamente da mão-de-obra familiar no processo de trabalho e

sobrevivem da produção e extração da fibra do sisal, planta adaptada ao semi-árido e resistente às secas; secundariamente – embora venha ganhando importância com a atuação da APAEB – destacam-se pequenos criatórios de ovinos e caprinos e a prática da agricultura de subsistência (plantio de milho, feijão e mandioca); b) médios e grandes proprietários rurais, que se dedicam à criação do gado bovino de forma extensiva; c) trabalhadores rurais sem-terra, que trabalham como diaristas na extração da fibra do sisal ou nas fazendas de gado bovino e podem atuar como pequenos produtores mediante contratos de utilização de terras de fazendeiros da região, mantendo pequenos criatórios e praticando a agricultura de subsistência.

Acreditando que essa realidade regional, estadual e nacional pode mudar, mediante o empreendimento de ações voltadas para o desenvolvimento regional sustentado que possibilitem a elevação da renda familiar, iniciou-se, nos primeiros anos de 1980, um trabalho que começou a dar seus maiores resultados a partir de 1990.

A PRESENÇA DA APAEB

Acreditando que essa realidade regional, estadual e nacional pode mudar, mediante o empreendimento de ações voltadas para o desenvolvimento

regional sustentado que possibilitem a elevação da renda familiar, iniciou-se, nos primeiros anos de 1980, um trabalho que começou a dar seus maiores resultados a partir de 1990.

Pequeno histórico

Ainda sob a égide do regime militar, em inícios da década de 1970, surgem na região e, especificamente, no município de Valente, as primeiras iniciativas para a organização da sociedade civil como estratégia de intervenção no seu território. Esse movimento tinha sua origem na atuação da Igreja Católica, que organizava Comunidades Eclesiais de Base com a denominação de Círculos Bíblicos, já que a leitura da Bíblia era o ponto de partida para a análise e a reflexão sobre a realidade social, econômica e política.

No final da década de 1970, as comunidades rurais de Valente, sob a orientação da Pastoral Rural, incorporam-se à discussão sobre a realidade econômica local e regional e associam-se à luta dos pequenos produtores rurais de Feira de Santana, Serrinha, Anguera, Ichu, Santa Bárbara e Araci, que reivindicavam a isenção do ICM (hoje, ICMS) para o excedente da produção agropecuária que se destinava ao mercado. É quando surge a idéia de formação de uma “Cooperativa Regional” para garantir a comercialização dos produtos agropecuários originários da agricultura familiar.

O fato de a legislação impedir a formação de cooperativas só de pequenos produtores, como era o desejo das principais lideranças, e também a história do cooperativismo na região, mantido e utilizado pelos médios e grandes produtores como instrumento político em favor dos grupos dominantes, levou a optar-se pela criação de uma entidade associativa em 1980: a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), de caráter regional, cuja razão social foi mais tarde alterada para Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB). Como a principal atividade econômica era (como ainda é) o sisal, a APAEB tomou a iniciativa de implantar uma Batedeira Comunitária de Sisal (Central de beneficiamento da fibra do sisal), o que ocorreu em 1984 e veio a permitir, a partir daquele

momento, uma intervenção direta na base econômica do município.

Mas além das dificuldades internas, situadas no campo da organização e da capacitação, outros fatores se constituíram em fortes empecilhos ao processo de trabalho: a) as forças políticas locais, que passaram a ver o projeto com desconfiança e como uma ameaça ao poder que exerciam, se voltam contra ele e procuram torpedeá-lo das mais diversas formas, procurando sempre afastar os pequenos agricultores, historicamente dependentes seus, do trabalho que se iniciava; b) a complexidade do sistema de comercialização da fibra de sisal, bem maior que a imaginada pelos dirigentes da APAEB: na prática, poucos comerciantes dominavam completamente o setor e estabeleciam todas as regras do mercado regional, inclusive os preços. Foi difícil quebrar o monopólio e entrar no mercado externo: só depois de cinco anos a APAEB conseguiu a autorização da CACEX (órgão que controlava as exportações e importações na época); c) a falta de recursos financeiros para implantar os projetos de desenvolvimento que se tinha em mente.

O trabalho iniciado com os pequenos produtores começava a delinear-se como uma alternativa viável a partir da combinação do crédito com a assistência técnica adaptada às condições do semi-árido. Para dar suporte a esse trabalho com os pequenos produtores rurais (capacitação, crédito e assistência técnica), a APAEB articula a criação da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), que vem servindo de espelho para a fundação de várias outras entidades do gênero na região. É importante destacar que a fundação dessa Cooperativa já foi fruto de uma experiência anterior, inédita no Brasil, a chamada “Poupança APAEB”: os pequenos agricultores depositavam suas pequenas economias numa “conta” administrada pela entidade, cujos recursos viabilizaram as primeiras experiências de comercialização, servindo de capital de giro e “crédito orientado” numa perspectiva de enfrentamento dos efeitos da seca.

Estrutura funcional

A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB) é uma sociedade ci-

vil, sem fins lucrativos, constituída por pequenos produtores rurais que têm a agropecuária como atividade principal. Para o ingresso na entidade exige-se, além de uma “taxa de inscrição” (correspondente a 25% do salário mínimo, pode ser paga em quatro parcelas mensais), que os candidatos participem das reuniões nas comunidades e assembléias por um período de três meses, ao fim dos quais se passa a compor o quadro de sócios. Esses associados, 560 atualmente, constituem a Assembléia Geral da entidade, órgão máximo de deliberação. A cada três anos, a Assembléia Geral escolhe, pelo voto, um Conselho Administrativo constituído por 11 membros; dentre eles, escolhe-se uma Diretoria Executiva (seis pessoas, três efetivos e três suplentes) que nomeia um Diretor Executivo, pessoa com funções técnicas, para assumir a coordenação do processo de trabalho. Há, ainda, um Conselho Fiscal composto por seis pessoas (três efetivos e três suplentes) que acompanham e fiscalizam os atos da diretoria.

Gestão administrativa

A APAEB, desde os primeiros anos, procurou instaurar um processo de administração norteado por dois princípios básicos: o profissionalismo e a democracia interna. Não dispondo de quadros com graduação acadêmica para assumir seus postos de administração e gerenciamento, a entidade implementou sistemas de assessoramento, consultoria e capacitação permanente, que permitiram imprimir eficiência ao processo e são responsáveis por grande parte dos êxitos obtidos. Tudo isso foi feito dentro de uma metodologia participativa, envolvendo superiores e subordinados da escala hierárquica da entidade, o que foi consolidado com a criação do Comitê Executivo, que reúne diretores, lideranças comunitárias e chefes de setores e responsabiliza-se pelo processo decisório. Outro elemento que merece destaque é o esforço dos dirigentes pela absoluta transparência das finanças da organização. Mensalmente, todas as informações referentes à movimentação financeira e à contabilidade são afixadas em local de

acesso aos funcionários e associados e discutidas em reuniões com os sócios. Esse procedimento muito contribuiu para aumentar a confiança da comunidade e de entidades parceiras da APAEB.

A interferência da APAEB na região

O propósito inicial da APAEB era interferir no processo de comercialização da produção dos pequenos produtores rurais, com o fim de eliminar a rede de intermediários e assegurar maior valorização da produção. Daí a razão de os primeiros projetos implantados terem sido um “Posto de Vendas”, que servia de local para a comercialização dos produtos agropecuários dos agricultores e de gêneros industrializados ou oriundos de outras regiões, indispensáveis à vida no campo, e a implantação da “Batedeira Comunitária de sisal”, que beneficiava a fibra do sisal e negociava com as grandes empresas.

Logo nos primeiros anos, os técnicos e dirigentes da APAEB perceberam que atuar apenas no setor da comercialização não era suficiente para gerar uma real melhoria na qualidade de vida da população rural. Era preciso interferir no sistema produtivo, de forma a permitir atividades mais rentáveis economicamente para os produtores rurais e a agregar valor aos produtos da região mediante o processo de beneficiamento. Alguns dos desafios enfrentados merecem destaque: no setor produtivo, os limites decorrentes das condições edafoclimáticas e da mentalidade dos produtores, norteada por conhecimentos tradicionais; no setor do beneficiamento, a ausência de conhecimentos técnicos e de capital para investimento.

Viabilizar a economia familiar no semi-árido era a principal questão posta em todas as reuniões com os associados, nas comunidades de base, e nas discussões dos técnicos que foram contratados pela entidade para iniciar um processo de assistência técnica aos produtores rurais e técnicos de outras organizações, que passaram a acreditar na possibilidade de encontrar alternativas para a região.

A partir do funcionamento da Batedeira Comuni-

tária de Sisal e de algumas experiências com pequenos produtores, a APAEB define uma estratégia de intervenção que se compõe de três partes principais: a) implementar um *Programa de Convivência com o Semi-Árido*, que requer a aplicação de tecnologias apropriadas e de capacitação dos produtores que possam viabilizar a economia familiar rural; b) implantar um sistema de crédito alternativo para o pequeno produtor, através de um “Fundo Rotativo” (que originou a fundação da Cooperativa Valentense de Crédito Rural – COOPERE, que se constitui hoje em grande aliada do processo de trabalho) para dar suporte às atividades produtivas; c) empreender medidas para agregar valor aos produtos dos pequenos agricultores, permitindo maior remuneração pelo seu trabalho e gerando oportunidade de emprego.

Para dar suporte a essas medidas, desenvolve-se todo um processo de (re)educação dos produtores, que lhes permite construir uma nova relação com o seu meio (posturas de preservação dos recursos naturais e do meio ambiente substituindo as atitudes predadoras de outrora) e de capacitação técnico-gerencial, que permite a administração adequada da unidade de produção e utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, além da realização de algumas pesquisas como o uso do resíduo do sisal na alimentação animal, uso da energia solar para iluminação das residências e construção de cercas para a criação de caprinos e ovinos, entre outros.

ACÇÕES EMPREENDIDAS PELA APAEB

Programa de convivência com o semi-árido

Trata-se de um conjunto de ações que permitem a *convivência* do pequeno produtor rural com a região semi-árida, isto é, que oferecem as condições necessárias para tornar as unidades familiares efetivamente produtivas e que garantem a elevação da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida. As principais ações desenvolvidas são:

a) capacitação do pequeno produtor rural e de seus familiares para o empreendimento de métodos e técnicas apropriadas ao semi-árido e para a adequação da sua unidade de produção às possibilidades locais;

b) redimensionamento da unidade de produção, permitindo o consórcio entre o cultivo do sisal e a ovinocaprinocultura, o cultivo de plantas leguminosas e forrageiras (reflorestamento) para a alimentação dos animais (palma, algaroba, leucena, lab-lab, etc.) e a utilização do resíduo de sisal (antes, completamente desperdiçado) para a produção de alimentos para ovinos e caprinos, através de silagem e fenação;

c) captação e armazenamento de água, visto que sua escassez, na região, sempre foi um grande problema: escavação de poços artesianos (a APAEB adquiriu uma perfuratriz para auxiliar nesse esforço), escavação de pequenos açudes e barreiros; construção de reservatórios para captação das águas das chuvas (utilizando o telhado das residências);

d) introdução da apicultura como atividade econômica complementar;

e) ações de educação ambiental, permitindo aos produtores as informações necessárias para preservar os recursos naturais e recuperar o meio ambiente. Vem-se procurando recuperar a flora com o plantio de árvores nativas, adaptáveis à região (frutíferas ou não), e com a preservação dos recursos naturais, mediante um programa de reflorestamento em que a APAEB produz e distribui as mudas aos pequenos agricultores;

f) energia solar: a região semi-árida é quente e seca; durante o dia, a temperatura ambiental média anual é sempre superior a 25°C, chegando, em alguns meses, ao tempo, a 40°C. A APAEB foi pioneira na utilização da energia solar pelos pequenos produtores rurais, que passaram a substituir o diesel (altamente poluente), na iluminação doméstica, por energia natural e limpa. A utilização da energia solar vem favorecendo também a caprinocultura, com a implantação de *cercas elétricas*. Estas são comprovadamente eficientes e econômicas (seu custo fica, aproximadamente, 70% mais barato que o das convencionais), além de contribuírem para a preservação do que resta de matas e florestas, sendo poupadoras de madeira;

g) implantação do Fundo Rotativo, projeto de pequenos financiamentos para a reestruturação das pequenas propriedades, com valores médios de US\$ 1,500. por família, com prazos de até sete anos, corrigidos com base na equivalência do produto, que

toma como base a carne caprina, mais um acréscimo de 10%, ou seja: num financiamento de R\$ 3.000,00, acrescentam-se 10% (R\$ 300,00) e o agricultor fica devendo 1.000kg de carne (1.000 x R\$ 3,30 = R\$ 3.300,00), pagos em reais, pelo preço do dia. Isso facilita o acompanhamento e a administração do débito por parte do agricultor.

Todo esse trabalho é acompanhado de um sistema de assistência técnica às famílias participantes do programa, num processo permanente de acompanhamento e monitoramento das atividades dos produtores. Realizam-se freqüentemente “dias de campo”, com a participação dos produtores rurais de uma mesma comunidade, sob a orientação do técnico, para o intercâmbio de experiências e aprimoramento dos conhecimentos, e visitas individuais dos técnicos às famílias e cursos de aperfeiçoamento.

Para implementar o conjunto das atividades, os produtores rurais contam, via de regra, com o crédito agrícola fornecido pela Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), que atua em parceria com a APAEB na região.

Agregação de valor à produção dos pequenos produtores

Para melhorar a renda dos agricultores é necessário produzir bem, como também vender bem. Para isso, é preciso implantarem-se projetos que permitam beneficiar, industrializar e comercializar a produção, permitindo assim agregar valor, colocar no mercado um produto já acabado e gerar emprego e renda. Esse trabalho se desenvolve da seguinte forma:

a) sisal – o sisal, principal atividade econômica da região, é altamente absorvedor de mão-de-obra no processo de extração da fibra. Depois da experiência da “Batedeira de Sisal”, iniciada em 1984, a APAEB começou a buscar um projeto mais abrangente que permitisse maior valorização do produto. Implantou a Fábrica de Tapetes e Carpetes, que começou a operar em 1996, funcionando em quatro turnos diários e empregando, diretamente, 520 trabalhadores

(todos registrados e com os direitos trabalhistas assegurados). Com essa medida, o preço da fibra aumentou em cerca de 240% para o produtor (passando de R\$ 150,00 para R\$ 520,00 por tonelada), remunerando melhor produtores e trabalhadores. Ainda hoje, nos municípios mais distantes, que não permitem aos produtores comercializar a fibra do sisal na APAEB, a exemplo de Monte Santo, o preço do produto fica em torno de 30% a menos;

Para melhorar a renda dos agricultores é necessário produzir bem, como também vender bem. É preciso implantarem-se projetos que permitam beneficiar, industrializar e comercializar a produção.

b) curtume de peles caprinas e ovinas – a região produz peles bovinas, caprinas e ovinas de alta qualidade. Os produtores sempre foram vítimas do cartel de duas empresas que monopolizavam o mercado regional e controlavam os preços (uma em Juazeiro, a 400 Km, e outra em Alagoinhas, a 220 km). Depois de um processo de treinamento sobre tratamento de

peles animais, viabilizado por um convênio com o Comunidade Solidária (Programa do Governo Federal), a APAEB implantou um pequeno curtume que, além de promover os cuidados com o meio ambiente, propiciou um aumento extraordinário nos preços de peles ovinas e caprinas. As primeiras passaram de R\$ 2,00 para R\$ 7,00 a unidade, e as caprinas, de R\$ 1,50 para R\$ 6,00;

c) laticínio – com o incentivo à caprinocultura na região, os produtores passaram a ter mais uma opção de renda: o leite caprino. A APAEB implantou um pequeno laticínio com capacidade de processamento de 500 litros por dia, que está funcionando ainda de forma precária (processando apenas 300 litros/dia). Mesmo assim, são gerados diariamente R\$ 210,00 (R\$ 6.300,00 por mês) para os produtores. O leite caprino é comercializado *in natura* e transformado em iogurtes, doces e queijos.

Posto de venda

O antigo “Posto de Vendas” foi transformado num supermercado de porte médio, que cumpre três finalidades básicas: a) serve de local para o escoamento da produção dos pequenos agricultores (especialmente carnes e cereais); b) fornece aos produtores todos os produtos de que necessitam; c) funciona como

importante instrumento regulador de preços no mercado local, evitando majorações injustificáveis.

Educação

Era preciso investir na formação de uma nova mentalidade na população, voltada para a convivência com o semi-árido, ou seja, para a perspectiva de um projeto de desenvolvimento sustentado firmado nas condições locais. As medidas implementadas nesse âmbito são as seguintes:

a) comunicação – implantação de uma Rádio Comunitária (Rádio Valente FM), no Município de Valente e de um programa radiofônico numa rádio comercial de grande alcance regional, que atuam, basicamente, orientando a população para as possibilidades de convivência com o semi-árido, com a divulgação constante de tecnologias apropriadas à região e das experiências bem-sucedidas de agricultores da região;

b) cursos e treinamentos – dirigidos aos pequenos produtores rurais, buscam a transferência de informações e de conhecimentos que permitam a adoção de medidas voltadas para a convivência com o semi-árido;

c) atuação nas escolas – procura-se despertar os jovens da zona rural para as novas perspectivas que se apresentam para a região com o uso de tecnologias apropriadas (palestras, visitas dos professores e alunos às experiências realizadas, etc.);

d) Escola Família Agrícola – implantação de uma experiência inovadora no setor da educação formal para os filhos dos pequenos produtores rurais, com o objetivo de não apenas “ensinar a ler e escrever”, mas sobretudo de despertar nas crianças e jovens o interesse pelo campo e de prepará-los para a *convivência com o semi-árido*. A grade curricular da Escola, além das disciplinas obrigatórias para a 2ª. etapa do ensino fundamental (5ª. à 8ª. séries) – português, matemática, etc.– incorpora outras “disciplinas”, como arte e cultura, noções de economia rural, ecologia, etc. Além do ensino teórico, mantêm-se campos de demonstração para o ensino prático da avicultura, caprinocultura, apicultura, agricultora

Além do ensino teórico, mantêm-se campos de demonstração para o ensino prático da avicultura, caprinocultura, apicultura, agricultora orgânica, horticultura, suinocultura, cunicultura.

orgânica, horticultura, suinocultura, cunicultura etc., que funcionam com a *pedagogia da alternância*: os estudantes permanecem na Escola por uma semana, em regime de internato, e voltam ao convívio dos pais na semana seguinte, podendo, assim, influenciar a atividade econômica da família.

Experiências inovadoras

a) produção de legumes e verduras pelo sistema de hidroponia, aproveitando a água de um poço artesiano do município de Retiroândia. O projeto é administrado pela comunidade local, que tem na comercialização dos produtos uma fonte complementar de renda;

b) *kit* irrigação – processo de implantação de uma experiência com um *kit* irrigação produzido para regiões semi-áridas, de baixo consumo de água; ainda se conta com elementos de avaliação dos resultados, mas as expectativas são positivas;

c) milho hidropônico – realizaram-se, durante o ano passado, algumas experiências de produção de *milho hidropônico* para ser utilizado na alimentação animal. A experiência, cujos resultados foram positivos, foi feita por técnicos da APAEB em campos de demonstração, mas ainda não foi transferida para os pequenos produtores;

d) aproveitamento do sisal – pesquisa para aproveitar a mucilagem na alimentação animal, garantindo, mediante a fenação ou silagem, o armazenamento de alimentos para as épocas de seca.

Políticas públicas

Todo esse trabalho é desenvolvido numa perspectiva de ajudar a população a exercer a sua cidadania, cumprindo suas obrigações e reivindicando o atendimento dos seus direitos. Um dos aspectos relevantes é o fomento à busca de políticas públicas, o que se concretiza da seguinte forma: a) capacitação das lideranças comunitárias para interferir na administração pública municipal; b) participação nos Conselhos Municipais (Saúde, As-

sistência Social, Criança e Adolescente, Educação etc.); c) formação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento local; d) apresentação de propostas aos orçamentos municipais para a implementação de políticas públicas; e) acompanhamento e fiscalização do Poder Público.

Apoio ao artesanato regional

Muitas famílias desenvolvem atividades artesanais como forma de complementação de renda, cabendo essa responsabilidade especialmente às mulheres. Depois de oferecer cursos de capacitação para aprimorar o trabalho, desenvolvido principalmente em tecido, palha, e fibra, a APAEB passou a estimular a organização das mulheres artesãs, surgindo três segmentos: 1) de mulheres da periferia da cidade de Valente, que trabalham com tecidos; 2) de mulheres da periferia e rurais, que trabalham com tecidos e fibra; 3) de mulheres que se vinculem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que trabalham com palha. Recentemente, esses três grupos se juntaram e criaram a “Associação das Artesãs da Região do Sisal”, com sede em Valente, para viabilizar o intercâmbio de experiências e o aprimoramento da dimensão de gênero que integra os processos de trabalho (luta contra a discriminação da mulher e busca da igualdade de gênero).

Projeto de desenvolvimento local

Iniciou-se, neste ano, uma nova experiência: selecionaram-se três comunidades rurais, com elevado índice de pobreza de seus moradores, para um trabalho concentrado visando ao desenvolvimento local e que possibilite melhorias na qualidade de vida da população. O trabalho está ainda em fase inicial: mediante um processo de “Diagnóstico Rápido Participativo – DRP” está sendo identificado o *Marco Zero* para, a partir daí, ser formulado, juntamente com as comunidades, um plano mínimo de ações que venha gerar melhor qualidade de vida para a população. Dado o caráter recente do trabalho (fase do DRP), ainda não se dispõe de elementos avaliativos.

Comunicação

Considerando a importância da comunicação, a APAEB mantém um trabalho informativo, que consta de:

a) Boletim Informativo Folha do Sisal – publicação mensal, com 4.000 exemplares, com informações sobre a APAEB, o município e outros fatos de interesse da comunidade;

b) TV Itinerante – uma experiência em fase inicial, em que se leva informações de interesse da população até as comunidades por meio de um telão;

c) Programas de Rádio – além de manter a Valente FM, a APAEB tem também um programa semanal de 30 minutos numa rádio de alcance regional, durante o qual são veiculadas informações de interesse da população, com autonomia e isenção, o que não acontece nos meios de comunicação convencionais.

Todos esses mecanismos vêm ajudando na informação e capacitação da população.

OUTRAS ATIVIDADES

A APAEB participa de várias outras atividades, em conjunto com outras organizações locais e regionais: Fórum Municipal da Cidadania, juntamente com entidades da sociedade civil de Valente; Rede das Escolas Famílias Agrícola da Região Semi-Árida; Rede Nordeste; IRPAA, especialmente nas lutas pela água e por tecnologias alternativas para o semi-árido; Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Pólos Sindicais da região em suas lutas pela reforma agrária, crédito, preços mínimos para os produtos de origem rural e políticas de combate aos efeitos das secas. É ainda membro do Grupo Gestor do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, dentre outros.

ALGUNS RESULTADOS

O trabalho desenvolvido pela APAEB vem demonstrando, na prática, ser possível promover o desenvolvimento sustentado regional e a agropecuária no semi-árido, com a adoção de tecnologias simples e adaptadas à região, assistência técnica adequada e crédito facilitado, contrariamente ao que

preconizam muitos estudos técnicos para justificar a omissão do governo.

Embora se saiba que os problemas da região semi-árida são de natureza histórico-estruturais, que requerem medidas continuadas de longa duração para serem solucionados, e apesar do pouco espaço de tempo de interferência da APAEB, alguns resultados já demonstram a viabilidade do trabalho:

a) geração de emprego – o “projeto APAEB” (Fábrica de tapetes e carpetes, Escola Família Agrícola, supermercado, administração da entidade, curtiúme, laticínio, bateadeira, entre outros) oferece 811 empregos diretos e cerca de 4.000, indiretos;

b) elevação da renda – além daqueles que se beneficiaram direta ou indiretamente com a geração de emprego, 70% dos produtores rurais integrados ao programa de convivência com o semi-árido declaram que houve elevação da sua renda familiar, sendo que, para 40%, a renda mensal da família aumentou em 100% nos últimos três anos;

c) quase todos os produtores rurais assistidos pela APAEB adotaram alguma medida para ampliar a capacidade de captação e armazenamento de água. Alguns, aumentaram em 100% seus reservatórios. Estima-se que, no conjunto, nos últimos cinco anos, a oferta de água armazenada na região aumentou em 30%;

d) além das atividades tradicionais, muitos pequenos produtores rurais já implementam outras atividades de complementação da renda familiar (apicultura, por exemplo);

e) muitos dos pequenos produtores rurais já vêm a região semi-árida de outra perspectiva, percebendo o potencial econômico que pode ser explorado, e já administram sua unidade produtiva dentro de uma racionalidade empresarial;

Muitos dos pequenos produtores rurais já vêm a região semi-árida de outra perspectiva, percebendo o potencial econômico que pode ser explorado, e já administram sua unidade produtiva dentro de uma racionalidade empresarial;

f) valorização do artesanato regional, com a qualificação das artesãs e a abertura de mercado para os produtos;

g) redução dos índices de migração na região, que já oferece às famílias rurais perspectivas de vida digna no local;

h) melhores condições sociais para centenas de famílias de pequenos produtores rurais, com as ações de elevação da renda, implantação de kits de energia solar e de conhecimentos que possibilitam a utilização correta da água e dos alimentos (tratamento, higiene, etc.);

i) ingresso de todas as crianças em idade escolar na rede escolar pública da região, com o desenvolvimento de um processo de estudos e reflexão com as famílias sobre a importância da educação dos filhos;

j) formação de uma mentalidade nova que acredita nas reais possibilidades de desenvolvimento da agropecuária na região semi-árida;

k) agregação de valor aos produtos dos pequenos agricultores: sisal, leite, peles, artesanato, carnes etc;

l) medidas efetivas de preservação ambiental: reflorestamento das propriedades rurais pelos produtores, adoção de medidas voltadas para o tratamento adequado dos resíduos sólidos (lixo) etc;

m) formação de uma *consciência cidadã*, que permite aos indivíduos passarem a ver o Poder Público não mais como agente do empreendimento de ações ocasionais e assistencialistas, mas como um instrumento potencial de desenvolvimento sustentado;

n) e, acima de tudo, a geração de um *modelo* de desenvolvimento sustentado para a região semi-árida capaz de gerar melhorias econômicas e sociais com sustentabilidade.

Redes de trocas e cadeias produtivas - limites e alternativas

*Euclides André Mance**

Resumo

Apresentamos neste texto uma síntese da exposição realizada em detalhes em trabalho a ser publicado nos próximos meses.¹ As críticas e sugestões que fazemos aqui se referem especificamente às *redes de trocas* e não às *redes de economia solidária* em geral, uma vez que há muitas outras formas de redes de economia solidária que não se organizam como redes de trocas. Inicialmente, apontamos sumariamente algumas debilidades estratégicas peculiares a essa prática, tomando por referência básica a Rede Global de Trocas, e, em seguida, também sumariamente, apontamos algumas alternativas que visam – respeitando-se os princípios advogados nessas redes – sanar as debilidades percebidas. Por fim, explicitamos como a remontagem solidária das cadeias produtivas, corrigindo fluxos de valores, viabiliza a expansão sustentável de uma economia pós-capitalista.

Palavras-Chave: redes de troca, moeda, cadeias produtivas, fluxos de valores, empresas solidárias.

Abstract

We present in this text a synthesis of a detailed paper to be published in the next few months. The criticisms and suggestions which we bring here refer specifically to the exchange networks and not to the solidary economy networks in general, since there are many other forms of solidary economy network which are not organised as exchange network. Initially, we point out a summary of the strategic weaknesses typical of such practice, taking as reference the Global Exchange Network, and following that, also in a summarised form, we show some alternatives which aim at solving the observed weaknesses – taking into account the principles advocated by those networks. Finally, we clarify the way the solidary resetting of productive chains, with the correction of flows of values, can allow for viability of a sustained expansion of a post-capitalist economy.

Key-words: exchange networks, currency, productive chains, flows of values, solidary companies.

ALGUNS LIMITES E DEBILIDADES DAS REDES DE TROCAS

As redes de trocas são um meio eficiente para gerar renda complementar para seus participantes e, em alguns casos, permite às pessoas sobreviverem com as atividades econômicas que nelas realizam. Contudo, as trocas simples – mesmo que multirrecíprocas – mediadas por qualquer moeda, social ou não, não produzem valor.

* Euclides André Mance é filósofo, mestre em Educação, sócio-fundador do Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL) e colaborador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Trabalhos do autor estão disponíveis em www.euclidesmance.pro.br.

¹ Cf. MANCE, Euclides André. Algumas considerações sobre redes de trocas. In: MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes (no prelo).

A produção do valor é realizada com o trabalho que gera produtos e serviços que se concluem no consumo. Na sociedade capitalista, os fluxos de valor realimentam o processo de concentração da riqueza, produzida pelo trabalho, nas mãos daqueles que detêm o capital. Caso as redes não corrijam os fluxos de valor inerentes a seu processo produtivo, elas acabam sendo subsumidas no movimento de acumulação capitalista.

A inviabilidade de cambiar a moeda social pela moeda oficial do País, conforme normatização da rede de trocas, implica que todos os prossumidores necessitem de alguma atividade externa às redes de trocas ou de outra fonte de renda como forma de obter tais moedas para atender suas necessidades não-cobertas por essas redes.

A impossibilidade de, solidariamente, acumularem-se excedentes nas redes de troca, inviabiliza um processo de reinvestimento, coletivamente gerenciado, que permita completar solidariamente as cadeias produtivas, evitando a acumulação capitalista dos valores nelas gerados quando da aquisição de insumos, maquinários, equipamentos, etc.

No processo de produção nas redes de trocas são utilizadas moedas não-sociais como única condição para a obtenção de insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes. Isto é, todos os insumos e outros itens necessários ao processo produtivo que não são comercializados no interior das redes de trocas precisam ser adquiridos no mercado convencional com moeda oficial. Embora, aparentemente, não se permita mudar as moedas sociais e não-sociais, no fluxo real de produção e circulação de valor tais intercâmbio e integração ocorrem, com parcelas de valores produzidos na rede de trocas sendo acumuladas fora dela em outros segmentos das cadeias produtivas não-cobertos por ela mesma.

A introdução de moedas sociais que reimplantam trocas simples, visando reinserir empreendimentos no mercado formal, não é condição suficiente para enfrentar os problemas da exclusão social e dos/as trabalhadores serem submetidos a relações de produção injustas, sendo necessária uma estratégia que viabilize a conversão de todo o modo de produção e consumo para uma economia solidária.²

A análise dos fluxos de valor mostra não apenas que, no processo de produção, as redes de trocas operam com dois tipos de moedas, a social e a oficial – embora nas trocas circule apenas a moeda social – como também que é possível se reproduzir, com a moeda social, práticas injustas similares às existentes no mercado capitalista.³ O fato de a

² Sobre isso veja-se MANCE, Euclides André. *A revolução das redes – a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

³ Veja-se CORAGGIO, José Luis. *Las redes de trueque como institución de la economía popular*. Out. 1998, p. 10 Disponível em: http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S_BD_POLITICASOCIAL/

moeda social circular – em tese – somente dentro das redes de trocas cria a ilusão de que a riqueza nelas produzida se mantém dentro delas, quando, de fato, a maior parte dessa riqueza continua sendo acumulada por empresários capitalistas, o que se percebe claramente ao se fazer um diagnóstico do conjunto das cadeias produtivas, nas quais as ações produtivas integradas por essas redes estão inseridas como momentos parciais e sob as quais

No processo de produção nas redes de trocas são utilizadas moedas não-sociais como única condição para a obtenção de insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes.

essas mesmas redes não têm autonomia, e de como ocorre a concentração de capital nos diversos segmentos dessas cadeias produtivas sob o controle do capital. Por exemplo. Grande parte da riqueza produzida pelos empreendimentos que atuam no setor de confecção no campo da economia solidária é acumulada por fornecedores capitalistas de tecido e outros insumos, posto que as redes de economia

solidária não têm domínio sobre toda essa cadeia produtiva. O ato de confeccionar é apenas um dos momentos parciais da cadeia produtiva no setor do vestuário. Se por um lado, no interior das redes de trocas, o intercâmbio do produto final é feito com a moeda social, por outro lado, para comprar os insumos e outros itens não disponíveis no interior das redes, mas requeridos para a produção, o intercâmbio é feito com moeda oficial. Nesse momento, o produtor solidário fica sujeito à lógica do mercado e o valor econômico por ele despendido na aquisição dos materiais necessários ao novo giro de sua produção é acumulado pelo fornecedor capitalista, que opera sob a lógica do lucro e não da solidariedade. O mesmo ocorre com os outros ramos de

JLC12.PDF onde se lê que a troca no interior da rede também pode ser injusta, pois: "...pode haver intercâmbio desigual (como quando alguém aproveita a extrema necessidade de outro para forçá-lo a aceitar proporções não-equitativas de intercâmbio, ou ainda por falta de informação adequada a respeito do valor dos bens e serviços intercambiados) ou pode esse intercâmbio ser veículo de relações de exploração de classe, gênero ou geracional (nas relações de produção dos produtos intercambiados), de valores considerados negativos (droga, prostituição, etc.)". Recentemente, a estratégia de trocas mediadas por moedas não-oficiais – mas que também não podem ser consideradas sociais – deu origem a redes capitalistas entre empresas de grande porte, listadas entre as maiores do mundo. Duas grandes organizações que atuam desse modo, gerenciando redes de trocas entre multinacionais, são a Argent Atwood e a Tradaq. Veja-se: WILNER, Adriana. O escambo voltou. *Carta Capital*, Ano VIII, n. 159, p. 50, 3 out. 2001. Pelo menos 100 entre as 500 maiores empresas do mundo participam de alguma rede de troca multirrecíproca.

produção. Daí a importância das redes remonta-rem solidariamente as cadeias produtivas, isto é, *montarem novos empreendimentos* que forneçam os insumos demandados pelas redes ou *utilizarem insumos alternativos* que permitam substituir os fornecedores capitalistas por outros fornecedores que já operem sob os princípios da economia solidária.

Enfim, não é a adoção de um novo tipo de monetarismo ou a crença nos poderes das moedas – quaisquer que sejam elas – o que permitirá romper com os fluxos de acumulação de valor que operam sob a lógica do capitalismo. Cabe avançar na colaboração solidária entre distintas redes, possibilitando tanto a superação de debilidades peculiares às diversas práticas de economia solidária quanto o compartilhamento de características e procedimentos que nelas contribuíram a bons resultados.

POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES APONTADAS

Pretendemos aqui apontar algumas alternativas que permitam às redes de trocas corrigir seus fluxos reais de valor, organizando empreendimentos produtivos que, paulatinamente, reconstruam, sob práticas de economia solidária, as cadeias produtivas dos bens e serviços que elas produzem e consomem. Essas alternativas permitirão: a) a poupança de excedentes que possam ser reinvestidos coletivamente, mesmo com os prosumidores gastando o que recebem pelos produtos e serviços seus que nelas comercializam; b) a aquisição de máquinas, equipamentos e outros instrumentos de produção, geralmente não-disponibilizados nessas redes de trocas – que poderão ser feitos com os créditos dos prosumidores, preservando-se o princípio de que os créditos não devem ser cambiados em moedas oficiais.

O modo de alcançar esses objetivos é a rede de trocas organizar uma *Bolsa de Negócios*, como uma das ferramentas de seu funcionamento, cujo papel é facilitar transações de compra e venda a prazo entre participantes da rede, valendo-se de moeda social.

Suponhamos que uma participante da rede de trocas necessite comprar uma máquina de costura especial para acabamentos. Deverá fazê-lo no mercado, pois aquele meio de produção não está à venda na rede de trocas. Suponhamos que ela não tenha o dinheiro necessário para pagá-la à vista. Terá então de fazer um crediário por um ano, o que elevará bastante o preço final da máquina em razão da taxa de juros cobrada no mercado.

Entretanto, se aquela rede implantasse uma *Bolsa de Negócios*, haveria uma outra alternativa. A costureira apresentaria na *Bolsa* a sua demanda pela máquina, o valor total à vista, as condições e o número de parcelas em que fará o pagamento; por exemplo, dez parcelas. Outros membros do clube, que dispusessem de alguma poupança em dinheiro e pudessem, assim, adquirir a máquina à vista no mercado, poderiam então fechar um negócio com essa pessoa, estabelecendo um certo volume de produtos ou serviços – preferencialmente oferecidos no clube – como forma de recebimento das dez parcelas. Na prática, as coisas funcionariam da seguinte forma. Uma pessoa compra a máquina no mercado à vista. Oferece-a no clube de trocas para a pessoa com quem já havia fechado o negócio a ser pago em dez parcelas. Durante dez meses o comprador paga mensalmente as parcelas com os produtos que havia se comprometido a oferecer (sejam produtos elaborados por ele mesmo ou por terceiros, sejam do clube ou de fora dele). Vendedor e comprador poderão negociar um valor pela máquina que seja satisfatório para ambos. Por exemplo: se a máquina fosse comprada no mercado em prestações, o preço final subiria em 30%. Se o poupador deixasse seu dinheiro em uma caderneta bancária, teria 5% em rendimentos. Poderão estabelecer então que a máquina será vendida a prazo no clube de trocas, 20% mais barato do que o seria no mercado a prazo e 10% mais caro do que o seria à vista. Assim, o comprador da máquina economiza 20% e o poupador que financiou a operação recebe 5% a mais do que receberia se deixasse o seu dinheiro no banco, alimentando a ciranda financeira. Trata-se de um negócio vantajo-

Não é a adoção de um novo tipo de monetarismo ou a crença nos poderes das moedas o que permitirá romper com os fluxos de acumulação de valor que operam sob a lógica do capitalismo.

so para ambos e para a rede, que permite incorporar novos meios de produção ao clube de trocas. A rigor, para manter-se o princípio de que não se negocia moeda a juros no interior da rede de trocas, o poupador poderia receber apenas a correção monetária referente à inflação do período, sem nenhum tipo de ganho por ter financiado essa operação.

Suponhamos que, na *Bolsa de Negócios*, um grupo de produtores se reúna para comprar insumos em conjunto. Ao totalizar um grande volume, eles conseguem fazer essa compra no mercado com uma significativa margem de economia. Com isso, uma quantidade menor de valor – gerado no interior da rede – dela escapará. Imaginemos que, em seguida, uma parte deles proponha na *Bolsa* a realização de um negócio visando montar um empreendimento que produza aquele insumo. Os poupadores interessados em investir nesse empreendimento poderão negociar tal como indicado anteriormente. Nesse caso, o prazo de recebimento poderia ser dilatado, por exemplo, para 24 meses. Do mesmo modo, as parcelas seriam pagas com produtos oferecidos no clube – nesse caso, entre outros, o próprio insumo a ser produzido no empreendimento instalado.

Empreendimentos desse tipo podem ser organizados visando não apenas produzir insumos e outros materiais de manutenção demandados no processo produtivo ou bens de consumo final, como também meios de produção demandados no interior do conjunto das redes solidárias, ampliando o seu grau de autopoiese.

No caso dos poupadores, essas operações – quando lhes geram algum excedente – podem ser consideradas como uma espécie de *aplicação pré-fixada* com resgate parcelado, recebida em produtos e serviços. Ou ainda como uma espécie de operação em *mercado futuro*, uma vez que estão antecipadamente comprando produtos que serão

fabricados e recebidos futuramente. Essas operações, que são vantajosas a todos/as, permitem às redes de trocas remontar progressivamente as cadeias produtivas, corrigindo os fluxos de valor que deságüem na acumulação de empresas capitalistas. Por sua vez, os excedentes gerados nos empreendimentos podem ser integralmente investidos na *Bolsa de Negócios*, visando financiar a montagem de outros empreendimentos, incorporar novos meios

de produção à rede, à aquisição conjunta de insumos, etc.

No momento em que as redes de trocas passassem a operar desse modo e volumes muito maiores de riqueza fossem comercializados em seu interior, ainda restaria o problema de que o único modo aparente de adquirir bens externos a elas seria com moedas oficiais e que, portanto, seria necessário também incrementar as vendas externas às redes como forma de obter tais moedas que possam ser poupadas e financiar a sua expansão. Contudo, tendo em vista que empresas capitalistas também começam a operar em redes de trocas com moedas próprias, nada impediria que esses empreendi-

Tendo em vista que empresas capitalistas também começam a operar em redes de trocas com moedas próprias, nada impediria que esses empreendimentos solidários participassem taticamente dessas outras redes capitalistas, permutando seus produtos e serviços por equipamentos, insumos e meios de produção nelas oferecidos, até que as próprias redes de trocas solidárias tenham a capacidade de produzi-los.

mentos solidários participassem taticamente dessas outras redes capitalistas, permutando seus produtos e serviços por equipamentos, insumos e meios de produção nelas oferecidos, até que as próprias redes de trocas solidárias tenham a capacidade de produzi-los. O problema não está em permutar com empresas capitalistas, mas nos termos degradados de intercâmbio que desfavoreçam os empreendimentos solidários – pois, do ponto de vista da circulação do capital, não há diferença entre comprar à vista com dinheiro no mercado ou permutar com mercadorias em uma rede capitalista. Em ambos os casos a questão é o valor que se oferta em relação ao valor do que se recebe e o prazo de conclusão da operação – que acaba imobilizando o valor econômico temporariamente nela aplicado – face a outros processos de sua possível valorização nesse período.

Seja como for, no contexto atual, a maioria das empresas solidárias que integram redes de trocas não conseguiria sobreviver vendendo toda sua produção em troca de moedas sociais. Em sua estrutura de custos há uma série de itens que somente podem ser cobertos com moedas oficiais. Assim, ou os participantes das redes de trocas aceitariam comprar uma parte da produção das empresas solidárias em moedas oficiais para viabilizar o seu giro produtivo ou essas redes teriam de vender seus produtos nos mercados buscando tal volume de moedas. Novamente aqui, entretanto, o expediente da bolsa de negócios poderia funcionar. Um conjunto de poupadores que tenha moeda oficial poderia assumir o pagamento mensal das contas da empresa em troca do recebimento de produtos variados ofertados nas redes com alguma vantagem ou não.

Como se vê, todos esses mecanismos permitem resolver algumas das debilidades inerentes às redes de trocas que se valem de moeda social. A prática de outras redes, que usam somente moedas oficiais em seus processos de comercialização, chega a esses resultados com percursos menos complicados. Seja como for, com essas interfaces torna-se possível conectar redes que usam moedas sociais com redes que não as usam (uma vez que empresas solidárias que não usam moedas sociais podem operar nessas bolsas de negócios das redes de trocas) e avançar de maneira estratégica em reinvestimentos coletivos que permitem remontar as cadeias produtivas e corrigir fluxos de valor, visando realimentar o próprio processo de produção e consumo no interior das redes solidárias.

REMONTANDO CADEIAS PRODUTIVAS E CORRIGINDO FLUXOS DE VALORES

Quando os excedentes obtidos pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços nas redes são nelas reinvestido para que se gerem mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, criam-se novos postos de trabalho e aumenta-se a oferta solidária de produtos e serviços em seu interior. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui volume e o número de itens que as redes

ainda compram no mercado capitalista, evitando-se, assim, que a riqueza nelas produzida realimente a acumulação capitalista ao girar a produção do capital⁴ pela aquisição de produtos e serviços capitalistas no mercado.

Na prática, quando os consumidores realizam o consumo solidário, consumindo os produtos de uma empresa solidária que não explora os trabalhadores e protege o meio ambiente, essa empresa vende toda a sua produção e gera um excedente que, na lógica capitalista, seria lucro. Entretanto, esse excedente, na lógica da solidariedade, é reinvestido na construção de novas empresas, gerando novos postos de trabalho, diversificando a produção e melhorando o padrão de consumo de todos os que participam da rede.

Por isso, em uma rede solidária que opera sob essa lógica – *paradigma da abundância* –, quanto mais se reparte a riqueza, mais a riqueza dos participantes aumenta. Como vimos, o que gera a riqueza é o trabalho. Com o trabalho são feitos bens e serviços para atender às necessidades e desejos das pessoas. Após a comercialização desses bens, obtém-se um valor excedente. Ora, quanto mais se reparte essa riqueza gerada pelo trabalho, tanto mais as pessoas podem comprar os produtos e serviços das redes. E quanto mais elas compram, mais oportunidades de trabalho elas geram para outras pessoas que ainda estão desempregadas. Assim, quanto mais se distribui a riqueza nas redes, mais os seus produtos são consumidos, mais oportunidades de trabalho que gera riqueza são criadas e um número maior de pessoas passa a integrar as redes como produtores e consumidores. Trata-se de um círculo virtuoso que integra consumo e produção sob parâmetros ecologicamente sustentáveis. Uma das melhores maneiras de distribuir essa riqueza é criar novos empreendimentos solidários e remunerar mais trabalhadores, produzindo uma diversidade maior de produtos à disposição do bem-viver de todos.

Assim, conforme a rede vai crescendo ela vai integrando um número cada vez maior de produtores

⁴ Girar a produção significa converter o valor econômico abstrato em elementos produtivos que, por sua vez, consumidos no processo de produção, serão convertidos em produtos finais, os quais, ao serem comercializados, se convertem novamente em valor econômico abstrato – neste caso particular, em capital.

e vai remontando de maneira progressiva e solidária as partes das cadeias produtivas sobre as quais ela ainda não tem autonomia. Por exemplo: se um grupo produz macarrão, ele precisa comprar ovos e farinha. Pode ocorrer que na rede não haja produtores desses bens e que esse grupo tenha que comprar esses insumos no mercado capitalista. Entretanto, assim que for possível montar uma nova cooperativa ou microempresa, será dada preferência a montar-se uma granja ou moinho para produzir-se os ovos ou a farinha de trigo que são usados para fazer o macarrão. Depois organiza-se a produção de milho para fazer ração e alimentar as galinhas. E assim sucessivamente, progressiva e tendencialmente, vão sendo completadas as cadeias produtivas. Desse modo, o lucro que os capitalistas acumulavam nas diversas etapas das cadeias produtivas passa, agora, a financiar o surgimento de outras cooperativas ou microempresas em favor do bem-viver de todos e não apenas do enriquecimento de alguns. Com isso, progressivamente, essas redes vão substituindo as relações de produção, comercialização e consumo de tipo capitalista e vão criando melhores condições para o exercício das liberdades públicas e privadas de todos/as.

Que ninguém, entretanto, se confunda com a simplicidade dos exemplos didaticamente escolhidos neste texto. As redes de economia solidária integram empresas que faturam anualmente mi-

lhões de dólares e que cobrem inúmeros setores das cadeias produtivas. A construção de interfaces que permitam conectar as diversas práticas de economia solidária em redes de colaboração avança rapidamente. O incremento dos fluxos de informação, valores, produtos e serviços entre elas, acompanhado de uma difusão maciça do consumo solidário – condição fundamental para o sucesso da economia solidária – possui um poten-

cial de engendrar um forte movimento sinérgico de transformação estrutural da economia global que, considerado também em suas dimensões políticas e culturais, podemos corretamente denominar *revolução das redes*.

As redes de economia solidária integram empresas que faturam anualmente milhões de dólares e que cobrem inúmeros setores das cadeias produtivas.

A construção de interfaces que permitam conectar as diversas práticas de economia solidária em redes de colaboração avança rapidamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORAGGIO, José Luis. *Las redes de trueque como institución de la economía popular*. Out. 1998, p. 10. Disponível em: <http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S_BD_POLITICASOCIAL/JLC12.PDF>.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes — a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Euclides André. Algumas considerações sobre redes de trocas. In: _____. *Redes de colaboração solidária — aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes. (no prelo).
- WILNER, Adriana. O escambo voltou. *Carta Capital*, v. 8, n. 159, p. 50, 3 out. 2001.

Credibahia: o programa de microcrédito do estado da Bahia

Caio Márcio Ferreira Greve*

Resumo

No presente artigo faz-se uma breve descrição do chamado microcrédito e do modo como esse se efetiva na Bahia, mostrando-se, especificamente, o funcionamento do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (CREDIBAHIA), sua estrutura e formas de atuação nos municípios.

Palavras-chave: microcrédito, microempreendedores, *funding*, financiamento, município.

Abstract

This article draws a brief description of the so-called micro-credit and the way it is in effect in Bahia, showing specifically the workings of the Micro-credit Program of the State of Bahia (CREDIBAHIA), its structure and its operation in the towns.

Key-words: *micro-credit, micro-entrepreneurs, funding, financing, town.*

Em 1974, Mohamed Yunus, professor universitário de Bangladesh,¹ tomou conhecimento, mediante trabalho de campo realizado por seus alunos, que a maioria dos habitantes da pequena aldeia de Jobra vivia de maneira subhumana, ou seja, ganhava, pela atividade que exercia, menos de US\$1 por dia. Muitas famílias da aldeia trabalhavam por conta própria – artesãos, marceneiros, artífices – e suas atividades requeriam matérias-primas e, conseqüentemente, dinheiro para adquiri-las. Como não dispunham de recursos, recorriam aos agiotas locais,² pagando taxas de 20% a 25% ao dia. Parecia lógico para Yunus que o problema poderia ser resolvido se ele pudesse atrair a atenção de um banco e o estimulasse a conceder crédito, a taxas menores, à população de baixa renda. Porém, depois de muito procurar, chegou à conclusão que essa clientela não interessava aos bancos de Bangladesh, que se justificavam dizendo que as pessoas não ti-

nam garantias a oferecer e que o crédito com valores pequenos era oneroso, não cobrindo o custo operacional da instituição (YUNUS, 2000)

Yunus não desistiu: mapeou as famílias que tomavam empréstimos na aldeia, verificando que as necessidades de 42 famílias podiam ser atendidas com US\$ 27. Apesar das severas leis muçulmanas, que proíbem a cobrança de juros e reservam ao homem as decisões familiares, ele resolveu que faria os empréstimos³ a essas famílias, com recursos próprios, de forma associativa e solidária, e que, preferencialmente, negociaria com as mulheres. É claro que isso causou grande reboliço na aldeia, tanto por parte dos maridos, que não se conformavam em perder o lugar de *cabeça-do-casal*, como por parte dos agiotas, que estavam perdendo o mercado. Mas Yunus não se abateu e continuou tentando até conseguir seu objetivo. Estava lançada a pedra fundamental do Grameen Bank, e os seus US\$ 27 iniciais transformaram-se em mais de US\$ 349 milhões em ativos.⁴

* Caio Márcio Ferreira Greve é mestrando em Administração Pública (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia).

¹ Pequeno país da Ásia, de população predominantemente muçulmana.

² Na maioria das vezes, os grandes comerciantes de matéria-prima.

³ Esses empréstimos foram feitos com a cobrança de juros de 20% ao ano.

⁴ Conforme seu último balanço, divulgado no ano 2000 (YUNUS, 2000)

Hoje, a idéia do Grameen encontra-se disseminada em vários países, conhecida como microcrédito,⁵ tendo-se tornado uma solução factível e real de combate à pobreza e de inclusão social (YUNUS, 2000) Além disso, inclui a prática da solidariedade e da consciência comunitária, já que o agente de crédito⁶ atua como conselheiro, consultor, educador e fiscal. Na maioria das vezes esse agente pertence à comunidade, e isso facilita o seu trabalho na seleção dos microempreendedores e na formação dos grupos solidários.⁷ Esse é um outro diferencial em relação aos bancos tradicionais, pois o agente de crédito vai até os clientes.

MICROCRÉDITO NO BRASIL

As primeiras experiências com microcrédito no Brasil foram realizadas no final dos anos 70, por Organizações Não-Governamentais (ONGs), podendo-se registrar como pioneiras a rede Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (CEAPE) e o Banco da Mulher. Naquela época, não havia regulamentação para a atividade e esse era um dos fatores a que se atribuía o fraco desempenho dessa modalidade de crédito no país: sem reconhecimento legal, as ONGs ficavam no mesmo patamar dos agiotas, ou seja, na ilegalidade. Afinal, com a Resolução 2.627, de 2 de agosto de 1999, o Banco Central (BACEN) regulamentou o microcrédito no Brasil, permitindo que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as Sociedades de Crédito aos Microempreendedores (SCMs) pudessem operar com crédito, cobrando taxas maiores que 12% a.a. Cabe esclarecer que para qualquer entidade de microcrédito continuar a existir ela tem que levar em conta que seus custos devem ser cobertos e que sua única fonte de receita é a cobrança de juros. Imaginar que se possa

⁵ Microcrédito não é crédito pequeno, e sim crédito para os pequenos.

⁶ O agente de crédito é peça fundamental dessa engrenagem, pois a ele é delegado o poder de selecionar, acompanhar e fiscalizar o microempreendedor.

⁷ Entende-se como solidária, no concernente ao crédito, a relação entre grupos de cinco a dez pessoas de uma mesma comunidade, que garantem uns aos outros os seus débitos perante a organização que pratica o microcrédito.

fazer caridade com o microcrédito é um erro grave, sobretudo porque o pobre, aquele sem acesso aos bancos, não precisa de caridade, mas de acesso a um crédito que lhe seja viável. A um crédito que lhe permita obter capital para o seu pequeno negócio, que lhe permita pagar suas prestações ao final do prazo e que lhe proporcione condições para obter um novo crédito para continuar crescendo. Assim, os juros cobrados pelas instituições dependem diretamente dos seus custos e da inadimplência de seus clientes.

Para qualquer entidade de microcrédito continuar a existir ela tem que levar em conta que seus custos devem ser cobertos e que sua única fonte de receita é a cobrança de juros.

MICROCRÉDITO NA BAHIA

Na Bahia o cenário não é diferente do resto do Brasil: algumas agências de microcrédito já se encontram em atuação,⁸ mas a maioria do público-alvo ainda não é

atendida. Necessidade de *funding*, capacitação de agentes de crédito e gerentes, além dos custos fixos altos, são as principais dificuldades dessas entidades, que, nesses anos de prática, sempre enfrentaram uma concorrência direta de financeiras e *factorings*, que atuam de maneira direta ou indireta no crédito ao consumidor.

CREDIBAHIA

É dessa forma que surge a idéia do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (CREDIBAHIA), que conta com a participação da Desenhahia, da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE/BA) e também das prefeituras municipais onde o programa for implantado. O CREDIBAHIA nasce com o intuito de fomentar os microempreendedores do Estado, sejam eles formais ou informais,⁹ que não têm acesso ao crédito bancário, e, conseqüentemente, de

⁸ As principais são: Banco da Mulher, Visão Mundial, CEAPE, CEADE, Credisul. Além dessas, o BNB com o CREDIAMIGO e a CEF, em Salvador, completam a rede em pauta.

⁹ Ambulantes, artífices e pequenos negócios.

contribuir para melhorar o padrão de vida da população, através de duas linhas de atuação: a primeira consiste na concessão de financiamento de maneira direta aos microempreendedores; a segunda, através de *funding* para as agências de microcrédito que já atuam no Estado (D.O. Decreto 8.241 de 30/04/2002).

CRÉDITO DIRETO AO MICROEMPREENDEDOR

Na primeira linha, o CREDIBAHIA atuará nos municípios selecionados pelo Governo do Estado,¹⁰ nos postos da SETRAS e em parceria com a Prefeitura. O microempreendedor será visitado pelo agente de crédito do programa,¹¹ que, após uma análise do seu negócio e da viabilidade do mesmo, preencherá uma proposta a ser enviada ao comitê de crédito.¹² A proposta sendo aprovada, o valor é liberado através de um banco conveniado, por meio de uma ordem de pagamento. No mesmo instante o microempreendedor receberá os boletos de cobrança, que serão pagos diretamente em qualquer instituição bancária. Observe-se que, desde o primeiro contato, os conceitos do CREDIBAHIA são passados ao cliente, para que fique bem claro que:

- trata-se de um empréstimo e, portanto, precisa ser pago (conceito de responsabilidade);
- cada vez que se paga uma prestação disponibilizam-se mais recursos para o programa e mais pessoas podem ter acesso ao CREDIBAHIA (conceito de solidariedade);
- após o pagamento da última prestação pode-se ter acesso ao novo crédito num valor um pouco maior (conceito de continuidade);

¹⁰ Os municípios onde serão implantadas as primeiras agências foram selecionados pelas Secretarias de Estado participantes do programa: Lauro de Freitas, Feira de Santana, Ilhéus, Jacobina, Valente, Lajedo do Tabocal e Pojuca.

¹¹ O agente de crédito do CREDIBAHIA geralmente é selecionado no próprio município.

¹² O comitê de crédito se reunirá uma vez por semana, e será formado pelos agentes de crédito, o gerente da agência de Microcrédito, além de funcionários da SETRAS, e representantes da comunidade.

- faz-se parte de um grupo de pessoas da comunidade e, para que o grupo tenha sucesso, não basta o seu sucesso individual (conceito de comunidade).

Assim, pode-se perceber a importância do agente de crédito, que, além de fazer tudo o que é preciso para concedê-lo, ficará também responsável pelo acompanhamento e cobrança dos inadimplentes. Efe-

tivamente, se sua carteira de clientes não vai bem,¹³ o agente não pode conceder novos créditos. Para isso foi criado pela Desenbahia um *software* que controlará cada operação efetuada: à medida que a carteira ativa de clientes do agente de crédito atinja um determinado limite máximo de inadimplência, automaticamente será bloqueada. Nesse caso, o agente só poderá voltar a conceder crédito quando seus clientes saldarem seus débitos, reduzindo o seu percentual de inadimplência.

Pode-se perceber a importância do agente de crédito, que, além de fazer tudo o que é preciso para concedê-lo, ficará também responsável pelo acompanhamento e cobrança dos inadimplentes. Efetivamente, se sua carteira de clientes não vai bem, o agente não pode conceder novos créditos.

CRÉDITO ATRAVÉS DAS AGÊNCIAS DE MICROCRÉDITO

Outra forma de atuação do Programa será o apoio às entidades que já fazem microcrédito no Estado da Bahia, através de uma linha de crédito visando à expansão do público atingido. Sua finalidade é financiar instituições de microcrédito, buscando o fortalecimento e a ampliação de uma rede de agências capaz de propiciar crédito aos microempreendedores.

Os beneficiários são Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) atuantes no Estado da Bahia há mais de seis meses. Essa linha será operada diretamente pela Desenbahia e, com isso, o CREDIBAHIA poderá aumentar a sua participação em outros municípios mais rapidamente, através do trabalho desenvolvido por essas instituições.

¹³ Isto é, quando a inadimplência dos seus clientes atinge um patamar pré-estabelecido pelo Programa.

Os recursos do financiamento deverão ser utilizados na concessão de microcrédito. O limite para cada instituição beneficiária é de metade do valor de sua carteira ativa, comprovada, à época da solicitação do financiamento.

CONCLUSÃO

O primeiro município a participar do CREDIBAHIA, na modalidade de crédito direto ao microempreendedor, será o de Lauro de Freitas.¹⁴ Sua agência começou a funcionar no dia 2 de maio de 2002, no SAC localizado no Shopping Litoral Norte. Com isso, espera-se estar contribuindo para o combate às desigualdades sociais, com a oferta de crédito produtivo

¹⁴ Até o final de 2002 serão sete os municípios atendidos.

a quem dele precisa e não consegue obtê-lo através do sistema bancário. As primeiras propostas de agências de microcrédito que já operam na Bahia estão sendo analisadas e espera-se que até o final do primeiro semestre de 2002 sejam iniciadas as primeiras parcerias. Temos certeza de que o pobre não precisa de caridade e sim de oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lareyne. Introdução ao microcrédito: um instrumento de combate à pobreza. Salvador, 2000. (mimeo).

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001* – Luta contra a pobreza. Washington, D.C.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias

*Nilton Vasconcelos**

Resumo

Descreve-se, neste artigo, o processo de gestação do BanSol, uma iniciativa em finanças solidárias que articula professores e estudantes de três universidades baianas no apoio técnico e financeiro a cooperativas populares. São considerados o caráter participativo do método adotado e os conceitos desenvolvidos na construção do projeto, que resultou premiado em concurso nacional. São aqui ressaltados os objetivos da empreitada, o público-alvo, a natureza universitária da proposta, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Além de apresentar os aspectos operacionais, procura-se estabelecer os parâmetros teóricos essenciais do campo das finanças solidárias, como subárea da economia solidária.

Palavras-chave: finanças solidárias; economia solidária; cooperativas populares; microcrédito; universidade.

Abstract

We describe the development process of BanSol, an initiative in solidary finances which connects professors and students from three universities in Bahia for technical and financial support to popular cooperatives. The participative character of the adopted method and the concepts developed in the construction of the project are considered, and resulted in the project being nationally awarded. We do emphasise here the objectives of the effort, the target public, and the university nature of the proposal, involving teaching, research and extension. In addition to presenting the operational aspects, we aim at establishing the theoretical parameters which are essential in the field of solidary finances as a sub-area of solidary economy.

Key-words: *solidary finances; solidary economy; popular cooperatives; microcredit; university.*

Este texto tem como objetivo registrar o surgimento de uma experiência de finanças solidárias que, embora embrionária, merece ser destacada por suas peculiaridades diante de outras experiências do gênero.

A Associação de Finanças Solidárias (BanSol) surgiu e está sendo construída a partir da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com outras duas instituições universitárias, uma pública e estadual – a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) – e a outra, uma instituição privada, a Universidade Salvador (Unifacs).

A constituição do Ecosol-Bahia, grupo de estudos sobre Economia Solidária integrado por professores da UFBA e Unifacs, com o objetivo de estimular o desenvolvimento dessa área de conhecimento no Estado, criou um campo propício ao aparecimento do BanSol. Não se trata, evidentemente, de um banco no sentido estrito do termo ou mesmo de uma instituição de microcrédito nas modalidades previstas pela legislação federal, mas de uma organização com características inovadoras.

Embora faltasse experiência sobre iniciativas em finanças solidárias aos participantes do processo – professores, estudantes e outros profissionais – o BanSol evoluiu de uma idéia simples até uma proposta razoavelmente elaborada e estruturada.

Este texto tem, assim, um duplo propósito: relatar os procedimentos que envolveram a criação e

* Nilton Vasconcelos é professor da Escola de Administração da UFBA (2001-2002) e membro do BanSol. niltonvj@ufba.br

construção do BanSol, sem o que se torna difícil compreender a extensão da proposta, e destacar, ainda, os conceitos básicos que a sustentam, ajudando a esclarecer a especificidade da experiência.

Como poderá ser observado, apesar da sua precocidade e falta de dados relativos a aspectos fundamentais dos seus objetivos finais, o BanSol já produziu resultados parciais satisfatórios, e justifica o presente artigo.

Antes, porém, de tratarmos especificamente da iniciativa, faremos uma breve abordagem sobre as finanças solidárias como campo específico da Economia Solidária.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Singer (2002) retoma as origens das práticas de ajuda mútua entre parentes e amigos para associar finança e confiança. O empréstimo de bens e dinheiro surge como atitude de reciprocidade entre aqueles que enfrentam necessidades periódicas. Entretanto, o crescente domínio das instituições financeiras sobre esse campo tornou o crédito cada vez mais caro e de acesso restrito, estimulando, com o agravamento da crise econômica, a retomada de práticas solidárias.

França (2001), ao discutir novos arranjos organizacionais possíveis, nos marcos da Economia Solidária, analisa uma tipologia originária da experiência francesa, reunindo quatro universos, entre os quais o da “finança solidária”. Destaca ainda que esse conceito engloba iniciativas com diferentes denominações, como microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, que, de um modo ou de outro, “participam de um outro tipo de relação com o dinheiro”. Ou seja, de uma relação que foge das características do mercado financeiro, por democratizar o acesso ao crédito para aqueles que buscam viabilizar empreendimentos ligados à ocupação e geração de renda para os seus integrantes. Mas, além disso, ressalta França (2001), há uma preocupação com a utilidade social do investimento:

O empréstimo de bens e dinheiro surge como atitude de reciprocidade entre aqueles que enfrentam necessidades periódicas. Entretanto, o crescente domínio das instituições financeiras sobre esse campo tornou o crédito cada vez mais caro e de acesso restrito, estimulando, com o agravamento da crise econômica, a retomada de práticas solidárias.

Trata-se assim, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos, articulando, por exemplo um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc. (FRANÇA, 2001:131)

Portanto, a idéia de facilitar o acesso ao crédito está intimamente ligada às finalidades, enfim, à destinação dos recursos, devendo-se observar o caráter ético e social do empreendimento apoiado.

O fornecimento de crédito a populações economicamente carentes para geração de ocupação e renda tem na experiência do Grameen Bank de Bangladesh uma referência essencial. O sucesso daquela iniciativa, que envolve, atualmente, mais de 2,3 milhões de mutuários, chamou a atenção de todo o mundo e fez multiplicar outros bancos e associações de crédito cooperativo de natureza semelhante. Há 25 anos, o professor universitário Muhammad Yunus, idealizador da proposta, deu início à experiência que viria a resultar no Grameen Bank, com 42 empréstimos de 27 dólares, um valor irrisório mas de grande impacto para gente muito pobre.

Na América Latina, o Bancosol da Bolívia é, provavelmente, o mais bem-sucedido exemplo de fornecimento de microcrédito com grande impacto econômico sobre a renda dos tomadores de empréstimo, muito embora sua relação com as instituições financeiras tradicionais configurem uma tipologia diferenciada daquela iniciada em Bangladesh. O crescimento desse campo deu margem à denominada “indústria do microcrédito”, sujeita a uma série de problemas típicos desse mercado. As grandes instituições financeiras vêem, assim, um segmento de mercado com grande potencial, mas ao qual não têm tido acesso, o que poderia se viabilizar através de acordos com organizações não-governamentais.

Desse modo, os bancos centrais de diversos países começam a estabelecer regras sobre o funcionamento desses empreendimentos, restringindo o seu número e ampliando a regulação sobre a atividade,

em função das dificuldades operacionais em realizar a fiscalização do setor (PASSOS e outros, 2002).

No Brasil, em 2001, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, existiam 110 instituições de microfinanças em atuação (IBAM, 2001). Entre essas podemos destacar algumas, correspondentes a variados modelos de fornecimento de microcrédito: Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL, Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (rede Ceape), Banco da Mulher, diversos Bancos do Povo ligados a governos estaduais e municipais, Banco do Nordeste. Boa parte delas são iniciativas estatais ou contam com participação de governos municipais e estaduais; outras tantas se viabilizam a partir de associações com o sistema financeiro privado ou repasses de recursos federais destinados ao microcrédito. Na Bahia, estão presentes: Banco da Mulher, Ceape, Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (Ceade), Visão Mundial, Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária.

Entre as experiências brasileiras não-governamentais, uma merece destaque: trata-se do Banco de Palmas, em Fortaleza, por se vincular a uma lógica de desenvolvimento local associando a finança ao comércio justo e a outras práticas solidárias.

Em geral, entretanto, a vinculação à lógica convencional de mercado, de remuneração do dinheiro e de resposta aos custos operacionais, tem determinado a prática de taxas elevadas de juros, encarecendo o crédito acima, inclusive das taxas médias, tornando alto o custo do dinheiro para quem mais precisa dele para sobreviver.

O BanSol nasce com a perspectiva de articular a atividade acadêmica de ensino, pesquisa e extensão ao microcrédito, para empreendimentos solidários, desenvolvendo conceitos e instrumentos de gestão social.

O BANSOL

Para atender aos objetivos específicos deste artigo, de descrever os procedimentos adotados na construção do BanSol e apresentar os conceitos desenvolvidos, far-se-á um relato cronológico abrangendo a primeira fase, de construção conceitual da experiência.

A idéia de organizar um banco solidário, ou seja, uma instituição que fornecesse crédito barato para empreendimentos solidários surgiu com um objetivo bem determinado: participar-se de um concurso tendo em vista o Prêmio Fenead, organizado, anualmente, por uma entidade denominada Federação Nacional dos Estudantes de Administração. O regimento do concurso estabelecia critérios específicos para a participação de estudantes e professores nos projetos, bem como a explicitação de objetivos, indicação de viabilidade econômica, tipo de participação comunitária, entre outros. A proposta básica consistia em transformar o valor monetário da premiação – que poderia chegar a até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) – em recurso financeiro a ser emprestado a empreendimentos solidários.

A essa época, um grupo de professores da Escola de Administração da UFBA e do Mestrado de Análise Regional da Unifacs ministrava uma disciplina em curso de especialização, articulando modelos participativos em ação comunitária e os conceitos de Economia Solidária. O contato com essa temática e com organizações populares que buscavam desenvolver atividades econômicas, especialmente na forma de cooperativas, possibilitou a identificação da imensa dificuldade por elas enfrentadas, exatamente por não terem acesso aos recursos necessários à realização dos investimentos.

Rapidamente, a idéia conquistou inúmeros adeptos entre professores, estudantes e profissionais de alguma forma ligados à EAUFBA. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Uneb,¹ por sua atuação no apoio a várias iniciativas econômicas de grupos de moradores de bairros populares, na capital e no interior do estado, também logo se interessou em integrar o projeto que começava.

¹ A ITCP/UNEB tem como objetivo a criação de oportunidades de trabalho e renda através da estruturação de cooperativas populares. A idéia de fomentar a criação de cooperativas populares a partir das Universidades surgiu com a experiência desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 1994. O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), lançado em maio de 1998, no Rio de Janeiro, pela COPPE/UFRJ, FINEP, FBB, Banco do Brasil, COEP e Programa Comunidade Solidária, teve o objetivo de estender essa experiência a outras universidades brasileiras, sendo a Uneb uma das primeiras selecionadas para dar continuidade à experiência

Método participativo

Um primeiro registro importante a fazer é sobre o processo de elaboração da proposta. Optou-se por não estabelecer limites quanto ao número de participantes da equipe, esforçando-se os idealizadores para estimular novas adesões. Em pouco mais de uma semana, estava-se então em julho de 2001, realizou-se a primeira reunião em uma das salas da Eaufba. Muitas mais seriam realizadas no curso do semestre, pelo menos uma vez por semana, até que se elaborasse coletivamente a proposta, enfim apresentada ao concurso.

Não se poderia dizer que se tratava de reuniões convencionais. No início, sob a coordenação de uma das professoras e, posteriormente, por quem se habilitasse, as reuniões começavam ao som de músicas indígenas, cantigas de roda ou sons colhidos da natureza. Sempre em círculo, de mãos dadas ou abraçados, o grupo cantava e dançava, de início descompassadamente e, aos poucos num mesmo ritmo. Constrangimentos não faltaram, especialmente entre aqueles que não eram acostumados com esse tipo de dinâmica de grupo. Efetivamente, tal procedimento contribuiu para reforçar os laços de amizade, confiança e solidariedade. A prática foi abandonada posteriormente, sem que se avaliassem os motivos, embora esses possam ser compreendidos no contexto da nova configuração assumida numa segunda etapa dos trabalhos, conforme será esclarecido um pouco mais adiante neste texto.

A essa breve abertura lúdica, seguiam-se debates, orientados por uma intervenção estruturada, sobre Economia Solidária ou sobre experiências de microcrédito. Sempre em círculo, a reunião transcorria de modo a estimular a intervenção dos presentes, justamente para reduzir o desnível de informação entre os participantes. Contudo, o caráter inovador da proposta encorajava todos a oferecer as suas contribuições. O encontro semanal dedicava a maior parte do tempo, entretanto, à formulação do projeto em discussão de grupos e em plenária.

Motivados pela oportunidade de realizar uma experiência com a comunidade ou de observar as possibilidades de trabalho com a Economia Solidá-

ria, o grupo envolvido conseguiu mobilizar seis professores, além de técnicos e dezenas de estudantes. Vinte a trinta pessoas participavam dos encontros semanais.

Aos poucos passaram a realizar-se reuniões extraordinárias de grupos encarregados de apresentar propostas sobre partes do projeto. Desde o início, no entanto, a criação de uma lista de discussão na internet – que logo alcançou cinquenta inscrições – possibilitou um clima de assembléia geral permanente, visto que consultas, proposições, textos diversos, passaram a circular com grande frequência. Com a distribuição das atas das reuniões pela lista de discussão tornou-se fácil acompanhar o andamento dos trabalhos, ainda que não se pudesse comparecer a todos os encontros.

As atribuições de coordenar as reuniões e elaborar as atas eram distribuídas, de preferência, em sistema de rodízio, mas também pelo critério do voluntariado, ou seja, aqueles que se dispunham para a tarefa deveriam se manifestar. Quanto às decisões, essas deveriam ser consensuais para as questões mais relevantes, de modo a permitir o exercício do convencimento ou, quase sempre, da busca de uma solução alternativa.

Em linhas gerais, esses procedimentos são mantidos até hoje, com pequenas alterações.

Quais finanças?

Um Manifesto, elaborado em agosto de 2001, para difundir os princípios que norteavam a proposta do BanSol referia-se ao compromisso com a possibilidade de desenvolver uma “alternativa às concepções neoliberais de mercado”, empreendendo-se uma prática solidária (veja-se, no box, a íntegra do Manifesto do BanSol). Tratava-se, inicialmente de apontar as diferenças básicas entre o que se pretendia construir e as demais organizações de fornecimento de microcrédito. De uma forma geral, aquelas instituições repassavam recursos disponibilizados por agências nacionais e internacionais e se orientavam por lógicas típicas de mercado, o que tornava o dinheiro excessivamente caro para os empreendimentos populares. Os custos operacionais para o fornecimento do crédito aos pequenos empreendedores eram maiores do que naquelas

operações voltadas para uma empresa de maior porte, o que se constitui em um contra-senso.

Começava-se, assim, a delimitar os contornos essenciais do BanSol: 1) o custo operacional não deveria ser repassado aos empreendimentos apoiados; 2) não se constituía objetivo do BanSol a obtenção de lucro; 3) as relações entre o BanSol e as organizações apoiadas deveriam ter caráter essencialmente solidário.

Como decorrência desses objetivos básicos, as atividades do BanSol deveriam se basear sobretudo em trabalho voluntário, de modo a limitar os custos operacionais, que seriam ainda minimizados pela utilização de instalações da Universidade para a realização de reuniões e contatos. Custos adicionais deveriam ser providos mediante a captação de recursos em outras fontes, desonerando os empreendimentos apoiados.

O caráter não-lucrativo e solidário da iniciativa resultou na formulação do conceito de Taxa de Retribuição Solidária, devida pela organização recebedora do crédito, adicionalmente ao recurso transferido na forma de empréstimo. A referida Taxa deveria tão-somente incluir a correção monetária e gastos tributários com a movimentação financeira, sem juros, sendo considerado esse adicional ao valor emprestado uma retribuição solidária, de forma a tornar o recurso, posteriormente, disponível para outras instituições.

O Fundo Solidário – o recurso a ser disponibilizado às entidades apoiadas – seria composto pelo recurso a ser obtido com a premiação mas, também, por meio de outras iniciativas. Dessa forma, aos poucos, a idéia do Banco Solidário vem-se firmando, bem como a possibilidade concreta de viabilizar-se independentemente do almejado recurso da premiação.

A necessidade de definir o público-alvo do BanSol levou à noção de “empreendimentos coletivos solidários”, ou seja, cooperativas populares ou outras formas de associação que envolvam pessoas de

baixa renda em torno de atividades econômicas que lhes garantam uma ocupação e rendimento. Assim, por opção, o crédito não seria fornecido a indivíduos isoladamente.

Todo o processo decisório para chegar a esse formato, deve-se reafirmar, teve ampla participação dos professores e alunos das já citadas universidades, além daquela de profissionais que aderiram à proposta. Havia, contudo, aspectos fundamentais a

serem equacionados, entre os quais os relacionados à própria instituição universitária, ou seja, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Outra importante questão decorria da necessidade de criação de mecanismo de estímulos à participação.

Assim, procurou-se uma solução articulada. A experiência do BanSol seria integrada às atividades de Extensão da UFBA, transformando-se em uma disciplina optativa, dentro do programa de Atividade Curricular em Comunidade (ACC), que reúne, em toda a Universidade, 500 estudantes nos mais diversos projetos de integração com a sociedade. O Colegiado do Curso de Administra-

ção da UFBA também reconheceu aos estudantes a possibilidade de converter em créditos a participação no BanSol, a título de estágio supervisionado.

Essa articulação permitiu ampliar o foco do projeto, de modo a associar o fornecimento de recursos financeiros ao apoio técnico a empreendimentos coletivos solidários. Caberia ao BanSol, em colaboração com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNEB), formatar propostas de financiamento, apontando sugestões com vistas à viabilidade econômica e administrativa dos empreendimentos. Outras organizações vinculadas à EAUFBA, como a Empresa Júnior, Aisec, seccional local da Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales (AIESEC), de intercâmbio internacional de estudantes, e o Diretório Acadêmico se comprometeram a participar de variadas formas.

As atividades do BanSol deveriam se basear sobretudo em trabalho voluntário, de modo a limitar os custos operacionais, que seriam ainda minimizados pela utilização de instalações da Universidade para a realização de reuniões e contatos. Custos adicionais deveriam ser providos mediante a captação de recursos em outras fontes, desonerando os empreendimentos apoiados.

A atividade do BanSol foi planejada de modo a associar-se às atividades de pesquisa do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/EAUFBA), especialmente ao Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol). Nesse particular, estabeleceu-se como um dos objetivos adicionais do BanSol o desenvolvimento de conhecimentos específicos de “*gestão de empreendimentos sociais*”, cujas características em muito se diferenciam dos segmentos público e privado e à qual a literatura do campo da administração não se dedica a analisar.

A estrutura do Projeto

Em meados de setembro, o projeto BanSol já estava concluído para efeito da candidatura ao Prêmio. Além da concepção geral do modelo de finanças solidárias, também foi definida a forma de aplicação do recurso financeiro ao longo de um ano, apresentando-se evidências da sustentabilidade do processo, ou seja, de que os programas apoiados permaneceriam após esse período inicial. Assim, foram escolhidas entre as cooperativas populares com as quais mantínhamos contato, aquelas que participariam dessa experiência.

A seleção de três cooperativas teve como critério básico o fato de que todas elas vinham sendo acompanhadas pela ITCP/UNEB ou pelo Mestrado de Administração Regional da Unifacs. Tratava-se de empreendimentos com distintos graus de desenvolvimento, conforme poderíamos verificar a seguir:

- Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira (COOFE) – incubada da ITCP, é composta em sua quase totalidade por moradores do bairro de Engomadeira, situado na vizinhança da UNEB. Grande parte da população desenvolve ocupações no mercado informal de trabalho e tem renda média familiar de 1,5 salário mínimo. O

bairro é predominantemente residencial, apresentando condições de saneamento e pavimentação bastante precárias. A cooperativa, que envolve 20 a 30 pessoas, produz pães de 50g para comercialização no próprio bairro além de pãezinhos e panetões, com a pretensão de diversificar sua produção para pizzas e bolos, além de para outros tipos de pães. Seus integrantes identificavam, imediatamente, a neces-

sidade de aquisição de carrinhos que facilitassem a comercialização de seus produtos, ampliando a sua capacidade de vendas;

- Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves (COOPERTANE) – igualmente incubada da ITCP, é sediada em Tancredo Neves, um dos mais populosos bairros da periferia de Salvador. Atualmente tem cerca de 40 mil moradores, em sua grande maioria negros, pessoas empobrecidas, semi-alfabetizadas, desempregadas ou subempregadas, que moram nas muitas ruelas e encostas do bairro. O grupo é constituído por 35 integrantes, dos quais 32 são mulheres, tendo sido feita a opção de iniciar as atividades com a reciclagem artesanal de papel. Após o processo de capacitação dos cooperantes para o desenvolvimento da produção, veio a busca

de financiamento para aquisição de equipamentos e reforma do espaço que lhes foi cedido para funcionamento;

- Cooperativa Popular de Alimentação do Bairro Vila Verde (COOPAVV) – é formada por moradores do Conjunto Vila Verde, construído em 1995, para abrigar famílias vitimadas por desabamentos decorrentes das fortes chuvas daquele ano. O Conjunto foi implantado em uma colina, onde foram demarcados 500 lotes de 84m², com casas-embrões de 20m², encontrando-se grande parte delas já modificada. A Cooperativa é baseada em uma Horta e num Res-

A atividade do BanSol foi planejada de modo a associar-se às atividades de pesquisa do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/EAUFBA), especialmente ao Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol). Nesse particular, estabeleceu-se como um dos objetivos adicionais do BanSol o desenvolvimento de conhecimentos específicos de “gestão de empreendimentos sociais”, cujas características em muito se diferenciam dos segmentos público e privado.

taurante comunitários, registrando-se experiências mais recentes, como a Associação Clube de Mães, que mantém uma creche e uma escolinha. A COOPAVV funciona desde março de 2001, de forma irregular. Inicialmente, a idéia era produzir alimentos *in natura* e distribuí-los em forma de refeição preparada pelos cooperados, comercializando-se o excedente. Posteriormente a iniciativa foi incrementada com a venda de quentinhas, como forma de ampliar o empreendimento. A Horta foi instalada em terreno contíguo à área residencial, sob uma linha de alta tensão da CHESF, que autorizou o uso do espaço para fins agrícolas. A aplicação de recursos na cooperativa seria destinada à aquisição de equipamentos e formação de capital de giro.

Segundo a proposta, o BanSol forneceria os recursos financeiros requeridos pelas cooperativas com base em um projeto de financiamento elaborado conjuntamente pelos diversos parceiros institucionais, em que fosse identificado o investimento que melhor potencializaria os empreendimentos. De imediato, estabelecia-se a cobrança da Taxa de Retribuição Solidária (TRS) para recompor o fundo de recursos e assegurar a continuidade do próprio BanSol. O próprio valor da Taxa e demais condições do crédito – valor de cada operação, carência, prazo – seriam analisados caso a caso, segundo o grau de desenvolvimento de cada cooperativa. Tendo em vista o objetivo de reduzir ao máximo a TRS, o “banco” viabilizaria outras alternativas para custear as operações de análise, assessoramento, acompanhamento dos projetos e recomposição do fundo de recursos, bem como os custos de instalação, equipamentos e manutenção.

Posteriormente, na fase dos trabalhos que corresponde à Atividade Curricular em Comunidade (ACC), evoluiu-se para uma proposta de retribuição do crédito fornecido, que, embora não pudesse ser generalizada para todos os casos, passaria a ser uma referência de análise. Nesse formato, tão logo fornecido o crédito o BanSol seria considerado como um dos cooperantes para efeito de recebimento dos rendimentos, até que fosse devolvido todo o valor emprestado mais a TRS. Portanto, o BanSol receberia o equivalente ao rendimento men-

sal obtido por cada cooperante, a título de amortização da dívida. Ficava assim estabelecida a parceria. O BanSol receberia o que cada um dos cooperados recebesse. Quanto maior o rendimento líquido a ser distribuído, mais rapidamente o BanSol poderia se comprometer com novos financiamentos.

O Projeto incluía, ainda, uma estratégia de difusão da experiência, com a realização de fóruns específicos para associações de moradores – intermediados pelas Federação de Associações de Bairro de Salvador (FABS) – sindicatos de trabalhadores, e entidades como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT). Em outro plano, a difusão da experiência atingiria as prefeituras municipais, buscando o desenvolvimento de iniciativas similares de fornecimento de crédito, enfim, obedecendo aos parâmetros solidários (PROJETO BANSOL, 2001).

Para medir e apreender os impactos econômicos, sociais e psicossociais, foram relacionados os indicadores abaixo discriminados.

a) Econômicos:

- impacto sobre a produção em empreendimentos beneficiários, em função da aquisição de equipamentos e materiais, viabilizada através do crédito recebido;
- variação da receita do empreendimento no período de concessão do crédito;
- variação dos custos do empreendimento;
- número de horas de capacitação técnica;
- número de entidades beneficiadas;
- montante do crédito fornecido frente aos recursos disponíveis.

b) Qualitativos:

- aumento da autonomia e desenvolvimento de atitudes pró-ativas das pessoas envolvidas em relação ao aspecto gerencial do empreendimento;
- aumento da autonomia do empreendimento com relação aos aportes externos.

c) Impactos sociais:

quantitativos

- variação na renda familiar dos integrantes dos empreendimentos solidários;
- variação do número de associados dos empreendimentos coletivos;

- número de alunos e professores envolvidos na experiência;
- número de trabalhos produzidos com base no tema;
- experiência e número de pesquisas financiadas associadas à experiência.

qualitativos

- nível de articulação entre pesquisa, ensino e extensão;
- nível de articulação entre universidade e sociedade;
- consolidação de conceitos e instrumentos relativos à gestão de empreendimentos solidários;
- multiplicação, para instituições de ensino de outros Estados, da prática de economia solidária desenvolvida no projeto.

indicadores psicossociais

- grau de permanência dos indivíduos no empreendimento;
- grau de satisfação dos envolvidos no empreendimento;
- grau de integração do grupo.

Ainda segundo o projeto, a avaliação do andamento dos trabalhos seria desenvolvida em reuniões periódicas com os responsáveis de cada empreendimento, devendo ser utilizadas dinâmicas de grupo e observações dos envolvidos. Além disso, deveriam ser realizadas atividades de acompanhamento dos demonstrativos econômicos e financeiros dos empreendimentos e avaliação periódica do próprio BanSol.

O PRÊMIO

Encaminhado o Projeto ao concurso, foi grande a expectativa da equipe, que acompanhava passo a passo o desenvolvimento das diversas etapas de seleção. Se é verdade que mantínhamos a disposição de levar adiante a iniciativa, independentemente do resultado, sabíamos que a obtenção do recurso nos pouparia esforços adicionais de captação, permitindo atender à expectativa gerada também en-

tre os cooperantes dos empreendimentos com os quais vínhamos mantendo contato.

Finalmente, o BanSol e mais quatro projetos foram escolhidos entre mais de cem propostas encaminhadas por grupos organizados em quase todos os Estados da Federação. Imediatamente passamos a novas tarefas, relacionadas ao formato jurídico a ser assumido pelo BanSol, pesquisa entre os cooperantes, etc.

O BanSol, pelo caráter participativo do seu processo de construção e pela preocupação com o desenvolvimento de empreendimentos coletivos que aliem solidariedade e sustentabilidade de comunidades de baixa renda, configura um arranjo organizacional inovador no campo das finanças solidárias.

No momento, conclui-se o semestre letivo e, com ele, a experiência com a disciplina ACC – Projetos Solidários, cuja avaliação está em andamento. Muitos problemas são identificados, entre eles a falta de liberação do recurso financeiro do Prêmio, que frustrou expectativas e atrasou o cronograma de implantação. Esses revezes não têm implicado descontinuidade, ao contrário, novas medidas e correções de rumo estão sendo discutidas. A confiança no caráter inovador da proposta e a certeza de que estamos, todos

os envolvidos, aprendendo muito, é o que nos impulsiona.

CONCLUSÕES

Pelo exposto, pode-se concluir que o BanSol, pelo caráter participativo do seu processo de construção e pela preocupação com o desenvolvimento de empreendimentos coletivos que aliem solidariedade e sustentabilidade de comunidades de baixa renda, configura um arranjo organizacional inovador no campo das finanças solidárias.

A articulação da experiência com o ensino, pesquisa e extensão, dá espaço a uma análise crítica permanente e a um amadurecimento da proposta inicial com vistas ao atendimento dos seus objetivos finalísticos. A possibilidade, por sua vez, de desenvolvimento de conceitos e instrumentos para a gestão social aponta uma perspectiva de trabalho nesse imenso e crescente universo de empreendimentos sociais. Ressalte-se, em particular, o fato de tal iniciativa ter nascido numa escola de admi-

nistração, lembrando-se que, no geral, essas escolas têm seus currículos presos às lógicas da administração privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBAM. *Perspectivas de expansão das microfinanças no Brasil: marco legal, capitalização e tecnologia – Relatório Final*. Rio de Janeiro, abr. 2001.

FRANÇA, Genauto C. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões

e complementos). *Organizações & Sociedade*, Salvador: EA/UFBA, v. 8, n. 20, p. 125-137, jan./abril 2001.

GRAMEEN BANK. Disponível em: <www.grameen-info.org>. Acesso em: 2002.

PASSOS, A. F. et al. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*. IPEA, v. 7, p. 41-61, fev. 2002.

PROJETO BANSOL. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br>>. Acesso em: 2001.

SINGER, Paul. Finança solidária. *Valor Econômico*, São Paulo, 4 fev. 2002, p. A13.

Manifesto por um Banco verdadeiramente solidário

O Manifesto do BanSol, que resumia as principais conclusões a que se chegara, ainda no início do projeto, conclamava a novas adesões, registrando:

A idéia de iniciar uma experiência no campo das finanças solidária nos mobiliza por diferentes motivações: engajamento em um projeto de cunho social, articular o que poderia parecer paradoxal - economia e solidariedade, pela possibilidade de aprendizado, de desenvolvimento de uma alternativa às concepções neoliberais de mercado e de empreendimento de uma prática solidária. Razões suficientes para reunir parte da comunidade universitária de diferentes instituições, e organizações outras da sociedade, em torno da criação de um banco solidário.

De início, não mais que uma vaga noção de como organizá-lo. Aos poucos, contudo, a idéia vai tomando consistência. Verificamos que existem variadas experiências e de diferentes matizes, sob o mesmo guarda-chuva, a mesma designação. Também, aos poucos, num processo participativo – como devem ser iniciativas desta natureza, construindo juntos –, procurando acertar nossos passos, identificamos o que não queremos, e vislumbramos algumas luzes do que parece ser o nosso desejo.

Queremos um banco diferente, não uma organização que sirva de ponte para o sistema financeiro já instituído, que siga a mesma lógica e, por consequência, reproduza injustas relações. Queremos um banco que não vise o lucro, mas, sim, apoiar iniciativas solidárias. Uma instituição cujo razão de existir não seja a sua permanência e sim os seus objetivos, embora sua sobrevivência seja necessária para alcançá-los. Um banco que não pretenda ser grande, como a lógica competitiva impõe a todas instituições deste gênero.

Um banco que, ao apoiar empreendimentos coletivos solidários, não o faça com base em crique banco é esse? Respondemos: é um banco verdadeiramente solidário, baseado no trabalho solidário. É um banco que não pode deixar de dispor de uma participação ampla e desinteressada da comunidade em que se instala, e que contribui para fortalecer os seus laços de solidariedade e os seus laços econômicos. Uma instituição cuja preocupação central seja a manutenção do fundo de empréstimo, e que mesmo que vise a sua ampliação, o faça através de outras iniciativas que não seja a aplicação de juros de mercado, ou taxas próximas às que ali se pratica.

Uma instituição que estabeleça relações com outras organizações visando o acompanhamento das experiências-alvo de financiamento, e a aquisição de equipamentos e instalações – reduzidas ao mínimo, de forma a não comprometer os recursos de empréstimo com outras finalidades. Uma instituição que contribua para desenvolver uma gestão solidária e que funcione sob esta ótica. Um vasto campo para experiências acadêmicas.

Esse banco é viável? É o banco que queremos, que nos interessa! É o que entendemos como uma instituição que forneça crédito barato para financiar, prioritariamente, atividades produtivas de iniciativa popular.

Como se faz um banco assim? É um banco em construção, em que se aprende à medida que nos comprometemos com uma idéia que aos poucos se concretiza. Para isso precisamos de todos.

Venha se juntar a nós!

Salvador, 2 de agosto de 2001.

Relembrando nossa história...

João Joaquim*

Resumo

O Banco Palmas é um sistema financeiro solidário criado, em 1988, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP). Visando garantir microcrédito para a produção e o consumo locais desenvolveu instrumentos de concessão dessa forma de crédito compatíveis com a realidade da comunidade, buscando atuar de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva: capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo.

Palavras-chave: finanças solidárias, moeda social, rede de solidariedade, sustentabilidade, parcerias.

O Conjunto Palmeira é uma favela com 30 mil habitantes, situada na região sul de Fortaleza-Ce, nordeste do Brasil. Em 1973 chegaram os primeiros habitantes. Os moradores foram construindo, espontaneamente, seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público. A partir de 1981, com a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira/ASMOCONP, deu-se início ao processo de organização das famílias.

Através de mobilizações populares e de diversas parcerias a Associação de Moradores foi aos poucos construindo o bairro. Em 1988 conseguiu a implantação das redes de água tratada e energia elétrica. Em 1990 construiu, em parceria com a Prefeitura, o governo do Estado e a GTZ, por meio de mutirão, 1.700 metros de canal de drenagem e, dois anos após, organizou os moradores por quadras e implantou, junto com o governo do Estado, a rede de esgotamento sanitário. O bairro foi assim urbanizado, tornando-se mais habitável.

* João Joaquim é educador popular e coordenador do Banco Palmas. asmoconp@br.homeshopping.com.br

Abstract

Palmas Bank is a financial system of solidarity established in 1988 by the Association of Dwellers of the Neighborhood of Palmeira (ASMOCONP). Aiming at granting micro-credit for local production and consumption it has developed instruments for concession of such credit form compatible with the community reality, with the objective of acting in an integrated form in the four points of the productive chain: solidarity capital, sustainable production, ethic consumption, just trade.

Key-words: *solidarity finances, social currency, solidarity network, sustainability partnerships.*

Apesar dos avanços na infra-estrutural local, em 1997 foi realizada uma pesquisa pela Associação de Moradores e constatou-se que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. Da sua população economicamente ativa, 90% tinha renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$ 100), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido à falta de acesso ao crédito e à ausência de uma estratégia de comercialização de seus produtos. Cerca de 1.200 crianças estavam nas ruas por não haver vagas nas escolas.

Em janeiro de 1998 a ASMOCONP criou o Banco Palmas e implantou uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores. O objetivo do banco é garantir microcréditos para a produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os vizinhos são consultados pelo banco quanto ao espírito empreendedor e à responsabilidade do tomador do crédito.

O banco começou com apenas dez clientes, a partir de um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) concedido por uma ONG local, e, hoje, pos-

sui uma carteira de 30 mil reais. A gestão do banco é feita localmente pela própria ASMOCONP e seu quadro de pessoal é majoritariamente voluntário.

OS PRODUTOS DO BANCO PALMAS

O sistema integrado de microcréditos

O Banco Palmas constitui-se em um *sistema financeiro solidário*, que atua de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva, quais sejam: *capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo*. Para isso, o Banco Palmas desenvolveu instrumentos para concessão de microcréditos, compatíveis com a realidade da comunidade, tanto para produção como para o consumo e comercialização.

A filosofia central do banco constitui-se em uma rede de solidariedade de produção e consumo local. O Banco Popular possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) e outra linha que financia quem quer comprar aos produtores e comerciantes do bairro. Esse sistema oxigena a rede de solidariedade local, facilitando a comercialização dos produtos da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo o crescimento econômico.

Para financiar o consumo o banco criou um cartão de crédito popular: o *PalmaCard*. Esse cartão, utilizado apenas no Conjunto Palmeira, permite às famílias comprarem em qualquer comércio cadastrado do bairro e pagarem ao Banco Popular após trinta dias, sem juros, em uma data estabelecida pela própria família. O valor do crédito é de R\$ 20,00, podendo chegar até R\$ 100,00. No caso de compras acima de cem reais, a família pode receber uma autorização do banco e parcelar a compra em até três prestações.

No dia estipulado pelo banco, os comerciantes levam suas faturas até o Palmas e recebem o que

venderam para o PalmaCard. Como taxa de administração o banco desconta 3% de todas as vendas realizadas.

Esse cartão, além de resolver problemas emergenciais das famílias, garantindo o acesso a remédios, gás de cozinha, gêneros alimentícios e outros produtos básicos, também eleva a auto-estima e a confiança da comunidade. É através das economias populares geradas a partir do consumo solidário

dos próprios moradores que se consegue o desenvolvimento econômico da comunidade.

A consciência de que ao consumir produtos e serviços do bairro estamos ajudando a distribuir a renda, gerando riquezas e melhorando a qualidade de vida na comunidade, permitiu ao Banco Popular criar vários instrumentos de comércio solidário. Os mais visíveis são as feiras dos produtores do Banco Palmas, que se realizam

semanalmente, em frente à sede da Associação de Moradores, e uma Loja Solidária, que funciona na própria sede do Banco, expondo e vendendo os produtos fabricados localmente. Para esse círculo poder existir e funcionar adequadamente é necessário que na comunidade sejam produzidas as mercadorias mais necessárias para a população consumidora. Nesse sentido, o Palmas apóia a criação de unidades produtivas que vão se multiplicando através de seus excedentes. Com o excedente de uma unidade produtiva (na Economia Solidária o lucro chama-se excedente) é possível abrir outro empreendimento que passa fazer parte da rede.

Três unidades produtivas já estão funcionando.

No futuro, as cadeias produtivas poderão ser remontadas, de maneira que cada empresa produza os insumos a serem consumidos pela outra. Essa lógica compreende a concepção de que é possível tornar o bairro auto-sustentável, a partir de uma rede de colaboração econômica entre seus moradores, sem perder de vista a relação local-global, exigente de uma solidariedade universal com todas as comunidades pobres do mundo.

A consciência de que ao consumir produtos e serviços do bairro estamos ajudando a distribuir a renda, gerando riquezas e melhorando a qualidade de vida na comunidade, permitiu ao Banco Popular criar vários instrumentos de comércio solidário.

Unidade Produtiva	Situação em dezembro/2001
Palmafashion Confecção de moda jovem, camisa masculina, peças íntimas, fardamentos e outros.	O grupo recebeu financiamento de Oxfam, o que possibilitou a compra de equipamentos e a capacitação da equipe. Persiste o problema da comercialização dos produtos. A partir de fevereiro de 2002 a Palmafashion passará a ter uma linha de produtos mais populares e direcionados para a demanda local. Atualmente a empresa vive de encomendas, da comercialização em feiras e de vendas feitas por sacoleiras.
Palmart Confecção de artesanato: envolve sete mulheres da comunidade.	Os produtos de artesanato são comercializados na feira do bairro. O principal produto da Palmart é o "fuxico", um artesanato em tecido. O grupo fabrica ainda variados tipos de arranjos florais, artesanato em palha, papel-jornal e outros tipos. Atualmente o grupo enfrenta problemas com a comercialização de seus produtos, basicamente por dois fatores: – as artesãs necessitam de uma especialização que proporcione maior criatividade em seus produtos, criando diferenciais e se aproximando da cultura nordestina. – A vocação do Banco Palmas é produzir para vender localmente. Nosso sistema de comercialização está voltado para o consumo local. O artesanato não se enquadra como um produto prioritário em um bairro de periferia, precisando de um esforço de comercialização fora do bairro. Na ausência de uma estratégia dessa natureza fica prejudicado o escoamento das mercadorias.
Palmalimpe Materiais de limpeza	É a mais recente unidade produtiva da rede do Banco Palmas, lançada em dezembro de 2001. Devidamente registrada e com produtos distribuídos nos comércios do Conjunto Palmeira, tem conseguido também um volume considerável de vendas para ONGs, sindicatos e condomínios.

São cinco as linhas de crédito do Banco Palmas.

Produtos	Funcionamento	Famílias Beneficiadas
Microcrédito para produção, comércio ou serviço.	Microcréditos cedidos para quem não pode acessar as fontes de financiamentos "oficiais" por causa da burocracia e das exigências relativas a fiador, nível de renda, patrimônio e a outras normas bancárias. O Palmas não exige documentos nem garantias cadastrais. São os próprios vizinhos quem oferecem as informações sobre o tomador do crédito, assegurando que se trata de uma pessoa responsável, com experiência no ramo da atividade pretendida, ou negando esses valores.	610
PalmaCard	Microcrédito para o consumo. Palmacard é o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras somente no bairro. Cada cartão de crédito tem o valor inicial de R\$ 20,00, podendo, de forma escalonada, chegar ao máximo de R\$ 100 reais. A família não paga nenhuma taxa para ter o cartão.	520
Microcrédito para Mulheres	Através de uma linha de crédito específico para atendimento às mulheres, o Palmas tem financiado mulheres empreendedoras do bairro, principalmente as que se encontram em situação de risco pessoal e social.	120
PalmaCasa	Linha de crédito para pequenas reformas de moradia, objetivando a melhoria nas condições de produção. As famílias fazem um orçamento em um depósito de construção do bairro e recebem uma autorização do Banco Palmas para receber o material. O dono do depósito recebe o dinheiro do banco e o beneficiado tem seis meses para pagar, com juros de 1,5% ao mês. A partir de julho de 1999, os créditos para moradia passaram a ser concedidos em parceria com outra instituição.	65
Agricultura Urbana	Linha de crédito para a Agricultura Urbana, permite que as famílias tomem um pequeno empréstimo no banco, no valor máximo de cem reais, e paguem em até dez meses. As atividades serão desenvolvidas nos quintais das residências podendo ser uma horta, plantas medicinais ou criação de galinha caipira. Essa linha de crédito iniciou-se em novembro de 2001 e encontra-se em fase de estruturação.	10
Total de ações		1.325

O Banco Palmas trabalha com uma política de créditos evolutivos e juros evolutivos para garantir a distribuição de renda.

Crédito	R\$	Juros ao Mês
1º Crédito	Até 300	2%
2º Crédito	Até 500	2,5%
3º crédito	Até 1.000	3 %

Balcão de empregos e trocas de serviços

Esse serviço do Banco Palmas teve início em 28 de agosto de 1999, através de uma parceria com o Serviço Nacional de Empregos (SINE), o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). O balcão

funciona de segunda a sexta-feira, na sede do Banco Palmas, no horário das 7h às 12h.

Por meio de uma rede de computadores interligada ao Sistema Nacional de Empregos (SINE) o Banco Palmas tem informações sobre as oportunidades de emprego existentes nas empresas.

No período de 02/01/2001 a 31/12/2001 o Balcão de Empregos conseguiu os resultados apresentados no quadro abaixo.

Total de atendimento	10.479
Total de encaminhamentos para as empresas	600
Total de trabalhadores incluídos (conseguiram emprego)	401

Clube de trocas solidárias com moeda social

Esse serviço está voltado para os prossumidores (produtores e consumidores) locais, dando oportunidade para que cada um troque seus produtos entre si, através de uma moeda social criada pelo banco: *Palmares*. Essa moeda não é indexada a nenhuma outra. O que define o valor dos *Palmares* são as horas trabalhadas e os insumos para fabricação de determinada mercadoria.

No clube de trocas, cada pessoa que chega ao balcão apresenta seus produtos e atribui um valor em *Palmares*. O grupo decide se aceita ou não aquele valor. Quando se chega a um consenso sobre o preço, o produtor coloca suas mercadorias em cima de uma grande mesa e recebe do Banco Palmas a quantidade de *Palmares* correspondente à quantidade de produtos ofertados. Quando todos têm seus *Palmares*, começa o sistema de compra e venda com a moeda social.

A Loja Solidária e a feira do Banco Palmas

Como instrumento de incentivo à comercialização, o Banco Palmas instalou uma Loja Solidária em sua própria sede, onde os produtores do bairro que tomaram um crédito ao banco podem expor e vender. A loja tem se mostrado um grande “difusor” dos produtos do bairro, além de trazer energia positiva para o ambiente da sede. A estratégia tem se mostrado satisfatória, embora o volume de vendas se mantenha baixo, na média dos comércios locais.

Todos os sábados, das 15h às 22 horas, realiza-se a feira do Banco Palmas, com 20 barracas de produtores locais. A feira é também um espaço de reforço da cultura popular, dando oportunidade para apresentação dos artistas do bairro, tocadores, emboladores, repentistas e outras expressões da cultura local. É um momento de encontro entre famílias e de troca de experiência entre produtores. As vendas são sazonais, de acordo com o período do mês. Normalmente, o maior volume de vendas ocorre na primeira e na terceira semana do mês.

Incubadora feminina

A Incubadora Feminina é um projeto de segurança alimentar, iniciado em outubro de 2000, com

o objetivo de incluir socialmente mulheres em situação de risco pessoal e social, moradoras no Conjunto Palmeira. A estratégia consiste em reintegrá-las ao ciclo econômico de forma a garantir-lhes renda que assegure o acesso ao alimento. É um espaço equipado com sala, cozinha, refeitório, banheiros, galpão – onde são realizadas oficinas e cursos profissionalizantes, com ateliê de produção – e um Laboratório de Agricultura Urbana. Ao final da incubação, o Banco Palmas garante microcrédito para as mulheres desenvolverem uma atividade produtiva.

Objetivos da incubadora:

- garantir segurança alimentar para mulheres em situação de risco;
- reforçar a economia das mulheres beneficiadas mediante a concessão de microcréditos;
- potencializar o desenvolvimento local e o associativismo do bairro;
- otimizar os serviços e recursos públicos existentes na comunidade;
- servir como experiência modelo para implantação em outras localidades;
- sensibilizar para a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres mais pobres.

A seguir, apresentam-se as ações desenvolvidas pela incubadora em 2001.

- Oficina de gênero e vitalização trabalhando a questão da auto-estima, que foi o marco zero da incubadora – 40h;
- Oficinas de DST/AIDS e métodos contraceptivos – 40h;
- Atendimento médico e vários outros procedimentos decorrentes (exames laboratoriais, curativos, pequenas cirurgias);
- Oficina sobre elevação da auto-estima, empoderamento feminino, relações interpessoais e grupais e cidadania – 120h;
- Curso profissionalizante de corte e costura – 200h;
- Reunião com os companheiros das mulheres, com os objetivos de explicar o trabalho da Incubadora e intermediar conflitos familiares (alguns maridos tentaram invadir a incubadora para bater nas mulheres) – 4h;
- Reuniões com a Assistente Social para trabalhar problemas familiares e viabilizar procedi-

mentos nos órgãos públicos (documentos, registros de nascimento, situações policiais, atendimentos especializados de saúde e outros...) – 40h;

- Visitas pedagógicas a feiras e mercados – 15h;
- Oficina sobre alimentação equilibrada e hábitos alimentares saudáveis – 40h;
- Oficinas sobre higiene pessoal, do ambiente e dos alimentos – 60h;
- Pesquisa sobre hábitos alimentares;
- Concessão de microcréditos para mulheres.

Laboratório de agricultura urbana

O mais recente produto do Banco Palmas foi a inauguração de um Laboratório de Agricultura Urbana, orgânica e agroecológica. Esse projeto tem por objetivo reforçar a estratégia de segurança alimentar que vem sendo posta em prática desde a implantação do Projeto Incubadora Feminina.

O laboratório consiste em um espaço onde as mulheres aprendem a cultivar plantas medicinais e hortaliças e a criar galinha caipira, e onde, futuramente, aprenderão a hidroponia e a criação de peixes em cativeiro. Cada mulher do programa desenvolverá as ações que aprendeu no quintal de sua própria casa. A produção é orgânica e a qualidade dos produtos é monitorada por técnico especializado.

Uma parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) vai garantir toda a capacitação técnica necessária ao Projeto. A abordagem pedagógica da Segurança Alimentar, tanto nos aspectos da educação para o consumo e do preparo dos alimentos como na produção e comercialização desses, é tema essencial do Projeto. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Idade e Família (NEGIF), ligado à UFC, está disponibilizando uma estagiária de Economia Doméstica que irá desenvolver o programa de capacitação em segurança alimentar.

O Banco Palmas está buscando financiamentos para organizar uma linha de crédito específica para financiar pequenos projetos de agricultura urbana.

Escola de Socioeconomia Solidária (Palmatech)

Em abril de 2000, o Banco Palmas criou a Escola de Socioeconomia Solidária (PalmaTech), cujo objetivo central é oferecer capacitação gerencial e profissional na perspectiva da Socioeconomia Solidária, desenvolver pedagogias de sensibilização para a cultura da solidariedade e difundir a metodologia e os produtos criados pelo Banco em sua estratégia de combate à pobreza com desenvolvimento local.

Como expresso em seu nome, tem como valor central o controle da sociedade sobre a economia e sobre o mercado, tornando-os como espaço de cooperação, colaboração e satisfação das necessidades humanas.

No período de julho de 2000 a dezembro de 2001 foram realizados vários cursos, como se pode verificar no quadro na próxima página.

Centro de Estudos em Socioeconomia Solidária

A ASMOCONP organizou, em 1997, um centro de documentação de informações e estudos sobre o Conjunto Palmeira, contendo dados estatísticos, indicadores sociais, mapas e plantas do bairro.

Com o surgimento do Banco Palmas em 1998, o centro vem sistematizando informações sobre a Socioeconomia Solidária, como publicações locais e nacionais, vídeos, jogos pedagógicos e outros materiais. O Centro de Documentação é fonte de pesquisa para estudantes e professores em suas monografias, teses de mestrado e doutorado, e por técnicos de ONGs em busca de subsídios para suas entidades.

CONSTRUINDO A REDE CEARENSE DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

Em junho de 2000, em Mendes, RJ, realizou-se o 1º Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária. O Banco Palmas esteve presente e

Cada mulher do programa desenvolverá as ações que aprendeu no quintal de sua própria casa. A produção é orgânica e a qualidade dos produtos é monitorada por técnico especializado.

RELEMBRANDO NOSSA HISTÓRIA...

Cursos	Público	Objetivo	h/a	Nº de turmas	Alunos Capacitados
Formação de Empreendedores Solidários	Trabalhadores, líderes comunitários, alunos universitários (com práticas nas comunidades) e técnicos interessados no tema da Socioeconomia Solidária.	Formar socioeconomistas solidários para animar projetos de desenvolvimento econômico local, tais como implantação de redes de produção e consumo, bancos populares, feiras, clubes de trocas com moeda social, grupos de compras coletivas, mapeamento de cadeias produtivas e outros instrumentos.	40 h	08	240
Consultores Comunitários para Empreendimentos Solidários	Jovens de 15 a 21 anos, que tenham o primeiro grau completo.	Capacitar jovens da comunidade para oferecerem consultorias aos pequenos empreendedores do bairro, nas linhas de gestão empresarial, marketing, vendas, compras coletivas e outros instrumentos no campo da Economia Solidária.	600	01	28
Clube de trocas com moeda social	Consumidores e produtores em geral (Prosumidores), mulheres chefes de família, líderes comunitários, e técnicos interessados no tema da Socioeconomia Solidária.	Criar clubes de trocas com moeda social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, aumentando a renda e garantindo o consumo da população mais pobre.	20h	03	90
Seminário ABC da Socioeconomia	Trabalhadores em geral, jovens estudantes, líderes comunitários e mulheres chefes de família.	Sensibilizar para as práticas da Socioeconomia Solidária, estimulando produtores e consumidores a se organizarem em suas comunidades em torno de propostas concretas para geração de renda.	20 h	21	630
Elaboração de Pequenos Projetos	Líderes populares e técnicos de ONGs.	Capacitar entidades comunitárias para a elaboração de projetos sociais.	40 h	01	30
Os desafios do movimento popular no século XXI	Líderes comunitários e moradores com sensibilidade para o trabalho associativo.	Refletir sobre o contexto político-social local e global, contribuindo para identificar ferramentas e criar instrumentos que ajudem o movimento popular a enfrentar os desafios da conjuntura atual.	60h	01	30
Pesquisadores locais para o Desenvolvimento Sustentável	Líderes comunitários.	Capacitar moradores das comunidades periféricas para realizarem pesquisas que levem à elaboração de projetos de desenvolvimento local.	80 h	01	30
Desenvolvimento Local e Economia Solidária *	Mulheres em busca de geração de renda numa perspectiva comunitária.	Orientar para projetos de geração de renda, de forma coletiva, que estejam no âmbito da Socioeconomia Solidária, com forte componente comunitário.	160 h	01	30
Alfabetização com elevação de escolaridade**	Moradores do bairro que buscam a geração de renda e a conclusão dos estudos de 1º Grau.	Certificar o 1º grau para pessoas da comunidade que estão fora de faixa escolar, com capacitação profissional.	800 h	01	30
Total					1.120

foi indicado para compor a equipe de animação nacional da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária durante o biênio 2000/2001.

No Ceará, tivemos papel decisivo para a constituição da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, que atualmente articula várias organizações populares, ONGs e grupos produtivos. Dentre outras ações, a Rede desenvolveu, em 2001, o I Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar, que contou com a participação de 250 produtores rurais e urbanos. No plano das políticas públicas, foi apresentado à Assembléia Legislativa um Projeto de Lei para criação de um Fundo de apoio aos empreendimentos solidários, o Fundo Ceará Sol.

No período de 18 a 24 de agosto de 2002 realizar-se-á no Ceará o 2º Encontro Brasileiro de Cul-

tura e Socioeconomia Solidária, ficando a cargo da Rede Cearense toda a animação do evento.

IMPACTOS IDENTIFICADOS EM 2001

Os impactos diretos do Banco Palmas podem ser identificados dentro do Conjunto Palmeira e em outras áreas de Fortaleza e sua Região Metropolitana. Quanto aos impactos indiretos, infelizmente ainda não tivemos condições de realizar uma pesquisa que possa auferi-los.

Impactos no Conjunto Palmeira:

- 30 mulheres em situação de risco recuperaram sua auto-estima e estão em condições de se inserir no mercado de trabalho;
- 5 jovens, na busca do primeiro emprego, conse-

guiram abrir uma empresa (Palmalimpe) e estão inseridos no mercado de trabalho, solidário e sustentável;

- 401 moradores conseguiram emprego no mercado formal;
- 150 famílias em situação de risco tiveram suas necessidades básicas – emergenciais – satisfeitas com a utilização do cartão Palmacard;
- o comércio local aumentou suas vendas em 20% (informações fornecidas pelos comerciantes do bairro);
- 80 empreendedores conseguiram ampliar ou manter seus negócios através do acesso a microcréditos concedidos pelo Palmas;
- 27 moradores que há anos haviam deixado de estudar conseguiram seu diploma de 1º grau e se matricularam no ensino médio dando prosseguimento a seus estudos;

Os impactos observados em outros locais encontram-se discriminados no quadro a seguir.

Local	Impacto da Ação
Fortaleza (outros bairros)	<ul style="list-style-type: none"> – Contribuição decisiva para a criação da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, articulando dezenas de ONGs, sindicatos, igrejas, produtores e consumidores em geral; – Surgimento de feiras de Socioeconomia Solidária nas comunidades do Dendê e Granja Portugal; – Surgimento de agentes multiplicadores de capacitação sobre Socioeconomia, mais notadamente nas comunidades Jardim União, Granja Portugal e Granja Lisboa; – Sensibilização para o consumo solidário, aumentando a venda de produtos feitos localmente.
Maranguape-Ce	<ul style="list-style-type: none"> – Organização dos produtores em uma Rede de Socioeconomia Solidária facilitando o diálogo com o Poder Público e a captação de recursos para os empreendedores locais; – Realização de feiras de Economia Solidária; – Criação de um fundo de crédito feito a partir de poupanças solidárias, como estratégia de captação local de recursos.
Maracanaú-Ce	<ul style="list-style-type: none"> – Sensibilização para as práticas de Socioeconomia Solidária e preparação para a realização de um feirão ajudando na comercialização dos produtos locais;

PRINCIPAIS DIFICULDADES

– **Limite da Carteira de Crédito:** com a maioria dos clientes já no terceiro crédito (R\$ 1.000,00) o Palmas tem hoje uma possibilidade pequena de atendimento, haja vista sua carteira ser de apenas 30 mil reais. Os juros não são suficientes para capitalizar o banco e é proibido pelo Banco Central qualquer sistema de poupança.

– **Ausência de uma linha de crédito para empresas:** quando um grupo de pessoas deseja abrir uma pequena empresa (por exemplo, o que ocorreu com a Palma-Limpe) o valor solicitado é sempre superior a R\$ 1.000 e está fora das linhas do banco. No entanto, os grupos solidários são sempre a prioridade do Palmas.

– **Aumento dos riscos de inadimplência:** como o Palmas trabalha um público de auto-risco, cada vez está mais exposto à inadimplência crescente no país.

– **Consumo local voltado unicamente para alimentação:** 98% dos recursos movimentados pelo cartão PalmaCard destinam-se à compra de alimentos, deixando de ser incentivadas produções locais, como calçados, confecção, artesanatos e serviços em geral.

– **Estrutura insuficiente para atendimento às mulheres:** a oficina de profissionalização da Incubadora Feminina só está equipada para cursos de corte e costura e artesanato, o que limita o aprendizado em outras áreas.

– **Comercialização insuficiente dos produtos:** a ausência de uma estratégia de comercialização solidária, em um mercado cada vez mais competitivo, dificulta o escoamento das mercadorias em situação, fazendo as unidades produtivas operarem com muita dificuldade.

– **Pouca capacitação contábil e financeira:** o Banco enfrenta dificuldades em organizar a sua estrutura financeira e contábil, em virtude de não encontrar na comunidade alguém com experiência nesse ramo de atividade. Um rigoroso processo de capacitação está previsto para 2003.

– **Falta de um espaço físico para a Palmatech:** os cursos da Escola estão sendo ministrados no mesmo local de atendimento às mulheres, o que resulta em um limitado espaço para realização de dinâmicas e trabalhos em grupos.

DESAFIOS PARA 2002

Para 2002, o Palmas considera como principais desafios:

- consolidar o Laboratório de Agricultura Urbana no Conjunto Palmeira, implantando o projeto em cem quintais de residências, combatendo a fome dentro de uma estratégia de Segurança Alimentar;
- reestruturar o cartão PalmaCard, para que seja utilizado, prioritariamente, na compra de produtos feitos no bairro;
- criar a Agenda 21 do Conjunto Palmeira, agregando um componente ambiental às ações do Banco Palmas como elemento determinante para o projeto de Socioeconomia Solidária no bairro;
- implantar o sistema de Compras Coletivas em Fortaleza, em vários bairros, barateando os custos dos insumos e da cesta básica e gerando excedentes que possam ser reinvestidos na criação de empresas comunitárias;
- realizar o III ABC da Socioeconomia Solidária, com a participação de produtores e consumidores do Campo e da Cidade, articulando a criação de redes com o objetivo de comercializar diretamente os produtos;

– animar a realização, no âmbito nacional, de um debate sobre o microcrédito para os mais pobres, refletindo sobre a atual “indústria das microfinanças”.

– organizar, junto com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, o II Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, a ser realizado em junho de 2002.

PARCEIROS

Governamentais

- Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS) – Governo do Estado – Ce
- Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) – Prefeitura Municipal de Fortaleza
- Sistema Nacional de Empregos (SINE-Ce)
- Projeto PRORENDA/GTZ

Não-Governamentais

- Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)
- Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Estado do Ceará (SEBRAE-Ce)
- Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT)
- Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)
- OXFAM
- DED
- Ágora XXI
- NEGIF
- Entidades Comunitárias
- Moradores do Bairro (consumidores)
- Comerciantes Locais

Microcrédito não é crédito pequeno – vamos fortalecer a solidariedade?

*Zélia Maria de Abreu Paim**

Resumo

Este artigo enfoca a importância do microcrédito no contexto atual de dificuldades econômico-sociais e, conseqüentemente, de deslocamento crescente de trabalhadores para a informalidade. O microcrédito vem tomando uma dimensão de política de desenvolvimento local e possibilitando aos empreendedores de baixa renda um acesso fácil ao crédito, ao dispensá-los das exigências e burocracias do sistema financeiro convencional. Menciona-se também a necessidade de articular estratégias regionalizadas, considerando o microcrédito de forma solidária e como mecanismo de inclusão social.

Palavras-chave: microcrédito, desenvolvimento local, solidariedade, cultura, redes.

As dificuldades econômico-sociais geradas pelas modificações que vêm se verificando no mundo do trabalho, com o deslocamento para a informalidade de crescentes contingentes de trabalhadores que, hoje, encontram-se em permanente situação de vulnerabilidade econômica e social, têm feito crescer o reconhecimento da importância de serem desenvolvidos mecanismos de acesso ao crédito para aqueles que, usualmente, não teriam essa possibilidade. Dessa forma, podem tornar-se viáveis projetos produtivos que venham a garantir às camadas de baixa renda uma qualidade de vida compatível com os padrões de cidadania desejados por todos.

Essa afirmação, por si só, conduziria a uma série de considerações que não cabe aqui aprofundar, na medida em que apenas se pretende montar um

Abstract

This article focuses on the importance of micro-credit in the present context of social-economic constraints and, consequently, of increasing shifting of workers to informality. Micro-credit is acquiring a dimension of local developmental policy and allowing low income entrepreneurs easy access to credit by means of dismissing them of requirements and bureaucracies imposed by the conventional financing system. We also address the need for articulating regional strategies, considering micro-credit as a mechanism of solidarity for social inclusion.

Key-words: micro-credit, local development, solidarity, culture, networks.

cenário para tratar da questão do microcrédito como estratégia de inclusão social.

Embora chamado de microcrédito, trata-se de uma idéia **macro** e constitui-se hoje em uma nova tendência mundial. Esse movimento é de tal magnitude que chega a configurar uma política de desenvolvimento abrangendo questões de natureza social, econômica, legal, financeira e institucional, na medida em que possibilita o acesso ao crédito a empreendedores de baixa renda, sem as exigências e burocracias do sistema financeiro convencional que terminam por excluí-los do processo.

O microcrédito tem, entre seus princípios básicos, a sustentabilidade e o enfoque na população produtiva pobre, valores compatíveis com a real necessidade e capacidade de pagamento do público-alvo e pouca burocracia. Nada tem a ver com transferência de renda, operação a fundo perdido, opondo-se, assim, ao conceito de crédito assistencialista ou paternalista. Na verdade, o que o micro-

* Zélia Maria de Abreu Paim é socióloga, pós-graduada em Política Pública de Trabalho e Renda, coordenadora de Emprego e Renda da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS). setras.coger@bahia.ba.gov.br

crédito propõe é uma relação de confiança entre o cliente e a organização financeira, que envolve o conceito de solidariedade e de credibilidade para ambas as partes.

A estratégia operacional do microcrédito tem como ponto forte a premissa de que as informações para o projeto são coletadas no próprio local do negócio, pelos agentes de crédito, peças-chave nessa nova tecnologia financeira. Por essa razão, quanto mais a instituição financeira estiver próxima da comunidade podendo avaliar o nível do capital social, maior será a possibilidade de obter resultados positivos nessas operações.

Embora sejam consensuais os princípios que regem o microcrédito, o que se verifica na prática é que este é confundido com crédito pequeno e que não são asseguradas condições reais de acesso aos empreendedores que procuram tal modalidade.

Infelizmente, a visão que rege alguns programas de microcrédito é a de que o público-alvo é de alto risco, representando quase sempre negócios instáveis e não oferecendo segurança para o retorno do capital a ser financiado. Dessa forma, por vezes exigem-se garantias e histórico de crédito, tomando-se por base, em muitos casos, o sistema financeiro tradicional, o que contraria os princípios estabelecidos para essa modalidade de crédito e impede que ele se torne um instrumento para o alívio da pobreza, conforme sonhou M. Yunus, fundador do Grameen Bank em Bangladesh:

Precisamos construir e criar instituições para ajudar os empreendedores, porque são eles que fazem as coisas acontecerem (...) Minha idéia e meu conceito é que todo ser humano é um empreendedor em potencial (...) Como todos podem ser empreendedores, precisam então de instituições financeiras diferentes das tradicionais. Dessa forma, creio que o crédito deve ser aceito como um dos itens dos direitos humanos, porque tudo o que precisa ser feito necessita de dinheiro (YUNUS, 2001).

Para se compreender a lógica do microcrédito é preciso compreender a especificidade do seu público-alvo, sua fragilidade, vulnerabilidade, mas também sua capacidade de gerar trabalho e renda, seu

dinamismo, criatividade e facilidade em transpor obstáculos a partir de seu caráter empreendedor.

Aportes pequenos de capital nesses negócios geram altíssima produtividade do investimento, o que, por si só, é uma evidência de que, economicamente, esse é um dos melhores usos do capital. Por outro lado, o microcrédito é também um dos únicos casos em que crescimento e distribuição caminham juntos.

O essencial é investir no microcrédito como ferramenta para a transformação da pessoa e de sua comunidade, destacando-se a capacidade que deve ter de possibilitar a criação de redes de empreendedores, fomentando o capital social.

Uma questão a ser colocada é que o público-alvo do programa é formado por empreendedores pobres e, por isso o valor do financiamento é pequeno. Essa é uma necessidade e característica do negócio, mas o importante é garantir condições de acessibilidade ao crédito de forma ágil, sem burocracia, assegurando-se um direito de cidadania e abrindo-se canal para fomento de uma socioeconomia solidária.

O agente operador desse modelo de programa precisa romper alguns paradigmas e criar uma nova cultura de crédito, abrindo efetivas possibilidades de acesso aos empreendedores excluídos, que lhes permitam reverter a própria situação de desigualdade, uma vez que o pobre não precisa de caridade, mas de oportunidade. Entretanto, o microcrédito não deve ser visto como uma panacéia que irá resolver a questão da pobreza, pois esta problemática exige medidas estruturais e estratégias multidisciplinares no âmbito das políticas macroeconômicas. O essencial é investir no microcrédito como ferramenta para a transformação da pessoa e de sua comunidade, destacando-se a capacidade que deve ter de possibilitar a criação de redes de empreendedores, fomentando o capital social.

Boudon (1995), nos leva a refletir sobre esta premissa:

“Todo fenômeno social é sempre resultado de ações, de atitudes, de convicções e, em geral, de comportamentos individuais. O sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve procurar o sentido dos comportamentos individuais que estão em sua origem”.

Na realidade, primeiro mudam as pessoas, o comportamento individual dos técnicos, dos agentes produtivos e gestores. “Surtem os primeiros resultados e as instituições começam a se envolver e a assumir compromissos. A comunidade aumenta o seu grau de organização, passa a visualizar o processo de mudança e a acreditar que os novos avanços dependem também do seu envolvimento” (PARENTE; ZAPATA, 1998). É com esse pano de fundo que a política de microcrédito vem cada vez mais se consolidando no País, também como uma via de desenvolvimento local.

Embora existam programas de microcrédito funcionando desde meados da década de 80, ainda se tem muito a avançar no Brasil, no sentido de se obter resultados qualitativos em escala. De acordo com dados da PNAD de 1999, o total de pequenos empreendimentos no Brasil é de 13,9 milhões, dos quais 39 milhões são chefiados por mulheres e 10 milhões, por homens. Desse total, estima-se que apenas 86 mil pequenos empreendimentos chefiados por mulheres e 270 mil chefiados por homens têm acesso a crédito bancário. Os “desbancarizados” só conseguem financiar suas atividades recorrendo a agiotas, a prazos concedidos por fornecedores ou a empréstimos de familiares ou amigos.

Estima-se em 6 milhões o número de potenciais tomadores de microcrédito no País. A Bahia registra a existência de cerca de 983.882 pequenos empreendimentos demandantes de microcrédito, abaixo apenas do Rio de Janeiro, com 1.398.044, Minas Gerais, com 1.452.695, e São Paulo, com 3.215.24. Esses números indicam que a falta de acesso ao crédito é significativa e que há uma real necessidade da ampliação da oferta, o que pode vir a ocorrer através da parceria entre os diversos atores, inclusive em atividades que possam sustentar o crescimento harmônico da economia local e contribuir para a constituição de uma rede de programas operando de forma estratégica e sinérgica.

A formação de redes de instituições operadoras de microcrédito traz à discussão o incentivo à cultu-

ra de cooperação entre essas instituições que operam em um mesmo mercado. Essa articulação poderá possibilitar a troca de experiências e informações e a divisão de custos operacionais, a exemplo da parceria para treinamento dos agentes de crédito e dos empreendedores financiados. A concepção do trabalho em rede contribui também para a mudança da visão predatória e competitiva que ainda existe ainda no setor e que contradiz a filosofia e os princípios que regem um programa dessa natureza.

As redes aumentam a possibilidade de que as instituições de microcrédito exercitem também, a solidariedade, respeitando as diferenças, na busca de resultados compartilhados, objetivando nova estratégia de reconstrução do tecido produtivo, sem perder o foco da sobrevivência, da sustentabilidade e da viabilidade econômica das instituições. Em síntese, trata-se de criar, coletivamente, um espaço de informações e conhecimentos, estimulador da inovação operacional do siste-

ma de microcrédito.

O desafio maior está em se estabelecer políticas e criar mecanismos que permitam o acesso dos empreendedores ao crédito. Caso contrário, os microempreendimentos não vão se desenvolver em número suficiente para constituir uma alternativa significativa de aporte ao PIB regional e de promoção de maior equidade social.

A democratização, de modo efetivo e eficaz, do microcrédito, passa pela conciliação de interesses de ordem ideológica, concepções diferentes de desenvolvimento, o que implica construção coletiva em processo dialógico e endógeno para a convergência das ações, permitindo, quem sabe, a redução de taxas de juros e dos custos operacionais desses financiamentos. A aliança ora proposta não se configura como um novo programa nem visa substituir as ações já em andamento, mas a idéia é **articular** estratégias regionalizadas, com vistas a otimizar recursos e maximizar resultados, fortalecendo o “olhar” do microcrédito de forma solidária e como mecanismo de inclusão social.

O desafio maior está em se estabelecer políticas e criar mecanismos que permitam o acesso dos empreendedores ao crédito. Caso contrário, os microempreendimentos não vão se desenvolver em número suficiente para constituir uma alternativa significativa de aporte ao PIB regional e de promoção de maior equidade social.

É certo que essa questão não pode ser resolvida a curto prazo, mas é consenso no círculo dessas instituições financeiras que se deve ampliar o debate de como promover o acesso ao crédito aos cidadãos **produtivos** mais empobrecidos, de acordo com a sua capacidade de pagamento. Trata-se de um processo através do qual incorporamos solidariedade à economia. É uma tarefa que não pode ser desenvolvida por consciências individualistas ou vontades débeis, pois exige espírito solidário, comprometido e generoso. Os que vierem para concretizar esta idéia serão os verdadeiros desbravadores e articuladores de uma sociedade solidária e produtiva.

E aqui fica a pergunta-convite: microcrédito não é crédito pequeno, vamos fortalecer a solidariedade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDON, Raymond. (Org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BRASIL. *A expansão do microcrédito no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Conselho da Comunidade Solidária, 2001. (mimeo).

FREDIANI, Ramon; GONÇALVES, Luiz Estevam Lopes. *As microfinanças*. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2001.

PARENTE, Silvana; ZAPATA, Tania. *Parceria e articulação institucional*. Recife, 1998. (Série cadernos técnicos, 4).

YUNUS, M. *Conheça o Grameen Bank*. Entrevista concedida à comitiva brasileira em Bangladesh, jun. 2001. Disponível em: <www.portaldomicrocredito.org.br> Acesso em: 6 jun. 2002.

El pacto territorial de empleo como herramienta del desarrollo local: una aproximación entre Europa y Latinoamérica

*Benito Muiños Juncal**

Resumen

Este trabajo es un breve análisis de la evolución de los Pactos Territoriales de Empleo en el ámbito de la Unión Europea en los últimos años, así como plantea la aplicabilidad de estas políticas en los países latinoamericanos.

Palabras clave: políticas de empleo, pactos territoriales, Unión Europea, América Latina.

Abstract

This paper is an analysis of the evolution of the Territorial Employment Pacts in the European Union in the last years and the possibilities of its application in South America

Key-words: employment policies, territorial pacts, European Union, Latin America.

La crisis de los setenta da un vuelco en el pensamiento económico regional. La apertura de los mercados, las innovaciones tecnológicas, y la crisis del Estado de bienestar, hicieron que algunas tradicionales regiones industriales entrasen en un proceso de estagnación o incluso de retracción económica, perdiesen competitividad y encontrándose con elevadas tasas de empleo.

Los cambios sectoriales, como la despoblación de las zonas rurales y el aumento de la importancia del sector servicios; conjuntamente con importantes cambios sociales, como la mayor inserción de las mujeres y los jóvenes originarios del *babyboom* en el mercado de trabajo, exigía una reestructuración de los mercados de trabajo y ante el crecimiento de las tasas de desempleo.

En un primero momento como una especie de autodefensa a una mayor internacionalización de la

economía y a la luz de algunas experiencias exitosas, el desarrollo local se pone en el orden del día. La recuperación de conceptos como tradición local, vocación de los territorios, ventajas competitivas, alta especialización productiva, concentración productiva, difusión de la información, profundización de la división social del trabajo, atmósfera industrial; sirven de base para nuevos conceptos de desarrollo: desarrollo sostenido y desarrollo sostenible.

Sin embargo, la crisis de legitimidad política de los Estados y el fracaso de las políticas de planificación regional “desde afuera”, imponían la necesidad de recuperar un concepto esencial “olvidado” en la obra de Marshall y Perroux: el diálogo y el consenso social. Nace el concepto de “desarrollo desde abajo”, formulado por Stöhr.

Excluyéndose las ortodoxias localistas y voluntaristas, los conceptos de participación de los agentes locales y de potenciación de los recursos locales, llevarían a consolidar la territorialidad de las

* Benito Muiños Juncal é Doctor en Geografía Humana (Universidad de Barcelona) y Asesor Especial da SECOMP-BA

políticas de desarrollo, y consecuentemente de las políticas de creación de empleo.

Sin embargo, la ofensiva económica liberal y la confusa, y algunas veces mal intencionada, interpretación del concepto de flexibilidad productiva, provocó serios daños en el mercado de trabajo. La ofensiva de distintos organismos internacionales y de algunos Estados por la desregulación de los mercados de trabajo, y las estrictas medidas de combate antiinflacionario durante la década de los ochenta, representó durante algunos años una ascendencia del paradigma estadounidense: bajas tasas de desempleo, sin que se planteara su elevado coste social. Bajos salarios, aumento de las diferencias sociales y un precario Estado de bienestar, fueron el resultado de esta política en Estados Unidos.

Las condiciones políticas en Europa contribuirían a un cierto replanteamiento de este paradigma. Nuevas experiencias sugerían que era posible compaginar el desarrollo económico local y el mantenimiento del Estado de bienestar. La detección de nuevas demandas sociales, y su potencial de generar nuevos yacimientos de empleo; un nuevo planteamiento sobre el papel del liderazgo de las administraciones públicas en el fortalecimiento de los agentes locales; y la aceptación general del papel del diálogo social en la búsqueda del consenso social local; impulsaron las *Iniciativas Locales de Desarrollo* (ILDE) y posteriormente los *Pactos Territoriales de Empleo* (PTE).

EL FUTURO DE LOS PACTOS TERRITORIALES DE EMPLEO (PTES)

Hoy en día podemos afirmar que las ILDE son mayoritariamente apoyadas por los estudiosos y gobiernos de la Unión Europea. Las ILDE representan la existencia de un gran vivero de experiencias locales, cambiaron los conceptos sobre el futuro pesimista del mercado de trabajo, y afirmaron el ca-

rácter territorial de las políticas de creación de empleo.

Sin embargo, como para Jouen (2000), hay todavía algunos obstáculos al pleno desarrollo de las ILDE: el inmovilismo administrativo, la rigidez del marco jurídico, el riesgo del aislacionismo de los territorios, y la recuperación de las iniciativas por grandes estructuras.

Es cierto que varios proyectos bien elaborados

acabaron fracasando debido al inmovilismo y la falta de preparación de las administraciones en distintos niveles para ejercer sus competencias. Además los conflictos de competencia entre las distintas esferas, muchas veces, son más frecuentes que la solidaridad institucional.

La rigidez del marco jurídico impide en algunos territorios el pleno desarrollo de las PyMEs, dificultan la inserción de determinados colectivos; y en el marco de nuevos yacimientos de empleo la necesidad de una reforma de los estatutos

profesionales se encuentra bloqueada por el corporativismo.

La recuperación por grandes estructuras de los servicios de proximidad y de protección al medio ambiente, debido al potencial de mercado cada vez mayor de estas actividades, amenazan a las empresas de economía social. En algunas regiones se da el caso de que empresas de carácter social fuesen adquiridas o expulsadas por la competencia agresiva de grandes empresas. Esto perjudica el desarrollo de nuevas *Pequeñas y Medianas Empresas* (PyMEs) y reduce, en la mayoría de los casos, la calidad del empleo.

El componente comunitario sobre el cual se construyen varias iniciativas locales las hace, según Jouen, particularmente vulnerables a las ideas más retrógradas. Una excesiva valorización del "patrimonio local" y del tradicionalismo conllevan actitudes endogámicas que pueden conducir a un retroceso de la competitividad y a un modelo político social paternalista.

Sin embargo, al hacerse una análisis individualizado de algunos planes podemos llegar a la conclu-

La rigidez del marco jurídico impide en algunos territorios el pleno desarrollo de las PyMEs, dificultan la inserción de determinados colectivos; y en el marco de nuevos yacimientos de empleo la necesidad de una reforma de los estatutos profesionales se encuentra bloqueada por el corporativismo.

sión de que otros obstáculos están presentes. Uno de estos problemas es la falta de un liderazgo, ya que el papel de la administración pública de fortalecer los agentes sociales y fomentar el diálogo social, no se realiza por la ausencia de legitimidad social del gobierno, resultante de la falta de confianza de los agentes sociales en su capacidad de conducción del proceso.

Hay que aclarar también que el liderazgo no debe resultar en vanguardismo. Sin embargo, los agentes sociales no se comportan igualmente. El liderazgo, por tanto, se impondrá a favor del agente capaz de anticiparse a los acontecimientos y de fomentar el diálogo social.

La falta de comprensión de los agentes locales sobre el papel de los PTE conduce muchas veces a un importante equívoco: los proyectos son desarrollados teniendo como reto principal un camino “rápido” hacia una financiación.

Algunos planes podrían ser elaborados a partir de la hipótesis de que hay unos recursos disponibles, y que un proyecto construido “colectivamente”, lograría estos recursos. Ocurre que la ausencia del consenso e incluso de un objetivo territorial bien definido, llevaría a un reparto de estos recursos en proyectos aislados, lo que conllevaría a un fracaso anunciado.

¿CUÁL SERÍA ENTONCES LOS PROCEDIMIENTOS MÁS IDÓNEOS PARA LA IMPLANTACIÓN DE UN PTE DE ÉXITO?

El primer paso debe ser el reconocimiento colectivo de los agentes sociales locales de que hay un problema común, y que la resolución del mismo solamente se dará a partir de una salida colectiva.

Dado que un pacto debe estar constituido de cuatro elementos básicos; cooperación, objetivos, innovación y la propia consecución del pacto, ¿cual sería la secuencia más idónea?

Es cierto que la mayoría de los pactos actuales poseen la siguiente secuencia:

Pacto – objetivo – cooperación – objetivo – innovación

Sin embargo, aquí hay un error de planteamiento: el pacto no puede ser un objetivo en sí mismo. El convencimiento comunitario del problema, y la existencia previa de una cooperación entre los agentes locales es imprescindible. Para tanto, la predisposición al diálogo social es un factor determinante para el futuro del pacto.

Por ello la actitud favorable hacia la cooperación debe ser el primero paso de un PTE. Partiendo de este sentimiento común y de la detección del problema local, se establecen los objetivos comunes. La cooperación es un prerequisite y no un objetivo a ser alcanzado. La existencia de un liderazgo aceptado colectivamente, y la predisposición de la administración hacia un fortalecimiento de los agentes locales son también esenciales al desarrollo del PTE.

Por tanto, la asunción de que la constitución de un PTE es la más idónea para la resolución de los problemas locales, debe ser una etapa posterior. Insistimos que el PTE es un medio y no un objetivo en sí mismo. Ya que una de las características principales de los PTE es establecer procesos innovadores en escala territorial, los objetivos finales deben centrarse en establecer innovaciones pertinentes a las demandas territoriales. Esto no significa que buenas prácticas desarrolladas en otros territorios puedan ser adaptadas de forma satisfactoria.

Por tanto la secuencia más idónea del proceso de elaboración de una política local de desarrollo y creación de empleo sería:

- Compromiso y confianza mutua entre los agentes sociales
- Diálogo Social
- Detección del problema
- Objetivos territoriales
- Elección de la iniciativa (¿PTE?)
- Objetivos de la iniciativa
- Innovaciones territoriales

Sin duda los PTE representan un avance en relación a otras iniciativas de desarrollo local como los planes estratégicos. No cabe duda que los planes estratégicos representaron un avance en las administraciones públicas, especialmente por establecer una diferenciación importante en relación a los planes urbanísticos tradicionales. La consideración del territorio como un todo económico y social; una mayor interacción público-privada; una orientación a la acción; el diseño de un modelo basado en la calidad; tomar en consideración acciones a nivel micro; y la participación de los agentes sociales en su elaboración; son importantes avances sociales.

Sin embargo, a nivel local, los PTE representan un cambio fundamental: el compromiso conjunto de los agentes locales en su ejecución y gestión. La experiencia muestra que el compromiso y la gestión de la acción representa una interacción más productiva a largo plazo, ya que tanto el éxito como el fracaso son compartidos igualmente. Además, impone a los agentes la exigencia de la búsqueda continua de un consenso, lo que podría transformarse en una importante variable hacia futuras acciones de desarrollo y creación de empleos locales.

TRANSFERIBILIDAD HACÍA LOS PAÍSES MENOS DESARROLLADOS

Si en los países desarrollados las estrategias de los PTE se concentran fundamentalmente en la recuperación económica de zonas deprimidas y en creación de empleos de forma sostenida, en los países menos desarrollados, el eje de las principales políticas todavía es el combate a la pobreza.

Al hacerse un análisis del enfoque del Banco Mundial sobre el combate a la pobreza en las últimas cinco décadas observamos una interesante vinculación del pensamiento social y económico de esta entidad con la evolución del pensamiento económico regional.

Durante el auge del desarrollo capitalista de posguerra, años cincuenta y sesenta, la realización de inversiones de gran envergadura en capital físico e infraestructura era, para el Banco Mundial, el medio más eficaz para impulsar el desarrollo.

Con la llegada de la crisis en la década de los setenta, la idea de que actuar solamente sobre las

inversiones físicas no es suficiente para la resolución del problema y ha puesto de relieve la necesidad de inversiones también en educación y salud, instrumentos que fueron considerados necesarios para el aumento de los ingresos de los pobres.

En la década de los ochenta, la supremacía de la ideología económica liberal instituía como eje de las acciones una gestión pública centrada en el control de la inflación y de la apertura de mercados. Un crecimiento marcado por un uso intensivo de mano de obra, inversiones en infraestructuras y servicios sociales.

Estas políticas se revelaron muy poco eficaces para la mayoría de las regiones. A pesar de que entre 1987 y 1998 hubo una disminución del porcentaje de la población mundial que vivía con menos de un dólar al día, pasando de un 28,3 por ciento un 24 por ciento, no todos los territorios presentaron mejoras como ocurrió con América Latina y África.

En su último Informe sobre el Desarrollo Mundial, el Banco Mundial apunta además de la falta de ingresos e infraestructuras; la sensación de impotencia y falta de representación en las instituciones del Estado y de la sociedad, como factor clave de la existencia de la pobreza.

Por tanto, la nueva estrategia propuesta para el combate a la pobreza habría que tener tres ejes fundamentales: oportunidad, fortalecimiento de los agentes sociales (*empowerment*) y seguridad.

El aumento de la oportunidad de inserción para los menos favorecidos debería ser garantizada mediante las siguientes acciones:

- La introducción de reformas deben se enmarcar en las condiciones institucionales y estructuras locales
- Inversión en innovaciones tecnológicas
- Combate a corrupción
- Medidas de protección a las pequeñas empresas
- Inversiones públicas en infraestructura y formación
- La apertura del comercio debe ser realizada con especial atención a las características específicas de cada país
- La introducción de políticas deberá alentar la creación de empleo y controlar la destrucción del mismo

- Ampliar la oferta de servicios sociales y acabar con los obstáculos por parte de la demanda (becas, renta mínima)
- Garantizar la participación de las comunidades en la selección, prestación y supervisión de los servicios
- Llevar la infraestructura y el conocimiento a todas las regiones

Este significativo cambio de ideas en el seno del Banco Mundial llevó a esta institución a plantear un segundo factor muy importante para la implantación de las medidas propuestas anteriormente: el fortalecimiento de la sociedad civil.

Para el Banco Mundial, “el potencial de crecimiento económico y de reducción de la pobreza depende de buena medida del Estado y de las instituciones sociales”.

Entre tanto las instituciones estatales deberían contar con mecanismos democráticos y participativos para la toma de decisiones y la supervisión de su cumplimiento.

La “promoción de una descentralización integradora y del desarrollo comunitario” debería compaginarse con mecanismos eficaces de participación popular y de supervisión ciudadana, favoreciendo las decisiones relativas a la utilización de recursos y a su ejecución.

Por fin, medidas que garanticen la seguridad económica y social, como el enfrentamiento a problemas coyunturales como las catástrofes naturales, consolidarían un estrategia rumbo a un crecimiento más sostenido.

Está claro que este nuevo posicionamiento de una institución cuyas acciones pasadas han causado tanta polémica, y el reconocimiento por su parte de que las reglas del mercado no se mostraron capaces de resolver los problemas sociales, especialmente de los países menos desarrollados, representa un planteamiento más esperanzador en la formulación de las futuras políticas destinadas a los PMD, por parte de los organismos internacionales.

Siendo el fortalecimiento (*empowerment*) de la sociedad civil a nuestro ver el eje que permite la

eficacia y la sustentabilidad de las medidas económicas necesarios al desarrollo, se hace necesario una breve análisis de la relación sociedad civil y Estado en los países menos desarrollados.

EL PAPEL DE LA SOCIEDAD CIVIL EN LOS PAÍSES MENOS DESARROLLADOS

En las dos últimas décadas los conceptos de Sociedad Civil (SC) y organizaciones no gubernamentales se relacionan cada vez más con su papel en desarrollo económico, social y político. El intento de precisar el ámbito de la sociedad civil ha acaparado una serie de estudios. La definición más amplia es aquella que considera la sociedad civil todas las formas de acción social, realizada colectiva o individualmente, que no proceden o son dirigidas por la administración del Estado. Otras definiciones procuran hacer una distinción entre la sociedad civil y las esferas privadas de la sociedad, como la empresa y la familia; las acciones de la SC se encontrarían entre el privado y el Estado.

Según el *Comité Social Europeo* (CSE) las organizaciones de la sociedad civil deberían tener como principales características comunes:

- Poseer un cierto grado de organización e institucionalización
- Ser de carácter privado, y se sitúan entre el Estado y el mercado, constituyendo un ámbito autónomo
- Guiarse por sus propios reglamentos
- No tener carácter lucrativo
- Basarse en la participación y filiación voluntarias

Es claro que estas características no son universales, especialmente en los países menos desarrollados, donde muchas de las organizaciones de la sociedad civil poseen una frágil organización y institucionalización. Muchas organizaciones, especialmente las de carácter asistencial, incluso en los países desarrollados son financiadas por el Estado. Sin embargo, vale resaltar el papel de las empresas del denominado “tercer sector”, que a pesar de ejer-

Medidas que garanticen la seguridad económica y social, como el enfrentamiento a problemas coyunturales como las catástrofes naturales, consolidarían un estrategia rumbo a un crecimiento más sostenido.

cer actividades económicas, se sitúan entre el Estado y el mercado capitalista tradicional.

Otro tema fundamental son los intereses a ser defendidos. Las OSC no necesariamente defienden los intereses colectivo; al ser creadas por colectivos sociales específicos, en su gran mayoría defienden intereses de un sector de la sociedad o de sus miembros.

Si es cierto que la organización del conjunto de los agentes sociales locales es fundamental para el desarrollo de una ILDE y un PTE, ya que es a través de estas organizaciones que se llega al diálogo y al consenso necesarios para su desarrollo; más cierto es aún que no se puede ver estas organizaciones como sustitutas del Estado, especialmente en su papel de liderazgo.

Para tanto la existencia de un régimen democrático y consolidado es un requisito básico para la garantía de un nuevo concepto de gobernabilidad, entendida como el funcionamiento regular de las instituciones democráticas, y la participación activa de la sociedad civil.

Sin embargo, la historia del siglo XX en América Latina sirve de ejemplo de las dificultades del desarrollo de la sociedad civil y sus contradictorias relaciones con el Estado. Durante la primera mitad del siglo XX, la consolidación de las repúblicas, el crecimiento de las ciudades, y el inicio del proceso de industrialización, crearon nuevas clases sociales urbanas, que debilitaron relativamente el poder de las elites rurales tradicionales.

Sin embargo, el papel del Estado fue visto por algunos seguidores corporatistas como un instrumento para alcanzar sus objetivos. Para los terratenientes, era papel del Estado la manutención de sus privilegios; para los empresarios este debería ser el responsable por la financiación y protección de las empresas nacional; y por fin, una parte del movimiento obrero y de los movimientos sociales le veía como un factor de protección y de combate a las desigualdades. Esta coyuntura permitió la ascensión de regímenes populistas, que basaron su relación con la sociedad civil en un triple juego: corporatismo, cooptación y represión.

Las dictaduras de los sesenta hasta los ochenta, rompieron esta triple acción y se basaron esencialmente en la represión. La sociedad civil capaz de organizarse se centraba fundamentalmente en la recuperación democrática. La redemocratización, el debilitamiento de las estructuras económicas, y la apenas existencia de partidos políticos organizados y representativos, pusieron de relieve el papel de los agentes sociales.

La sociedad civil capaz de organizarse se centraba fundamentalmente en la recuperación democrática. La redemocratización, el debilitamiento de las estructuras económicas, y la apenas existencia de partidos políticos organizados y representativos, pusieron de relieve el papel de los agentes sociales.

Sin embargo, el continuo distanciamiento de las élites sociales en relación a la población menos favorecida; la liberalización económica, que ha reforzado los mecanismos de influencia informales de algunos grande grupos empresariales; la reducción de las funciones públicas; la corrupción; y el clientelismo del Estado, debilitaron diversas acciones destinadas al desarrollo y la organización de algunos sectores de la sociedad civil.

Además de la corrupción, el clientelismo se manifiesta principalmente en cadenas de *brokers* políticos que manejan relaciones desiguales y paternalistas con sus clientes mediante el monopolio de la información y el control de los beneficios (CEPAL, 2001). El clientelismo, en sus manifestaciones de mayor concentración, donde unos pocos grupos gozan de los privilegios y de los compadrazgos, que conllevan a la corrupción, la ineficacia de la administración pública, y a la profundización de la desigualdad social.

A medida que los gobiernos, incluso los locales, sirvan a este "juego de representación", a través de instituciones públicas diseñadas a atender los intereses de una élite, las posibilidades de participación y de control de la sociedad civil se verán reducidas, incluso por la sumisión de algunos agentes al clientelismo.

Otra cuestión problemática son las políticas de emergencia o compensatorias, practicadas incluso por gobiernos dichos progresistas. En territorios marcados por desniveles sociales importantes e incluso por catástrofes naturales de consideración, las políticas de emergencia pueden significar la propia supervivencia de las clases menos favorecidas. Sin

embargo, la ausencia de políticas de desarrollo sostenido socialmente, representa la perpetuación del *status quo*, del paternalismo político y el mantenimiento de la exclusión social y política de una parte considerable de la sociedad.

Otro factor importante en América Latina es la existencia de una gran clase media consolidada y organizada en asociaciones representativas de sus intereses. Incluso, segmentos importantes como los pequeños empresarios, que podrían ejercer una presión política importante en los gobiernos, se subordinan a un cierto clientelismo y aceptan que las medidas coyunturales se constituyan en el modo de operar de los poderes públicos dominados por las élites empresariales y políticas.

POR TANTO, ¿LOS MODELOS DE LAS ILDE Y DE LOS PTE IMPLEMENTADOS EN EUROPA, SON APLICABLES A LA REALIDAD LATINOAMERICANA?

Pensamos que sí. Sin embargo, como afirma la OIT (1999), si la globalización comporta un cierto número de temas y de definiciones comunes a todos los países, sus efectos no han variado menos de una región a otra. Los problemas del desarrollo y del ajuste están arraigados en los contextos históricos, culturales, económicos y sociales muy diversos. (...) No existe un modelo único ni una práctica universal, simplemente experiencias comparables y buenas prácticas.

Así como las ILDE y los PTE se adaptan a las diversidades territoriales europeas, la difusión de sus buenas prácticas basadas principalmente en el aprovechamiento de la innovación y el descubrimiento de nuevos yacimientos de empleo; su importancia en la creación de empleos locales en Europa se muestra como una referencia para los países menos desarrollados y a los cuales se debe garantizar su transferencia.

Si el combate inmediato a la pobreza es una preocupación actual de los organismos internacionales, su superación solo se dará con una política de

desarrollo sostenido, para que se pueda alcanzar su eliminación definitiva. Las políticas compensatorias, basadas en un modelo liberal, con la simple creación de empleos precarios y temporales, o programas de subsidios coyunturales, no garantizaran a largo plazo una salida para la sociedad latinoamericana.

Sin embargo, para que se alcance un modelo de desarrollo más equilibrado y participativo, es necesario un cambio profundo en las instituciones gubernamentales, para que estas puedan ejercer el liderazgo de fortalecer e involucrar a los agentes locales en nuevo modelo de desarrollo.

Este cambio no puede limitarse únicamente a reformas legales, que pueden ser importantes, ya que diversos espacios de participación creados legalmente con la democratización de los Estados latinoamericanos, como diversos consejos populares y múltiples las comisiones tripartitas, se mostraron ineficientes debido al inmovi-

lismo y, en algunos casos, la falta de legitimidad de los gobiernos. El gran desafío debe ser el de fortalecer el papel del liderazgo de los gobiernos en todas sus niveles territoriales. No a través de la reconstrucción de un neo-populismo, sino a través de la construcción de nuevos espacios públicos no estatales. Espacios en los cuales es posible organizar una esfera para disputas y consensos, organizada por ley o contrato público, para articular la representación política tradicional con la presencia directa y voluntaria de la ciudadanía. Un espacio donde el Estado recupere su legitimación y se afirma. Y la sociedad civil expresa su identidad y se fortalece.

Existe, por supuesto, una certeza y una esperanza. La capacidad de liderazgo de algunas administraciones públicas actuales en Latinoamérica en construir nuevos espacios públicos no estatales que recuperen la legitimación del Estado y que ayuden a fortalecer los agentes sociales, son la esperanza de un cambio hacia un nuevo modelo de desarrollo. La certeza, es que las políticas públicas de desarrollo y creación de empleos locales implantadas en Europa, en los últimos años, son un fabuloso yaci-

Para que se alcance un modelo de desarrollo más equilibrado y participativo, es necesario un cambio profundo en las instituciones gubernamentales, para que estas puedan ejercer el liderazgo de fortalecer e involucrar a los agentes locales en nuevo modelo de desarrollo.

miento de buenas prácticas, que, con la conveniente atención a las diferencias territoriales, pueden ser impulsadas satisfactoriamente en América Latina.

Sin embargo, la historia nos enseña que la tendencia al mimetismo de las buenas prácticas, practicada tanto por los organismos internacionales así como por algunos investigadores extranjeros que realizaron sus estudios en Europa, debe ser evitada, para que podamos aprovechar de manera más eficiente este legado en la búsqueda de una sociedad con más y mejores empleos.

BIBLIOGRAFÍA

- BANCO MUNDIAL. *Acercar el estado a la sociedad: informe sobre el desarrollo mundial*. Madrid: Banco Mundial, 1998.
- _____. *Informe sobre el desarrollo mundial 2000/2001*. Madrid: Mundi Prensa, 2001.
- BARBIER, J.; GAUTIÉ, J. *Les politiques de l'emploi en Europe et aux Etats-Unis*. París: PUF, 1998.
- BENNET, R. ; KREBS, G. *Strategies de developpement local de l'emploi*. London: Leda, 1993.
- CACHÓN, L. *Nuevos yacimientos de empleo en España*. Madrid: Ministerio del Trabajo, 1998.
- CEPAL. *Capital social*. Santiago: CEPAL, 2001.
- _____. *Equidad, desarrollo y ciudadanía*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
- CES. *La sociedad civil en América Latina y Caribe*. Bruselas: CES, 2000.
- CLARK, G. *et al. Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- COMISIÓN EUROPEA. *Acción en favor del empleo en Europa*. Bruselas: OPOCE, 1996.
- _____. *Crecimiento, competitividad, empleo*. Bruselas: OPOCE, 1994.
- _____. *European Commission adopts 1999 Employment Guidelines*. Bruselas: 1998.
- _____. *Les initiatives locales de développement et d'emploi*. Luxemburgo: OPOCE, 1995.
- _____. *Pactos territoriales para el empleo-ejemplos de buenas prácticas*. Bruselas: OPOCE, 1997.
- _____. *Primer informe sobre las iniciativas locales de desarrollo y de empleo*. Bruselas: 1996.
- _____. *Segundo informe sobre las iniciativas locales de desarrollo y de empleo*. Bruselas: 1998.
- CORNEJO, J.; ALGARRA, A. *El mercado de trabajo en la Unión Europea*. Madrid: Pirámide, 2000.
- CUADRADO, J. *Políticas regionales: hacia un nuevo enfoque*. Madrid, 1998. (Papeles de economía española, 35).
- DARES. *La politique de l'emploi*. París: Decouverte, 1997.
- EXPERIENCIAS de empleo y desarrollo local. Madrid: INEM, 1996.
- FINA, L. Creación de empleo y desarrollo local. *Economía Industrial*, n. 287, 1992.
- FINA, L. *Mercado de trabajo y políticas de empleo*. Madrid: CES, 2001.
- GENRO, T. *Reinventar el futuro*. Barcelona: Serbal, 2000.
- JOUEN, M. *Diversité européenne*. París: Descartes, 2000.
- _____. *La acción de la Unión Europea a favor de los empleos de iniciativa local*. París: Notre Europe, 2000.
- MIGUELEZ, F.; PRIETO, C. *Las relaciones de empleo en España*. Madrid: Siglo XXI, 1999.
- MUÑOS JUNCAL, B. *Empleo y territorio: evaluación de la dimensión territorial de las políticas de empleo*. 2002. Tese (Doctorado) - Departamento de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, Barcelona.
- OCDE. *Les mécanismes de la creation d'emplois*. París: OCDE, 1989.
- _____. *Local management for more effective employment policies*. París: OCDE, 1998.
- OIT. *El empleo en el mundo 1996/97*. Ginebra: OIT, 1998.
- _____. *Un travail décent*. Ginebra: OIT, 1999.
- PRIETO, C. Crisis del empleo: ¿crisis del orden social? En *Las relaciones de empleo en España*. Madrid: Siglo XXI: 1999.
- _____. El empleo en Europa: transformaciones, tendencias y lógicas. Un análisis comparativo. *La crisis del empleo en Europa*, Valencia: Germania, v. 1, 1999.
- RECIO, A.; OFFE, C.; GORZ, A. *El paro y el empleo: enfoques alternativos*. Valencia: Germania, Alzira, 1997.
- SANCHEZ, J.-E.; WEIS-ALTANER, E.; BAILLY, A. S. Division of labour, production and space: classical concepts for the new Europe? In: LEVER, W.; BAILLY, A. (Eds.). *The spatial impact of economic changes in Europe*. Aldershot: Avebury, 1996, p. 228-248.
- SRINIVASAN, T. Development and theories of endogenous growth. *New theories in growth and development*. London: Macmillan, 1998.

STÖHR, W. (Ed.). *Global challenge and local response*. London: Mansell, 1990.

STORPER, M. *The regional World*. New York: Guilford, 1997.

TOURAINÉ, A. Les conditions politiques du développement en Amérique Latine. En *Tensions sociales, création d'emplois et politique économique en Amérique Latine*. Paris: OCDE, 1995.

UTRILLA, A. Las nuevas estrategias del desarrollo regional. *Estudios Regionales*, Madrid: MOP, n. 43, 1991.

VÁZQUEZ, A. *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Pirámide, 1988.

VÁZQUEZ, A. *Desarrollo, redes y innovación*. Madrid: Pirámide, 1999.

WELFENS, P. Towards full employment and growth in the European Union. *Labor markets and social security*. Heidelberg: Springer, 1998.